



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

VINÍCIUS BARBOSA LIMA

**VIAGEM AO PAÍS DOS IANQUES: sensibilidades políticas, escolhas republicanas e o
conceito de Civilização em Adolfo Caminha, 1886-1896**

CAMPINAS

2024

VINÍCIUS BARBOSA LIMA

**VIAGEM AO PAÍS DOS IANQUES: sensibilidades políticas, escolhas republicanas e o
conceito de Civilização em Adolfo Caminha, 1886-1896**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em História na Área de Dinâmicas e Linguagens Políticas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Izabel Andrade Marson

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO/TESE
DEFENDIDA PELO ALUNO VINÍCIUS
BARBOSA LIMA, E ORIENTADA PELA
PROFA. DRA. IZABEL ANDRADE MARSON.

CAMPINAS

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

L628v Lima, Vinícius Barbosa, 1998-
Viagem ao país dos ianques : sensibilidades políticas, escolhas
republicanas e o conceito de civilização em Adolfo Caminha, 1886-1896 /
Vinícius Barbosa Lima. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Izabel Andrade Marson.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Caminha, Adolfo, 1867-1897 - No país dos ianques. 2. Americanos. 3.
República. 4. Análise do discurso - Aspectos políticos. 5. Linguagem - Aspectos
políticos. 6. Ciência política - História - Séc. XIX. I. Marson, Izabel Andrade,
1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Journey to the country of yankees : political sensibilities,
republican choices and the concept of civilization in Adolfo Caminha, 1886-1896

Palavras-chave em inglês:

Americans

Republic

Discourse analysis - Political aspects

Language - Political aspects

Political science - History - 19th century

Área de concentração: História

Titulação: Mestra em História

Banca examinadora:

Izabel Andrade Marson [Orientador]

Josianne Francia Cerasoli

Jefferson Cano

Data de defesa: 15-03-2024

Programa de Pós-Graduação: História

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0006-6728-8960>

- Currículo Lattes do autor: <https://lattes.cnpq.br/5063320223649874>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos (as) Professores(as) Doutores(as) a seguir descritos, em sessão pública realizada em 15/03/2024, considerou o candidato Vinícius Barbosa Lima aprovado.

Prof^a. Dra. Izabel Andrade Marson

Prof^a. Dra. Josianne França Cerasoli

Prof.. Dr. Jefferson Cano

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

Passados os momentos mais rigorosos da escrita do texto, é o momento de recolocar pensamentos e afetos de volta em seus lugares. Vislumbrar o caminho traçado, retomar algumas escolhas... agradecer pelas companhias no trajeto.

Meu primeiro e mais profundo agradecimento vai aos meus pais, Roberto e Cristiana, por terem me incentivado de forma intensa e sistemática desde os meus primeiros anos e vida, contando histórias para mim desde que eu era bebê, o que me possibilitou aprender a ler aos três anos de idade e despertar uma aguda curiosidade desde tenra idade. Quando decidi cursar história e ser professor, comemoramos juntos, e quando foi necessário sair de casa, para Mossoró, no Rio Grande do Norte, e depois para Campinas, para dar continuidade à minha formação, não pouparam esforços para tanto, inclusive financeiros.

Nos últimos anos, sobretudo ao longo do ano de 2023, estive um pouco afastado da convivência familiar, devido aos dias e noites consecutivas necessárias para confecção desta dissertação, de forma que não tenho mais do que ser extremamente grato pela paciência e compreensão com que fui tratado, mesmo durante algumas variações de humor. Este agradecimento, estendo-o ao meu irmão, Pedro Inácio, que fará seu décimo oitavo aniversário neste ano de 2024, e que sempre esteve muito acostumado à minha presença. Obrigado pela paciência, Pedro, parece que, finalmente, o texto está quase pronto!

Quero fazer um agradecimento intenso e profundo à professora Izabel Marson, que nos últimos tempos foi para mim uma orientadora muito generosa e compreensiva, mas também criteriosa e atenta. Por vezes, não consegui evitar ser um orientando inconstante e intransigente, mas mesmo assim, espero ter conseguido estar à altura da amizade e da parceria com as quais Izabel me honrou, e espero mais ainda mantê-las por um bom tempo. Todas as nossas conversas foram prazerosas, cada minuto que passamos juntos, um aprendizado. Não tenho como expressar toda a minha gratidão à senhora, professora!

À minha namorada e parceira, Naemi Nogueira, pedagoga incomparável, agradeço pelo companheirismo, pelo apoio e pela torcida, mas talvez acima de tudo pela compreensão, por exemplo, nas várias noites em que precisei usar o *laptop* na mesa ao seu lado, repetindo: "falta pouco!", e você pegou no sono esperando que eu terminasse ajustes de última hora em algum capítulo. Te conheci no meio da escrita da dissertação, mas nossas conversas me abriram a mente para várias ideias inéditas. Acima de tudo, agradeço por ser meu lembrete diário de que a vida é sempre maior e com mais possibilidades do que imaginamos. Obrigado, girassol!

À minha melhor amiga, Enaira Liany, gestora ambiental ímpar, a melhor profissional e um dos seres humanos mais incríveis que já conheci, agradeço pelos anos de diálogos, por suportar meus arranques inesperados em assuntos acadêmicos, por ter sido minha professora em vários assuntos, e de antemão, pelas taças de vinho que ainda tomaremos juntos.

Agradeço a todos os professores com quem pude manter contato desde 2021, quando comecei meu mestrado. Devido ao início turbulento, em meio à pandemia, três semestres de aulas virtuais me impediram e a vários colegas de ter o privilégio de caminhar pelos corredores do IFCH e nos encontrar com vocês, conversar olho a olho, tomar um café, discutir ideias. Gostaria de ter podido conhecer mais de vocês pessoalmente, mas gostaria de agradecer cada comentário e cada momento agradável nos seminários e nas aulas de que tive o prazer de que tive o prazer de participar. Neri, Rodrigo, Stella, Raquel, Aldair, Ana Silvia, Camila, Rui, Thiago, Leandro, muito obrigado!

À professora Josianne Cerasoli e ao professor Jefferson Cano, que estiveram em minha banca de qualificação, não tenho como expressar o quão proveitosos e enriquecedores foram os comentários tecidos, assim como as críticas, quando necessárias. Para mim, foi um privilégio ter uma banca tão atenta e precisa!

Estendo meus agradecimentos aos técnicos do IFCH, sobretudo os que passaram pela secretaria do PPGH durante minha estadia no programa, Leandro e Daniel, sempre solícitos e ágeis.

Aos colegas de turma, que conheci apenas virtualmente, as aulas e seminários de que participamos juntos foram inesquecíveis! Cito Diego e Vitor, que pude conhecer pessoalmente, e espero poder encontra-los novamente em outras ocasiões, pessoal!

Agradeço imensamente ao CNPq, pela concessão de bolsa de pesquisa durante 24 meses (processo nº 161812/2021-0), garantindo o suporte financeiro necessário para a execução do projeto. Assim também à PROEX, que concedeu ajuda de custo em mais de uma ocasião, garantindo que eu pudesse participar de eventos científicos e realizar pesquisas em acervos físicos essenciais à continuidade pesquisa.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos funcionários dos locais em que conduzi pesquisas presenciais: às servidoras responsáveis pelos setores de obras raras e microfilmagens da Biblioteca Estadual do Ceará; ao Departamento de História do Arquivo da Marinha, em especial ao capitão-tenente Vagner Rigola; aos pesquisadores do Instituto Histórico do Ceará; aos responsáveis pela biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa, em especial a Felipe Rufino. Agradeço muito a todos vocês!

RESUMO

Entre os guardas-marinhas que realizaram a viagem de formação no ano de 1886, almejando uma patente na Armada, estava o escritor cearense Adolfo Caminha (1867-1897), republicano, abolicionista e posteriormente opositor dos governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Mais conhecido por seus romances, em 1890, Caminha publicou uma primeira versão de um relato de sua viagem de formação na imprensa de Fortaleza, e em 1894 reeditou seus escritos e os publicou na capital em formato de livro, numa segunda versão. “*No país dos Ianques*” reúne as observações do então marinheiro sobre as populações, hábitos e organizações sociais dos lugares que visitou, em diferentes pontos das Américas. Privilegiando a experiência norte-americana, em contraste com as civilizações menos valorosas dos países de colonização ibérica (Brasil e Cuba), Caminha repercute o que viu e sentiu de maneira a compor um discurso de bases políticas. A participação social das mulheres, a estrutura das cidades e as questões raciais são os principais temas sobre os quais o autor se debruça para tecer suas comparações. A proposição central desta dissertação é a de que as duas versões do relato, publicadas após eventos importantes da história política brasileira – a Proclamação da República e a Revolta da Armada – buscam, através do elogio da cultura política democrática dos americanos do norte, afirmar a república como instrumento de combate à sociedade de favores e privilégios, principal alvo das críticas do autor, que ele frequentemente associava à cultura política monárquica e ao militarismo. Para tanto, mobilizam-se, entre outros, os conceitos de Linguagens Políticas em Quentin Skinner e John Pocock e Partilha do Sensível, de Jacques Rancière.

Palavras-chave: Adolfo Caminha. *No país dos Ianques*. República. Américas. Linguagens e sensibilidades políticas.

ABSTRACT

Among the midshipmen who went on the training trip in 1886 was the writer from Ceará Adolfo Caminha (1867-1897), republican, abolitionist and later opponent of the military governments of Deodoro da Fonseca and Floriano Peixoto. Best known for his novels, in 1890, Caminha published a first version of an report of his formative trip in the Fortaleza press, and in 1894 he re-edited his writings and published them in the capital in book format, in a second version. “*No país dos Ianques*” brings together the then sailor’s observations about the populations, habits and social organizations of the places he visited, in different parts of the Americas. Privileging the North American experience, in contrast to the less valuable civilizations of the Iberian colonization countries (Brazil and Cuba), Caminha reflects what he saw and felt in order to compose a politically based speech. The social participation of women, the structure of cities and racial issues are the main themes on which the author focuses to make his comparisons. The central proposition of this disertation is that the two versions of the report, published after important events in Brazilian political history – the Proclamation of the Republic and the “Revolta da Armada” – seek, through praise of the democratic political culture of North Americans, to affirm the republic as an instrument to combat the society of favors and privileges, the main target of the author's criticism, which he often associated with monarchical political culture and militarism. To this end, the concepts of Political Languages in Quentin Skinner and John Pocock and “Partage du Sensible”, by Jacques Rancière, are mobilized.

Keywords: Adolfo Caminha. *No país dos Ianques*. Republic. Americas. Political languages and sensibilities.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Rotina da tripulação do <i>Almirante Barroso</i>	87
Quadro 2. Excursões de formação durante a viagem	90
Quadro 3. roteiro da viagem de formação da turma de guardas-marinhas da Escola de Marinha de 1886 a bordo do cruzador <i>Almirante Barroso</i>	103
Quadro 4. Ocorrências do vocábulo “civilização” em <i>No país dos Ianques</i>	203

SUMÁRIO

CRONOLOGIA DE ADOLFO CAMINHA	11
Introdução, ou... <i>Terra, água, ferro, pessoas e comércio: o início do percurso</i>.....	12
Capítulo 1: Leituras sobre e Linguagens Políticas do escritor Adolfo Caminha	20
1.1. Leitores e leituras dos escritos de Adolfo Caminha	21
1.1.1. Um escritor polêmico	24
1.1.2. A equação “vida+obra” e o paradigma da escola literária.....	27
1.1.3. Caminha e a tematização política da Sexualidade.....	30
1.1.4. O escritor e seu contexto: abordagens histórico-políticas	35
1.1.5. Um autor “polígrafo” – político, editor, crítico, e suas leituras	42
1.2. Leituras de <i>No país dos ianques</i> : um relato dentre muitos outros.....	52
1.3. Linguagens políticas: o texto caminhiano como ato de discurso	60
1.3.1. A especificidade de <i>No país dos Ianques</i>	65
Capítulo 2 – Viagem ao País dos Ianques: a cultura democrática dos americanos do norte como alternativa para a política brasileira	81
2.1. A viagem em seus aspectos técnicos e institucionais e a versão do comandante.....	84
2.2. As formas de ver: a nação além da nação	94
2.3. Figurações da monarquia e a construção de uma “linguagem republicana”	109
2.3.1. Adolfo Caminha e a política institucional: 1889 e 1894 como cortes cronológicos	110
2.3.2. Traços do republicanismo caminhiano no relato de uma experiência internacional	119
Capítulo 3: Encontrar um lugar para o Brasil na América	136
3.1. Representações do “gigante americano do norte” em <i>No país dos Ianques</i>	152
3.2. “O Amazonas e o Mississipi”: as duas grandes potências da América	168
4. O problema da Civilização: progresso, raça e a nação civilizada em linguagens políticas de fins do XIX.....	190
4.1. “Civilização”: semântica e retórica	201
4.2. Os indicadores do progresso: mensurando o potencial civilizatório de uma sociedade.....	209
4.2.1. Dinamismo social e o lugar das mulheres	210
4.2.2. Evidências históricas: raça e civilização material	230
4.3. O vir a ser da nação	252
Considerações finais, ou... <i>Linhas, romances, emaranhados, nós (des)atados</i>	261
Referências.....	267
ANEXOS	285

CRONOLOGIA DE ADOLFO CAMINHA

Data	Evento
Maio, 27, 1867	Nascimento em Aracati, província do Ceará
Setembro, 1882	Embarque para o Rio de Janeiro
1883	Ingresso na Escola de Marinha
Abril, 1885	Assume funções na diretoria da agremiação Fênix Literária
1886, fevereiro a dezembro	Viagem de formação que inspirou e fundamentou <i>No país dos Ianques</i>
Dezembro, 1886	Recebe a patente de Segundo-Tenente
1887	Publicação do livro de poesias <i>Primeiros voos</i> e das novelas reunidas em volume único <i>Judith e Lágrimas de um crente</i>
Junho, 1888	Transferência para Fortaleza, por questões de saúde
1888/1889	Envolvimento com Isabel Jataí de Paula Barros
Setembro, 1889	Convocação ao Rio de Janeiro pelo Ministério da Marinha e pedido de demissão
Fevereiro, 15, 1890	Publicação do ato exoneratório do 2º Tenente Adolfo Caminha
1890	Publicação da primeira versão de <i>No país dos Ianques</i> , em formato de folhetim, no jornal <i>O Norte</i>
1891	Publicação da <i>Revista Moderna</i>
1892	Publicação d' <i>O diário</i>
Maio, 30, 1892	Fundação da Padaria Espiritual
Fins de 1892	Retorno ao Rio de Janeiro, lá instalando-se com sua companheira. Emprega-se como funcionário do Tesouro
1893	Publicação do romance <i>A Normalista</i>
1894	Publicação da versão em livro de <i>No país dos Ianques</i>
1895	Publicação do romance <i>Bom Crioulo</i> e das <i>Cartas Literárias</i>
1896	Publicação do romance <i>Tentação</i> e de 9 números do periódico <i>Nova Revista</i>
Janeiro, 1, 1897	Falecimento por tuberculose, no Rio de Janeiro

Introdução, ou... Terra, água, ferro, pessoas e comércio: o início do percurso

Autor de importantes romances – *Bom Crioulo*, *A Normalista* e *Tentação* – Adolfo Caminha nasceu em Aracati, no litoral leste do Ceará, em 29 de maio de 1867, e posteriormente viveu em Fortaleza e no Rio de Janeiro, onde publicou muitos textos em jornais e revistas. Caminha nunca esteve longe do mar. O sentido poético e profundo desta afirmação é impulsionado por ser ela uma verdade literal. Em seus quase trinta anos de vida, o protagonista de nosso estudo não apenas não residiu, mas nunca sequer pisou numa cidade sem litoral, mesmo tendo visitado mais de vinte delas em, ao menos, sete países diferentes. Situação nada insignificante para os padrões dos últimos anos do século XIX.

Mais do que a presença constante do sal e do vento, porém, fazendo um recuo de observação a todas as cidades visitadas pelo escritor de que temos notícias notaremos que todas elas tinham portos, onde se mesclam a terra, a água, o ferro, as pessoas. Adolfo Caminha nunca esteve longe do mar, nem dos portos. Cidades portuárias são pontos de encontro por excelência, diversas culturalmente e ricas de experiências históricas, portos são sinônimo de circulação, de movimento¹. Seja de coisas, pessoas, ou ideias, os portos são o lugar-chave de movimentação pelo espaço global no século XIX, quando as grandes embarcações já não podiam simplesmente fundear numa baía crua e antes da movimentação pelo espaço aéreo.

Eric Hobsbawm pontuava que em fins do século XVIII, quase todos os habitantes do globo viveram e morreram num raio de uma centena de quilômetros do lugar onde nasceram². Apenas os transportes a vapor, os navios e as locomotivas, permitiriam que contingentes maiores transpusessem distâncias antes impensadas, em tempo e velocidade inéditas. As ferrovias e os portos modernizados passaram a fazer parte das paisagens em todo o mundo, secularizando assim as longas viagens³, até então privilégio de alguns grupos: clérigos e outros religiosos enviados em ação missionária; comerciantes a procura de novos mercados e mercadorias; nobres e representantes das dinastias em missões diplomáticas; jovens filhos de famílias abastadas em fase de instrução, exercitando seu gosto por aventuras; exércitos, colonos e administradores

¹ HOYLE, Bryan S. Cities and Ports: Concepts and issues. **Vegueta: Anuario de la Facultad de Geografía e Historia**. Universidad de las Palmas de Gran Canaria, Facultad de Geografía e Historia, p. 263-278, 1998.

² HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

³ RAMINELLI, Ronald. Viagens e inventários. **Questões e Debates**, Curitiba, v. 17, n.32, p. 27-46, 2000.

encarregados de assegurar o controle de territórios ultramarinos; talvez o caso mais exemplar, cientistas e naturalistas tentando mapear e reconhecer novas áreas do planeta. Além, é claro, dos milhões de miseráveis arrancados de suas terras para trabalhar em lavouras, minas, e onde mais houvesse necessidade de mão-de-obra escrava, ou de imigrantes expulsos da Europa pela pobreza para atuar como trabalhadores “livres” em terras americanas.

No fim do século XIX, apenas o fundo do mar, os polos e certas áreas no interior dos continentes permaneciam inexplorados e desocupados; o espaço conhecido aumentou, enquanto as distâncias diminuíram. As paisagens naturais e humanas se modificaram ao mesmo tempo em que representações mais realistas delas passaram a habitar o imaginário dos leitores de relatos de viagem. Realistas, não porque imparciais ou isentos, mas porque o processo de humanização e secularização do conhecimento, em movimento desde o início do século XVIII, tendia a uma forma narrativa mais voltada ao intento da pedagogia civilizatória⁴. Pedagogia que vai buscar nas Ciências físicas e naturais, primeiramente, seu principal campo de atuação, mas encontrará no campo dos costumes, da organização social e da política um terreno crucial de inserção, na medida em que tensões sociais nos dois lados do Atlântico se agudizam no decorrer do “longo século XIX”.

Todas essas experiências, no entanto, confluem em certo agrupamento de questões com as quais se viam a bater cabeças os homens contemporâneos: a legitimidade e representatividade política, o colonialismo, a escravidão, o progresso técnico, a crescente urbanização, e assim por diante. O processo de constituição da visão do ocidente sobre si mesmo está intimamente relacionado a este processo de expansão das margens dele próprio, que passaria a estender-se a todos os espaços geográficos sob o julgo ou influência europeia. A América, ou como chamou Adauto Novaes, a “outra margem do ocidente”⁵, ao ver independentes quase todas as suas nações, passa a estabelecer com a Europa um compartilhamento de preocupações diversas, como a manutenção da ordem interna, sobretudo por meio das elites políticas e intelectuais,

⁴ Como pontuou Luiz Felipe de Alencastro, o intento civilizatório moderno substituiu o confessional nos empreendimentos intelectuais e formais: nesse sentido, a administração temporal dos indígenas e outros nativos pelas coroas europeias torna-se um importante *locus* da mudança paradigmática do uso do conceito: “Mudem-se as expressões “mistérios da Fé” por “direitos de cidadania”, “Igreja” por “corpo eleitoral” e “Santas Doutrinas do Evangelho” por “soberania popular”, e teremos o discurso ideológico que ainda hoje subjaz ao pensamento da burocracia civil e militar que dirige o país”. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O fardo dos bacharéis. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 17, p. 68-72, dez. 1987.

⁵ NOVAES, Adauto. A outra margem do ocidente. In. NOVAES, Adauto (org). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

principal ponte entre o Velho e o Novo Mundo. As viagens e seus relatos não eram novidade alguma no século XIX. Mas a partir de então, ela assume um novo lugar: os relatos de viagem eram ansiados, e lidos com especial deleite.

Na medida em que avançam os Oitocentos, trazendo consigo a questão nacional como uma de seus mais prementes assuntos, os relatos de viagem ganham uma nova importância simbólica, visto que a alteridade e a história foram os principais elementos da constituição das identidades nacionais. Identificamo-nos enquanto nação por nosso passado coletivo e por nossas diferenças em relação a outros povos⁶.

E o espaço portuário é o principal elo entre a circulação de pessoas e a sensação de encurtamento de distâncias; ponto de integração dos processos de dinamização social, política, econômica e cultural. Entre outros elementos, as cidades portuárias competiram na transformação do planeta em uma comunidade ampla, um “sistema-mundo”⁷, se se quiser, de maneira que foram, quase sempre, palcos privilegiados do cosmopolitismo oitocentista. Inseridas de formas específicas no sistema produtivo e logístico e na circulação mundial de ideias, as cidades portuárias são o local-onde-as-coisas-se-movem no espaço mundial na revolução industrial, quando o “sistema porto-cidade primitivo” foi substituído pelo “sistema porto-cidade em expansão”⁸. Dessa maneira, os portos internacionais e as cidades que os circundam eram, no século XIX, os principais espaços de encontro entre pessoas de múltiplos lugares, e, portanto, locais privilegiados de atualização das identidades e outras formas de apreensão de um ser-estar no mundo.

Não é surpreendente, assim, que Adolfo Caminha tivesse uma mente tão inquieta. Enquanto aspirante a oficial da Marinha do Império do Brasil, realizou, aos dezenove anos de idade, uma viagem de um ano, indo do hemisfério sul ao norte, e cruzando o Atlântico. Oito anos depois desta viagem, o público conheceu seu relato. Quando foi-se para águas internacionais, Caminha partiu de um país monárquico, num período tumultuado, com o regime escravista em crise, mas com uma economia em expansão e muito ativa. Quando publicou seu relato, já não havia mais escravidão, o império caíra, e a jovem república passava por um de seus momentos mais graves. Cada porto e cada cidade pelos quais passou trouxe a Adolfo Caminha algo sobre o que

⁶ HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

⁷ WALLERSTEIN, Immanuel. **World-System analysis: an introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

⁸ MONIÉ, Frédéric; VASCONCELOS, Flavia Nico. Evolução das relações entre cidades e portos: entre lógicas homogeneizantes e dinâmicas de diferenciação. **Confins**, [S.L.], v. 1, n. 15. 23 jun. 2012. OpenEdition.

refletir. Os oito anos que separam a viagem da publicação de seu relato nos mostram que isto foi, de fato, pensado e repensado. Inventado e reinventado. As cenas dessa viagem certamente foram repassadas na memória do autor vezes sem conta, e a cada momento, algo novo era percebido ou descoberto.

O estudo que se vai ler é uma tentativa de verificar como esta viagem repercutiu nas formas do autor de pensar seu próprio país. De perceber como um jovem que jamais esteve longe de um porto se colocava sobre questões políticas, sociais e culturais e emitia posições e avaliações acerca da realidade nacional enquanto observava realidades internacionais.

Apesar de sua obra ser mais conhecida e comentada hoje do que há vinte ou trinta anos, Adolfo Caminha ainda permanece bastante desconhecido entre os historiadores. Escritores contemporâneos a ele mais divulgados, como Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Coelho Neto, Olavo Bilac, Raul Pompeia e outros, já tiveram sua obra bem frequentada pela historiografia. No entanto, Adolfo Caminha permaneceu, em grande parte, obscuro até as últimas décadas do século XX.

No século XXI, a curiosidade por seus escritos vem crescendo significativamente, havendo, sem dúvida, um grande aumento no número de trabalhos acadêmicos que se dedicaram ao polêmico escritor. Mas, em geral, eles concentram-se no campo dos estudos literários, em especial na exploração do tema da sexualidade na literatura e na história literária do naturalismo. A bibliografia sobre o autor ainda carece, notaremos, de estudos de história que examinem mais detalhadamente as relações entre Caminha e o ambiente político que se desenrolavam no final do século XIX.

Apesar de não haver, até hoje, nenhum trabalho historiográfico de fôlego sobre os sentidos políticos inscritos na obra de Caminha, muitos livros, teses e artigos não deixaram de considerar o amplo contexto histórico do autor. Contudo, salvo raras exceções, sempre foi a face literária de sua produção intelectual o objeto de análise, ou seja, foi o Adolfo Caminha escritor de ficção que interessou os analistas.

Historiar o pensamento político de um intelectual não quer dizer necessariamente – embora isto possa acontecer também – pinçar suas opiniões sobre os acontecimentos e a história política, nem mesmo sistematizar sua visão de mundo sobre o universo político. Quer dizer, antes, entender como este sujeito organiza e expressa suas reflexões e inquietações sobre a dimensão coletiva da vida social. Isto significa,

primeiro, tentar reconhecer quais os incômodos, as incertezas, os desconfortos deste sujeito, o que o motiva a escrever. Em um termo, o que toca a sua *sensibilidade política*.

Essa escolha por verticalizar a análise de uma realidade histórica pela visão de um intelectual demanda um instrumental teórico específico, diversas vezes proposto e discutido sob o emblema da “História Intelectual”. Num texto recente muito significativo, Jorge Myers especula que o objeto da História Intelectual deva ser a “elite letrada”, devendo-se compreender que

[...] essas elites não estão definidas a priori por nenhum pertencimento de classe ou de estamento. Sua condição de “elite” deriva de seu nível de especialização nos recursos simbólicos necessários para produzir um discurso douto sobre qualquer atividade ou experiência humana⁹.

Assim, Adolfo Caminha não é passível de ser analisado como intelectual pela classe social que ocupa ou pelo status que o meio social lhe atribui, mas em virtude da inserção no debate público por meio de seus textos. Tentaremos demarcar o ambiente intelectual em que o autor constrói suas reflexões, apresentando alguns fatos biográficos e demonstrando as principais ideias circulantes então, de forma a iluminar a maneira como ele pensa a realidade política e social de seu tempo.

Para a concretização desse empreendimento, optou-se por dividir esta dissertação em quatro capítulos. O capítulo 1, intitulado “Leituras sobre e linguagens políticas do escritor Adolfo Caminha”, ocupar-se-á basicamente de dois objetivos. Primeiro, será apresentado um histórico das leituras e interpretações que foram realizadas até o momento sobre a obra e a vida de Adolfo Caminha, de forma a sintetizar as principais vertentes de aproximação dos escritos caminhianos e enfatizar a contribuição que cada uma delas deu a esta pesquisa, ao mesmo tempo em que explicito quais proposições dessas leituras serão afastadas. Esse objetivo será realizado em dois tópicos: no tópico 1.1, “Leitores e leituras dos escritos de Adolfo Caminha”, empenhei-me explicar as diferentes leituras, mostrando como surgiram e se consolidaram; já no tópico 1.2, “No país dos ianques: um relato dentre muitos outros”, focamos em apresentar textos que analisaram o relato de viagem do autor, quais questões levantaram, de que forma dialogam com Caminha, e de alguma forma tentar compreender as motivações o que os levaram ao relato de viagem.

⁹ MYERS, Jorge. Músicas Distantes. Algumas Notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem. In: SÁ, Elisa Noronha de. **História Intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016. p. 26.

O segundo objetivo do primeiro capítulo, realizado no tópico 1.3, “Linguagens políticas: o texto caminhaniano como ato de discurso”, é explicar o conceito de “linguagem política”, e como, a partir dele, chegamos à ideia de sensibilidade política, que fundamenta nossa própria leitura do autor, bem como demonstrar a aplicabilidade do conceito aos escritos caminhanianos.

O capítulo 2, intitulado “Viagem ao país dos ianques: a cultura democrática dos americanos do Norte como alternativa ao autoritarismo da política brasileira” buscou assentar nossa hipótese central: a de que entre a crítica do obsoleto regime monárquico e do autoritarismo dos governos republicanos militares reside o desejo da construção de uma sociedade mais democrática e equânime, que encontra na república norte-americana sua principal expressão, sem abdicar do exemplo civilizatório europeu, em especial o francês. Sendo o único texto em que Adolfo Caminha se aprofundou nos Estados Unidos, seu relato de viagem constitui fonte privilegiada para averiguar ideias acerca da sociedade estadunidense, da forma republicana de governo e do contraste entre as realidades latina e anglo-saxônica.

O tópico 2.1, “A viagem em seus aspectos técnicos e institucionais e a versão do comandante” pretende explicar o contexto institucional em que se deu a viagem que originou o relato aqui estudado, bem como analisar o relatório produzido pelo capitão do navio, documento essencial para elucidar questões que Caminha não cita ou apenas menciona. O tópico 2.2, “As formas de ver: a nação além da nação”, objetiva apresentar os traços gerais da viagem em si. O itinerário, o contexto institucional em que ela ocorreu, e algumas reflexões acerca da materialidade do texto, além de trazer também uma reflexão acerca do gênero “relato de viagem”, essencial para compreender as particularidades do tipo de narrativa com a qual estamos lidando, afinal de contas, aí estão as bases das nossas escolhas metodológicas para análise do texto. O tópico 2.3 “Figurações da Monarquia e a construção de uma ‘linguagem republicana’” esmiúça as opiniões políticas do autor esboçadas em *No país dos ianques*, detendo-se nos trechos em que Caminha falou diretamente sobre aspectos do cenário político brasileiro. Para um autor como ele, em cujo conjunto da obra não habita um pensamento político organizado ou minimamente sistematizado, notaremos que o trabalho de reconstituir suas posições políticas tem de ser feito com uma pinça: recortaremos diversos comentários dispersos ao longo de seu texto, a fim de contextualizá-los em um cenário mais amplo e assim compreender suas razões com um pouco mais de profundidade.

O capítulo 3, denominado “Encontrar um lugar para o Brasil na América”, se ocupou em esboçar especificamente as opiniões e argumentos do autor em relação aos Estados Unidos e suas formas de sociabilidade, demonstrando os contrastes que Caminha estabeleceu entre a realidade norte-americana e a brasileira, ou melhor, entre o conjunto da experiência histórica anglo-saxã, representada também por Barbados e pela Jamaica, e da latina, que inclui Cuba. Aborda ainda avaliações que contemporâneos do escritor apresentaram sobre a experiência americana, a exemplo de Oliveira Lima, Eduardo Prado e Joaquim Nabuco. Seu objetivo principal é de oferecer um quadro geral das relações entre Brasil e Estados Unidos nos momentos finais do século XIX, e como o “gigante americano do norte” foi interpretado naquele momento crucial para a história política brasileira. Tendo em vista esse cenário, e pensando o trânsito de *No país dos ianques* e outros textos caminhianos entre o reconhecimento de uma civilização mais avançada hora ligado aos elementos da vida social norte-americana, hora à europeia, a pergunta que norteia o capítulo é a seguinte: indubitavelmente, a Europa ainda era o modelo de civilização – entendida como vigor intelectual e sobrevivência das tradições literárias e da prática cotidiana da política – para os letrados brasileiros. Então, qual era a contribuição dos Estados Unidos para a humanidade, diante de seu inegável progresso técnico e econômico? Identificamos todos os momentos em que Adolfo Caminha expôs suas opiniões acerca dos Estados Unidos, buscando oferecer subsídios históricos aos seus enunciados, com exceção de temas específicos que serão pormenorizados mais adiante. E comparamos suas posições com as de outros intelectuais e com veículos de imprensa, tentando perceber a formação dos argumentos centrais do debate. No tópico 3.1, “Representações do ‘gigante americano do norte’ em *No país dos ianques*”, discutimos as visões específicas que Caminha sustenta acerca dos Estados Unidos, e no tópico seguinte, 3.2, “O Amazonas e o Mississipi: as duas grandes potências da América”, exploramos as relações entre os dois países sob a perspectiva dos outros escritores de maior projeção social e política no período e entre os pósteros.

O capítulo 4 intitula-se “O problema da Civilização: progresso, raça e a nação civilizada em linguagens políticas de fins do XIX”. Parto da hipótese de que o conceito de “civilização”, cujo significado congregava todo um conjunto de horizontes de expectativa e era muito presente nos discursos políticos de todas as naturezas no século XIX (imprensa, parlamento, literatura etc.), era extremamente flexível, sendo usado para se defender todo tipo de projeto político. Assim sendo, o essencial deste conceito é compreender como ele é manejado. É, portanto, uma expressão cujas

questões centrais emergem não no reconhecimento de um significado central, mas na observação das formas em que foi empregado. O tópico 4.1, “Civilização: semântica e retórica”, tentou situar os significados do termo no final do século XIX, e também identificar as características do seu uso no discurso de Adolfo Caminha, além de traçar um pequeno panorama da história dos conceitos de civilização. O tópico 4.2, “Os indicadores do progresso: mensurando o potencial civilizatório de uma sociedade”, buscou reconhecer no discurso caminhiano os parâmetros que conduzem determinada nação aos patamares mais elevados da escala civilizacional, analisando três conjuntos de temas dentro de *No país dos ianques* que foram especialmente debatidos: o lugar social das mulheres e a dinâmica social das sociedades visitadas; a relação entre a constituição dos espaços e os sujeitos que o ocupam, isto é, entre cotidiano e cidadania, aqui representados pela civilização material e pela questão racial; e o sentimento nacional, como meio de interação entre os indivíduos e seu entorno político.

Capítulo 1: Leituras sobre e Linguagens Políticas do escritor Adolfo Caminha

Em entrevista concedida em 2015 a Sheila Lopes Leal Gonçalves, por ocasião do VIII Seminário Brasileiro de Teoria da História e Historiografia, o historiador argentino Elías José Palti falou sobre sua carreira acadêmica, suas referências teóricas, e principalmente sobre seu fazer historiográfico no campo da História Intelectual. Palti explica que seu fascínio pelos intelectuais e pelas ideias políticas vem da ampla interlocução que seu estudo possibilita – quando não, exige – entre a dimensão empírica da História e a dimensão da elaboração teórica. O cruzamento entre estes aspectos da construção do conhecimento suscita questões que, na visão do autor, ultrapassa o fazer historiográfico profissional, assumindo um aspecto “humanístico” que raramente é levado em consideração pelos historiadores. Segundo Palti, os acadêmicos da História não costumam questionar profundamente as razões e motivações de seu próprio ofício, de forma que as reflexões sobre a escrita da História que amplamente se suscitaram nos últimos anos não vão muito além do problema “da arte da escrita da História”¹⁰.

A História Intelectual se situa no exato ponto de cruzamento entre a empiria e a teoria, sendo assim uma janela à “reflexão humanística”, capaz de propor releituras originais a questões já estabelecidas:

La historia intelectual es, como decía, resultado de ese mismo cruce y creo que es en ese cruce donde surge algo interesante, es decir, cuando uno logra ver algo que se viene estudiando desde hace mucho pero empieza a mirarlo desde otro lado distinto de cómo se ha visto hasta ahora. Cuando uno logra un cruce es que surge algo novedoso, original; de lo contrario, seguimos reproduciendo los saberes consolidados en esa propia disciplina. Para poder desestabilizar esos saberes establecidos tiene que poder enfocarse nuestro objeto desde algún lado distinto a aquel desde donde se lo viene viendo hasta aquí¹¹.

Este estudo sobre Adolfo Caminha foi elaborado adotando esta perspectiva. A imaginação foi convocada em diversos momentos – esperamos, dentro dos limites que competem à pesquisa histórica –, pois trata-se de reconhecer aspectos da produção do escritor que restam por entender. Aspectos que a análise empírica, por si só, é

¹⁰ GONÇALVES, Sheila Lopes Leal. Debates sobre historia intelectual: un diálogo con Elías Palti. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, [S.L.], v. 8, n. 17, p. 285-295, 29 abr. 2015.

¹¹ GONÇALVES, Sheila Lopes Leal. Debates sobre historia intelectual..., p. 287.

insuficiente para dar a conhecer, pois como já se sabe, o silêncio e o não-dito são tão relevantes quanto o barulho e o proferido. A reflexão “humanística” se esboça na tentativa de revelar – ou ao menos sugerir que lá estejam – não apenas o exercício retórico e as conexões no contexto linguístico, mas todo um conjunto de motivações, contradições, temores e desejos.

Este capítulo é o abrir das cortinas, o contato inicial do público com o protagonista da trama. Sem avançar tanto na metáfora cênica, apenas lembro que em seus limites, a historiografia não pode mesmo fazer muito mais do que criar personagens. Tenho a esperança de que o personagem que eu concebi seja coerente e preciso o suficiente em suas falas e gestos para que possa ter algo “original” a encenar, como propôs Palti. Mas antes vamos ver o que descobrimos sobre o Adolfo Caminha real, e apresentar os outros Adolfos Caminhas que a historiografia literária produziu.

1.1. Leitores e leituras dos escritos de Adolfo Caminha

Estando acompanhado por nomes como os de Castro Alves, Casimiro de Abreu, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Pardal Mallet, entre outros, Adolfo Caminha seria mais um escritor brasileiro a incluir seu nome nos memoriais da “Escola de Morrer Cedo”¹², como uma vez foi chamado este grupo de jovens que tiveram suas vidas e brilhantes carreiras literárias encerradas precocemente, quase todos pela tuberculose, inclusive o escritor de que nos ocupamos.

Adolfo Ferreira Caminha¹³ nasceu em 29 de maio de 1867, em Aracati, no Ceará, e passaria seus últimos dias no Rio de Janeiro, acamado, vindo a falecer nas primeiras horas do ano de 1897, em 1 de janeiro, com trinta anos incompletos. Nasceu numa família aristocrática local, sendo muito provável que tenha recebido elevada instrução desde cedo, e acesso a uma biblioteca desde muito jovem¹⁴. A saúde física do

¹² TELLES, Lygia Fagundes. **A escola de morrer cedo**. 2005. Disponível em: <https://www.academia.org.br/artigos/escola-de-morrer-cedo>. Acesso em: 25 mar. 2022.

¹³ Todas as informações biográficas utilizadas ao longo deste texto em que não se conste referência diversa foram extraídas de AZEVEDO, Sânzio. **Adolfo Caminha: Vida e Obra**. Fortaleza: Casa de José de Alencar/programa Editorial, 1997. Outros textos biográficos relevantes são: PAPI JUNIOR, Antônio. **Adolfo Caminha e sua obra literária**. Fortaleza: Litografia Cearense, 1898; RIBEIRO, Saboia. **Alguns aspectos de Adolfo Caminha**. Rio de Janeiro: Tupy, 1964; PENALVA, Gastão. **Adolfo Caminha**. In. **Subsídios para a História Marítima do Brasil**. v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939.

¹⁴ A família Caminha era uma das mais importantes famílias de comerciantes da região do vale do rio Jaguaribe no Ceará, proprietária de casas comerciais, escritórios de advocacia e armazéns. A cidade de Aracati oferecia aos seus habitantes oportunidades substanciais de enriquecimento, visto que era um interposto comercial importante, tanto marítimo quanto terrestre: localizando-se a pouco mais de dez

menino era tão frágil que aos quatro anos os pais chegaram mesmo a lhe encomendar um caixão. A seca de 1877 viria compor um quadro desolador no interior cearense. Temos pouca informação sobre como o autor e sua família foram atingidos por ela, mas alguns estudiosos que dele se ocuparam não deixaram de notar seu interesse pelo tema ao escrever o romance – *A Normalista* – situado naqueles anos. O menino Adolfo foi levado a Fortaleza para ficar aos cuidados de parentes. Um tio, Álvaro Caminha Tavares da Silva¹⁵, veio alguns anos antes a mudar-se para o Rio de Janeiro, assumindo a tutela de alguns de seus sobrinhos, os jovens Adolfo e Abdon. Nosso futuro marinheiro embarcou para o Rio de Janeiro em 1882 na companhia de outro tio, este militar, Alexandre Ferreira dos Santos Caminha¹⁶.

Um dos dois, Álvaro ou Alexandre, o matriculou na então Escola de Marinha, instituição responsável pela formação dos oficiais da Armada. Lá Adolfo permaneceu entre 1883 e 1886, quando se formou, obtendo a patente de segundo-tenente. Desde então o jovem escritor já se interessava por questões artísticas e políticas. Havia na Escola a agremiação cultural estudantil Fênix Literária, que publicava um periódico do qual Caminha foi eleito redator em abril de 1885¹⁷.

O processo de formação se dava ao longo de quatro anos, sendo que o último deles, desde 1839¹⁸, era inteiramente desenvolvido numa viagem de formação. Em

quilômetros do litoral, pela vila passavam muitas mercadorias – inclusive escravos em trânsito interprovincial – por meio das areias de Canoa Quebrada. Além disso, localizando-se a poucas dezenas de quilômetros do Rio Grande do Norte, a cidade era também porta de entrada de vários produtos na província do Ceará pela fronteira. A casa comercial dos Caminha exportava matérias primas como cera de carnaúba e algodão e produtos manufaturados, como chapéus e bolsas. Também era uma das principais importadoras cearenses de louças e utensílios europeus. BEZERRA, Ana Paula Gomes. **Capitalismo e elite no Ceará**: produção, distribuição e consumo de louças europeias em Aracati (1850 a 1890). 240 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

¹⁵ Nascido em 1840, Álvaro bacharelou-se no Recife e praticou a advocacia no Rio de Janeiro até sua morte, em 1897, mesmo ano da morte de Adolfo. Ligado ao partido conservador no Ceará, esteve entre os membros da família Caminha que chegou ao legislativo, sendo deputado em três ocasiões. Mais conhecido por seu voto favorável ao Ministério Dantas no afamado projeto de 15 de julho de 1884, que resultou na chamada Lei Saraiva-Cotegipe, fazendo do Ceará um caso peculiar naquela situação, em que a maioria dos deputados liberais posicionou-se contra um projeto de um dos seus líderes, enquanto seus representantes conservadores foram favoráveis. STUDART, Guilherme. Álvaro Caminha Tavares da Silva. In. **Dicionário bio-bibliográfico cearense**. Fortaleza: Tipolitografia a Vapor, 1910. RIBEIRO, Filipe Nicoletti. **Império das incertezas**: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889). 258 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

¹⁶ Conferir anexo 1.

¹⁷ Conferir anexo 2. Infelizmente, não foram encontrados exemplares da Fênix nos arquivos físicos e virtuais consultados.

¹⁸ BRASIL. Regulamento nº 27 de 31 de janeiro de 1839. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/regula/1824-1899/regulamento-27-31-janeiro-1839-561643-publicacaooriginal-85299-pe.html>. Visto em: 15 abr. 2022.

fevereiro de 1886 Caminha daria início à sua viagem de instrução, retornando em dezembro, quando se realizaram também os exames para conclusão do curso de oficial da Marinha¹⁹. Mantendo um diário de bordo, o escritor reuniria e revisaria suas anotações, a partir das quais faria uma série de análises e reflexões, resultando deste esforço o relato de viagem de que trata esta pesquisa. Elaboraremos melhor este evento no tópico seguinte.

Concluída sua formação e agora nomeado segundo-tenente, parece ter havido algum embaraço em seu destino profissional, visto que ao fim do ano de 1886 ficou sem efeito uma ordem de passagem ao cruzador *Parnayba*, vindo a ser integrado em janeiro do ano seguinte ao encouraçado *Riachuelo*, sendo que antes estava lotado no *Solimões*. O ano de 1887 se arrastou com uma série de transferências, tendo Caminha servido em, ao menos, quatro embarcações diferentes – o couraçado *Sete de Setembro*, a corveta *Nitheroy*, o cruzador *Guanabara*, e a canhoneira *Afonso Celso*. No ano de 1887 são publicados seus primeiros livros, as novelas *Judith* e *Lágrimas de um crente*, reunidas em volume único, e o livro de poemas *Voos incertos*, ambos com traços fortemente românticos. No início de 1888, o segundo-tenente Caminha pleiteia e consegue uma transferência para Fortaleza, para onde vai buscando um clima mais ameno, visto que sua saúde frágil dava sinais de cansaço. Passa então a servir no cruzador *Paqueta*.

“Autor de dois livros e oficial da Marinha antes de completar 21 anos de idade”, é como Sânzio de Azevedo resume o estado da vida do autor quando da chegada em Fortaleza²⁰. A vida intelectual na capital cearense estava centrada, naquele momento, no Centro Literário e no Instituto do Ceará²¹. Os jornais, sobretudo *O Libertador* e *A Quinzena* também reuniam letrados em suas sedes. Mas Caminha se preservará relativamente distante dos acontecimentos até a criação do Centro Republicano em julho de 1889. Desde então e até seu retorno ao Rio de Janeiro, em 1893 – já afastado da Marinha, conforme explicaremos no próximo parágrafo – manterá intenso diálogo com certos grupos de letrados fortalezenses, vindo ainda a editar e

¹⁹ Sabemos que foi aprovado plenamente em direito marítimo e simplesmente em história e hidrografia. **O Paiz**, n. 0348, p. 1. 16 dez. 1886.

²⁰ AZEVEDO, Sânzio de. **Adolfo Caminha: Vida e Obra**. Fortaleza: Casa de José de Alencar/programa Editorial, 1997.p. 33.

²¹ CARDOSO, Gleudson Passos. **As Repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904)**. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

publicar dois periódicos neste tempo: a *Revista Moderna*, de 1891, e o jornal *O Diário*, de 1892. Infelizmente, foram encontrados pouquíssimos exemplares de ambos.

Durante estes anos, nosso jovem oficial também começou uma relação amorosa com Isabel Jataí de Paula Barros, que viria a ser a mãe de suas duas filhas, Belkiss e Aglaís. O relacionamento, no entanto, causou um profundo mal-estar na província e na Armada, em decorrência do fato de que a jovem era casada com o alferes do Exército Augusto de Paula Barros. As forças armadas tentaram evitar os escândalos, mas qualquer tentativa de discrição foi arruinada quando Isabel abandonou o marido para ir morar com Caminha, em 1889. Poucos dias depois de “juntar os panos”, por assim dizer, o jovem oficial foi convocado ao Rio de Janeiro pelo ministro da Marinha, José da Costa Azevedo, o Barão de Ladário²². O processo, no entanto, só seria concluído após a mudança do regime de governo no 15 de novembro, quando passada a chefia do ministério ao almirante Eduardo Wandenkolk²³.

O novo ministro da Marinha mostrava-se pouco disposto a deixar por resolver o problema ético e profissional criado pelo relacionamento amoroso do jovem oficial. Na impossibilidade de admitir abertamente o escândalo com uma reprimenda formal, censura, castigos ou quaisquer outras formas de retaliação, Eduardo Wandenkolk emitiu uma ordem para que Caminha embarcasse em direção à Europa numa viagem duradoura, que poria fim ao relacionamento considerado delituoso; uma negativa configuraria insubordinação. Neste quadro, Caminha opta por pedir demissão da Armada em dezembro de 1889. O ministério ainda tentou protelar o problema, provavelmente esperando uma reconsideração do demissionário, mas sua exoneração por fim foi assinada em 15 de fevereiro de 1890. Ou seja, uma vez formado, Caminha atuou como oficial da Armada por apenas três anos.

1.1.1. Um escritor polêmico

O ousado ex-oficial permaneceria em Fortaleza pelo triênio seguinte, após sua exoneração da Marinha, ocupando-se dos periódicos que editou, das reuniões e textos da Padaria Espiritual²⁴, e de alguns outros textos que enviou a jornais, além da redação da primeira versão do texto de *No país dos ianques*. Antes de ser publicado em

²² Marinha e Guerra. **O Paiz**, n. 1813, 24 set. 1889, p. 2.

²³ Conferir anexo 3.

²⁴ Agremiação literária idealizada e fundada pelo poeta cearense Antônio Sales em 1892, reuniu diversos artistas cearenses durante sua existência, até 1898. Ao longo deste tempo, publicou o jornal *O pão*. Caminha foi um membro fundador, mas foi expulso da associação pouco depois. COSTA FILHO, Cícero João da. **Padaria Espiritual: cultura e política em fortaleza no final do século XIX (1892-1898)**. 248 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

volume único, na forma de livro, o relato de viagem foi posto em circulação no formato de folhetim, no ano de 1890, no jornal *Diário do Norte*. Infelizmente, ainda não foi possível localizar as edições do jornal que contém as partes do texto.

Neste meio tempo, obteve também um cargo público como praticante da Tesouraria da Fazenda em Fortaleza²⁵. Em fins de 1892 transferiu-se ao Rio de Janeiro, sustando o cargo de 3º oficial adido ao Tesouro Federal. Como bem repara Sânzio de Azevedo:

Não era ele mais um aluno da Escola de Marinha, que queria marcar sua presença nas letras, mas cujo objetivo maior era a carreira militar. Agora, era um funcionário do Tesouro Nacional, disposto a abraçar, de corpo e alma, a literatura como atividade principal, e forçado, pelas necessidades materiais, a exercer o jornalismo, quando não estivesse na repartição²⁶.

No ano seguinte, 1893, foi publicado o primeiro romance do escritor, *A Normalista*. A narrativa acompanha alguns anos da vida de Maria do Carmo, uma jovem estudante da Escola Normal de Fortaleza, cujo pai fora tentar ganhar algum dinheiro no Pará e deixara sua filha, ainda criança, aos cuidados de João da Mata, um amanuense seu compadre, padrinho de Maria, que posteriormente a seduziria e engravidaria. São três os temas centrais do romance: o contraste entre província e capital; o papel das mulheres na sociedade burguesa; e o problema da seca como fator estruturante dos eventos históricos e das relações sociais²⁷.

Em 1894 saíria a segunda versão de *No país dos ianques*, sob muitos aspectos o texto mais peculiar de Adolfo Caminha. Não só por ser seu único texto do gênero, mas também por trazer algumas questões histórico-políticas sobre as quais ele ainda não havia escrito (nem voltaria a escrever); o próprio debate sobre os Estados Unidos como referência política, em especial.

No ano seguinte, em 1895, temos a publicação do polêmico *Bom Crioulo*, romance pelo qual Caminha é mais conhecido. Nele, assistimos à saga de Amaro, um negro outrora escravizado que fugiu de sua fazenda e alistou-se como marinheiro da Armada, vindo a se apaixonar por Aleixo, um jovem grumete branco. Dando espaço a um protagonista inédito – um negro homossexual e trabalhador braçal – o romance

²⁵ Segundo Frota Pessoa, amigo próximo de Adolfo, este emprego fora obtido por intervenção de Rui Barbosa, então ministro da Fazenda. Mas não se dispõe de fontes que possam endossar essa mediação de Barbosa. PESSOA, Frota. **Crítica e Polêmica**. Rio de Janeiro: Artur Gurgulino, 1902, p. 221.

²⁶ AZEVEDO, Sânzio de. Adolfo Caminha..., p. 77.

²⁷ SANTOS, Francisco Wilton Moreira dos. A marca discursiva da seca como entrave à civilização em *A Normalista* de Adolfo Caminha (1893). **Temporalidades**, Belo Horizonte, n. 32, p. 588-602, abr. 2020.

retrata a rotina frenética da marinhagem no convés e no porto; faz uma denúncia dos castigos físicos praticados na Armada e dos abusos dos oficiais; e escancara o discurso científico na explicação dos comportamentos.

A avaliação mais severa do romance foi feita por Valentim Magalhães, crítico, editor e também escritor, que chamou *Bom Crioulo* de um “romance-vômito”, e argumentou que apenas uma mente doentia poderia “considerar literários tais assuntos”²⁸. Manifestações semelhantes se desdobraram durante todo o restante da década de 1890. O estigma que pesou sobre o romance foi tão intenso que, durante o Estado Novo, *Bom Crioulo* chegou a ser censurado sob a acusação de ser um livro comunista²⁹.

Ainda em 1895, Caminha reuniria e publicaria vários de seus textos de crítica literária, com o acréscimo de alguns inéditos, sob o título de *Cartas Literárias*. Este livro, como todos os predecessores, geraria significativa polêmica. É, sem dúvida, um livro central na obra caminhiana, pois lá estão esboçadas suas posições acerca de diversos assuntos, principalmente em relação ao papel que, julgava ele, o escritor deveria cumprir na sociedade, e qual a sua importância no processo civilizatório. Durante o ano de 1896, o escritor editou e publicou a *Nova Revista*, que teve, ao todo, nove edições, e tratou, sobretudo, de arte e literatura. Também durante este ano escreveu o último de seus três romances, *Tentação*, onde se acompanha as dificuldades de um casal maranhense, Adelaide e Evaristo, que passam a residir no Rio de Janeiro a convite de Furtado, um amigo de Evaristo, sendo a este oferecido um cargo no Banco Industrial. Republicano entusiasmado, Evaristo desilude-se com os tipos de defensores da república que encontra na capital – mesquinhos e pouco preocupados em estabelecer uma cultura política democrática – e Adelaide acabrunha-se com os ousados avanços sedutores de Furtado e outras falcatruas que presencia, percebendo na cidade grande uma imperiosa decadência moral.

Além destas obras, Caminha publicou alguns contos, poemas e textos críticos espalhados em diversos periódicos. Incompletos, deixou dois romances e uma tradução das peças teatrais de Balzac que, se tivesse sido concluída e publicada, teria sido a primeira em terras brasileiras. Feita esta recomposição biográfica, passemos a ver de que maneiras este escritor vem sendo lido e interpretado.

²⁸ MAGALHÃES, Valentim. *A Notícia*. Rio de Janeiro, 20 nov. 1895, *Semana Literária*, p.1.

²⁹ FARIA, Maraísa Gabriela de. *As barbas espantadiças do público: uma história da edição, circulação, recepção e fortuna crítica de bom-crioulo, de Adolfo Caminha*. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

1.1.2. A equação “vida+obra” e o paradigma da escola literária

A primeira coisa que se deve dizer é que, seguindo uma tendência quase geral nas análises do século XX acerca de atores específicos da história, inclusive na crítica literária³⁰, também Adolfo Caminha não escapou de ser lido e interpretado segundo preconceitos e outras visões estabelecidas acerca de sua trajetória de vida e dos eventos que presenciou ou experimentou. Há certo determinismo biográfico em alguns estudos empreendidos que enxergam com exagerada tragicidade características da personalidade e alguns eventos da biografia do autor, em que se enquadra dentro de uma jornada trágica o esforço criativo de Caminha, suas escolhas estéticas e motivações para escrever. A data de sua morte (o primeiro dia do ano, falecido enquanto a cidade festejava), sua posição insistentemente “secundária” entre os literatos de então e seu temperamento explosivo são as referências mais lembradas, evocando forte carga simbólica.

Os rancores, tristezas e escárnios que transpiram nos personagens de Zuza, Lídia e da própria Maria do Carmo n’*A Normalista*, a melancolia com que o autor pintou os personagens e cenários do *Bom Crioulo*, e a frustração política de Evaristo em *Tentação* são então apontados contra ele próprio, pois segundo se argumenta, Caminha transferiu aos seus personagens os sentimentos de vingança que nutria, respectivamente, contra o provincianismo fortalezense, por ter feito dele assunto de fofoca e por ter sido excluído dos círculos sociais em virtude de seu relacionamento com uma mulher casada; a hierarquia da Marinha, que o reprimiu vezes sem conta; e a sociedade imperial e os republicanos do governo provisório, que descumpriram todas as expectativas construídas ao longo de anos de militância política.

Essa linha interpretativa surgiu com o relato de Frota Pessoa, num texto de 1902, onde não se poupou reafirmar constantemente os paralelos estabelecidos entre os aspectos da vida pessoal do escritor e as representações por ele construídas em suas obras. Em um parágrafo, Pessoa sintetiza a ideia de que todos os infortúnios da vida de seu amigo se deram pela falta de sabedoria e cautela deste:

Quando amou, foi com estrepito e violência, cavando em torno de si um fosso de eriçadas antipatias e prevenções; quando despiu a honrosa farda de oficial de marinha, foi com uma arrogância que tirou aos seus chefes o desejo de dissuadi-lo; quando estreou na literatura, sobre o seu nome e sobre a sua obra

³⁰FARIAS. Sônia L. Ramalho de. Tendências da crítica literária contemporânea: um esboço. **Graphos**, v. 10, n. 2, João Pessoa, Dez./2008.

desencadearam-se as cóleras mais vivas e os despeitos mais inclementes; quando surgiu na crítica, levantou o clamor indignado e despertou a ira sanhuda dos déspotas literários. Em suma, dentro de cinco anos ele fechou voluntariamente em frente de si todas as portas.³¹

E mais a frente: “Mas em todas essas ocasiões foi de uma nobreza incomparável na sua inconsciência e no seu desdém pelas conveniências dos próprios interesses”. Frota Pessoa não ajudou a fundar apenas a perspectiva biografista da interpretação de Caminha, como também a ideia de que naquela inconsequência e no temperamento impulsivo e explosivo residia um tipo de heroísmo personalista.

Em um estudo intitulado *O enjeitado Adolfo Caminha* (1941), Valdemar Cavalcanti radicaliza o caráter biografista dos estudos caminhianos, chegando a afirmar que “Tudo o que saiu da pena de Adolfo Caminha tem, necessariamente, a marca de suas desgraças pessoais [...]. Tudo nas páginas que escreveu transpira o desejo de vingança do homem falhado e vencido pelo destino”³². Em novembro de 1895, Valentim Magalhães lançou uma crítica num tom semelhante sobre o *Bom Crioulo*, num famoso e violento texto:

Mas o que assombra é o perfeito conhecimento que de tais perversões e obscenidades possui o autor. Não há dúvida que é um romance verdadeiro, vivido, este. O autor conhece admiravelmente a vida promíscua e nauseabunda da marujada, de dia e de noite, – de noite principalmente – a bordo de um vaso de guerra. Nada lhe escapa – a nomenclatura das velas, das cordas e dos instrumentos navais, as práticas de bordo, o calão da marinhagem e as mínimas particularidades de sua vida íntima. Miserável e aviltante, tudo sabe, tudo conhece, tudo reproduz. Isso lá é verdade³³.

Evidentemente essa passagem de Magalhães não tem objetivo de análise algum, apenas busca a humilhação pública. Ainda assim, tal como as observações de Cavalcanti, ela surge da noção de que, em relação a um texto que não se mostra, aos olhos do crítico, digno de um estudo mais sério e lúcido, também o autor não figura como sujeito a ser seriamente considerado. Apenas um ano antes, Magalhães elogiara Caminha como uma das grandes promessas da literatura nacional em prosa, na ocasião de uma série de palestras que deu em Lisboa³⁴.

A partir do início do século XX, a repercussão polêmica levantada em torno do *Bom Crioulo* ganhou novos contornos, alargando-se e arregimentando debatedores.

³¹Crítica e polêmica, p. 226-227.

³² CAVALCANTI, Valdemar. *O enjeitado Adolfo Caminha*. **Revista do Brasil**. 3a Fase, ano IV, n.35, maio 1941. p. 158.

³³ MAGALHÃES, Valentim. *Semana Literária*. **A Notícia**. n. 293, 21 nov. 1895. p. 1.

³⁴ As palestras foram reunidas e publicadas posteriormente no livro MAGALHÃES, Valentim. **A literatura brasileira (1870-1895)**. Lisboa: Antônio Maria Pereira, 1896.

Apenas na década de 1980, junto com *A Normalista* e com uma importância crescente atribuída às *Cartas Literárias*, o *Bom Crioulo* passa a figurar no cânone, apesar do fato de estudiosos como Lúcia Miguel-Pereira e Nelson Werneck Sodré terem gasto tinta para dirigir-lhe comentários nos anos anteriores. Apesar do apagamento do romance durante a primeira metade do século, a crítica o redescobriu e houve um novo acirramento nas décadas de 1940, 50 e 60.

A ensaísta Lúcia Miguel-Pereira, em 1960, que se mostra admiradora da narrativa

caminhiana e elogia Caminha como ficcionista e crítico, diz que é estranho que um escritor de seu porte tenha se proposto descrever “cenas tão repugnantes”, referindo-se ao *Bom Crioulo*. Miguel-Pereira veio a organizar um volume de seus escritos e publicar um estudo sobre o autor³⁵, chegando a afirmar que nele havia “uma terrível grandeza, a que só por momentos atingiu Aluísio Azevedo”. Adolfo Caminha vai ser sempre analisado em termos comparativos com este autor.

Já, em 1965, Nelson Werneck Sodré considera que a principal característica de Caminha tenha sido sua “escrita militante” republicana, tanto nos textos ficcionais quanto nos não-ficcionais. Esta posição talvez estabeleça a precedência da linha interpretativa que o analisa como tendo uma intencionalidade antes política do que propriamente estética. Sodré argumenta que, com Caminha, o naturalismo dera um “passo a mais”; declara também o quanto, em qualidade literária, o romancista estava em pé de igualdade com Aluísio de Azevedo ao colocar o *Bom Crioulo* ombro a ombro com *O cortiço*, e considera estas duas obras como representativas do auge da escola naturalista. Sodré entende ter sido o período de 1890 a 1895 o ponto alto do naturalismo no Brasil, e diz que depois do *Bom Crioulo* encerrou-se o ciclo do naturalismo brasileiro.

É necessário dizer, desde já, que os estudos acerca de Caminha têm focado sua atenção no *Bom Crioulo*. Outros de seus textos, em especial *A Normalista* e as *Cartas Literárias*, aparecem ocasionalmente em estudos com fins específicos: empreendimento acerca da história local fortalezense e dos círculos letrados e circuitos editoriais no Rio de Janeiro no fim do século, respectivamente. Esta tendência segue até hoje, mas ela teve momentos ao longo de seu desenrolar. No século XIX as polêmicas em torno de *Bom Crioulo* acumularam uma retórica essencialmente moral; em meados

³⁵ MIGUEL-PEREIRA, Lucia. **Textos escolhidos de Adolfo Caminha** (org.). Rio de Janeiro: Agir, 1960.

do século XX, com a ascensão de uma visão mais ampla dos estudos literários, abriu-se uma margem de análise que privilegiava a relação entre autor e escola literária, dando espaço a sequenciados estudos que manejavam Adolfo Caminha e o naturalismo juntos, por vezes numa relação quase simbiótica, que teve o mérito de perceber o naturalismo como a expressão de um cenário social marcado pela urbanização rápida, o avanço da autoridade policial frente à violência, o aparecimento de sujeitos de fora da sociedade de corte – marinheiros, ladrões, prostitutas, operários, etc.³⁶. Já a partir da década de 1980, as pautas ligadas ao então chamado “movimento gay” deram projeção a diversas produções culturais antes obscurecidas. A emergência desses debates, não apenas na sociedade brasileira, mas a nível global, coincidiu com a proposição de que este romance teria sido o primeiro na literatura brasileira a não apenas tratar do desejo homossexual, mas colocá-lo no epicentro do enredo, como explica James Green no prefácio da edição mais recente do romance³⁷.

1.1.3. Caminha e a tematização política da Sexualidade

Um dos primeiros estudos a colocar *Bom Crioulo* nesta posição foi realizado por David William Foster, em artigo que sugere uma razão para o “esquecimento” do escritor: deveu-se à construção de uma tradição crítica brasileira e internacional que destacou a figura de Machado de Assis e de outros membros da Academia Brasileira de Letras, marginalizando automaticamente todos os autores do fim do XIX não relacionados ao seu círculo; portanto, distantes daquele cânone. Foster se mostra um grande entusiasta do *Bom Crioulo*, afirmando que o romance não é significativo apenas no Brasil, mas deve ser entendido como um dos primeiros trabalhos e toda a literatura ocidental a tratar explicitamente do tema do desejo homossexual, sobretudo

³⁶ Essa visão teve no livro de Sodré, **O Naturalismo no Brasil**, de 1965, um de seus primeiros defensores. O crítico entendia a estética naturalista como sintoma da sociedade burguesa, havendo um problema essencial posto para os escritores brasileiros, considerando que, estando na “periferia do capital-imperialismo”, o Brasil não tinha passado por um processo de industrialização e urbanização tão intensos quanto na Europa, de maneira que aqui os escritores tiveram de encontrar outras formas de dar concretude às suas análises. Esta é uma primeira versão do argumento que posteriormente Roberto Schwarz apresentaria como “ideias fora do lugar”. RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v.3, n.6, 2013, pp.525-556. Uma interpretação recente do naturalismo como expressão da sociedade burguesa pode ser vista em NAZARIO, Luiz. Quadro histórico do período naturalista. In: GUINSBURG, Jacob; FARIA, Roberto. **O Naturalismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

³⁷ GREEN, James. Introdução. In: CAMINHA, Adolfo. **Bom Crioulo**. São Paulo: Todavia, 2019. p. 7-20.

considerando que outros livros da época, como *O retrato de Dorian Gray* e *Billy Bud*, não circularam livremente, o que de fato ocorreu com *Bom Crioulo*, a despeito dos ataques recebidos. E o autor repara que, mesmo nos dias correntes – e lembro que o artigo é de 1988, mas a afirmação permanece verdadeira –, apesar de o romance ser mais lido, ninguém cogita sugeri-lo aos currículos escolares³⁸.

Foster não considera o *Bom Crioulo* como uma obra “anti-homossexual”, como viria a ser a tendência dominante nas análises mais recentes do livro e entende que Amaro é perfeitamente humano, não a despeito de, mas justamente por causa de suas condições patológicas de vida, sendo ele, antes de tudo, vítima da hipocrisia dos oficiais. Sua “loucura” resulta de sua condição social, mais do que de sua biologia. O texto de Foster parece, portanto, ter inaugurado a ideia de que há uma originalidade intrínseca ao *Bom Crioulo* e seu discurso político associado ao corpo, superando a polêmica original, puramente moral.

De fato, a dimensão da corporeidade enaltecida no texto do *Bom Crioulo* – concretizada não apenas no desejo sexual, mas também no suplício da carne, na relação corpo-espço (este hora o urbano, hora o marítimo) e na escolha das sensações como eixo narrativo –, não obscurece ou se opõe ao discurso político racional e organizado como quiseram fazer parecer muitas vezes alguns argumentos de base moral lançados à época da publicação do texto, e cujo eixo central se perpetuou numa certa prática crítica³⁹. Pelo contrário, o texto se entremeia a algumas questões amplamente debatidas em várias esferas da sociedade da época, construindo uma estratégia narrativa muito característica do autor e que participa, desde sua concepção, do engajamento político via atuação na esfera literária, mas que buscava alcançar também o espírito público do cidadão da república.

Este romance foi ganhando gradualmente mais espaço no debate público, acadêmico e literário, e o interesse por ele foi se intensificando, inclusive fora do Brasil, como demonstra Carlos Eduardo Oliveira Bezerra, ao constatar que existem traduções do romance ao inglês, francês, alemão, espanhol, italiano e turco⁴⁰. Ocorre que o interesse pela obra estendeu-se também ao autor, cujo nome passou a aparecer com mais

³⁸ FOSTER, David William. Adolfo Caminha's "Bom-Crioulo": a founding text of brazilian gay literature. *Chasqui*, Quito, v. 17, n. 2, p. 13-22, nov. 1988

³⁹ Por exemplo: GURGEL, Rodrigo. **Subliteratura e vingança**. 2011. Disponível em: <https://rascunho.com.br/noticias/subliteratura-e-vinganca/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

⁴⁰ BEZERRA, Carlos Eduardo de Oliveira. Bom-crioulo: um romance da literatura gay *made in Brazil*. *Revista de Letras*, Fortaleza, v.1-2, n. 28, p. 94-100, 2006.

frequência nos textos acadêmicos a partir da redescoberta do *Bom Crioulo*. Ora, se a obra passou a ser mais conhecida por causa do tema da sexualidade, não poderíamos esperar que Caminha fosse analisado sob outro prisma. Decorre disto o fato de que, ainda hoje, é conhecido, sobretudo, pelo seu traço polemista e seu apreço pelos escândalos sexuais⁴¹. É certo que o temperamento do escritor era voltado às polêmicas e que o tema da sexualidade abunda em seus escritos. Mas torna-se problemática a evocação dessa chave de leitura quando são negadas a ele quaisquer outras possibilidades de abordagem que não por este crivo. Sem querer fazer nenhum alarde, é necessário convir que os estudos acerca do Caminha são, ainda hoje, incomodamente repetitivos nesse aspecto, e algumas proposições acabam sendo mais frequentes, tais como: a ênfase numa “androgenia” do grumete Aleixo, cuja feminilidade atrai Amaro e Carolina; o contraste entre a virilidade do homem adulto negro e a “pureza” da mocidade branca; a insistência no destino trágico de Amaro, derrotado por seus “vícios”.

Deixo registrados especialmente dois trabalhos de mais fôlego que enfatizam a sexualidade na escrita caminhiana de forma muito proveitosa. O primeiro deles foi feito pelo sociólogo Richard Miskolci em *O desejo da nação*⁴², cujo objetivo é identificar, na produção literária, a formação de um “novo imaginário nacional” originário dos projetos surgidos nos anos que antecederam a proclamação da república. Para demonstrar tal hipótese analisa três textos que considera cruciais: *O Ateneu*, *Bom Crioulo* e *Dom Casmurro*. Dentro da ideia de “projeto nacional”, o autor foca nas políticas do corpo, isto é, nas interdições de comportamento e na determinação de afetos, inspirando-se na ideia foucaultiana de biopolíticas. Apoiando-se em José Murilo de Carvalho, Miskolci afirma que os “desejos nacionais” da época estavam pautados numa rejeição do elemento popular, constituída historicamente por uma “avaliação negativa do nosso povo”, e isto teria culminado à época da proclamação por conta de uma sensação de urgência na reforma da ordem social. Nesse sentido, o autor critica as análises históricas e sociológicas “convencionais”, que segundo ele, desvinculariam o contexto histórico-político do ambiente cultural, ignorando este segundo aspecto,

⁴¹ Não ignorando que *A Normalista* trata de uma adolescente seduzida por seu padrinho e *Tentação*, obra mais discreta, mantém, no entanto, a sombra da possibilidade do adultério sempre presente. E não apenas nos romances, em diversos dos contos de Caminha assistimos a cenas polêmicas, como uma mulher casada que seduz uma criança a quem vinha ensinando a tocar piano, ou as impressões de um jovem que, apenas depois de algum tempo, percebeu ser sua mãe adotiva uma prostituta.

⁴² MISKOLCI, Richard. *Bom Crioulo e o “elemento nacional” entre a degeneração e a branquitude*. In. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**. São Paulo: Annablume, 2013.

“fortemente marcado por um imaginário racial” fundado no medo da “onda negra”. Haveria, assim, uma relação entre um agrupamento específico de projetos nacionais e certo desejo de controlar os corpos, cuja fundamentação se expressaria no pensamento higienista⁴³.

O autor, porém, acaba por evocar esse aparato conceitual para afirmar que para estes projetos, o único sujeito civilizador possível é o homem branco heterossexual; assim, apresenta Adolfo Caminha como exemplo desse grupo que, supostamente, interpretava a realidade social a partir do binômio civilização-degeneração, e somente dele. O autor remete ao *Bom Crioulo* ainda de outra forma. Ele relembra que o termo “homossexual” começou a se popularizar no mundo também em 1895, por causa da condenação de Oscar Wilde⁴⁴, e assim, Adolfo Caminha teria sido uma das primeiras pessoas no país a usar esta palavra, se inserindo no início do processo de formação de uma identidade social do grupo homossexual⁴⁵. E o faz a partir da criação de um personagem homossexual negro. Isto é, em Adolfo Caminha, o homoerotismo é tratado de forma “racializada”. Aleixo, o grumete branco, seria também uma denúncia: não estando livre de artimanhas e egoísmos, ele representaria o resultado da degeneração na nação, um “e se?”, interroga o que ela poderia ser se nunca tivesse encontrado o obstáculo negro em seu caminho.

Já o segundo trabalho, *O retrato do imperador: negociação, sexualidade e romance naturalista do Brasil*, publicado em 2000 pelo crítico Leonardo Mendes, compara o tratamento dado à sexualidade em *Bom Crioulo* e *O cortiço*. O título é uma referência ao retrato de Dom Pedro II que Amaro conserva no quarto da Rua da

⁴³ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; Azevedo, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; Rago, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁴⁴ Em 1895, o dramaturgo Oscar Wilde (1854-1900) foi acusado pelo Marquês de Queensberry de sodomia, o que se mostrou inegável ao longo do processo. O processo gerou repercussão internacional e cada audiência foi acompanhado de perto pela sociedade vitoriana e noticiado na imprensa de vários países. Ao longo das sessões, cartas de amor foram lidas e poemas recitados, como provas. Wilde acabou condenado a dois anos de prisão com trabalhos forçados. Parte da historiografia considera este um momento inaugural da relação entre sociedade e desejos homossexuais na era contemporânea. KAPLAN, Morris B. **Sodom on the Thames: Sex, Love, and Scandal in Wilde Times**. Cornell University Press, 2012.

⁴⁵ Com os estudos de Foucault sobre a sexualidade, admitiu-se que desde o início de sua interdição no início do século XIII, a homossexualidade masculina era atribuída às práticas pecaminosas de certo grupo de homens, depois analisados também pelo viés patológico. Apenas no século XIX iniciou-se um movimento de construção de uma *identidade* deste grupo, doravante reconhecido não apenas por uma *prática*, mas também por atributos de personalidade, comportamentos etc. FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

Misericórdia, onde se hospeda quando está no Rio de Janeiro. Já de saída, Mendes estabelece que este retrato tem duas funções no romance: é ao mesmo tempo um símbolo de anacronismo – funcionando como estabelecedor de um marco temporal diferente do da escrita do romance – e de negociação – abrindo espaço à admissão de outros símbolos políticos que contradissem a pretensa ordem republicana. Baseado em Camile Paglia e Eve Kosofsky Sedgwick, o autor diz querer desvendar o “segredo íntimo” dos textos através de um método que denomina “close reading”, uma leitura “arqueológica”, no nível do detalhe. Mendes é partidário da ideia de que o repúdio e a resistência ao naturalismo no fim do XIX são originários de um desconforto causado essencialmente pelo desregro moral que essa literatura evocou. Porém, por mais que tenha feito uma leitura surpreendentemente detalhista dos romances que se propôs a analisar, não ultrapassa a ideia do moralismo guiando a crítica; isto é, o naturalismo é pouco lido porque é muito indigesto, ou, nos termos de Sílvia Romero, não mantém o “decoro literário”.

Argumenta-se que a reputação de Aluísio Azevedo foi “salva” por romances menos “históricos” como *Casa de pensão* e *O cortiço*, onde a sexualidade se dissolve na crítica social. Adolfo Caminha não teve a mesma sorte, pois, como já sabemos, a única explicação além da torpeza que se buscou nos seus romances foi a existência de uma natureza vingativa. Na visão de Mendes, Adolfo Caminha forjou um naturalismo ideal porque não queria ser um “imoral solitário”, de forma que suas defesas dos romances sempre contam com a citação de outros escritores. De fato, o principal argumento do escritor sempre é: “Se Zola, Flaubert, Balzac, Aluísio Azevedo o fazem, por que eu não posso?”⁴⁶. Aliás, destaca Mendes, as defesas dos romances caminhianos, principalmente as do próprio Adolfo Caminha, muito raramente tem qualquer outro argumento. Sempre que se defendeu *A Normalista* ou *Bom Crioulo* foi a partir do argumento científico. E isto acontecia porque não era o sexo em si que os críticos repudiavam, mas a sugestão de que ele pudesse fazer parte de um “produto de alta cultura”.

⁴⁶ A título de exemplo, assim defende Caminha *A Normalista* da acusação de libertinagem:

“É muito possível que o meu senso estético, se o tenho, haja compreendido mal de maneira a não descobrir as cenas libidinosas de que fala o contemporâneo. Sou contra a libidinagem literária e não perdoaria nunca o escritor que me viesse por amor ao escândalo, descrever cenas imorais, episódios eróticos a título de naturalismo.

Mas vamos: é preciso não confundir a verdade flagrante e necessária, reproduzida naturalmente, sem intuitos dissolventes, com a patifaria rasa, que dói nos ouvidos e faz saltar o sangue à face da burguesia. Zola, por maior que seja o número de seus inimigos, não é um romancista imoral. [...]”. CAMINHA, Adolfo. Em defesa própria. **Cartas literárias**. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1895. p. 69-87.

1.1.4. O escritor e seu contexto: abordagens histórico-políticas

Outra tendência dos estudos caminhanos é aquela que busca uma interpretação da obra do autor a partir de sua ligação com a corrente naturalista de literatura. Essa aproximação entre escola literária e escritor pode ser bastante produtiva, se bem explorada, mas possui alguns riscos. O mais evidente deles é apresentar o respectivo escritor como um representante incondicional daquele modelo narrativo/estético/estilo, sem problematizar suas rupturas, discordâncias e contradições inerentes. Nesse caso, escritor e estética literária tornam-se uma coisa só, e passa-se a impressão de que não há autoria para além da corrente literária: falar do naturalismo bastaria para explicar Adolfo Caminha, e falar de Adolfo Caminha seria evidenciar alguns aspectos do naturalismo. Essa associação tem ainda outro desdobramento: se é tomada como correta a ideia de que o naturalismo desejava ser “a ciência em forma de arte”, e que boa parte de sua inspiração era buscada nas ciências naturais, torna-se válido pensar que a produção científica do século XIX está presente na ficção naturalista por meio das leituras que dela foram feitas pelos escritores desta estética. Assim, frequentemente vemos tentativas de contextualizar Caminha não num momento de produção literária, mas num momento de produção científica. Felizmente para nós, essa relação entre o autor e o naturalismo foi bem analisada em alguns trabalhos sem incorrer nessas armadilhas. Vejamos alguns deles.

Em *Retrato sem parede: o Bom Crioulo, de Adolfo Caminha*, artigo publicado em 2015 por Regina Delcastagnè, a afirmação inicial, acerca do personagem Amaro, já é bastante provocadora:

Afinal, além de gay, ele é negro e trabalhador braçal. Juntam-se aí três características que, isoladas, já seriam suficientes para torná-lo invisível nos discursos predominantes que circulam pelos mais variados espaços sociais. No discurso literário, uma personagem com essas marcas de classe, raça e orientação sexual poderia até compor o pano de fundo de alguma narrativa, como representante de uma “diversidade” que é necessário reconhecer⁴⁷.

Nesta visão⁴⁸, a imagem de Amaro constrói uma espécie de alteridade

⁴⁷ DALCASTAGNÈ, Regina. Retrato sem parede: o Bom Crioulo, de Adolfo Caminha. **Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas**, n. 24, p. 147-159, 19 jun. 2017. p. 147.

⁴⁸ Uma perspectiva semelhante foi defendida em: RIBEIRO, Rondinele Aparecido. Amaro: o anti-herói naturalista. **Igarapé**, Porto Velho, v. 4, n. 1, p. 1-12, dez. 2014. Já em BITENCOURT, Bianca Ferraz. Bom-Crioulo: a construção de um tipo. **UOX – Revista Acadêmica de Letras**, v. 3, p. 24-44, 2016 também temos a apresentação de um Amaro-herói, mas construído a partir de uma teoria do desejo de

apriorística, o que resultaria no fato de que não se consegue, até hoje, ler o romance sem uma sensação de estranhamento. Aliás, afirma a autora, mesmo agora são raros na literatura brasileira os romances publicados em editoras consagradas que possuem protagonistas com essas características. Delcastagnè aborda um aspecto interessante do enredo, que em geral passa despercebido por muitos analistas do romance: a “loucura” de Amaro, já exaustivamente abordada como tendo por motivo a afeição por Aleixo, está inclusa também numa revolta do marinheiro pela vida de semiescravidão que levava na Marinha. Na leitura de Delcastagnè, Aleixo “cometeu o erro de se acreditar livre em um mundo cercado de escravidão”.

E por falar em reorganização, outra perspectiva interessante, partindo das opiniões muito diversas sobre a obra caminhiana, foi oferecida pelo cientista político David J. Bailey em *As traições de Adolfo Caminha*, artigo no qual ele tentou

[...] reconciliar estas reações críticas extraordinariamente dissonantes. Mais particularmente, proponho ler *Bom Crioulo* como uma reiteração subversiva de diversos estilos, modelos e tropos europeus, em que Caminha distorce e reconfigura o naturalismo e as teorias de degeneração para um contexto brasileiro radicalmente diferente em termos demográficos e económicos⁴⁹.

Essa problemática já estava exposta por Antônio Cândido numa análise da obra de Aluísio Azevedo, em que o crítico tentou perceber as particularidades do naturalismo no Brasil do ponto de vista do olhar social do autor, bem como as razões para que o naturalismo europeu à moda de Zola fosse impraticável em solo brasileiro⁵⁰. Assim como Antônio Cândido, Bailey busca as especificidades de um “naturalismo à brasileira”. Bailey começa identificando as principais influências da literatura caminhiana, indo de Shakespeare à mitologia cristã, e interpreta o *Bom Crioulo* como um exemplo de “hibridismo cultural”, no qual o autor manipulou os enunciados e estéticas a que teve acesso para dar origem a um produto cultural próprio, que não se confunde com as fontes nas quais se inspirou. Na visão do autor, Adolfo Caminha buscou encontrar uma possibilidade ao desenvolvimento nacional, uma “nação viável”, e disso resulta um processo de “crioulização”, isto é, um discurso que

[...] embora não refute os princípios de degeneração, aponta sim para

Rene Girard, em que o negro é compreendido como escravo de Aleixo, e o assassinato seria uma tentativa de se libertar de uma segunda fase de escravidão.

⁴⁹ BAILEY, David J. *As traições de Adolfo Caminha: bom crioulo e a “crioulização” do naturalismo. Portuguese Literary & Cultural Studies*, Massachusetts, n. 29, p. 119- 142, ago. 2017. p. 137.

⁵⁰ CANDIDO, Antônio. De cortiço a cortiço. In. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993. p. 105-129.

estratégias por meio das quais o seu discurso de inevitabilidade racial pode ser agravado, superado ou, enfim, limitado por algo exterior⁵¹.

Indo na contracorrente da tendência geral das análises do *Bom Crioulo*, Bailey diz que Caminha não aceitava por completo a ideia de “degeneração”, sobretudo porque isso indicaria que a nação como um todo estava degenerada, visto o grau de mestiçagem no território. Além disso, *O barão de Lavos* e *O ateneu*, por exemplo, tiveram uma repercussão negativa muito inferior à de *Bom Crioulo*, indicando que algo no romance “ofendeu profundamente a moral burguesa”; observa-se que o artigo publicado por Caminha para defender seu romance das críticas de Valentim Magalhães, *Um livro condenado*, utiliza termos científicos e críticas flagrantes ao desejo homossexual que não estão presentes no romance⁵². Assim, Bailey diagnostica uma distância maior do que Caminha pretendia entre o *Bom Crioulo* e o discurso científico da época, e é isto que o autor chama de “traição”. Também compara-se o *Bom Crioulo* à estrutura do enredo de *Otelo*, partindo da ideia de assassinato e do “triângulo amoroso”, presente nas duas obras. Na visão de Bailey, o romance representa uma distorção da peça do dramaturgo inglês. Sabemos que esta peça foi largamente apresentada nos teatros cariocas no século XIX, e seu enredo era bem conhecido no Rio. Essa distorção seria intencional, diz-se, pois o objetivo de Caminha era mostrar que no processo de degeneração o meio tem mais influência que a raça. Segundo Bailey, o autor deixou em aberto questão do impulso de Amaro: se a “traição de Aleixo” não tivesse ocorrido, o jovem grumete não teria sido assassinado, portanto, o “meio” precedia a raça como determinação de comportamento. Em síntese, o *Bom Crioulo* representaria uma renegociação com as teorias da degeneração, um “entre-lugar” do naturalismo europeu e da realidade brasileira. E, sugere-se, a personagem que melhor representa esta contradição é D. Carolina, amante de Aleixo e locadora do quarto utilizado por ele e por Amaro na cidade do Rio de Janeiro, “a presença europeia [que] não tem nada a oferecer à nação a não ser uma contínua exploração alheia”.

Associação mais específica entre Caminha e o naturalismo, por seus liames

⁵¹ BAILEY, DAVID J. As traições de Adolfo Caminha..., p. 121.

⁵² “Que é, afinal de contas, o Bom-Crioulo? Nada mais que um caso de inversão sexual estudado por Krafft-Ebbin, em Moll, em Tardie, e nos livros de medicina legal. Um marinheiro rude, de origem escrava, sem educação, nem princípio algum de sociabilidade, num momento fatal obedece às tendências homossexuais de seu organismo e pratica uma ação torpe: é um degenerado nato, um irresponsável pelas baixezas que comete até assassinar o amigo, a vítima de seus instintos. Em torno dele se espalha o romance, logicamente encadeado, de acordo com as observações da ciência e com a análise provável do autor, que, no carácter de oficial de marinha, viu os episódios acidentais que descreve a bordo”. CAMINHA Adolfo. Um livro condenado. *A Nova Revista*, Rio de Janeiro, n.2, fev. 1896.

com a história política, tentou fazer Edmundo Juarez Filho em tese de doutorado defendida na USP em 2010, intitulada *A questão do narrador realista-naturalista e a alegoria histórica*⁵³. O autor analisou textos ficcionais de Adolfo Caminha, Aluísio Azevedo e Graciliano Ramos, mas nos ocuparemos apenas do capítulo dedicado a Caminha. Na análise de Juarez Filho, a voz do narrador impera na emissão de um posicionamento acerca de uma dada realidade; o narrador de um texto ficcional é, em última instância, a principal ligação entre o referente externo e o conteúdo da obra, e por isso, todo narrador seria um narrador-personagem. Assim sendo, há um corte entre o escritor e o narrador por ele criado, e é esse corte que se propõe analisar, enfatizando as “alegorias históricas” em cada texto, entendidas como a representação intencional do ficcionista de uma realidade histórica, por ele apreciada, discutida e criticada.

A hipótese central estabelecida por Juarez Filho é a seguinte: “[...] parto do princípio de que Caminha não estudava o caso patológico, e sim a nação brasileira, alegoricamente, em sua obra, apresentando seu processo político por meios estéticos”⁵⁴. Desta forma, o tempo cronológico do romance, em si, seria uma alegoria à cronologia dos eventos históricos reais. Notemos que esta perspectiva se distancia significativamente da abordagem pela via da sexualidade. Naquele caso, falava-se de um autor com engajamento político que analisava um aspecto específico – os desvios sexuais – da sociedade brasileira. Já em Juarez Filho, as sexualidades, como todos os outros elementos da narrativa caminhiana, são instrumentos alegóricos.

Analisando o romance *A Normalista*, a estudante Maria do Carmo é interpretada como alegoria para o movimento e as expectativas republicanas. A isto se segue uma reflexão minuciosa da cronologia do romance, em que se percebe a existência de “furos” históricos no enredo, tempos que não batem. Mas não alonga a questão, conjecturando que ou simplesmente Caminha “não dava importância a esses dados”, ou o romance não foi revisado, ou, o que ele acha mais provável, foi “encurtado” para ser impresso mais cedo, o que resultou em alguns descuidos. Talvez valha a pena mencionar um desses “descuidos”, o mais notável. O romance se passa, segundo sua narrativa, entre 1886 e 1887. Mas se a intenção de Caminha era, como

⁵³ JUAREZ FILHO, Edmundo. **A questão do narrador realista-naturalista e a alegoria histórica:** Adolfo Caminha, Aluísio Azevedo (O Coruja) e Graciliano Ramos (Caetés, Angústias, Vidas Secas). 2010. 264 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

⁵⁴ JUAREZ FILHO, Edmundo. *A questão do narrador realista-naturalista...*, p. 53.

sempre se supôs, alegorizar o político paulista Antônio Caio da Silva Prado⁵⁵ no presidente da província apresentado no romance, temos um problema. O verdadeiro presidente, Silva Prado, faleceu em 1889, e não em 1887. De qualquer forma, o fato de Maria do Carmo ter se abalado com a morte do presidente, ainda que ela não fosse afeita aos fatos políticos, representa uma ruptura no romance. Pela primeira vez, um fato político parece não apenas ter alguma importância para ela, como está balizando os acontecimentos de sua vida. Baseando-se na cronologia fornecida no romance, a protagonista faria dezoito anos em 1889, pois nasceu em 1871. Se a trama se inicia em 1886, seu enredo duraria três anos. Mas os eventos entre 1887 e 1889 não são narrados, o que serviria para confirmar a hipótese de Juarez Filho de que Caminha “pulou” alguma coisa, ou encurtou o romance depois de escrito:

Chegamos ao capítulo final. Em seis páginas teremos os últimos meses de gravidez, o nascimento do filho, sua morte, a recuperação física de Maria, sua volta à Escola, a reforma da Escola Normal, a Proclamação da República, a redenção moral de Maria na Escola e seu futuro casamento. É essa desproporção entre o início ultra meticoloso e o final atropelado que me parece muito importante de ser notado⁵⁶.

Voltando à associação entre Maria do Carmo e o movimento republicano, observa-se que o desfecho do romance não é trágico, pelo contrário, Maria do Carmo vislumbra um futuro menos árduo do que seu passado, quando sofreu o assédio do padrinho abusador. E é difícil negar esta associação quando sabemos que o término da história coincide com a proclamação da república.

Outro elemento que permeia o enredo, mas sem assumir o papel central que o título do romance sugere, é a educação feminina. A personagem Lídia⁵⁷ emblemata a discussão sobre o papel feminino na sociedade e a mudança no comportamento dos

⁵⁵ Caio Prado foi presidente da Província do Ceará de abril de 1888 a maio de 1889, quando foi vitimado pela febre amarela. Teve seu nome conhecido em todo o território nacional ao lidar com a greve de grandes proporções iniciada pelos operários que trabalhavam na construção da estrada de ferro de Baturité em outubro de 1888. Como resultado das subseqüentes secas das décadas de 1870 e 1880, diversas áreas do Ceará estavam ocupadas com levas de migrantes, o que aumentava substancialmente a mendicância e a criminalidade na cidade e no campo. Uma das estratégias usadas pelo governo para lidar com o contexto era aproveitar essa mão de obra barata para executar obras públicas em toda a província, expondo estes trabalhadores a condições precaríssimas. CANDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Uma “revolução” dos retirantes: a greve dos operários da estrada de ferro de Baturité na seca de 1888. **Mundos do Trabalho**, [S.L.], v. 12, p. 1-15, 2 dez. 2020.

⁵⁶ JUAREZ FILHO, Edmundo. A questão do narrador realista-naturalista..., p. 59.

⁵⁷ Colega de classe, amiga e referência para Maria do Carmo, estudante bem informada quanto às leituras mais atualizadas sobre direitos das mulheres, porque livre do domínio, masculino por ser filha de uma viúva e contar com um marido afinado com os novos tempos (Loureiro) que respeita os direitos da esposa.

casais. Mais indicativo dessa liberdade é o fato de que Maria do Carmo e Lúcia são, ambas, leitoras, e descobriram em alguma medida o autoconhecimento na literatura e na ciência.

Passemos à análise do *Bom Crioulo*. Juarez Filho afirma que, no caso deste romance, Adolfo Caminha não se preocupou em construir uma narrativa cronologicamente coesa, isto é, a cronologia do enredo parece não ter, à primeira vista, nenhuma importância significativa no desvendamento dos significados da obra, como se verificou em *A Normalista* e como se verificará em *Tentação*. A análise inicia com a personagem Dona Carolina, cujas descrições biográficas parecem não ter nenhum sentido histórico profundo, exceto pelo fato de ser portuguesa. Fazendo algumas observações breves acerca do “homossexualismo”, o autor percebe que, na verdade, este não é o tema principal do romance. Juarez Filho recorda que o onanismo de Herculano, um dos marinheiros que compõem a tripulação do navio onde se desenrola o romance entre o experiente negro Amaro e o jovem aprendiz branco Aleixo, causou mais repulsa à marinhagem do que qualquer dos atos homoeróticos descritos na narrativa, e que nenhum desses atos fora punido. Nos capítulos introdutórios, Amaro foi supliciado por ter agredido outro marinheiro, não por sua relação com Aleixo, bem conhecida de todos no navio.

Fazendo a mesma observação de Bailey, Juarez Filho nota que a condenação ao desejo homoerótico é assumida apenas pelo narrador, que dá voz à consciência de Amaro. Não há a criação de uma estrutura social repressora dentro do romance. Uma de suas observações mais promissoras é a de que Amaro parece não se adaptar às mudanças que ocorrem ao seu redor. Aleixo estava num processo de amadurecimento, Carolina estava bem estabelecida e feliz como nunca, a corveta estava sendo reformada. Tem-se a impressão que quanto mais o mundo “melhorava”, mais ao fundo do poço ia Amaro, o que pode ser uma alegoria à mudança republicana; Amaro não se encaixava nos novos tempos. Se isso o transformava em herói ou vilão, é outra discussão. Nas palavras de Juarez Filho, “o Bom Crioulo parece ser atropelado pelos acontecimentos”⁵⁸.

Na análise do autor, o romance se desenrola na passagem entre 1888 e 1889, mesmo que não se identifique nenhuma data específica. Sabemos apenas que “a abolição ainda está muito distante de acontecer” quando Amaro chegou ao Rio. Sabe-se

⁵⁸ JUAREZ FILHO, Edmundo. A questão do narrador realista-naturalista..., p. 72.

que Amaro fugiu de sua fazenda aos dezoito anos de idade e que contava trinta no início dos eventos narrados, o que, se Juarez Filho estiver certo, colocaria sua fuga da fazenda em 1876 (distante o suficiente da data da abolição?), e o assassinato de Aleixo, em uma data próxima ao 15 de novembro de 1889.

Já em sua avaliação do *Tentação*, Juarez Filho começa sendo severo: o considera o “pior” romance de Adolfo Caminha, mas também o mais promissor no sentido de sugerir alegorias históricas, justamente por ser o menos naturalista dos escritos de ficção caminhianos. Sugere que a história se inicia em 1886, e o faz referenciando a figura da preta velha alforriada Balbina, criada da personagem principal, por considera-la representativa dos escravos libertos pela lei dos sexagenários. Sabemos que d. Pedro II teve sua doença agravada por volta de março de 1887, episódio mencionado na trama por ocasião do batizado de Julia, filha de Furtado, cujos padrinhos simbólicos seriam o imperador e sua filha, a princesa Isabel. E para tirar qualquer dúvida, há um trecho no qual se comenta que “a monarquia está guardada por sentinelas da força” – os presidentes do conselho de ministros, barão de Cotegipe (1885-1887), João Alfredo e o visconde de Ouro Preto (1888-1889). A teoria apresentada é de que, diferente dos outros romances, em que os eventos políticos dialogam com a vida dos personagens, em *Tentação* “a política move a trama do romance”. A agitação da sociedade fluminense que o texto menciona entre fins de 1887 e início de 1888 é, na leitura de Juarez Filho, uma alegoria e extensão da doença do imperador: era o império que começava a convulsionar. Mas outra questão levantada me parece ser muito mais interessante e promissora. Juarez Filho sugere que Evaristo, o maranhense que viera tentar melhor colocação no Rio de Janeiro com o apoio de Furtado (um conterrâneo bem sucedido na capital) não era, de forma alguma, representativo do próprio Caminha, como se poderia supor em virtude de sua afinidade com o republicanismo. Antes, Evaristo seria o porta-voz da crítica de Caminha a uma categoria específica de republicanos.

Encerrando esse nosso momento com Juarez Filho, esclareço que, em sua visão, Caminha tinha um projeto literário bem distinguível. Nenhum dos romances caminhianos traz datas definidas, mas Juarez Filho as inferiu a partir dos enredos. As tramas de *A Normalista*, *Bom Crioulo* e *Tentação* teriam acontecido, todas, em algum momento entre 1886 e 1889. Dessa forma, em conjunto, os romances de Caminha teriam como objetivo principal discutir os anos finais do império.

1.1.5. Um autor “polígrafo” – político, editor, crítico, e suas leituras

Peço licença para entrar, agora, em outro estudo de fôlego. Trata-se do livro *Adolfo Caminha: um polígrafo na literatura brasileira*, de Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra⁵⁹. Basicamente, o autor empreendeu uma análise a partir do conceito de “poligrafia”, segundo o qual um determinado intelectual executa uma série de atividades, ligadas ou não entre si. Disto resulta uma “compartmentalização” da escrita caminhiana de acordo com as diversas possibilidades de atuação às quais ele se ligava. Fala-se, portanto, em “autor-político”, “autor-editor”, “autor-leitor” e “autor-crítico”. Essas atividades, com todas as suas especificidades, na verdade revelam faces da obra caminhiana que se desenrolam a partir das mesmas vivências, posições e ideias, e remetem, portanto, a um conjunto de problemas essenciais, de forma que não se pode pensar uma dessas atividades sem levar em conta qualquer das outras.

Fazendo uma crítica à perspectiva biografista dos estudos caminhianos, Bezerra substitui toda a discussão em torno do temperamento explosivo do autor pela ideia de “tensão e intenção”. Isto é, Adolfo Caminha seria um “autor tenso e intencionado”, pois através de sua escrita, ele se inseria num conjunto de debates cruciais que caracterizariam aquele momento histórico, e nesse sentido, sugerem-se as principais “tensões” do escritor, dentro das quais seriam reconhecíveis as suas “intenções”: as transformações sociais características do XIX, a “encruzilhada estética” daquele momento e a escrita ficcional e a remuneração dela advinda. Dentro desse jogo, se desdobraria a prática autoral caminhiana. Nas palavras de Bezerra:

Esse binômio ajudou-nos a compor aquela que achamos que é a sua maior característica como autor: a poligrafia. Uma poligrafia segundo as condições sociais e intelectuais de seu tempo e segundo as suas próprias necessidades pessoais, incluindo-se nelas as financeiras, bem como as necessidades de seu projeto literário: a de fazer-se um autor profissional⁶⁰.

Em continuidade à ideia de “polígrafo como autor possível”, o primeiro capítulo do livro é dedicado à investigação das “condições materiais” da escrita e da autoria no século XIX brasileiro. Entre outras, discute-se a questão dos direitos autorais e a lei Medeiros e Albuquerque de 1891, a importância da crítica literária para a validação de um escrito ficcional, a influência cultural francesa, a circulação de livros e

⁵⁹ BEZERRA, Carlos Eduardo. **Adolfo Caminha**: um polígrafo na literatura brasileira. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

⁶⁰ BEZERRA, Carlos Eduardo. *Adolfo Caminha: um polígrafo na literatura brasileira*, p. 23.

o mercado editorial, a leitura no Rio de Janeiro, e assim por diante. Faz-se uma associação entre Adolfo Caminha e a chamada “geração de 1870”, identificando o autor como herdeiro das perspectivas de análise social levantadas por intelectuais como Silvio Romero e enfatiza-se a participação de autores do norte no quadro intelectual nacional, sobretudo pensando a Escola do Recife, a Academia francesa do Ceará, a Padaria Espiritual e o Clube Literário.

Na análise do “autor-político” Bezerra enfatiza, de início, os trechos dos escritos ficcionais em que se discute o cenário político explicitamente. Embora a maior parte das reflexões gire em torno do *Tentação*, mencionam-se trechos do *Bom Crioulo* e de *A Normalista*. A argumentação se baseia na relação naturalismo-republicanismo, considerando a necessidade de suporte pretensamente científico dos escritores naturalistas, majoritariamente republicanos, para legitimar seus discursos.

Esse viés aproxima a problematização de Bezerra da tese de Nicolau Sevcenko sobre a proximidade da literatura à realidade na primeira república, e utiliza, inclusive, o mesmo argumento: o de que os homens de letras eram, frequentemente, homens da política⁶¹. O antimonarquismo, expresso, sobretudo, pelos diálogos de Evaristo e de Furtado, em *Tentação*, e os castigos da chibata sofridos pelos marinheiros em *Bom Crioulo* são os temas mais frequentes deste tópico, e acerca deste último, são também lembrados trechos de *No país dos ianques*. Esclarece as implicações políticas da defesa dos direitos autorais por Caminha, e demonstra como este sempre associa os escritores a seres injustiçados, trabalhadores, e os editores a figuras egoístas e ambiciosas; e, ainda, denuncia o aparente desprezo do mercado editorial pelas obras naturalistas em contraste à predileção pelas românticas, estas de acordo com o que Caminha chamava de “o gosto pulha da burguesia”. Mais à frente analisaremos estas posições do autor com mais detalhes.

Retornando à ideia das condições materiais da escrita, Bezerra faz uma reflexão acerca dos rendimentos com direitos autorais obtidos por escritores, onde demonstra que Adolfo Caminha recebeu pelo *Bom Crioulo* mais do que Raul Pompeia por *O Ateneu*, e quantia semelhante às que receberam Coelho Neto e Olavo Bilac por *A Pátria brasileira*, mas, lembra, na visão de Adolfo Caminha a luta pelo sustento era, em parte, uma luta contra os editores. Sugere que, se tivesse vivido mais, poderia ter vindo a prosperar materialmente como escritor, já que seu nome havia sido cogitado para a

⁶¹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Academia Brasileira de Letras por Lúcio de Mendonça e o *Tentação* foi publicado pela Laemmert, fatos que indicariam o alcance progressivo de uma posição de reconhecimento e credibilidade. Entra também neste tópico uma reflexão acerca da compreensão construída por Caminha acerca do que é Arte – esta com “a” maiúsculo – e de quem é digno de ser chamado de artista. Bezerra utiliza uma passagem do autor em que ele identifica três categorias de artistas: “a grande classe dos medíocres”, dominada pelo “charlatanismo” e pela “audácia irreverente”; a dos “felizes”, que marcha “triunfalmente na retaguarda”, e a “classe oprimida”, composta de homens de talento, que preferem a “soberana e definitiva glória póstuma”.

Não é difícil reconhecer os sujeitos aos quais Caminha se referia. Diante da expansão rápida do mercado editorial graças à multiplicação de edições baratas com “romances ao gosto do povo”, como se referia Alessandra El Far⁶², os “medíocres” dominavam, economicamente, a cena literária, só não tão regozijados quanto os “felizes”, grosso modo, aqueles publicados pela Garnier. E atrás de todos, “a classe oprimida”, composta por homens como o próprio Caminha, artistas verdadeiramente preocupados com o enaltecimento da Arte, não compreendidos pelos editores e pelo povo. Bezerra interpreta essa classificação como um sinal de coerência interna ao pensamento caminhiano, na medida em que rompe com a dicotomia escritores-editores e torna mais complexa a reivindicação do autor pela remuneração do trabalho intelectual. Concluindo este tópico, argumenta que é bem na dobra dessa questão que se localiza a atuação política do escritor, entendida como necessária por ele próprio nas *Cartas Literárias*, cujas obras ficcionais não seriam, dessa forma, suficientes como espaço de denúncia de um contexto literário-editorial que considerava injusto. No pensamento de Bezerra o mundo editorial, a atuação política e as visões sobre Arte, em Caminha, devem ser vistas como questões conjugadas.

Passando ao próximo tópico, analisa-se o “autor-editor” partindo de uma reflexão de François Bessire segundo a qual esta categoria seria composta por escritores que cuidam dos detalhes da publicação de seus próprios escritos os dos de outros escritores. Bezerra argumenta que o “autor-editor” é um ser ambíguo, pois tradicionalmente a prática da escrita teria oposto “as letras aos números”, e tal situação chegaria a configurar “um incômodo na compreensão desses papéis”, pois costuma-se ensinar a analisar separadamente editores e escritores. Recorda que quando da

⁶² EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação**: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

publicação de *A Normalista*, Adolfo Caminha já havia contribuído com o jornal *A Província*, e editado dois periódicos em Fortaleza; portanto, a aproximação com a imprensa e o conhecimento sobre procedimentos de edição veio concomitantemente ou talvez antes mesmo de se lançar à carreira de romancista.

Bezerra aproxima o texto literário e o texto jornalístico, que interagiam e se relacionavam simbioticamente. Para ilustrar isto, demonstra exemplos tanto do espaço que a literatura gradualmente adquiriu nas páginas dos jornais e revistas quanto de cenas contidas em narrativas de ficção que acontecem nas redações de jornais ou mencionam situação semelhante, como *A Conquista* de Coelho Neto e o próprio *A Normalista*. E, também, busca no *Tentação* exemplos de como a inserção do Brasil no cenário internacional de consumo propiciou a presença cada vez maior de personagens leitores.

Segue-se uma análise mais detida da atuação de Adolfo Caminha em *O Diário*, jornal que ajudou a editar entre maio e agosto de 1892, quando ainda residia em Fortaleza. Alguns debates construídos nas colunas e nos editoriais d'*O Diário* são destacados, como a demanda por um teatro em Fortaleza – espaço este que tinha um importante papel nas sociabilidades urbanas, e que poderia atenuar a monotonia provinciana – e a necessidade da criação de um “asilo de mendicidade” para acolher vadios e mendigos – e não deixa de ser surpreendente que esta reivindicação seja construída, nas páginas do jornal, mais na direção de um amparo humanitário do que de um discurso higienista. Iniciando um novo debate sobre a relação entre a atividade editorial periódica e a política, remete ao fato de que *O Diário* se considerava neutro em termos partidários, e aponta para uma passagem em que o editor critica o fato de que qualquer jornal que se pretenda duradouro teria de “representar os interesses de qualquer facção política”, eventualmente. Nesse ínterim, aponta-se que uma das saídas possíveis era apelar para a solidariedade mútua entre jornais, quase sempre de menor circulação, que optavam por manter-se fora do jogo político partidário.

A curta duração de *O Diário* – três meses – parece uma confirmação de que ali havia certa razão. Conforme já se viu, Caminha tinha uma classificação própria sobre os tipos de escritores existentes, e se aceitarmos que “escritor”, naquele momento, era ser um “escritor possível”, retomando a ideia de “poligrafia” defendida por Bezerra, veremos que os chamados “mediócras” também habitavam os espaços jornalísticos, e alguns jornais publicados em Fortaleza se enquadravam nessa definição. Isto é, não contribuíam para o engrandecimento da Arte e da Civilização – Caminha chegou a chama-los de “imundos”, e criticava duramente as parcelas fortalezenses alfabetizadas

que os liam.

Um fato curioso observado por Bezerra é o de que havia em algumas edições de *O Diário* poemas em quadras de tom satírico, sobre temas diversos, apresentados pelo pseudônimo de “Zé Pacato”. Outra sessão que mereceu atenção foi uma coluna intitulada “cartas femininas”, assinadas por “Iza”, pseudônimo, mas não se conhece a autoria real. Na coluna, a autora – se é que era uma mulher – tratava principalmente de temas caros às mulheres, mas também de questões políticas, fazia críticas culturais e comentários à educação, hábitos e costumes. Nota-se ao longo dos textos publicados por Iza uma crítica constante às mulheres burguesas, suas roupas e costumes “exagerados”, fáceis de caricaturar. Ainda no universo dos periódicos de Fortaleza, lembra-se que as condições tipográficas eram muito desfavoráveis na província, e os jornais, em geral, saíam com qualidade duvidosa, chegando *O Pão* a ter sua impressão interrompida por um extenso período de tempo, por falta de gráficas. O primeiro periódico na capital com ilustrações frequentes, o *Ceará Ilustrado*, só surgiu em 1894. *O Diário* deixou de circular, segundo editorial do 59º número, o último, por falta de recursos financeiros.

Passando para a experiência da *Nova Revista*, periódico idealizado e dirigido por Adolfo Caminha entre janeiro e setembro de 1896 no Rio de Janeiro, falamos de uma experiência de escrita ligada essencialmente ao “jornalismo literário”, mas onde também estavam inclusos textos de filosofia e direito. O artigo estampado na primeira página do primeiro número, sem título e não assinado, mas de autoria certa de Caminha, estabelece a necessidade de uma “arte renovada” com objetivo de “completar a civilização brasileira golpeando o favoritismo literário, proclamando a era do trabalho e da inteligência”, para assim superar a “ditadura do preconceito e da intolerância burguesa sobre os melhores espíritos desta geração”. Deste texto, Bezerra ressalta a característica dicotomia estabelecida por Caminha entre o “velho”, isto é, o monárquico, o burguês, o autoritário, o apaixonado, e o “novo”, o republicano, o moderno, o sentimento de liberdade, o racional. Ao longo dos nove números da revista, vê-se uma presença maior de literatura, principalmente contos e poemas, do que de qualquer outro tipo de texto. Bezerra assevera que a maior parte dos textos ficcionais publicados eram simbolistas, e argumenta que isso se deve a uma aproximação entre Caminha e esses autores por fazerem parte de um grupo marginalizado literariamente.

Tratando-se agora do tópico acerca do “autor-leitor”, a restrição de Bezerra vai, novamente, contra a “crítica tradicional” que tende a ver no escritor uma “unidade

criadora” de quem se deve resguardar o aspecto da originalidade, fazendo soar ofensiva a ideia de que haja um conjunto teórico e estético que parcialmente condiciona a escrita; isola-se o ato de escrever de todos os outros elementos da vida do autor. No caso de Caminha, nenhuma das fontes tradicionalmente utilizadas para mapear um conjunto de leituras sobreviveu. Diários, cartas, autobiografias, uma biblioteca particular, e nem sequer um inventário desta. Assim, o que resta é tentar extrair leituras prováveis do conjunto de sua obra, num procedimento que Bezerra aproximou do método indiciário de Carlo Ginzburg, destrinchar suas problematizações em ordem cronológica, dos primeiros livros aos últimos.

Voos Incertos, livro de poemas românticos publicado em 1887, traz epígrafes de George Sand e Almeida Garret. Quanto à menção à primeira, comenta que talvez seja um prenúncio do interesse de Caminha por personalidades polêmicas, e quanto ao segundo, problematiza sua posição na “encruzilhada literária” do século XIX, isto é, a influência de diversas vertentes estéticas, visto que Garret foi um dos iniciadores do romantismo em Portugal. A predileção pelos autores franceses já ali se estampava, com claras e frequentes alusões a Émile Zola, Dumas Filho e Victor Hugo. Ainda vemos epígrafes de Madame de Staël.

Em *No país dos Ianques*, logo nos primeiros parágrafos registra a leitura de Hippolyte Taine. Temos também citações de Shakespeare, referindo-se à situação de Gustavo Adolfo, um sentenciado cumprindo longa pena injustificada em Fernão de Noronha – falaremos mais desse episódio posteriormente. Nesta obra, há referências a textos de Viveiros de Castro, jurista da escola do Recife; a Imbert-Galloix, poeta parisiense até hoje obscuro; a Júlio Ribeiro e seu *A carne*. Existem passagens de *Les Natchez* e *Voyage en Amérique* de Chateaubriand e de *Paris en Amérique*, de Édouard Laboulaye, o que, percebe Bezerra, levanta a questão de que todo o estudo feito por Caminha acerca dos Estados Unidos fundamentou-se em autores franceses, lidos em francês. Existem ainda referências ao *Le tour du monde en quatre-vingts jours* de Júlio Verne, e, novamente, ao *La Dame aux camélias* de Alexandre Dumas filho. Interessante para nós também é notar que o estudo de Bezerra registra uma das poucas ocasiões em que *No país dos Ianques* foi objeto de uma reflexão mais meditada.

Em *A Normalista*, o subtítulo do romance, *Cenas do Ceará*, remete tanto a Balzac quanto a Eça de Queiroz, cujos títulos de capítulos frequentemente tinham a mesma ideia – “cenas da vida provinciana”, “cenas da vida rural”, “cenas da vida privada” etc. Lúcia e Maria do Carmo aparecem com uma edição de *O primo Basílio*,

cuja leitura representa um “rito de passagem” da protagonista, que até aquele momento só tivera contato com obras de José de Alencar e o *Consciência* de Hector Malot. O nome de Barbosa de Freitas, também aparece no livro, citado como “único poeta cearense verdadeiramente inspirado”⁶³. La Fontaine foi brevemente citado, assim como Júlio Verne, Júlio Ribeiro, Olavo Bilac, Raimundo Correia, Aluísio Azevedo, Camões, Camilo Castelo Branco, Fagundes Varela, Casimiro de Abreu e Castro Alves. Referência mais direta é feita ao livro *Fisiologia do matrimônio* de Balzac, lido pela personagem Lídia e por seu marido. Por último, são citados os nomes de Herbert Spencer e Johann Heinrich Pestalozzi, autores que foram utilizados pela Escola Normal para moldar algumas reformas educacionais.

Falando agora do *Bom Crioulo*, Bezerra começa fazendo referência ao *Barão de Lavos*, livro publicado em 1891 por Abel Botelho e que teria parcialmente inspirado o romance homoerótico de Caminha, e cita *Um homem gasto* de Ferreira Leal e *O Ateneu* de Raul Pompéia como antecedentes deste tema na literatura brasileira. Dentro da estrutura do livro, identifica leituras de tipo jurídico e técnico expostas ao longo da narrativa, destacando tratados náuticos e códigos de conduta dos marujos. Existem referências rápidas e pontuais a algumas obras ou personagens, como a evocação do tema do ciúme em *Otelo*, ou a comparação entre o comandante do navio e Gilles de Rais, militar francês infanticida do século XV.

Já no último livro, *Tentação*, a certa altura tem um vivo diálogo com o personagem “desembargador Louzada” sobre Gonçalves Dias e Camões. A diante, encontram-se referências ao *Anchieta ou O Evangelho na selva*, ao poema *Solidão* de Almeida Garrett, e posteriormente, de novo, referência a Victor Hugo. Os nomes de Ramalho Ortigão e Alexandre Herculano aparecem em certo momento, e versos de Castro Alves são recitados.

Bezerra também analisa os contos caminhianos publicados esparsamente em periódicos e nunca reunidos em volume durante a vida do autor. Ao longo deles, aparecem os nomes de Zola e Flaubert, Gautier, dos Goncourts. Uma referência a Edgar Allan Poe surge em certo momento, um autor norte-americano que, aliás, não figurou em *No país dos Ianques*. Já num outro conto, chamado *A mão de mármore*, o protagonista, Luciano, que era apaixonado por uma mulher portenha chamada Rosita, se

⁶³ Bezerra lembra que após sua morte precoce, com apenas vinte e três anos, Caminha elaborou uma campanha, quando editor de *O Diário*, para venda de *Poesias*, único livro publicado pelo jovem poeta recém falecido, para custear um túmulo apropriado.

enciumava até da atenção que a amada, falecida, dispensava a personagens literários, Sr. Armand Duval, o Sr. Conde de Camors ou o Sr. Primo Basílio. Vemos aí que as personagens de *A Dama das Camélias*, de Dumas Filho, de *O conde de Camors*, de Octave Feuillet, e *O primo Basílio*, de Eça de Queiroz.

No último tópico do livro, o “autor-crítico”, o foco da análise está na sessão “Crítica de Arte”, presente nos números da *Nova Revista*, e num prefácio escrito por Caminha a um livro de poemas, *Estrofes*, de F. Alves Lima. Um primeiro exemplo é uma crônica dedicada a Oscar Pereira da Silva, pintor cuja “estética figurativa parecia servir muito bem às necessidades do realismo e do naturalismo”. Nota-se nesse texto, novamente, como nas *Cartas*, uma “crítica ao público”, na medida em que este “não queria ver quadros”, isto é, só aceitava os pintores “da moda”. Ao longo de suas crônicas, Caminha estabelece críticas à preponderância da preocupação em seguir estéticas europeias, ou, nas palavras de Bezerra, “A consciência de que um sistema estrangeiro de arte preponderava sobre um sistema nacional ainda pouco estruturado é presente no conjunto dos artigos críticos de Adolfo Caminha [...]”⁶⁴.

O escritor reclamaria, ainda, da presença excessiva do teatro francês no Rio de Janeiro, e da compulsão do mercado editorial pelas traduções. Já uma outra crônica sobre caricaturas é identificada por Bezerra como uma prova de que Caminha mantinha-se atualizado sobre as publicações de jornais cariocas. O autor menciona primeiramente Bordalo Pinheiro, caricaturista do império, lamentando o escritor não haverem grandes caricaturistas no Brasil. Mais a frente, faz-se uma análise do “autor-crítico teatral”, abordado principalmente a partir de texto bastante elogioso de Caminha, de 1896, sobre Giovanni Emanuel, ator italiano muito inspirado no naturalismo de Zola. Bezerra demonstra como o crítico era um grande entusiasta da arte teatral, citando nesse texto de Shakespeare a Wagner.

O último texto da *Nova Revista* analisado por Bezerra é o já famoso *Um livro condenado*, publicado para defender seu *Bom Crioulo* frente às duras críticas que vinha recebendo. Uma observação sua que vale à pena registrar é que, diferentemente do artigo em defesa de *A Normalista*, este veio assinado, demonstrando que a defesa do *Bom Crioulo* era mais urgente, provavelmente porque havia a sensação de que era a partir dali que Caminha poderia se consagrar literariamente ou ser jogado numa “lata de lixo literária” para sempre. E, encerrando o tópico, há a análise do prefácio escrito para

⁶⁴ BEZERRA, Carlos Eduardo. Adolfo Caminha: um polígrafo na literatura brasileira. p. 426.

o *Estrofes* em 1891. O texto retoma a ideia da Arte como elemento necessário à Civilização, critica-se o “mercantilismo” e o “utilitarismo”, numa referência à já discutida questão dos editores, seres predatórios. Este texto – originalmente uma carta – é um verdadeiro manifesto naturalista e de propaganda civilizatória; em que pese o fato de ter sido dirigida a F. Alves de Lima para falar de seu novo livro de poemas, muito se reflete sobre a importância da poesia para a glorificação da humanidade. E, finalmente, encerrando, Bezerra faz um lembrete de que Adolfo Caminha não foi, de fato, um escritor profissional, visto que nunca conseguiu se sustentar apenas de seus livros, reevocando o conceito de “polígrafo”, um “autor possível”.

Outro texto de mais fôlego que se dedicou ao escritor foi a tese de doutorado de Maria Letícia Guedes Alcoforado, *As marcas da França nos romances de Adolfo Caminha*⁶⁵. Concentrando-se nos três romances, Alcoforado busca compreender os processos de “antropofagia” implicados nas narrativas, isto é, utiliza-se de um conceito do período modernista brasileiro relido por uma vertente teórica que tenta compreender a produção cultural brasileira como um conjunto de assimilações e reinterpretações de vertentes do pensamento europeu, dialogando também com os estudos sobre intertextualidade de Laurent Jenny. O Brasil representado pela autora é aquele da franca ascensão da francofilia, interpretando as influências intelectuais e literárias francesas presentes nos escritores como parte de um movimento mais amplo de “antropofagia” da cultura francesa, que incluía os hábitos cotidianos e de consumo, a moda, e assim por diante.

O primeiro indício coletado são as expressões em língua francesa que se encontram nas obras. Todos os romances caminhianos – embora *Bom Crioulo* um pouco menos – apresentam largo vocabulário francófilo. Segue-se demonstração de roupas e outros artigos importados usados pelos personagens, e, mais significativo para a hipótese da autora, as analogias feitas pelos próprios personagens entre os elementos de seu espaço e vida social e aqueles da França: o jardim botânico do Rio de Janeiro assemelha-se ao Bois de Bologne em Paris no *Tentação*, também onde dona Branca anda sempre preocupada se suas roupas estão semelhantes às das senhoras francesas, e os cidadãos fortalezenses gastam palavras para exibir elementos arquiteturais franceses de suas casas aos amigos em *A Normalista*, o hábito dos brindes parece ter criado raízes na alta sociedade fortalezense e carioca, e mesmo o relógio de ouro de Toulon do

⁶⁵ Ao analisar o autor-leitor no livro de Bezerra, já expusemos as leituras explicitamente citadas por Caminha. Ao analisar o texto de Alcoforado, iremos nos restringir às suas proposições mais relevantes.

comandante em *Bom crioulo* não passam despercebidos, além das várias citações de óperas, peças de teatro e romances franceses, e assim por diante. Inclusive nas referências políticas, em vários momentos personagens citam homens como Mirabeau, Gambetta e Desmolins, como referência ou objeto de crítica.

Alcoforado elabora interessante análise acerca do método naturalista, estabelecendo uma genealogia intelectual entre Taine, Zola e Caminha, destacando dois pontos principais: primeiro, o papel moral do escritor naturalista, que deve escancarar aspectos da sociedade e da fisiologia humana que em geral não se reconhecem, aí residindo um "espírito de reação e revolta", não sendo assim estranho que o naturalismo seja a linguagem literária favorita dos republicanos; e segundo, o respeito ao estilo, à lógica e clareza, em suma, a escrita literária deveria carregar traços da escrita científica, utilizando linguagem direta e simples. Partindo para a análise dos romances, Alcoforado tentará não apenas estabelecer leituras, mas também buscar explicar como elas baseiam aspectos específicos das proposições políticas e sociais presentes nas narrativas.

Foi escolhida para epígrafe d'A *Normalista* uma citação de Balzac:

Une des obligations auxquelles ne doit jamais manquer l'historien des mœurs, c'est de ne point gâter le vrai par des arrangements en apparence dramatique, surtout quand le vrai a pris la peine de devenir romanesque.⁶⁶

Alcoforado sugere que a província é retratada no romance de forma semelhante àquela de Balzac. A casa de João da Mata, ponto de convergência da trama, onde vivem o pequeno funcionário público, sua esposa, Maria do Carmo, a afilhada, a empregada e o cachorro. É também onde se encontram todos os personagens: os vizinhos, redatores de jornais, um estudante abastado, amigos do presidente da província, o juiz municipal, comerciantes e poetas, policiais, o negro Romão. Alcoforado vê na hipocrisia específica que Caminha atribui a cada um deles resquícios do método de Taine tal como foi empregado por Balzac: seriam todos escravos do meio. A autora enxergará, ainda, o comportamento da Lídia, a Campelinho, semelhante ao de sua mãe, como resquício de uma forma de determinismo biológico. Já Gustave Flaubert, que não aparece citado explicitamente, é indiretamente referenciado, pois a esperança no futuro nutrida por Maria do Carmo é deveras semelhante à de Emma Bovary, o que não seria impossível, dada a predileção de Caminha por autores franceses, já

⁶⁶ Uma das obrigações com as quais o historiador da moral nunca deve falhar é não estragar a verdade com arranjos aparentemente dramáticos, especialmente quando a verdade se deu ao trabalho de se tornar romântica. Tradução do autor. BALZAC, Honoré. **La comédie humaine**. Paris: Gallimard, 1948, v. 5, p. 1087.

mencionada. Mais inovadora é a proposição de que a crítica ao sistema educacional feita por João da Mata, em especial aos colégios religiosos, é inspirada em Rousseau e seu *Emile*.

Na análise do *Bom Crioulo*, ao buscar compreender as inspirações do tema da homossexualidade, Alcoforado segue caminho diferente daquele normalmente trilhado. Ao invés de buscar similitudes entre o livro de Caminha e o de Ferreira Leal ou o de Abel Botelho, a autora busca reconstituir a forma como o tema foi tratado em romances de Balzac (*La fille aux yeux d'or*; *La dernière incarnation de Vautrin*) e Zola (*La curée*; *Nana*).

Já em relação ao *Tentação*, a autora vê na narrativa a mesma reverberação da literatura naturalista e realista francesa, mas agora lhe parece que as cenas e os comportamentos dos personagens são mais espelhados em Flaubert do que em Balzac, embora Zola ainda se faça muito presente. Vê no casal Rose e Auguste Mignon, de *Nana*, a inspiração para D. Branca e Furtado, e na cena do batismo do filho de Napoleão III em *Son Excellence Eugène Rougon* reflexos da cena da despedida ao Imperador Pedro II, no Porto.

1.2. Leituras de *No país dos ianques*: um relato dentre muitos outros

Vamos agora desfiar um pouco do que se escreveu acerca do *No país dos Ianques*. Antecipa-se porém, que não haverá muito o que analisar. Conforme foi dito e comprovado, até o momento, *Bom Crioulo*, *A Normalista* e as *Cartas Literárias* acabaram se tornando os textos mais frequentados de Adolfo Caminha. Ainda assim, seu relato de viagem recebeu alguma atenção. Vejamos o que se escreveu sobre ele.

Um primeiro estudo que vale a pena documentar é a dissertação de mestrado em História de Manoel Carlos Fonseca de Alencar, defendida em 2002 na Universidade Federal do Ceará, intitulada *Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo: a cidade e o campo na literatura naturalista cearense*⁶⁷. Conforme explicita o título, Alencar busca demonstrar as imagens construídas dos cenários urbanos e dos rurais em determinados textos dos

⁶⁷ ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. **Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo**: A cidade e o campo na literatura naturalista cearense. 145f.- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós- Graduação em História, Fortaleza, 2002.

dois escritores, e também perceber como cada um deles concebe o contraste entre as duas espacialidades.

Tomando a liberdade de recortar apenas o tópico que Alencar dedica ao *No país dos Ianques*, o autor parte da noção de uma “literatura cearense” para pensar a dicotomia campo-cidade nesse recorte regional. Propõe-se pensar, por meio da literatura, a especificidade da realidade histórica do Ceará e de seu momento social e econômico ao fim do XIX contextualizando-o nos movimentos políticos concomitantes no território brasileiro. Alencar argumenta que o tom regionalista da ficção naturalista é resultado imanente da proposta estética do movimento, que estabelecia a necessidade de conhecer a realidade mais de “perto”, de forma mais umbilicalmente ligada ao cotidiano, às vivências e aos corpos, o que permitiria, ainda, um “religamento” das elites brasileiras às suas bases rurais.

No Ceará, como era tendência nas províncias, o naturalismo deu o ritmo de uma forma de pensar e viver baseada numa nova lógica social, cosmopolita, moderna, de tempo acelerado. Os cidadãos e intelectuais dos locais mais longínquos da capital e da corte passaram a se ver dentro de um sistema que, embora englobasse todo o território, continuava marcado por suas influências locais. No caso daquela província, o drama da seca de 1877 e seus retirantes e a abolição em 1884 trouxeram novas configurações de relações de trabalho. As narrativas naturalistas, deterministas à moda de Taine, portanto, tinham um tom diferente nas províncias em relação às grandes cidades.

Alencar apresenta alguns discursos dos letrados cearenses a fim de comprovar essa especificidade, ressaltando a predileção de Adolfo Caminha por textos “nativistas”, provincianos, que seriam, em seu entender, mais verdadeiros. *No país dos Ianques* é escrito num momento de empolgação, em território brasileiro, com os rápidos avanços técnico-científicos nos Estados Unidos e outras “ditas nações mais evoluídas”. Nas palavras do autor:

Esse relato de viagem [...] pode ser tomado como o registro do contato de um intelectual da periferia do capitalismo com uma nação que naquele momento já apresentava um vultuoso avanço técnico-industrial e, também, como a experiência do contato com uma metrópole moderna⁶⁸.

Alencar analisa a associação do pensamento republicano e o ideal de modernização, e acentua como Caminha tratava como barbárie tudo aquilo que fugia ao

⁶⁸ ALE NCAR, Manoel Fonseca. Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo.... p. 54.

ideal civilizatório republicano, havendo no discurso do autor uma divisão nítida entre esses campos. Ressalta ainda que geralmente atribuía o epíteto de bárbaro a qualquer população de maioria negra, mas esta é uma questão problemática, que detalharemos mais à frente.

Para Alencar, o autor estabeleceu em sua escrita um “paradigma comparativo” que consiste em sempre relacionar aspectos da vida e da realidade brasileira com elementos de países estrangeiros, sobretudo Estados Unidos e França. Compara-se a arquitetura, a vida social, o mercado editorial, e assim por diante. E, obviamente, as conclusões dessas comparações são sempre desfavoráveis ao Brasil que surge, assim, como um país comprovadamente atrasado. Nos termos do autor, a comparação não é meramente uma demonstração de revolta, mas uma espécie de sociologia da modernidade, pois as cidades, novos cartões-postais nacionais, haviam se tornado o centro dos esforços civilizatórios. Walter Benjamin, Sandra Pesavento e Foot-Hardman são as referências mais citadas para problematizar o fenômeno das sociabilidades urbanas, sobretudo a questão das multidões e das Exposições Universais. Conforme mostra Alencar, a postura de Caminha não era a de uma ingenuidade acrítica, pois durante sua viagem documentou aspectos negativos da “civilização”, assim como lembrou, de forma idealizada a pacata e simples vida no campo. No conjunto, registrou uma ambiguidade, sobre a qual reflete: a cidade, com sua opulência e imponência, levava à perda de valores essenciais.

Outros trabalhos, por sua vez, inscrevem *No país dos ianques* num contexto de deslocamentos transnacionais, pondo-o a conversar com outros viajantes que também passaram pelo “gigante do norte”, ou com intelectuais que, mesmo não tendo lá estado, interessaram-se pelo país de alguma forma. É o caso do artigo *Americanos por brasileiros no fim do século XIX*, de Antônio Dimas⁶⁹, onde tenta-se entender esse interesse pelos Estados Unidos como um registro de recente atenção para com a língua inglesa, em momento do início do declínio da hegemonia francófila no Brasil. São arregimentados, para tanto, nomes como Eduardo Prado (*A ilusão americana*, 1893), Oliveira Lima (*Nos Estados Unidos. Impressões políticas e sociais*, 1898), José Veríssimo (*A educação nacional; Homens e coisas estrangeiras*, 1890; 1899) e Olavo Bilac (*Poesias*, 1888; e crônicas diversas), além do próprio Caminha. Dimas argumenta que, à despeito de estarem, todos, imersos na francofilia da vida social e cultural do Rio

⁶⁹ DIMAS, Antônio. *Americanos por brasileiros no fim do século XIX*. **Revista USP**, n. 112, p. 39-54, 2017.

de Janeiro, o “centro irradiador”, as produções desses autores ajudaram a compor um “repertório alternativo para nossa formação cultural mestiça”⁷⁰, sem ignorar que Hipólito da Costa (*Diário da minha viagem à Filadélfia*) e José Carlos Rodrigues (revista *O novo mundo*, publicada em Nova York) já haviam dado contribuições nesse sentido entre início e meados do século XIX.

Inicia-se explorando as posições de Olavo Bilac, que sem deixar de lado seu tom irônico costumeiro, demonstrava alguma empolgação com as modernizações produzidas pelos americanos, mas também reflete sobre as posturas brasileiras frente ao elemento estrangeiro (ao qual defendia acolhida, fosse de ostentosos comerciantes ou imigrantes pobres); sobre a intervenção norte-americana na América Latina, comentando a criação do Panamá e a reação do “sentimentalismo”; e, talvez principalmente, “apostava numa outra reconfiguração geopolítica menos literária e mais *Realpolitik*”⁷¹, ou seja, o descenso da poesia frente à oratória e à prosa, instrumentos mais apropriados à dinamização do espaço político, questão que elabora a partir de sua observação dos discursos proferidos na ocasião da Conferência Pan-americana de 1906, no Rio de Janeiro.

Expõe-se em seguida as palavras duras com que Eduardo Prado descreveu os americanos do norte, mesclando preconceitos raciais (donde diz-se dos estadunidenses serem uma “influência deletéria”, mesmo reconhecendo que lá viveria uma raça mais enérgica que a de países mais pobres) e concepções político-econômicas (críticas ferrenhas ao capitalismo americano, mas poupando o capitalismo britânico); apesar de ter como tema principal a denúncia do expansionismo norte-americano e a defesa da (alta) cultura beletrística, Dimas retoma a afirmação de que o pano de fundo de *A ilusão americana* é a defesa dos interesses, ou ao menos da posição britânica.

Mais equilibrada foi – ou assim defende Dimas – a contribuição de Oliveira Lima em *Nos Estados Unidos*, livro “de escritório”, escrito sem rompantes apaixonados, apesar de algumas posições fortes. O livro passa por uma grande variedade de temas com grande erudição, veem-se as marcas de um autor que, não apenas conhecia bem o *métier*, mas também estava perfeitamente familiarizado aos costumes e à cultura norte-americana. Mais sóbria ainda foi a participação de José Veríssimo no debate, que concordava com Oliveira Lima quanto à primazia da raça branca na construção da sociedade ocidental, mas dizia da nação norte-americana que “admirava-a, mas não a

⁷⁰DIMAS, Antônio. Americanos por brasileiros no fim do século XIX. p. 42.

⁷¹DIMAS, Antônio. Americanos por brasileiros no fim do século XIX. p. 44.

estimava”, considerando-a “comercial, arrogante, reclamista”. Em alguns textos que escreveu sobre o país, a postura de Veríssimo foi, segundo explica Dimas, de uma “admiração controlada”, donde se ressaltam os elementos que compõem o “sistema intelectual” norte-americano, como as universidades, agremiações, periodismo, remuneração, e assim por diante. O leitor brasileiro a quem Veríssimo se dirigia com seus textos tinha a aprender com os norte-americanos a organização do sistema educacional e intelectual, de forma ampla, devendo-se pensar mais seriamente no funcionamento das bibliotecas, no financiamento da educação, formação de docentes etc.

Após elencar outros espaços de debate acerca da “modernização” que parece sinonimizar a presença dos Estados Unidos na argumentação de brasileiros de então (destaco o rompimento entre Oliveira Lima e Joaquim Nabuco e produções literárias, principalmente crônicas, de Euclides da Cunha, João do Rio ou Machado de Assis), Dimas finaliza seu texto explanando o *No país dos Ianques*. Numa observação original, percebe um Adolfo Caminha diferente neste texto daquele que escreveu romances mais conhecidos. *No país dos Ianques* é desprovido dos tons polêmicos e denunciatórios que compuseram a paleta daqueles, revelando um Adolfo Caminha não apenas deslumbrado com o progresso, mas aberto ao novo, mais preocupado em expor suas impressões mais pessoais do que apresentar um estudo minucioso. A contribuição de Dimas sobre a obra em pauta é objetiva, porém muito ligeira, talvez pelo interesse de privilegiar personagens “mais importantes” e com opiniões mais polêmicas.

De fato, Caminha apresenta um texto desprovido da densidade técnico-analítica que vemos em Oliveira Lima ou Veríssimo, mas, ao fazer isto, abre espaço a uma retórica da sensibilidade que não se confunde nem com uma crônica convencional, nem com a sensação de estranhamento que um romance é capaz de produzir, conforme veremos em momento mais oportuno⁷².

No país dos ianques mereceu mais atenção da historiadora Karen Lisboa, que centra seus esforços no gênero de relato de viagem, e traça alguns comentários acerca de brasileiros que estiveram nos Estados Unidos e registraram suas experiências⁷³. A autora parte do pressuposto de que esses relatos tiveram uma importância destacada num momento em que o Brasil deixara de ser a única monarquia

⁷² Ver capítulo três.

⁷³ LISBOA, Karen Macknow. Figurações do outro: brasileiros relatam suas viagens nos EUA na virada do século XIX. In: MARSON, Izabel Andrade *et al* (org.). **Figurações do outro**. Uberlândia: Edufu, 2009. p. 461-484.

deste lado do Atlântico, aguçando, assim, a imaginação sobre a república e sobre a América. As comparações entre os dois países ficam mais frequentes, como percebemos, mas tratava-se tanto de construir uma versão da História que favorecesse a legitimidade da república ou da monarquia, quanto de buscar referências nos vizinhos continentais que pudessem sugerir soluções aos destinos da nação. Lisboa enfatiza, de um lado, a “americanização” do Brasil, seja do ponto de vista institucional (modelo da constituição), seja do cultural (maior consumo da língua e produtos norte-americanos), e do outro, as tentativas de expansionismo imperialista norte-americano, cada vez mais ativo conforme o século XX se aproximava.

Ocupando-se de duas questões centrais – as representações sobre os norte-americanos e o papel que os Estados Unidos tinham em relação ao Brasil – a autora seleciona alguns relatos produzidos entre 1890 e 1910, a fim de verificar como esses problemas se configuram nas narrativas, sempre entendendo que os relatos de viagem “devem ser compreendidos, portanto, como processos de tradução linguística e sociocultural”⁷⁴. Lisboa reconhece que, salvo comentários mais conservadores como os de Eduardo Prado, há unanimidade em associar os Estados Unidos ao progresso, por mais que isto venha acompanhado, por vezes, de uma aproximação cautelosa e um conjunto de ressalvas de naturezas diversas. Em quase todos os relatos nota-se o discurso comparativo, onde geralmente o Brasil emerge como país atrasado. Oliveira Lima enfatiza o pouco apreço à ciência em terras brasileiras em comparação aos Estados Unidos, assim como a tendência extremada à manutenção de estruturas sociais desiguais.

Tanto Caminha quanto Lima expressam como fator decisivo para o progresso americano o espírito empreendedor e um aparente amor ao trabalho, sendo que enquanto Caminha enfatiza mais o sentimento nacional, Lima evoca a senso prático da inventividade *yankee*. Lisboa acentua que o progresso técnico é o tema mais frequente nos comentários dirigidos aos Estados Unidos, como se percebe nos demais textos analisados por ela: *Cartas da América, 1906-1908*, de Carlos de Vasconcellos; *Nova York (notas de um viajante)*, de J. Lucio D’Azevedo; *Impressões de viagem. Em excursão pelo paquete “Acre” para os EUA*, de Otto Schloenbach; *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco.

⁷⁴ LISBOA, Karen. Figurações do outro..., p. 463.

No “espelho norte-americano”, portanto, para onde miram os brasileiros, há algumas imagens que se repetem a cada olhar. Todos fizeram observações de cunho etnográfico, donde se anotam os gestos, os gostos, os jeitos, a rotina. Entre comentários mais empolgados, como o de Adolfo Caminha ou o de Carlos Vasconcellos, que opõe “o pragmatismo americano ao teorismo dos latinos”, e alguns mais cautelosos, como a denúncia de Joaquim Nabuco do materialismo daquele povo, no que lhe acompanha Otto Schloenbach. Ao apreço ao trabalho que os norte-americanos aparentam, junta-se o ambiente e o método que constituem suas atividades laborais: Vasconcellos compara os espaços limpos e higienizados em que se trabalha nos Estados Unidos com o grotesco ambiente das senzalas e de outras formas de trabalho compulsório típicas dos países de colonização ibérica. O autor ainda acrescenta que a perfeita harmonia com que convivem homens e mulheres em seus espaços de trabalho parece ser um elemento fundamental – no que não deixou de atribuir às sorridentes e simpáticas *girls* uma função ornamental.

Conforme se verá, o lugar das mulheres é o segundo assunto mais frequentado por esses textos, além do progresso técnico. Em Vasconcellos nota-se um antilusitanismo pronunciado: a indolência para a qual os filhos abastados brasileiros são criados se contrapõe à rotina de esforço a que são submetidos, desde crianças, os filhos de empresários norte-americanos, donde se vê nisso uma superioridade da raça anglo-saxônica sobre a ibérica. Lucio Azevedo, que esteve em Nova York, ainda acrescenta a isso a autonomia que os americanos parecem possuir para resolver os problemas de sua vida prática – onde o principal exemplo é o fato de que a constituição daquele país permite o porte de armas –, enquanto os latinos aguardam pela “tutoria das autoridades”. Mais nostálgico dos “valores da civilização europeia” mostrava-se Otto Schloenbach, um turista que achava a arquitetura dos arranha-céus detestável, considerava os americanos um povo rude e de um egoísmo pronunciado, mas não deixou de também expressar sua admiração pelo progresso do país.

Como lembra Lisboa, não se pode deixar de notar nessas afirmações a presença das teorias raciais características do século XIX, sobretudo na oposição constante entre norte-americanos e latinos. Os processos sociais então em andamento nos Estados Unidos que passavam a sensação de uma nação que superou seus “males de origem” e obteve condições de se impor como potência, mesmo diante da todo-poderosa Europa, e o fez sob o emblema do desejo de liberdade, professado mais de um século antes e personificado no governo republicano, na promulgação da Constituição. Desse

modo, uma compreensão histórica operava de forma a apresentar os Estados Unidos como “modelo civilizador” a ser seguido. Tão forte é isto que, conforme observa Lisboa, mesmo um francófilo como Adolfo Caminha não pôde deixar de prestar ao país o reconhecimento de ser ele o mais desenvolvido de então, mesmo que um cético (naquele momento) como Joaquim Nabuco tenha declarado a utilidade do aprendizado das técnicas e rotinas de trabalho norte-americanas, sem deixar de perceber que o “gigante do norte” era muito inferior à velha Europa em termos intelectuais. Oliveira Lima, que confessa sua “quase obsessão” pela civilização norte-americana (onde Eduardo Prado chega mesmo a negar que exista uma), está mais próximo de Caminha, que define a admiração pelo progresso norte-americano como uma “embriaguez do grandioso”.

Por fim, Karen Lisboa situa os comentários desses autores num “debate mais amplo que ocupava as elites literárias e científicas brasileiras do período”⁷⁵, fértil em projetos para a sociedade brasileira. Defende que, no caso desses relatos, essa preocupação se desdobra numa voz que soa de dentro para fora, e que se direciona, sempre, aos centros hegemônicos – Estados Unidos e Europa –, muitas vezes reproduzindo preconceitos e ideias formulados e veiculados neles, o que, segundo a autora, revela “a força do discurso e das práticas neocolonialistas e imperialistas”⁷⁶.

Lisboa argumenta que as noções de “outro” e “próprio”, características do gênero relato de viagem, aparecem nos textos de autores brasileiros: um “outro” ideal, um modelo, enquanto o “próprio” é algo abjeto, a ser modificado, ao passo em que os relatos de viajantes estrangeiros em terras brasileiras, sobretudo europeus, revelam um “próprio” glorificado, e um “outro” incivilizado. Levantar esse problema é, sem dúvida, um grande mérito do texto da autora, tendo em vista principalmente nosso conhecimento limitado acerca dos relatos de viagem produzidos por brasileiros.

Afora estes estudos, *No país dos Ianques* apareceu em alguns textos de forma pontual, objetivando ilustrar algum aspecto do cotidiano marítimo, ou o funcionamento da hierarquia e outras questões relacionadas à Marinha, donde não se trata de fazer qualquer análise do texto, mas evoca-lo como fonte informacional ou atribuir-lhe uma função de complementação de um estudo com tema lateral⁷⁷.

⁷⁵LISBOA, Karen. Figurações do outro..., p. 482.

⁷⁶LISBOA, Karen. Figurações do outro..., p. 482.

⁷⁷ É o caso, por exemplo, de: RODRIGUES, Jaime. Um mundo novo no Atlântico: marinheiros e ritos de passagem na linha do Equador, séculos XV-XX. **Revista Brasileira de História**, v. 33, p. 235-276, 2013; NASCIMENTO, Álvaro Pereira. João Cândido, o Mestre Sala dos mares: trabalho e cotidiano na vida

Enfim, sintetizando tudo o que foi dito até o momento, chegamos a algumas afirmativas: 1- a bibliografia sobre Adolfo Caminha teve uma inspiração essencialmente biografista durante aproximadamente sessenta anos (a última década do Oitocentos e as cinco primeiras dos Novecentos), quando cedeu espaço à chave de leitura ligada à escola literária naturalista, informada pelo contexto das ciências sociais nas décadas de 1950, 60 e 70, que tendia a analisar o naturalismo como expressão da sociedade burguesa; 2- a partir da década de 1980, a reabilitação do *Bom Crioulo* teve o mérito de fazer crescer o interesse por Adolfo Caminha, mas produziu o efeito colateral de uma leitura essencializada, onde o tema da sexualidade assumiu protagonismo e, frequentemente, papel exclusivo nas tentativas de contextualizar seu autor; 3- os estudos mais recentes acerca de Adolfo Caminha deram abertura a outros temas, principalmente sua contribuição nos debates sobre a vida material dos escritores e sua participação no espaço público provinciano em Fortaleza, de forma que *A Normalista* e as *Cartas Literárias* passaram a ser lembradas com alguma frequência, mas as relações de Caminha com o jogo político permanece uma questão menos pontuada; 4- *O No país dos ianques* segue sendo um texto a receber pouca atenção, não tendo sido dedicado especificamente a ele nenhum trabalho de fôlego, não se podendo ignorar, contudo, que o texto aparece ocasionalmente em algumas pesquisas, ou para ilustrar questões relacionadas à Marinha e à vida no mar, ou pondo-o a conversar com outros textos que discutem os Estados Unidos no fim do século XIX.

Traçadas as linhas gerais da vida de Adolfo Caminha e daquilo que sobre ele foi escrito, passemos agora a nos indagar sobre a matéria principal desta pesquisa: a viagem realizada por ele em 1886 a bordo do cruzador *Almirante Barroso*, e, principalmente, o relato que dela resultou.

1.3. Linguagens políticas: o texto caminhiano como ato de discurso

Autores diferentes entre si como John Pocock, Quentin Skinner, Reinhart Koselleck, Pierre Ansart e Elías José Palti atribuíram particularidades ao estudo das linguagens políticas dentro da História ou em diálogo com ela – visto que estes autores tem uma inclinação também ao diálogo com o Direito, a Ciência Política e a Filosofia –,

marítima dos marinheiros da belle époque. *Almanack*, p. 358-403, 2019; OLIVEIRA FILHO, Sergio Willian de Castro; MESSIAS, Luana Costa Pierre de. O elogio à cachaça: o discurso médico-naval sobre os benefícios do consumo de aguardente a bordo dos navios da Marinha Brasileira no século XIX. *Revista Ingesta*, v. 2, n. 1, p. 31-52, 2020.

mas é consenso entre eles que a compreensão de uma “linguagem política” não se limita ao esforço de elencar um vocabulário ou inventariar significados, seja sincrônica ou diacronicamente. Em todos os casos, a compreensão de uma linguagem está associada às regras que instituem o jogo político no qual ela se desenrola, condicionando as ações dos “jogadores”, e às estruturas do discurso pelas quais eles optam, já que operam dentro de um sistema linguístico específico necessariamente delimitado pela experiência histórica. Nas palavras de Pocock, uma linguagem política (*language* ou *discourse*) é

[...] a complex structure comprising a vocabulary; a grammar; a rhetoric; and a set of usages, assumptions, and implications existing together in time and employable by a semi-specific community of language-users for purposes political, interested in and extending sometimes as far as the articulation of a world-view or ideology⁷⁸.

Um mesmo ambiente político, ou mesmo um único ato de discurso, podem conter – e geralmente contém – múltiplas linguagens, organizadas em diferentes níveis e se relacionando de forma bastante complexa, assim como uma mesma linguagem pode ser reconfigurada e possuir variações espaciais e temporais. Diferentes linguagens não são, portanto, mutuamente excludentes, embora entrem em conflito com frequência.

É claro que, em se tratando de um especialista no pensamento político moderno de fala inglesa nos âmbitos europeu e norte-americano e nas trocas transatlânticas, é necessário problematizar as proposições de Pocock. Em seu livro mais famoso, *The Machiavellian Moment*, numa pesquisa de grande magnitude o autor propõe uma análise de longa duração acerca do pensamento humanista renascentista, por ele mais frequentemente chamado de “humanismo cívico”. Numa operação historiográfica extensa e complexa, apresenta-se o caminho que ideias como “república”, “virtude” e “revolução” percorreram ao longo dos três séculos que o livro cobre, indo das reflexões de Maquiavel, Gionotti e Guicciardini, passando pelo *revival* republicano da Inglaterra revolucionária, em especial na figura de James Harrington, chegando à Revolução Americana, momento fundador da República americana, para

⁷⁸ [...] uma estrutura complexa que compreende um vocabulário, uma gramática, uma retórica, e um conjunto de usos, assuntos e implicações que coexistem no tempo e são aplicadas por uma comunidade semi-específica de usuários da linguagem para fins políticos, por vezes interessados na articulação de uma visão de mundo ou ideologia. (tradução do autor). POCOCK, John. Concepts and Discourses: A Difference in Culture? Comment on a Paper by Melvin Richter. In. LEHMANN, Hartmut. RICHTER, Melvin. **The meaning of historical terms and concepts**. New Studies On *Begriffsgeschichte*. Washington: German Historical Institute, 1996. p. 47-58.

onde se transferiram as tensões, típicas do humanismo cívico seiscentista, entre governo, liberdade e propriedade.

Dentro deste recorte histórico Pocock está lidando com um conjunto de linguagens muito diferente daquele com o qual eu terei de lidar, com formas radicalmente distintas de transmissão do discurso, e, talvez principalmente, com formas distintas de viver, sentir e compreender o tempo histórico. Naquele universo, as “linguagens típicas” mais frequentadas por Pocock eram a da escolástica medieval, da exegese bíblica, do Direito Consuetudinário, do Direito Civil, do “republicanismo clássico”, da “Renascença emblemática”, do radicalismo *commonwealth*, entre outras. O próprio autor destaca que essas linguagens eram, quase sempre, gestadas e postas em circulação em ambientes institucionais, geralmente por intermédio de clérigos e juristas, o que dá a pista de que as linguagens *políticas* como tais, são, quase sempre, criações das elites intelectuais. Mas ao mesmo tempo, a multiplicidade de manejos dessas linguagens permite ver que a história das linguagens políticas é também a história

[...] de como os grupos leigos se apropriaram de idiomas profissionais para propósitos não profissionais, de como empregaram idiomas de outras fontes, de maneira a modificar seus efeitos, ou de como desenvolveram uma retórica da hostilidade à imposição de uma linguagem sobre si⁷⁹.

Esse contexto de circularidade da linguagem serve ainda a outras situações – com as quais mais frequentemente nos encontraremos nessa pesquisa –, como ver determinado grupo participante da “elite intelectual” lançando mão, em seus discursos, de linguagens mais comuns a outros grupos, ou um determinado intelectual fazendo um uso específico de uma linguagem que o diferencia em alguma medida de seus pares, sem se distanciar tanto do objetivo corrente de seu uso para ser considerado um *outsider*. Em momentos de crise ou grande movimentação social, é comum que as manifestações de intelectuais se acentuem, se agravem ou tentem acalmar os ânimos, conforme demanda de seu contexto e sua leitura da situação, de maneira que, num dado tempo, eles digladiam-se e/ou convergem em maior ou menor grau, mas, convencionalmente, as questões sobre as quais se debruçam são semelhantes⁸⁰. Ao fim do século XIX brasileiro, questões como a abolição, as alternativas ao trabalho escravo, a propaganda e posterior inauguração da república, a crise da legitimidade do império e

⁷⁹ POCOCK, John. G. A. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*: algumas considerações sobre a prática. In: **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2013. p. 68.

⁸⁰ WASSERMAN, Cláudia. História Intelectual: origem e abordagens. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 63–79, 2000.

a viabilidade do terceiro reinado, o lugar do Brasil na América e novos paradigmas de política externa, as relações políticas e culturais com a Europa, a importância da ciência e da técnica, entre várias outras, interessaram a literatos, críticos, historiadores, jornalistas, diplomatas, cientistas sociais, juristas, políticos de ofício, viajantes estrangeiros, médicos e naturalistas.

Cada uma dessas categorias profissionais produziu um conjunto de discursos e maneiras diversas de perceber a realidade. Adolfo Caminha era um crítico ferrenho da monarquia e um defensor da república (conforme se verá, sua defesa da forma republicana vai mudando suas bases argumentativas à medida que avançam os eventos da década de 1890, embora se mostre sempre veemente), mas a ele não interessavam as pautas correntes levantadas por periódicos, conferências e escritos doutrinários associados a grupos republicanos atuantes, fossem liberais ou positivistas; aos primeiros, orientados sobretudo pelo ideal do capitalismo *laissez-faire*, interessava principalmente discutir a propriedade agrícola, a diversificação da aplicação de capital e conformar um mercado de trabalho com maior presença de imigrantes europeus; aos segundos, baseados numa reinterpretação da doutrina comtiana e lançando mão de um modelo retórico que naturalizava as relações sociais e transformava a política e o direito em ciência, era necessário assegurar a soberania que emana do povo através, por exemplo, do sufrágio universal e da livre concorrência, além disso, acrescentaria o Apostolado positivista, a conformação do Estado deveria passar pela descentralização político-administrativa através da formação de uma ditadura que evite o “parlamentarismo burguesocrático”⁸¹.

Mas as opiniões de Caminha sobre estas questões centrais, nós não as conhecemos. O autor isentou-se de qualquer obrigação de pronunciamento público acerca delas, e não dispomos de nenhuma fonte que permita aprofundamento na sua visão acerca de qualquer destes aspectos da realidade. Como citado no tópico anterior, fontes muito solicitadas neste tipo de empreendimento, como cartas, diários e inventários, não sobreviveram, e mesmo seus textos mais explicitamente políticos são vagos quanto a isso. Algum esforço rigoroso no sentido de encontrar pequenas convergências de interesse ou breves filiações a estes grupos talvez valesse à pena, com o fim de conectá-lo a caminhos mais conhecidos da historiografia do período, mas para esta ocasião, preferimos, ao invés disso, compreender que tipo de diálogo com o mundo

⁸¹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. O cidadão da República – Liberalismo *versus* positivismo Brasil: 1870 - 1900. **Revista USP**, [S. l.], n. 17, p. 122-135, 1993.

social Caminha propunha em seus escritos, sem impor a ele discursos, assuntos e formas de participação política que não estejam arejados em seus textos mais abertamente.

De qualquer maneira, o que se pode dizer é que o combativo e polêmico Adolfo Caminha atribuía a si um papel no tabuleiro do jogo político de então. As regras desse jogo mudam constantemente, atualizadas tanto por fatores externos ao funcionamento intrínseco das linguagens que dele participam quanto pelas modificações a ele sugeridas pelas ações dos próprios sujeitos políticos. Nessa metáfora sugerida por Skinner, cada ato de discurso efetuado por determinado sujeito representa um “lance”⁸², uma atitude condicionada pela leitura do “jogador” em relação a este cenário, onde as demais “peças” estão conformadas em posições dadas. O lance efetuado pelo sujeito, por sua vez, passa a também compor o cenário, e os lances que virão em sequência terão de levar em conta as modificações efetuadas pelos lances anteriores. Essa relação, verificada em cada ato de discurso e em cada linguagem, entre o contexto histórico-linguístico e as intervenções discursivas dos agentes políticos se traduz no que o autor chama, respectivamente, de “dimensão do significado” e de “dimensão da ação linguística”:

Como poderão verificar pela minha insistência em resgatar aquilo que os escritores do passado estavam a fazer, estabeleço uma distinção firme entre o que considero duas dimensões distintas da linguagem. Uma tem sido convencionalmente descrita como a dimensão do significado, ou seja, o estudo do sentido e da informação supostamente ligados às palavras e às frases. A outra talvez fique mais corretamente retratada como a dimensão ação linguística, para utilizar os termos de [John] Austin, a qual se refere ao estudo daquilo que os oradores são capazes de fazer com o (e através do) uso das palavras e das frases. [...]. Uma forma de sintetizar a minha abordagem seria dizer que levo muito a sério as implicações do enunciado de Wittgenstein nas suas *Philosophical Investigations*, segundo o qual “as palavras são também atos”.⁸³

Nesta visão, a compreensão do desempenho de determinado ato de discurso deve se pautar num movimento duplo, que compreende, de um lado, o estudo do vocabulário disponível ao emissor do discurso, bem como dos múltiplos significados contidos nele (tomada isoladamente, a “dimensão do significado” desemboca na História dos Conceitos); e do outro, compreender as alterações no “tabuleiro” resultantes deste ato, aí incluída a verificação das repercussões do novo sentido

⁸² SKINNER, Quentin. A reply to my critics. In. TULLY, James. (org.). **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

⁸³ SKINNER, Quentin. **Visões da Política (vol. 1): sobre os métodos históricos**. Miraflores: Difel, 2005. p. 4.

atribuído aos significados anteriores e a ampliação das possibilidades de manejo dos conceitos e ideias que possivelmente esse ato implicou. Mas, sobretudo, na segunda dimensão, privilegiar-se-á, nesta pesquisa, a análise das escolhas internas ao texto de forma a verificar como o autor articulou, a partir de suas escolhas, os conceitos e o vocabulário preexistentes. Para nós, em poucas palavras, isto significa perceber como se desenrola, dentro do texto caminhiano, a mudança dos horizontes de expectativa em torno da república norte-americana na última década do século XIX no Brasil, partindo de um contexto de tentativa de consolidação do regime republicano brasileiro, e de como a ideia chave de “civilização” foi mobilizada.

1.3.1. A especificidade de *No país dos Ianques*

Talvez a primeira coisa que se deve dizer sobre a retórica de *No país dos ianques* é que ela nada tem a ver com aquela do Parlamento, do palanque. O brilho da palavra, escrita ou oralizada, foi o principal instrumento político nas formas modernas de governo, com significativas particularidades neste “outro Ocidente”⁸⁴. Nos sistemas políticos da América, em especial na sua dimensão de diálogos transatlânticos, não é exagero dizer que a vida política até a passagem do século XIX ao XX tinha na vocação retórica um traço fundamental. O Brasil oitocentista não foi exceção. No Conselho de Estado Imperial da monarquia, com reuniões a portas fechadas e com número limitado de membros, apelava-se largamente à evocação das dinastias europeias, recriava-se o discurso dos políticos franceses, prestava-se reverência aos autores da antiguidade, entre outros recursos⁸⁵. Analisando um caso paradigmático, José Murilo de Carvalho demonstra como, mesmo quando atacava a tradição “verborrágica” dos bacharéis, Manuel Bonfim não se esquivou de empregar um texto elegante e contundente, usando para isto o espaço de sete páginas⁸⁶.

Porém, muito embora lá estejam citados os escritores e pensadores políticos franceses, as lentes pelas quais Caminha observa o gigante americano do norte, seu relato de viagem está despido dos excessos eruditos que se notam não apenas na

⁸⁴ MORSE, Richard. **O espelho de Próspero**: cultura e ideias na América. 1ed. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁸⁵ FERRAZ, Sérgio Eduardo. A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e câmara dos deputados (1840-1889). **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 25, n. 62, p. 63-91, jun. 2017.

⁸⁶ CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 2000.

tendência geral do discurso político de então, como também em outros de seus textos. *No país dos ianques* foi escrito em linguagem fluida, facilmente decifrável. Claramente não foi em específico destinado aos palanques, nem aos clubes de leitura ou outros círculos letrados. Sua comunicação parece mais transparecer uma mensagem que objetiva difusão, divulgação, embora não a insistência no debate cotidiano da política, entendida de forma estrita, institucional, partidária. A própria linguagem do texto caminhiano convida a um alargamento daquilo que reconheceríamos como os limites da política como tal⁸⁷.

O que defendemos, no entanto, é que esse posicionamento não é uma negação da política, mas sim uma postura que evoca uma compreensão diferente do jogo político, uma opção consciente e deliberada de jogar o jogo por outras regras. Até onde se compreendeu, essa posição tem duas camadas: uma primeira relacionada ao mundo da política nacional, universo dentro do qual Caminha não encontrou a quem apoiar, visto que nenhum projeto político o satisfazia inteiramente – veremos no próximo capítulo como essa questão se desenrola –, não havendo a disposição de encampar uma campanha cega. Nesse sentido, o autor provavelmente considera inconsistente ou questionável que qualquer intelectual brasileiro se disponha a participar do debate político. A segunda camada diz respeito à própria relação entre o escritor e a política, visto estarmos falando de uma época em que o termo “política” praticamente só designava o que nesse estudo convencionamos chamar de “política institucional” e outros elementos diretamente relacionados a ela, pois Caminha considera que o papel civilizador da Arte não passa pela prática da política, foge às suas competências. A política – ou, antes, a Política – aparece na ficção e na crítica caminhiana como alegoria, como elemento que interage com a vida dos personagens, sem se confundir com ela.

Nesse sentido, nosso escritor reinventa a relação entre estética e política, fora dos paradigmas dominantes de então; ele não faz parte da tão aclamada “república dos bacharéis”. Creio que Caminha estava num lugar privilegiado para concretizar esta e outras rupturas. Duas experiências do autor, em especial, participam de seu arranjo.

⁸⁷ Aqui, baseio-me no conjunto de reflexões conduzidas por estudiosos contemporâneos que propõem o alargamento do campo político, passando a elaborar uma gama de experiências que reconhecemos como integrantes não mais de uma “Política” restrita a agentes e instituições, mas do campo do “político”, representa o traço político existente nos diversos campos da vida econômica, social e cultural. REMOND, René. Do Político. In. REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 441-454; ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 9-35; LEFORT, Claude. **Pensando o político**. Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

Primeiro, viveu com mais frequência e intensidade do que a maioria das pessoas a experiência do deslocamento, isto é, a vivência concreta de outras realidades sociais além daquela do local de nascimento, ampliando os limites do imaginário dos indivíduos⁸⁸. A viagem de formação de Caminha foi a mais longa e mais extraordinária experiência de deslocamento da vida do autor, mas houveram muitas outras: antes de completar 10 anos de idade, saiu de sua vila natal para residir na capital cearense; poucos anos depois, foi morar no Rio de Janeiro com um parente, sendo inserido ainda jovem num contexto muito diferente do que estava habituado até então; em 1886, com apenas 19 anos, conheceu quase uma dezena de países a bordo do *Almirante Barroso*; logo após retornar, em 1887, voltou a residir no Ceará; em 1889, passou alguns meses no Rio de Janeiro atendendo ao chamado do Ministério da Marinha, voltando a Fortaleza poucos dias depois do 15 de novembro; em 1893, de volta ao Rio de Janeiro, agora vivendo com Isabel Jataí de Paula Barros e em breve também com duas filhas, lá permaneceria até sua morte, apenas quatro anos depois.

A sólida formação científica do autor – inclusive nas nascentes ciências sociais – foi muito informada por essa multiplicidade de experiências. Em especial, a viagem aos Estados Unidos agudizou sua sensibilidade política e o desejo de uma sociabilidade mais democrática, e o trânsito entre Fortaleza e o Rio de Janeiro deu-lhe uma visão mais abrangente do Brasil, que incluía ambos, o progresso material da cidade e a riqueza da tranquila vida provinciana. A experiência de Caminha nas duas cidades não fora superficial: viveu intensamente os problemas sociais e a vida intelectual de ambas as capitais. Não é à toa que afirmará, em mais de uma ocasião, que o “verdadeiro Brasil” só pode ser alcançado na província:

O provinciano, que desconhece a tumultuosa agitação dos grandes centros, que vive lá no coração de sua pátria, identificado com o viver do povo e com a natureza, é sempre original e verdadeiro, porque descreve o que viu e sentiu, comunica-nos a impressão que diretamente recebeu; é, por força, um nativista, um produto do meio nacional⁸⁹.

Caminha diferencia, com frequência, a vida na cidade grande e na província, dando sempre preferência a esta última. Afirma que o cosmopolitismo nas grandes cidades, a sensação de progresso, é o que torna, a despeito de todas as diferenças

⁸⁸ Uma reflexão profunda e bem fundamentada sobre a ampliação dos contatos com a alteridade na modernidade foi feita em HAROCHE, Claudine. O outro e o eu na fluidez e desmedida das sociedades contemporâneas. In. MARSON, Izabel Andrade; BREPOHL, Marion; NAXARA, Márcia. (org.). **Figurações do outro**. Uberlândia: Edufu, 2009. P. 37-62.

⁸⁹ CAMINHA, Adolfo. Nativismo e Cosmopolitismo. In. **Cartas literárias**. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1895. p. 43.

antropológicas e especificidades na raça e no gênio dos habitantes, Nova York e Londres, o Rio de Janeiro e Paris, espaços semelhantes. Não há nem poderia haver aí uma experiência nacional profunda. Para ele, a literatura assume um papel civilizador, entre outras coisas, por sua capacidade de dar a conhecer o povo, este que é, afinal, o elemento principal de uma nação. Como notaremos, porém, durante *No país dos ianques* essa lógica sofrerá uma alteração: se Caminha está ciente das alteridades e das diferenças entre Fortaleza e o Rio de Janeiro, nunca reduzindo uma concepção de Brasil a nenhuma das duas cidades, o autor reconhecerá em Nova York todos os atributos que entende fazerem parte da essência da nação e do nacionalismo norte-americanos. Mas falemos disso mais adiante. A literatura tem assim uma missão política, no sentido lato da palavra, pois é capaz de informar as escolhas e perspectivas dos co-nacionais de outras partes do território e dos cidadãos de outras nações do mundo:

Exigir, porém, de um escritor brasileiro descrições do Oriente ou de coisas que ele apenas conhece através dos livros, é o que se não compreende. O romance nacional e a poesia nacional, desde que traduzam fielmente o sentir do povo, os seus costumes, a sua capacidade ingênita, tem um valor artístico inestimável. O que se deve exigir de um artista é que ele seja humano, que ele saiba interpretar as dores e as alegrias do povo, cristalizando-as numa forma simples e clara⁹⁰.

Note-se que a opção estética pelo naturalismo ganha, aí, um novo significado. O problema da estética literária, que compete aos críticos e estudiosos da literatura, nos interessa na medida em que estética e política são indissociáveis, pois produzem, juntas, uma ética da escrita. Um compromisso assumido pelo escritor – e, que assim se julga, deveria ser assumido por todos os escritores – de iluminar aspectos da vida nacional até então desconhecidos ou conhecidos insatisfatoriamente, de apreender o espírito e o sentimento do povo⁹¹. Creio que dificilmente essa perspectiva poderia ter surgido sem a conjugação das experiências profundas da capital federal e da província. Sua combatividade vinha aliada de uma contundente consciência geográfica.

⁹⁰ CAMINHA, Adolfo. Nativismo e cosmopolitismo, p. 44.

⁹¹ Como sugeria Gellner, pouca coisa punha mais temeridade à imaginação moderna do que um homem sem nação. A nacionalidade era o principal reduto de criação de identidades. Ocorre que, segundo Ian Watt, entre os séculos XVIII e XIX, o mundo ocidental conhece a ascensão concomitante do indivíduo e do romance, assim como do Estado-nação. O mundo da escrita foi particularmente afetado por essa imbricação. A escrita de textos literários em prosa passou a conjugar as preocupações com a formação dos indivíduos (o que também permite o delineamento de rostos no meio da multidão), os traços do povo, a formação das identidades nacionais e a consolidação de seu próprio espaço social. WATT, Ian. **A Ascensão do Romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. GELLNER, Ernst. **Nações e Nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993.

Um trecho significativo nesse sentido é o comentário bibliográfico⁹² dirigido a uma *Revista Azul*, de São Paulo:

Sob a direção de Antônio de Oliveira e Francisco de Castro Júnior, acaba de aparecer este periódico literário. É mais uma tentativa no meio da indiferença e do exclusivismo idiota que nos cercam. Desejaríamos à nova revista uma feição mais revolucionária, para que, ombro a ombro com a mocidade independente do norte e do sul, guerreássemos os vândalos da arte escrita que a lisonja dos tímidos e dos inúteis celebrizou em efêmeros artiguetes. O primeiro número da *Revista Azul* é, contudo, uma brilhante promessa⁹³.

A lembrança de demarcar a origem geográfica dos escritores é lembrar o fato, apenas. Repetir com frequência alusões a essa origem revela uma preocupação com a dinâmica social da escrita e com a complexidade brasileira num nível sutil que, talvez, um escritor do sul tivesse mais dificuldade de compreender.

A segunda experiência do autor que, me parece, ajudou a balizar o arranjo estabelecido por ele entre estética e política, foi aquela identificada por Carlos Eduardo Bezerra como “poligrafia”, isto é, a prática concomitante de várias atividades no mundo das letras – e mais, relembro, em lugares diferentes. Apenas um ano depois de publicar os folhetins da primeira versão de *No país dos ianques*, Caminha daria início à publicação do jornal *O diário*, que circulou em Fortaleza durante alguns poucos meses em 1891, e não muito tempo depois, editou a *Revista Moderna*, que circularia no ano seguinte. Ambos os empreendimentos foram descontinuados por questões financeiras. Os anos de 1893, 1894, 1895 e 1896 – os quatro anos que antecederam seu falecimento – foram os mais produtivos do autor. Nesse tempo, publicou seus três romances – sendo que *A Normalista* foi divulgado no Rio, mas escrito em Fortaleza –, o volume de *No país dos ianques*, as *Cartas Literárias*, e criou e editou a *Nova Revista*. Por essa múltipla atuação, Caminha assimilou uma dimensão panorâmica da atividade literária em partes diversas do território, o que consolidará sua opinião de que a Literatura é um fator civilizatório por excelência. Civilizatório porque educa os sentidos, dá forma ao sentimento, eterniza o espírito de uma nação, mas também dinamiza a vida cultural, garante a circulação de produtos editoriais, facilita a escrita como profissão⁹⁴. A

⁹² O periódico dirigido e editado por Caminha em 1896, a *Nova Revista*, tinha uma seção inteiramente dedicada a apresentar aos leitores outros empreendimentos editoriais ao longo do Brasil. A escolha desses empreendimentos, em si, já é muito sugestiva: em geral, são revistas recém-lançadas e sob a responsabilidade de escritores e editores que estivessem ainda surgindo na cena literária sem depender da tutela ou do favor de escritores já consagrados.

⁹³ CAMINHA, Adolfo. Notas bibliográficas. **Nova Revista**. Rio de Janeiro, junho de 1896. p. 165.

⁹⁴ Reflexão profunda sobre os vários momentos da profissionalização da escrita pode ser vista em GODOI, Rodrigo Camargo. **Um editor no império**. Francisco de Paula Brito (1809-1861). São Paulo: EdUSP, 2020.

equação entre estética e política está assim traduzida pelo autor, numa resenha do poema *Pátria*, de Guerra Junqueiro, de 1896: “Eu não acredito nas ovações de um povo senão quando o vejo levantar-se todo, espontaneamente e desordenadamente, para destronar um rei ou sagrar um poeta”⁹⁵.

Quando tomadas em conjunto as ideias de linguagens políticas em Skinner e Pocock, temos a possibilidade de reconhecer a conjugação entre o campo do sentir e do dizer/fazer. As bases de nossas reflexões fixam-se ainda no pressuposto de que o sensível e o racional competem juntos na conformação dos atos políticos, sejam eles eminentemente discursivos ou de outra natureza. Ainda hoje, Adolfo Caminha é largamente acusado de ser um escritor rancoroso e enraivecido. Impossível livrá-lo dessas admoestações. Nosso trabalho é, na verdade, demonstrar que suas escolhas em relação as suas atitudes de forma alguma subtraem a riqueza e complexidade de sua argumentação política, pelo contrário, alimenta-a, dá-lhe substância humana. Aqui, o sociólogo Pierre Ansart é essencial para reconhecer como os sentimentos e a racionalidade política aparecem juntas, tanto na formulação do diagnóstico das situações experienciadas quanto nas atitudes e iniciativas escolhidas para lidar com elas. Dessa forma, diz o autor, cada elemento da vida política de certo momento, como a imprensa, as representações do cotidiano, os discursos formais, as festas e cerimônias e assim por diante, tem poder para incidir sobre medos, esperanças e paixões⁹⁶. Que passos iniciais podemos dar por meio desta trilha?

O desafio à autoridade foi uma constante na vida do autor. Desafiou a oficialidade da Armada imperial diversas vezes enquanto oficial, ao denunciar em contos e manifestos os castigos físicos sofridos pelos marinheiros; desafiou o próprio imperador quando, ainda aluno da Escola de Marinha, falou da tristeza pelo falecimento de Victor Hugo, que não estaria vivo para assistir nascer a república neste canto da América; desafiou a moralidade burguesa e a hierarquia da Marinha ao pedir demissão; desafiou os “medalhões literários” ao fazer críticas exaltadas a homens bem estabelecidos e relacionados como Arthur Azevedo, Sílvio Romero, Antônio Sales e Olavo Bilac.

A literatura era, para o autor, também um espaço de contestação e denúncia. O *éthos* naturalista em Caminha é essencialmente um desafio à ordem. Não um desafio de afronta, panfletário, ainda que escancarado, mas um desafio aos valores

⁹⁵ CAMINHA, Adolfo. **Folha do norte**. Belém, n.60, 29 fev. 1896. p. 1.

⁹⁶ ANSART, Pierre. **A gestão das paixões políticas**. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

burgueses, às certezas autoritárias, ao cidadão que desconhece seu próprio país, aos políticos e empresários mesquinhos incapazes de operar pelo bem coletivo.

Penso ser possível pensar essa relação entre estética e política em Caminha a partir de Jacques Rancière, e seu conceito de *partilha do sensível*:

Pelo termo da constituição estética deve-se entender aqui a partilha do sensível que dá forma à comunidade. Partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e inversamente, a separação, a distribuição dos quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas. [...]. Antes de ser um sistema de formas constitucionais ou de relações de poder, uma ordem política é uma certa divisão de ocupações, a qual se inscreve, por sua vez, em uma configuração do sensível: em uma relação entre os modos de fazer, os modos do ser e os modos do dizer; entre a distribuição dos corpos de acordo com suas atribuições e finalidades e a circulação de sentido; entre a ordem do visível e do dizível.⁹⁷

O *No país dos Ianques* é um texto muito relevante na obra de Caminha porque ele deixa explícito um conjunto de valores e princípios que sua literatura ficcional apenas sugere. É também Rancière quem explica, em outra ocasião, que o surgimento da literatura realista à moda de Flaubert, Balzac e Zola – que Caminha considera grandes mestres – apontava, em meados do século XIX, um reordenamento da relação entre literatura e política, pois representou a abertura social para uma sensibilidade “menos aristocrática, mais democrática”⁹⁸. Conforme esclarecia Elías José Palti em sua reflexão teórica sobre a história político-intelectual latino-americana, as linguagens políticas tem menos a ver com o que efetivamente se anuncia, e mais com as regras que traduzem e determinam o que é dizível e representável⁹⁹. Nesse sentido, entendemos a partir de Rancière, que o manejo específico de Caminha das linguagens políticas indica a reivindicação de um espaço e uma função que devem ser ocupados pelo escritor: falar da nação, não pela exaltação romântica, mas pela compreensão dos tipos que nela habitam e a constroem.

Mas quais, afinal, são elas? São três as linguagens mais relevantes neste texto: 1- a linguagem característica do gênero “relato de viagem”; 2- uma linguagem multifacetada e altamente complexa – que abriga um conjunto significativo de

⁹⁷ RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. Tradução: Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Edições 34, 1995. p. 7-8.

⁹⁸ RANCIÈRE, Jacques. O efeito de realidade e a política da ficção. **Novos Estudos**: São Paulo, n. 86, março de 2010, p. 75-90.

⁹⁹ PALTÍ, Elías José. **El tempo de la política**: el siglo XIX reconsiderado. 1ed. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007. p. 17.

“linguagens de segunda ordem”¹⁰⁰ – formada pela convergência em torno das teorias raciais; e 3- uma linguagem republicana, intimamente relacionada à vida política brasileira nos momentos imediatos ao da escrita do texto, mas informada por diferentes visões acerca do processo histórico nacional, opiniões sobre as funções exercidas por ou esperadas de seus atores, e altamente conformada pelos sentimentos políticos do autor. Vejamos cada uma delas.

Primeiro, temos uma linguagem que vem junto do próprio gênero do texto. O gênero textual “relato de viagem” possui características próprias, condicionadas tanto pela demanda de um público leitor por narrativas que alimentem a imaginação e as representações acerca de determinado lugar, quanto por uma necessidade do autor em fazer circular o conhecimento gerado por uma experiência de desenraizamento e deslocamento.

O contexto em que tais elementos se desenrolam é, naturalmente, variável conforme tempos e lugares, mas, em qualquer época, o traço central da narrativa de viagem é a experiência do novo: contar e ler sobre sensações, cores, cheiros, sabores e sons inéditos; explorar e fazer conhecer formas de governo, práticas sociais, manifestações artísticas e culturas políticas incomuns. Prender a atenção do leitor conduzindo-o por um espaço que ele desconhece, com paisagens grandiosas de uma beleza a ser sorvida a largos goles, ou de uma estranheza grotesca; apresentando-o a gentes com hábitos estranhos, que comem alimentos exóticos, e cuja vida cotidiana segue um ritmo diferente, estabelecido por critérios e valores singulares, por vezes incompreensíveis. A narrativa do relato de viagem, no entanto, pela própria natureza do gênero, também não pode prescindir do compromisso com a veracidade factual dos eventos expostos, de forma que, via de regra, é um discurso situado muito próximo da fronteira entre história – como narrativa de um passado (re)pensado – e ficção – como expressão imaginativa que ultrapassa as fronteiras do real¹⁰¹.

¹⁰⁰ Na designação de Pocock, trata-se de um meio utilizado para intervir na própria linguagem. Uma linguagem não é apenas o meio pelo qual o intelectual opera, mas também objeto de reflexão, na medida em que se vê como necessário avaliar diuturnamente os efeitos e as regras do que se diz. Isto é, uma linguagem de segunda ordem é o instrumento usado para se referir à linguagem que se está empregando. POCK, John. Introdução: o estado da arte. In. **Linguagens do ideário político**. 1ed. Trad. Fábio Fernandez. São Paulo: EDUSP, 2013. p. 39.

¹⁰¹ LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. MONTEZ, Luiz Barros. **Relatos de viagens como objetos de reflexão historiográfica e da prática tradutória**. **Cadernos de Tradução**, [S.L.], p. 277, 30 out. 2014

Em sintonia com os problemas discutidos ao longo da década de 1890, que apresenta um contexto onde as ideias de “cidadania” e “nacionalidade” estão em aberta discussão, *No país dos Ianques* tem um claro potencial discursivo no sentido de tematizar e problematizar a identidade nacional, pois, como comentava Wladimir Kryszinski, “[...] a viagem na modernidade se torna um operador cognitivo que produz sem cessar um efeito estimulador nas questões de anunciação à procura do saber”¹⁰². Desde o século XVI os relatos de viagem vinham cumprindo um papel essencial na imaginação do homem moderno, mas no fim do século XIX essa procura de saber já não figurava numa instância mítica, onde as visões dos viajantes eram fortemente informadas por crenças religiosas; agora, a imaginação política estava mais voltada à descoberta de novas maneiras de empregar conceitos e formas de atuação no meio social e na prática dos ofícios, e no caso brasileiro, de conformar um novo regime político a um conjunto de horizontes de expectativa bastante diversificado. A “disputa pelo futuro” na qual se digladiavam monarquistas e republicanos de várias vertentes era marcada pelo crivo da alteridade em relação ao “outro”, sendo que o paradigma da percepção desse outro era, essencialmente, um paradigma nacionalizante. O “outro” no fim do século XIX, nas retóricas empregadas com fins políticos, é quase sempre um outro nacional.

Essa “procura de saber”, no caso do texto aqui estudado, está relacionada tanto a uma necessidade conjuntural brasileira – num debate profícuo acerca de referências políticas que pudessem nortear as atitudes e procedimentos governamentais e as formas de respaldo ou resistência a elas – quanto a uma necessidade particular de Caminha – o estabelecimento de uma forma viável de intervenção no debate público que estivesse de acordo com o *modus operandi* conveniente ao autor, que não tinha interesse de fugir de seu lugar como homem de letras.

Mas esta necessidade particular se mostra antes como uma tensão característica do momento da publicação do texto do que como o objeto de uma reflexão direta do autor; podemos propor que esta fosse uma questão algo relevante, ou mesmo inerente ao texto, mas não estamos suficientemente respaldados para sugerir que *No país dos Ianques* tenha tido uma intencionalidade essencialmente política, primeiro porque, em última instância, como sugeria Pocock, as “intencionalidades” são

¹⁰² KRYSZINSKI, Wladimir. Discurso de viagem e senso de alteridade. **Organon**, [S.L.], v. 17, n. 34, p. 21-43, 20 jun. 2003. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 23.

inatingíveis em seu estado original, nos sendo possível apenas reconhecer “as articulações de suas consciências”, tentando evitar posturas enganosas:

Se, por um lado, aparecem estudiosos em busca de um princípio que garanta unidade ao texto, independentemente de se é possível ou não demonstrar que o autor teve a intenção de desenvolver qualquer princípio desse tipo, esses estudiosos podem ter deixado de encarar o texto como um problema de reconstrução da performance do autor e podem estar olhando para ele somente como um problema de análise conceitual.

Se eles simplesmente afirmam que o texto pode fazer sentido dessa maneira e que não importa se o autor ou o leitor anterior jamais os interpretou da mesma maneira, eles estão nos dizendo que sua empreitada filosófica não os obriga a estudar as ações de nenhum agente histórico¹⁰³.

Estão aí desenhadas duas atitudes diante do texto lido que, representando extremos interpretativos, devem ser evitadas. Não se pode, de um lado, cobrar do texto uma coerência interna desejada pelo leitor, mas que não corresponde aos seus objetivos. Do outro, não se deve privar a análise de um diálogo consistente entre o texto analisado e outras performances do discurso em seu tempo. Se a *intenção* é escorregadia, a crítica, o respaldo, argumentações semelhantes, e outras conformações desse diálogo, são mais objetivas. Justamente por isto a dimensão da *performance* é essencial no estudo das linguagens políticas. Não se pode correr o risco de um estudo redundante, preso à textualidade, apenas reproduzindo o cume visível das opiniões do autor:

Vamos supor agora que todas essas questões tenham sido satisfatoriamente respondidas: que se demonstrou que o autor teve a intenção e efetivou a produção de um corpo de escritos de acordo com os postulados que ele intencionalmente tomou base. O último momento em que ele poderia ter tido essa intenção e poderia tê-la efetivado foi o da finalização de seu texto, mas nesse momento, e até ele, o autor foi considerado somente alguém em diálogo com seu texto e consigo mesmo. Podemos ter considerado suas interações com as “linguagens” em que escreveu o texto e com outros textos e autores a quem respondeu escrevendo-o. Não obstante, perguntar a respeito da performance de um autor ao investir seu texto de unidade é perguntar a respeito de sua performance sobre e no interior de seu texto, e nada mais. O que ele “pretendeu”, o que ele “estava fazendo”, era algo já encerrado a partir do momento em que o texto foi concluído [...]¹⁰⁴.

Encerrado porque há uma lacuna entre a intenção, o efeito pretendido, ou mesmo a imaginação quanto às possíveis respostas, e o efetivamente realizado. Os efeitos e apropriações de um texto, uma vez posto em circulação, são absolutamente incontroláveis e imprevisíveis.

¹⁰³ POCOCK, John. Introdução: o estado da arte. In. **Linguagens do ideário político**. 1ed. Trad. Fábio Fernandez. São Paulo: EDUSP, 2013. p. 49-50.

¹⁰⁴ POCOCK, John. Linguagens do ideário político, p. 50-51.

E em segundo lugar, nenhum outro texto caminhiano sugeria uma intervenção semelhante à realizada por este relato de viagem; ele é singular na produção do autor. Como percebemos, toda intenção política atribuída a um texto é sempre, necessariamente, uma arbitrariedade do historiador. Apenas podemos, observando o movimento das linguagens num dado momento, sugerir funções, lugares e intenções dos atos de discurso que as operam. Ainda assim, com exceção de algumas resenhas mais exaltadas, em nenhum outro texto Caminha expôs tão volumosas e contundentes opiniões sobre a realidade política brasileira, pensada, então, a partir de outras realidades nacionais – ou antes, justamente por causa delas uma tal preocupação com o Brasil desperta de forma inédita.

Mas, de qualquer forma, e retomando o argumento que dá base ao destaque desta linguagem, *No país dos Ianques* emprega, na condição de um relato de viagem, uma maneira específica de ler a realidade, dentro de cuja estrutura textual se abrigam as outras linguagens empregadas no texto.

Temos, em seguida, uma linguagem pautada num conjunto de vertentes teóricas que dominavam o debate público. Grosso modo, na segunda metade do século XIX a ideia de *raça* passou a acumular significados biológicos e sociais, carregando daqueles uma inspiração metodológica, donde se acreditava ser possível estudar a sociedade como um organismo, e os comportamentos, pensamentos e tendências humanas como manifestações da força fisiológica imanente da constituição dos sistemas do corpo. Sendo a “nação” a ideia central que compilava os significados atribuídos à vivência social – isto é, tal conceito sintetizava grande parte de como os homens e mulheres situavam, na segunda metade do XIX, suas noções de identidade, e consequentemente, estabeleciam seus “outros”¹⁰⁵ –, as teorias raciais acabaram por se associar inextricavelmente aos projetos nacionais divulgados nos mais diversos espaços e suportes, sendo que nestes discursos o Estado, o cidadão, as manifestações culturais e as formas de organização social aparecem todos como partes de um mesmo processo histórico de transformação ou aprimoramento necessários. Os motivos dessa necessidade e os métodos, prioridades, argumentos e concepções ideológicas que sustentavam cada projeto variavam consideravelmente, ainda que todos tenham sido articulados em linguagens mais ou menos coincidentes. Os ideais de *cidadão* sintetizavam muito do que se pensava em termos de atributos – físicos e psicológicos,

¹⁰⁵ BALAKHRISHNAN, Gopal. The national imagination. In. _____. **Mapping the nation.** (org.). Londres; Nova York: Verso, 1996. p. 175-197.

ainda que frequentemente estes fatores fossem apresentados de forma indistinta – necessários ou desejáveis a cada homem ou mulher, sendo a cidadania o elo fundamental que fazia a mediação entre a nação – portanto, a vida social – e o indivíduo.

A partir da segunda metade do século XIX, com a publicação de diversos tratados de cunho científico acerca da constituição física dos seres vivos, em especial *A origem das espécies*, de Charles Darwin, a noção de *evolução* foi agregada ao estudo das raças, e por conseguinte, das sociedades. Os critérios de divisão das diferentes raças eram diversificados, mas de forma geral, a ideia de *civilização*, que cumpria a função de reunir em si os horizontes de expectativas de então, foi indubitavelmente acrescida pelos conhecimentos científicos, sobretudo da biologia, de forma que a raça e outros condicionantes de tipo fisiológico passaram a importar nas noções de *progresso* (civilizacional) existentes.

Passadas algumas décadas, chegando ao fim do século XIX no Brasil, assistimos a mudanças estruturais nessa linguagem. A diversificação de campos que sofreriam o impacto da cientificidade atribuída à observação das raças fez com que uma multiplicidade significativa de discursos passassem a utilizá-la, e consequentemente, modificá-la¹⁰⁶. Cientistas, historiadores, políticos, juristas e literatos, cada um à sua maneira e com objetivos específicos, manejavam os conceitos, métodos e enunciados típicos das teorias raciais. Passou a ser, portanto, uma linguagem atualizada vertiginosamente, e mais: com conteúdos semânticos de bases teóricas e campos de experiência diversos. Seus usos também foram múltiplos, mas em decorrência da forte associação entre projetos nacionais, ideais de cidadania e saberes científicos, ela sempre esteve presente nas retóricas de natureza política, integrando discursos parlamentares, periódicos com temas políticos, artísticos e econômicos, libelos e textos literários.

Lilia Schwarcz propôs três fundamentos teóricos das teorias raciais:

O primeiro afirmava a realidade das raças, estabelecendo que existiria entre esses agrupamentos a mesma distância encontrada entre o asno e o cavalo. O segundo instituía uma continuidade entre caracteres físicos e morais. Um

¹⁰⁶ MAIO, Marcos Chor. Raça, Doença e Saúde Pública no Brasil: um debate sobre pensamento higienista do século XIX. In MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça como questão**: história, ciência e identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010. p. 51-82.

terceiro aspecto apontava para a predominância do grupo racial no comportamento do sujeito¹⁰⁷.

Cada um destes pressupostos punha-se a dialogar com outras linguagens manejadas pelo emissor do discurso que os professava. Assim, como veremos, em alguns intelectuais, como Sílvio Romero, o problema racial enquanto condicionante de comportamentos indesejados tem uma forte carga genética e um significativo fator geográfico/climático, enquanto Adolfo Caminha deixa implícita uma grande participação da história e da estrutura social na decadência de uma civilização, que dever-se-á mostrar-se capaz de superar elementos anti-civilizatórios nela contidos, como a escravidão.

O traço essencial dessa linguagem, no entanto, desde a sua concepção, em meados do século XIX, até sua deslegitimação, na segunda metade do século XX, foi a exaltação e a análise da *diferença*, transformada em objeto de estudo. As teorias raciais foram, durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, a linguagem predominante da expressão da diferença pela elite intelectual; diferença entre povos de nações diferentes ou entre diferentes habitantes de uma mesma nação – a depender do lugar, o era antes, ou continuou sendo depois desse período. *No país dos Ianques* não seguiu caminho diferente. Os fundamentos das observações de cunho etnográfico – o que significava também, indiretamente, observar os destinos da nação – expressas por Adolfo Caminha não são outros que não a diferenciação das particularidades das raças observadas em cada local visitado pelo autor.

É interessante demarcar, no entanto, que as referências de Caminha no debate racial são menos as ciências biológicas e médicas, amplamente preocupadas, no Brasil, com o problema da mestiçagem, do que as ideias sobre raça empregadas pelo pensamento político e social. Em todos os escritos de Caminha, poucas vezes o vemos citando estudos científicos produzidos no Brasil. Ele certamente os conhecia. Sabemos, por exemplo, que teve contato pessoal com Francisco José Viveiros de Castro, jurista da Escola do Recife que analisou cientificamente as perversões sexuais¹⁰⁸. Mas a principal vertente de debate sobre a raça em Caminha não é a ciência ao modo dos

¹⁰⁷ SCHWARCZ, Lília. Teorias raciais. In. SCHWARCZ, Lília; GOMES, Flávio. **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. (org.). 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 424.

¹⁰⁸ No capítulo dedicado à pederastia no estudo *Atentados ao pudor*, Viveiros de Castro afirma: “Caminha, o prometedor romancista nacional, que firmou na Normalista seus dotes de observador e de psicólogo, disse-me que está escrevendo um romance — Bom Crioulo — onde a inversão é largamente estudada a bordo de um navio de guerra.” CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Atentados ao Pudor**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1934. p. 220.

estabelecimentos de ensino e pesquisa científica, cujos saberes foram popularizados por meio de conferências públicas e pela imprensa¹⁰⁹. O pensamento racial em que Caminha se baseia é aquele que, ao fim do século, desembocará na convicção positivista do progresso da humanidade, tanto do ponto de vista técnico e tecnológico quanto do ponto de vista político, intelectual e sociológico. Assim, a perfectibilidade do corpo é pensada no entrecruzamento entre a biologia, a história (tanto como processo diacrônico quanto como fator de determinação do homem) e as relações sociais construídas em torno dele. Conforme se verá, em nenhum momento Adolfo Caminha faz análises puramente fisiológicas. Ele prefere pensar, ao invés disso, o corpo em movimento, em interação com o meio. Veremos que os negros brasileiros são diferentes dos negros de Barbados, que por sua vez são menos civilizados do que a população negra da Jamaica.

Mas, além disso, as teorias raciais como linguagem mediadora de praticamente todo discurso sobre a diferença, tinham ainda outra importância fundamental: era tal o nível de profundidade atingido por essa retórica nas práticas e na cultura política que quaisquer discursos ou manifestações no sentido de contribuir a um projeto nacional precisavam lhe prestar reverência. Condicionando o que era dizível ou não, pouco ou nada se podia manifestar fora dos pressupostos lançados pelas teorias raciais. Em sua face positiva e científica, elas tinham o papel de sancionar um discurso político; apenas suportado por um ambiente social altamente consagrado como o da crítica literária, pôde Sílvio Romero passar incólume ao lançar seu famoso comentário zombeteiro sobre um “bando de ideias novas” que circulava no Brasil das décadas de 1870 e 1880¹¹⁰.

E, por último, temos o que aqui chamei de “linguagem política”, que nada mais é do que uma forma circunstancial de expressão de sentimentos, interesses e opiniões baseada na tradição retórica da vida política do Império, em especial do Segundo Reinado, e aqui especialmente informada e participante dos subsequentes eventos sociais, políticos, econômicos e culturais daquele *fin-de-siècle*. A proclamação da república, no entanto, provocou uma inflexão na história do discurso político

¹⁰⁹ CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero**. Projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos (Rio de Janeiro, 1870-1889). Campinas: Ed. da Unicamp, 2016.

¹¹⁰ ROMERO, Sílvio. **Realidades e Ilusões no Brasil**: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios. Petrópolis: Editora Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979. p. 173; SANTOS, Wilmihara Benevides da Silva Alves dos. **Povo e raça na formação da nação**: o debate entre Manoel Bonfim e Sílvio Romero. 2006. 130f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006."

brasileiro, pois houve efetivamente um deslocamento geral dos horizontes de expectativa e dos campos de experiência.

Algumas tensões se fizeram mais presentes e pontuaram com veemência o discurso dos sujeitos histórico-políticos desse período; sem arriscar afirmar as mais importantes, nem sequer as mais frequentes do período, apenas indico que questões essenciais de então estão tratadas em *No país dos Ianques*, como a crítica a uma suposta ingerência da burocracia imperial na política externa; o desprezo pelos privilégios aristocráticos aos quais os republicanos convencionavam associar à forma de Estado monarquista; e os castigos físicos impostos aos marinheiros indisciplinados pela oficialidade da Armada. Outras questões surgem apenas citadas de passagem.

O que vai se verificar é que houve um deslocamento geral da sensibilidade política, que foi se tornando mais e mais aberta à vivência de princípios democráticos. Monarquista convicto como era então, Joaquim Nabuco não pôde deixar de lembrar que, por sua preocupação com a questão escrava e seu reformismo, era chamado de republicano durante o Império¹¹¹. Este é um ponto que, sem dúvida, informa o discurso em vários níveis, e é uma característica da história do discurso político na última década do século XIX. Mas, para nós, importa principalmente reconhecer que essa linguagem está relacionada a um conjunto de visões acerca da vida política, e que, apesar da sensibilidade democrática, ela se estrutura de formas diferentes entre monarquistas e republicanos: nos primeiros, rememora-se a estabilidade propiciada pelo poder central do Império, quando não se reivindica a reabilitação da fonte dinástica de legitimidade política; já os segundos estão pautados numa incorrigível certeza da obsolescência da monarquia e do arcaísmo de seus guardiões, práticas e instituições. Portanto, trata-se de uma linguagem especificamente voltada à política em sua moldura institucional, embora largamente praticada fora dela.

A escolha pelo recorte dessa linguagem teve como preocupação verificar, da forma mais direta possível, como Adolfo Caminha se relaciona com a política em seu sentido mais estrito. Se, por um lado, seria incorreto afirmar que ele entrevistou de forma contundente nos debates políticos – visto que, como se verá, o autor manteve-se

¹¹¹ “Fui e sou monarquista, mas essa é uma caracterização secundária, para mim acidental; a caracterização verdadeira, tônica, foi outra: liberal – liberal não no sentido partidário, estreito, mas no sentido que decorre destas duas consciências profundas que tenho em mim, de criatura de Deus e membro da humanidade. [...] Por isso, chamaram-me na monarquia republicano e por isso fiquei na república monarquista. NABUCO, Joaquim. **Cartas a amigos**. São Paulo: IPÊ, 1949, v.2, p. 24-45. Apud MARSON, Izabel Andrade. **Política, história e método em Joaquim Nabuco**: tessituras da revolução e da escravidão. Uberlândia: edUFU, 2008. p. 11.

afastado das polêmicas partidárias –, seja no momento da publicação desse texto (1894) ou em qualquer outro momento, por outro, os fins deste trabalho não permitem ignorar estas opiniões assistemáticas e dispersas que o autor emitiu. Linguagem essa construída no seio de uma inconformidade com as decisões e procedimentos do governo de Floriano Peixoto tanto quanto na plena convicção de que a república era, ainda, um modelo a ser aperfeiçoado na prática cotidiana da política.

Se John Pocock sugeria que, num estudo de história do discurso político, a primeira etapa da pesquisa consiste em identificar as principais linguagens que compõem a *parole* em questão, está dado o primeiro passo. Nos capítulos que se seguem, tentaremos compreender como, usando essas linguagens, Caminha construiu os argumentos que usa para embasar suas defesas e críticas ao longo do texto examinado, os manejos particulares que fez delas, os usos específicos que deu ao vocabulário típico de cada uma e os significados que acrescentou a conceitos-chave, em especial “república”, “monarquia”, “América” e “civilização”.

Capítulo 2 – Viagem ao País dos Ianques: a cultura democrática dos americanos do norte como alternativa para a política brasileira

O surgimento e aprimoramento dos navios a vapor, quase simultaneamente nos dois lados do Atlântico Norte, na Inglaterra e nos Estados Unidos, no início do século XIX, tornou o planeta um globo circunavegável, impondo limites à sensação de distância e eliminando quase totalmente a intransponibilidade de grandes extensões marítimas. As rotas comerciais traçadas pelos países ibéricos e depois pela Inglaterra e pela França, em especial decorrentes do tráfico negreiro e do comércio de mercadorias e matérias primas, já haviam conduzido a uma “atlantização do comércio à distância”¹¹², de forma que as características desse espaço oceânico chegam ao oitocentos quase totalmente conhecidas. As primeiras viagens de circum-navegação datam ainda do século XVI, mas apenas com a revolução industrial e sua dupla participação no processo ao qual nos referimos – momento de aprimoramento técnico da navegação, tanto quanto da produção de itens comercializáveis – a presença inglesa e sua quase hegemonia no espaço comercial atlântico tornarão este um espaço de trânsito rotineiro, cotidiano¹¹³.

Se em fins do século XVIII a tecnologia naval não tinha discrepâncias particularmente notáveis entre os países europeus e suas colônias¹¹⁴, ao término do XIX o domínio da tecnologia naval é, indubitavelmente, um fator essencial na geopolítica

¹¹² SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo Garcia. **O Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária em uma economia colonial tardia**, Rio de Janeiro, c. 1790 - c.1840. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹¹³ Conforme lembra Dale Tomich, o exclusivo colonial tinha implicações profundas na divisão internacional do trabalho e no comércio internacional, visto que até o início do século XIX não havia efetivamente um *mercado mundial*, mas mercados que se desenrolavam em seus respectivos circuitos, balizados pelas relações entre as colônias e suas respectivas metrópoles, e eram pouco integrados. A industrialização acelerada da Europa e da América do Norte solicitava matérias primas em quantidade inédita; a urbanização e o crescimento populacional ascendentes eram a base de uma nova relação entre sociedade e mercado. Já durante o nascimento de um mercado “mais ou menos autorregulador”, o controle do fluxo de mercadorias era a chave do lucro: “Com o colapso da França e seu império colonial após 1815, não havia nenhuma potência capaz de rivalizar com a Grã-Bretanha na arena internacional, e iniciou-se um processo de reintegração do mercado mundial sob a hegemonia do capital britânico. A supremacia comercial, financeira e marítima britânica era sustentada por seu desenvolvimento industrial; e, por sua vez, sua vantagem produtiva sobre seus rivais aumentou, enquanto seu controle sobre o mercado se via fortalecido. O controle das finanças internacionais por Londres e a criação das novas instituições financeiras da City representaram novos níveis de integração da economia mundial e novos canais para a dominação econômica. A produção e consumo mundiais foram moldados progressivamente em torno das condições impostas pelos requisitos da acumulação de capital britânico e integrados aos seus ritmos e ciclos. TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial**. São Paulo: EdUSP, 2011. p. 85.

¹¹⁴ SILVA, Gian Carlos de Melo. O Atlântico na época do vapor: o impacto da Revolução Industrial. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira et al. **Atlântico: a história de um oceano**. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

mundial. Em 1882, havia cerca de vinte e dois mil navios a vapor no mundo, o que já representava, em tonelagem, cerca de 25% da navegação em relação aos barcos à vela, e essa proporção cresceria ao longo das décadas seguintes¹¹⁵. Ela assegurava uma presença mais constante nas áreas de controle imperialista, garantia um fluxo transoceânico seguro de mercadorias e matérias primas e ganhava cada vez mais importância nas batalhas anfíbias e aquáticas. Com exceção dos Estados Unidos, cuja expansão territorial e desenvolvimento econômico foram alavancados por um imperialismo terrestre continental predominantemente comercial – ainda que bastante militarizado nas zonas fronteiriças, em especial na guerra contra o México (1846-48)¹¹⁶, todos os países que se destacaram no cenário político internacional tiveram seu poder parcialmente condicionado à presença nos mares. A indústria naval representou um dos maiores receptores de recursos orçamentários das nações nesse período, criando um clima de corrida bélica, onde os corpos militares navais estavam extremamente atentos aos desenvolvimentos tecnológicos de outras nações¹¹⁷.

Não é surpreendente, portanto, que para executar esta dupla demanda – formação técnica capaz de manejar as novas tecnologias e otimizá-las em um contexto de recursos limitados e habilidade intelectual para lidar com a dinamização do espaço técnico, econômico e político emergente – o Ministério da Marinha Imperial do Brasil tenha optado, em 1858, por uma reforma na Academia de Marinha, que passaria a se chamar Escola de Marinha. De fato, esse cenário era generalizado, como atesta Jeremy Black:

These and other changes had a major impact on skill requirements. Sailing rig had been a complex technology. Nevertheless, the sophisticated equipment of the late nineteenth century led to a need for better, or at least differently, trained officers and sailors, and therefore to the creation of new colleges and educational methods. Professionalization, administrative efficiency, and the ability to respond to technological innovation all became

¹¹⁵ HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 48.

¹¹⁶ TOPIK, Steven. **Comércio e canhoneiras**: Estados Unidos e Brasil na Era dos Impérios (1889-97). 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹¹⁷ Publicações militares no Brasil davam conta desse fenômeno. A Revista Marítima Brasileira, periódico cujas primeiras edições saíram na década de 1850, foi refundada em 1881. Seguindo um escopo diferente de outras publicações institucionais, o foco corporativo da RMB é perpassado pelo modelo de periódico ilustrado científico. As seções *Chronica Marítima* e *Notícias varias* tratavam do estado das Marinhas dos principais países de todo o mundo, apresentando seu grau de desenvolvimento tecnológico e importância estratégica para a política externa e movimentos militares das respectivas nações. ARIAS NETO, José Miguel. Imprensa Militar, Guerra e transferência de tecnologia para a Marinha no Brasil Oitocentista. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; CAMPOS, Adriana Pereira (org.). **Histórias sobre o Brasil do Oitocentos**. 1ed. São Paulo: Alameda, 2016.

necessary criteria. As it was more important to ensure continuity of service in navies, so there was a development of career conditions and structures.¹¹⁸

De fato, a demanda existia: em 1870, o Brasil era a quinta nação com maior poder de fogo no mar, mas a defasagem econômica do Império no pós-guerra deixou a Marinha numa situação difícil, com recursos humanos escassos e uma esquadra relativamente numerosa, mas tecnologicamente retardatária¹¹⁹.

A pauta externa prioritária do Império durante algumas décadas foi a manutenção de seus territórios na região platina, de forma que sua capacidade naval esteve voltada, principalmente, à navegação fluvial; o Brasil só viria a possuir uma esquadra com potencial marítimo ampliado no período mais ativo do Arsenal da Corte, a partir de 1865¹²⁰, o que veio a calhar quando as diretrizes do governo provisório, instalado após o golpe de 1889, alteraram o foco da política externa para a relação com os Estados Unidos, tendência que se tornaria permanente durante toda a Primeira República¹²¹.

Adolfo Caminha fez parte da última turma de Guardas-Marinhas formados pela Escola de Marinha tal como estava configurada desde 1858. A Academia Real de Guardas-Marinhas foi uma das instituições transportadas de Portugal para o Brasil em 1808, instalando-se no Mosteiro de São Bento, aí funcionando até 1832. Neste ano fundiu-se à instituição de formação de oficiais do exército, a Academia Militar, passando a funcionar no Largo de São Francisco, mas a experiência duraria apenas um ano, tendo regressado então ao Mosteiro. Em 1839, já comumente chamada de Academia de Marinha, o estabelecimento passaria a ser sediado na nau Pedro II, fundeada na Baía da Guanabara, onde permaneceu por dez anos. Entre 1849 e 1867, funcionou num prédio no Largo da Prainha, e depois na fragata Constituição. Nesse

¹¹⁸ Tradução do autor: Estas e outras mudanças tiveram um grande impacto nos requisitos de competências. O equipamento de vela era uma tecnologia complexa. Mesmo assim, o sofisticado equipamento do final do século XIX levou à necessidade de oficiais e marinheiros treinados diferencialmente e, portanto, à criação de novas faculdades e métodos educacionais. A profissionalização, a eficiência administrativa e a capacidade de responder à inovação tecnológica tornaram-se critérios necessários. Como era mais importante garantir a continuidade do serviço em marinhas, houve um desenvolvimento de condições e estruturas de carreira. BLACK, Jeremy. **Naval Warfare: a global history since 1860**. Lanham; Boulder; New York; London: Rowman&Littlefield, 2017. p. 30.

¹¹⁹ Em termos de armamento (número de “bocas de fogo”), poder inferior apenas ao da Inglaterra, Rússia, Estados Unidos e Itália.

¹²⁰ TELLES, Pedro da Silva. História da Construção Naval no Brasil – parte II. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 118, n. 1/3, p. 91-110, mar. 1998.

¹²¹ DORATIOTO, Francisco. O Brasil no mundo. In: SCHWARCZ, Lilia (org.). **História do Brasil Nação - volume 3: a abertura para o mundo**. Rio de Janeiro; Madrid: Objetiva; Fundação Mapfre, 2012. p. 133-173.

meio tempo, em 1858 viria uma onda de reformas, passando agora a Academia a se chamar Escola de Marinha. Em 1876 seria fundado o Colégio Naval, instituição preparatória para o curso superior da Escola. Em 1882 a Escola passou a ser sediada no Arsenal da Marinha, e entre 1883 e 1914, ficou instalada na ilha das Enxadas. Daí por diante a instituição continuaria mudando sua sede com alguma frequência¹²².

2.1. A viagem em seus aspectos técnicos e institucionais e a versão do comandante

Mas voltemos ao ano de 1886. A viagem de formação deu-se ainda dentro das normas do decreto 2.163 de 1858, que regulamentava o funcionamento da Escola de Marinha. Vejamos, segundo seu regulamento, as principais características da instituição e do curso trilhado por nosso marinheiro-escritor. O segundo artigo do decreto estabelecia os conhecimentos a serem transmitidos. O primeiro dos quatro anos de curso era constituído por uma cadeira com elementos de geometria em suas diversas áreas, e aulas de "ensino auxiliar" com os estudos de Álgebra. O segundo ano trazia duas cadeiras: uma primeira com noções de cálculo, mecânica, funcionamento de máquinas, princípios de construção naval e noções básicas de astronomia e do estudo das marés; uma segunda cadeira envolvendo vários conhecimentos da física, como ótica, magnetismo e eletricidade. Havia também o ensino auxiliar, com estudos em geometria analítica, além de aulas avulsas de topografia. O terceiro ano era composto também de duas cadeiras, a primeira envolvendo trigonometria, astronomia e navegação; uma segunda cadeira com o ensino da balística e artilharia naval, e também aulas de desenho de máquinas e usos das máquinas a vapor.

Já em relação ao quarto ano, o regulamento propunha:

Ensino a bordo de um navio armado em guerra, e em viagem de longo curso.
Tática naval, história da navegação, com especialidade das mais notáveis Campanhas Navais dos tempos antigos e modernos.

Exercícios práticos e regulamentares de observações astronômicas, especialmente para a determinação das longitudes no mar.

Exercícios de Artilharia.

Trabalhos hidrográficos, e desenho respectivo.

¹²² PRATES, Tatiana Alves. A ESCOLA NAVAL. *Revista de Villegagnon*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 70-76, dez. 2010.

Detalhes práticos da construção naval, com especial aplicação ao serviço de guerra¹²³.

Fato interessante também é que embora a viagem de formação do quarto ano fosse o mais notável evento do tipo, não era o único. No artigo 67, prenuncia-se que todos os aspirantes aprovados nos exames do respectivo ano deveriam fazer viagens de formação em meses predeterminados. Estabelecia-se ainda nos artigos seguintes que os aspirantes – leia-se os alunos do três primeiros anos – deveriam também estudar francês e inglês, esgrima, ginástica e natação. Via de regra, o ano letivo começava em 1 março e terminava em 31 de outubro, guardando-se os meses de novembro, dezembro e janeiro para as viagens de formação e exames, estes que eram sempre escritos, orais e práticos.

O regime de internato era obrigatório, e o controle de vagas de aspirantes seguia rigorosamente a demanda de vagas de Segundos Tenentes, patente obtida pelos Guardas Marinhas – os alunos do quarto ano – caso aprovados nos exames finais. A entrada na Escola se dava por meio de Exames Preparatórios, geralmente feitos por egressos do Colégio Naval. Nesse momento, fato interessante de ser observado é que Adolfo Caminha foi aprovado em tais exames sem ter passado pelo Colégio Naval, o estabelecimento preparatório, o que indicava algum tipo de preparação prévia, haja vista a especificidade dos conhecimentos cobrados.

Temos aí um quadro geral da formação pela qual Caminha passou. Foi dentro desses parâmetros que o autor se fez marinheiro. Embora sempre tenha havido em Caminha certa vocação literária, cremos não estar enganados ao analisa-lo, nesta fase de sua vida, não como escritor-marinheiro, mas como *marinheiro-escritor*; isto é, não há como afirmar com certeza sobre suas intenções em relação ao oficialato na Marinha. Nunca demonstrou especial apreço pela carreira, mas também não parecia desconfortável nela. Optaria depois pela demissão. Mas o certo é que, até 1889, suas atividades como aluno da Escola de Marinha e como oficial da Armada constituíram o centro de suas preocupações e ocuparam a maior parte de seu tempo.

O capitão de Mar-e-Guerra Saldanha da Gama, por ser comandante do cruzador *Almirante Barroso*, cargo que ocupava desde 1884, estava definido estatutariamente pelo mesmo decreto também como responsável temporário pela formação dos guardas-marinhas. Os alunos do quarto ano ficavam entregues aos cuidados do oficial responsável pela embarcação que houver sido escolhida para sua

¹²³BRASIL. Decreto n. 2.163, de 1º de Maio de 1858. Re organiza a Academia de Marinha, em virtude da autorização concedida no § 3º do art. 5º da Lei n. 862 de 30 de Julho de 1856. **Coleção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, parte II, p. 250-272, 1858.

viagem de formação. E assim saíram os alunos em viagem, em fevereiro de 1886, com retorno marcado para dezembro.

O primeiro integrante da viagem a merecer atenção é a embarcação¹²⁴. Com aproximadamente duas mil toneladas e setenta metros de comprimento, armado com oito canhões e quatro metralhadoras¹²⁵, o *Almirante Barroso* custou aos cofres do Império aproximadamente 1400 contos de réis. De tipo “cruzador”, isto é, uma embarcação concebida para realizar viagens longas e cobrindo grandes distâncias, os encouraçados eram geralmente munidos de armamentos pesados. Era um navio de propulsão mista – vela e vapor –, tecnologia que começou a ser utilizada, pioneiramente, na França e na Inglaterra no fim da década de 1840; os primeiros navios brasileiros que utilizaram este dispositivo técnico foram construídos no Arsenal da Corte na década de 1850, objetivando firmar o poder naval do Império no Prata.

Filho de uma família de fazendeiros, militares e bacharéis, Luís Felipe Saldanha da Gama nasceu em 1846, no Rio de Janeiro. Bacharelou-se em Letras e concluiu os estudos na Academia de Marinha com êxitos notáveis, sendo também um exímio pianista e enxadrista. Daí adiante galgaria a carreira militar à vista de seus superiores e subordinados, considerado por Rui Barbosa “o homem mais completo” do Brasil naqueles tempos, e simpatizado por nomes como Joaquim Nabuco, José Veríssimo e o próprio Tamandaré. Em resumo, nos anos 1880 era um dos oficiais mais notórios e respeitados da Armada brasileira¹²⁶. Houve razoável disputa pela memória de sua imagem após sua morte em 1894, quando foi degolado durante uma batalha no Sul, para onde se dirigiu após a derrota da Revolta da Armada no Rio de Janeiro¹²⁷.

O testemunho mais completo sobre Saldanha da Gama nos foi oferecido por um contemporâneo em 1896, Honorato Caldas, autor da *Apoteose de Saldanha da Gama*, volume de quase quinhentas páginas publicado cerca de um ano após a morte do notório almirante. Caldas era um oficial do exército que tinha acumulado certa notoriedade em 1889, quando fez parte da junta governativa da Paraíba após o 15 de novembro. Foi esta a iniciativa mais vistosa, mas não a única. A imagem de Saldanha

¹²⁴ Conferir anexo 4.

¹²⁵ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A evolução tecnológica no setor naval na segunda metade do século XIX e as consequências para a Marinha do Brasil. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 120, n. 11, p. 131-197, dez. 2000.

¹²⁶ LACOMBE, Américo Jacobina. O Almirante Saldanha. **Revista Navigator**. Rio de Janeiro, n. 12, dez. 1975, p. 30-44.

¹²⁷ Conferir anexo 5.

da Gama, que acumulara grande prestígio, mereceu amplas homenagens dentro e fora da Armada.

Mas voltemos à nossa viagem. Saldanha da Gama produziria um relatório com mais de cem páginas, cujos anexos tivemos a sorte de ver publicados na Revista Marítima Brasileira. Em cada um dos oito anexos, o comandante enfoca uma questão específica do funcionamento do navio e do prosseguimento da viagem. Consultemos seu conteúdo.

O anexo 1, "Instrução dos Guardas Marinha", explica os procedimentos escolhidos para educar os futuros segundos-tenentes sob sua tutela. Afirmo o comandante que decidiu sair da praxe de divisão das tarefas em situações semelhantes. Usualmente, os marinheiros eram divididos em três ou quatro quartos (grupos de trabalho), mas decidiu Saldanha dividi-los em oito quartos, para evitar

[...] o acúmulo a meu ver sempre prejudicial de muita gente reunida para um mesmo fim e tornar, portanto, mais real a própria responsabilidade de cada Guarda Marinha no desempenho das incumbências, que alternadamente lhes tocava durante as horas do serviço do respectivo grupo – do outro, poder não só melhor julga-los, como também exercer certo influxo mais imediato sobre cada um individualmente".

O registro das anotações meteorológicas era ocupação diária, e decidiu-se ocupa-los com "serviço interno" apenas mais tarde no decorrer da viagem, isto é, serviço dedicado ao funcionamento do barco, até então entregue apenas aos marinheiros mais experimentados. Quanto à rotina de formação, foi decidida pelo conselho de bordo, presidido pelo comandante e composto pelo oficial imediato e pelos três oficiais instrutores que seguiam viagem e focou dividida da seguinte forma:

No mar		No porto	
6h30min às 8h	Vestuário e estudo	7h às 9h	Vestuário e estudo
9h	Almoço	9h30min	Almoço
10h-13h	Cálculo do ponto do dia e trabalhos de derrota em geral.	10h às 11h30min	Assistência de inspeção e exercício regulamentar
14h às 15h	Aula de uma das doutrinas do curso	12h às 13h	Aula do dia.
15h30min às 16h30min	Assistência do exercício do dia.	14h às 15h	Trabalhos da derrota.
16h30min	Jantar.	16h	Jantar.
Resto da tarde	Recreio e jogo de armas brancas.	19h às 22h	Estudo.

Quadro 1: rotina da tripulação do *Almirante Barroso*

Os oficiais instrutores que seguiam em viagem davam as lições do ramo em que tinham "designada nomeação", o 1º tenente Lindolfo Malveiro da Mota ficou responsável pelas aulas de História Naval e Noções de Tática, o 1º tenente Benjamin Ribeiro de Mello pelas de Direito Marítimo Internacional e o 2º tenente Carlos Ambrósio do Rego Barroca pela Hidrografia, cálculos de navegação, organização da derrota e construção naval.

Saldanha afirma que não interviu nos programas de estudo elaborados pelo oficiais, no entanto, insistiu num ponto específico: que os instrutores adotassem as prelações escritas, preparadas com vista a cada lição, e com cópias distribuídas aos alunos, elemento essencial no ensino a bordo, onde as condições de estudo e consulta são limitadas. Repudia-se a confiança dos instrutores brasileiros em sua "verbiagem", inclusive se envergonhando de consultar anotações ou "confessar" as fontes de que bebeu. Daí decorre a situação "absurda" de que grandes vultos do magistério nacional terem trinta anos de carreira sem ter deixado sequer uma lição escrita. No próprio navio, diz que os instrutores resistiram à proposta.

Segue-se fazendo séria crítica ao modelo de curso do quarto ano da Escola de Marinha, mostrando-se simpatia às modificações no plano de estudo adotado pela nova Escola Naval. As verificaremos em breve.

A principal queixa de Saldanha ao longo de todos os anexos será, sem dúvida, o contingente excessivo, pois trazia consideráveis dificuldades logísticas. De um lado, preferiria que seus alunos tivessem melhor exemplo em seus instrutores e uma formação mais voltada às especificidades brasileiras, de outro, põe em questão a representação brasileira em territórios estrangeiros, confiada neste caso a mais de uma centena de marinheiros menos instruídos do que ele gostaria.

Por fim, Saldanha consolida uma crítica significativa aos itinerários das viagens: declara o autor que não vê grande utilidade em extensos percursos em águas internacionais e territórios extracontinentais:

Em suma, penso ainda, que tais viagens deveriam ficar restringidas, quanto ao itinerário, ao próprio litoral do Brasil, ou estenderem-se quando muito a alguns portos do continente sul-americano. Com semelhante programa, além de sobra as ensanchas para todos os trabalhos práticos dos Guardas-Marinha, se lucraria outro provento de não somenos importância, qual a prática e conhecimento das nossas costas bem como das do continente que

habitamos, prática e conhecimento que nos são indispensáveis, mas que força é confessar de presente não possuímos.

E prossegue ainda o eminente comandante:

As viagens aos Estados Unidos assim como aos diversos países da Europa, essas, no meu entender, deverão ser, não eliminadas de certo, mas reservadas para oficiais já feitos e levadas a cabo por navios mais regularmente montados, os quais ali possam fazer tal ou qual estação, e não andarem na sôfrega carreira tão característica das nossas viagens de instrução de guardas-marinha.

Fizemos referência às viagens realizadas por Saldanha da Gama na qualidade de instrutor de turmas anteriores de aspirantes e guardas-marinhas. As viagens de formação guiadas por ele tiveram vez nas datas de: 10 de fevereiro de a 15 de maio de 1870; 28 de junho de 1871 a 14 de janeiro de 1872; maio a julho de 1874; nestas três ocasiões, seguiu-se um itinerário exclusivamente sul-americano, com estadias mais demoradas em Montevideu nas três ocasiões¹²⁸.

Mais a frente o comandante fará nova referência à fundação da Escola Naval, afirmando que não passou de uma "reforma de estudos", visto que estão mantidas as "regalias" dos docentes e os resultados insuficientes no ensino, e declara: ou o sistema da Academia Naval de Anápolis ou o programa da Escola de Marinha de Lisboa, tendo preferência pela primeira¹²⁹.

Acerca das experiências educativas fora do navio, Saldanha afirma que não recuou diante das despesas com passagens para pontos afastados do navio e outras complicações logísticas. Mais a frente, ao analisar o relato de Adolfo Caminha, veremos que estão lá pontuadas muitas dessas excursões. Estão listadas por Saldanha visitas aos seguintes locais:

¹²⁸ CALDAS, Honorato. **Apoteose de Saldanha da Gama**. Rio de Janeiro: Alex Vilela, 1896. O autor não informa, contudo, o roteiro completo das viagens.

¹²⁹ A U.S Navy Academy, de Anápolis, ou simplesmente "Annapolis", é a escola de formação de oficiais da marinha norte-americana. Fundada em 1845, sua estrutura administrativa era baseada na da Academia de West Point até uma reforma no início dos anos 1900; historicamente consolidou suas políticas de formação educacionais no estudo científico e do direito, assim como da filosofia moral, contando com um sistema de treinamento conhecido como "summer cruise", onde o ano letivo era dividido entre o ensino prático e os conhecimentos teóricos, respeitando as condições naturais das marés, dos ventos e das posições do sol ao longo do ano. HUNTER, Mark C. The US Naval Academy and Its Summer Cruises: Professionalization in the Antebellum US Navy, 1845-1861. **The Journal of Military History**, v. 70, n. 4, p. 963-994, 2006.

Pernambuco
Arsenal da Marinha e de Guerra em Recife.
Obras de melhoramento do porto de Recife.
Casa penitenciária.
Ginásio.
O edifício da Assembleia Provincial e o “bairro de Olinda”.
Barbados
Apresentação dos navios da divisão Naval inglesa.
Nova Orleans/EUA
Obras do porto Eads.
Desobstrução do Passo do Sul do delta do Rio Mississippi.
A penitenciária.
O Colégio militar da Louisiana.
Cuba
O aqueduto de Havana.
O arsenal da Marinha cubana.
A catedral em que se encontram os restos mortais de Cristóvão Colombo.
As cavernas de Bella Mar em Matanzas.
O vale do Jumuri.
Nova York/EUA e proximidades
A Academia Naval de Anápolis.
A Academia militar de Westpoint.
O observatório de Washington.
A linha de tiro de Sandy-Hook.
O Arsenal do Brooklyn e demais fortificações de seu porto.
Newport/EUA
Escola de Torpedos.
Escola de aprendizes-marinheiros.
Arsenal de Boston.
Ilha de São Miguel
Trabalhos do quebra-mar no porto de Ponta Salgada.
Os geysers e a lagoa de Sete Cidades.

Quadro 2: excursões de formação durante a viagem

Saldanha reconhece a importância instrutiva de todas as visitas, sobretudo às escolas militares de Anápolis e Newport, mas não deixa de lembrar o aborrecimento causado pelo tumulto inevitável em decorrência da quantidade de guardas-marinhas. O anexo 1, cujas informações nos são mais valiosas, foi repassado mais detidamente.

Vejamos rapidamente o conteúdo dos demais anexos. O anexo 2 diz respeito à divisão dos serviços e tarefas diárias. Havia um agrupamento competente

àquelas atividades relacionadas ao armamento de bordo, deixando grupos responsáveis pelas metralhadoras, canhões, explosivos e outros instrumentos bélicos. Havia também grupos designados para as guardas e serviços noturnos, assim como para cuidar de questões da atracação e instalação nos portos.

Esclarece-se que as atividades em alto mar seguiam sempre uma rotina diária adaptada ao clima do local em que o navio se encontrava, por exemplo diminuindo a guarnição trabalhando a céu aberto nas áreas mais ensolaradas. Também informou-se sobre a instrução de outras atividades, como o manejo das artilharias, que ficou a cargo do 1º tenente Júlio Alves de Brito. Foram criadas aulas para maquinismo, foguismo e códigos internacionais de navegação. Havia exercícios de artilharia em alto mar periodicamente, chegando o comandante a encaminhar o navio a áreas propícias a atividade e lá permanecendo por alguns dias, quando necessário. Mais interessante é notar que a tripulação do navio foi dividida pelo comandante em quatro grupos: o dos analfabetos, o dos que liam sem escrever, o dos que liam e escreviam com dificuldade e o dos que liam e escreviam com fluidez. As atividades da faina foram distribuídas respeitando essa divisão.

Talvez a informação mais relevante deste anexo seja a de que havia um grupo específico entre os praças que foi submetido a um curso especial para o oficialato da Marinha. E esclarece Saldanha que, contra as indicações mais corriqueiras, ele próprio se envolveu na instrução deste grupo, na condição de auxiliar do oficial responsável. As razões para isto, levantaremos posteriormente.

O anexo 3, acerca da disciplina, será exposto em momento mais oportuno, no tópico seguinte, visto que é tema relevante dentro do relato de Caminha. O anexo 4 diz respeito aos cálculos de navegação, que ficaram sob responsabilidade dos segundos tenentes Antão Correia da Silva e Estevão Adelino Martins. Saldanha explica e justifica suas escolhas em relação a percursos e métodos de cálculo. Aí dá mostras de sua conhecida erudição, ao citar métodos recém inventados na Alemanha e na Inglaterra, bem como suas razões para deixar de lado outros, como as distâncias lunares, que a Marinha brasileira ainda recomendava, mas que via com pouca serventia. Reclama-se que o equipamento de cronometragem de que o navio dispunha não havia sido revisado, e que os modelos mesmos dos cronômetros eram obsoletos.

O anexo 5 diz respeito à higiene e saúde de bordo. Sobre esse assunto, Saldanha não faz críticas senão acerca da dificuldade em se manter o asseio num navio com tal contingente. Expõe-se que predominaram na viagem as "supressões de

transpiração, as inflamações catarrais, as bronquites, as moléstias venéreas, os reumatismos e as ‘contusões próprias da labutação do marinheiro’”. Havia abundância de água potável e variedade de alimentação, além da possibilidade de banho de ducha diário, que era obrigatório, com ablação de água doce. A proibição de cochilos ao relento e a troca diária de roupas ao menos duas vezes foram medidas que o capitão considerou exitosas na finalidade de diminuir os casos graves de doenças diversas.

O anexo 6 dedica-se às observações meteorológicas, onde se expõem os métodos para cronometragem do tempo, mensuração das temperaturas, características da água e do ar, o estado do céu e do vento, e assim por diante. Saldanha relata os métodos de atracação e principais eventos em cada um dos portos. Anexo mais técnico do relatório, não nos resta tanto a adicionar ou comentar, apesar de ser também o mais extenso. O anexo 7 segue o mesmo padrão, mas tendo a embarcação como tema. Queima de combustível, contagem de milhas náuticas, funcionamento das máquinas e assim por diante.

Já o anexo 8 remete as despesas da viagem. No espaço de tempo que competia aos gastos desempenhados pelo comandante, foram realizados ao todo seis saques sobre a Delegacia do Tesouro em Londres: o primeiro em Kingston, seguido de dois em Nova Orleans e três em Nova York. Os gastos maiores foram feitos na compra de carvão, roupas e fardamentos para a tripulação e uma grande quantidade de lona. O gasto mais interessante entre estes foi, sem dúvida, o das roupas. Ocorre que, como detalharemos mais a frente, seguia viagem na condição de guarda-marinha, como colega de turma de Adolfo Caminha, ninguém menos do que o príncipe Augusto Leopoldo, neto do imperador Pedro II, filho da princesa Leopoldina. As notícias sobre a presença ilustre corriam nos locais visitados, de forma que, por todos os portos visitados, a comitiva brasileira era recebida com festejos e honrarias, o que forçou o comandante Saldanha a aprontar vestes adequadas aos guardas-marinhas:

Mais tarde, em New York, à vista do estado de ruína que haviam chegado os mesmos uniformes de serviço da guarnição e diante da perspectiva de uma viagem ainda longa, e durante a qual não poderia furtar-me aos requisitos de um cerimonial forçado pela presença de um príncipe de sangue da família imperial entre os oficiais do navio, não duvidei ainda fazer completar em matéria de vestuário das praças o que havia iniciado em New Orleans.

Acreditamos que a presença do príncipe é, também, a razão que justificou a decisão de Saldanha da Gama de criar uma turma extra de formação de oficiais dentro do navio e pôr-se ele mesmo como instrutor, não só com fins de formação para o

príncipe, mas também para aplicação de lições necessárias aos demais guardas-marinhas sobre como se portar como oficiais nas várias recepções de que tomariam parte.

Houveram ainda diversos gastos em ajustes e consertos do navio, realizados principalmente em Nova Orleans e Nova York, abastecimento de alimentos, passagens para as excursões de formação.

É de se notar, além de tudo, a desenvoltura com que Saldanha da Gama realizou todos estes procedimentos. Ademais estar em nações estrangeiras, estava sozinho na resolução de tais questões, não tendo, segundo afirma, lançado mão de mediadores em nenhuma negociação.

Ainda que fora dos objetivos desta pesquisa, seria possível nos questionarmos sobre a possibilidade de que um dos objetivos desta viagem específica tenha sido traçar um conjunto de atividades pedagógicas experimentais a fim de repensar os programas e métodos da nova Escola Naval. Verificando o estatuto da instituição reformada, veiculado pelo decreto 9.611 de 1886, percebemos alguma novidades na instituição, mas também algumas permanências. A Escola Naval compreendia três cursos: o preparatório, o de náutica e o superior. O internato na fase preparatória não era obrigatório, mas constituía condição para assentar praça e, portanto, receber soldo. O curso superior, correspondente à antiga Escola de Marinha, passou a ter apenas três anos. O primeiro ano era composto de uma cadeira de "análise matemática", aí inclusos geometria, cálculo e álgebra; uma segunda cadeira de física e meteorologia; uma terceira de Direito público, constitucional e militar; e uma quarta de geometria descritiva e topografia. Para todas elas haviam aulas práticas complementares, e ainda aulas facultativas de tecnologia marítima em francês. No segundo ano, a primeira cadeira compreendia mecânica "racional" e prática em construção naval; a segunda, química e pirotecnia; e a terceira, direito marítimo e comercial; havia também "aulas técnicas" de socorro a naufrágios e sobrevivência no mar. Por fim, no terceiro ano estudava-se, na primeira cadeira, astronomia e navegação; na segunda, balística, artilharia naval e meios de ataque e defesa das costas; na terceira, manobras dos navios de guerra, evolução de esquadra, história naval e da marinha; e na quarta, geodesia e hidrografia. Além disso, havia também aulas durante todos os cursos de esgrima, manobras navais, infantaria e natação.

Um dos objetivos da Armada ao propor tal reforma era recompor o quadro dos oficiais de carreira, visto que após a Guerra da Tríplice Aliança haviam severos desfalques em seus postos.

Em 1892, Saldanha viria a assumir o cargo de diretor da Escola Naval, entrando assim, como vimos, em uma instituição um pouco diferente daquela que existiu até 1886. Indo mais adiante na cronologia, constatamos fato curioso: Saldanha da Gama foi responsável por três viagens de instrução consecutivas: a primeira de 12 de dezembro de 1885 a 10 de fevereiro de 1886. Apenas oito dias depois, partiria do Rio de Janeiro a executar a atividade de formação tratada nesta pesquisa, e que viria a ser mais longa de todas, indo de 18 de fevereiro até a primeira quinzena de dezembro; no dia 30 do mesmo mês, partiria para mais uma viagem, que duraria até fevereiro de 1887. Note-se, portanto, que Saldanha da Gama não era apenas um experimentado e erudito oficial militar, mas também um instrutor experiente.

2.2. As formas de ver: a nação além da nação

Dividido em dezesseis capítulos, antecedido por um prólogo, *No país dos Ianques*¹³⁰ é um dos primeiros relatos de viagem com “expressão literária” publicados por um escritor brasileiro, assim como, mais importante, constitui um dos primeiros conjuntos de impressões produzidas por um brasileiro acerca dos Estados Unidos¹³¹. O primeiro capítulo narra o início da viagem, da despedida da Ilha das Enxadas à meia-noite até a saída da província pernambucana, de onde a tripulação¹³² mareou dez dias depois. O navio zarpuou numa noite fria, após um dia chuvoso, e Caminha dá à cena um tom de úmida melancolia:

E todos a bordo, todos silenciosamente, egoístas na sua dor concentrada e incomunicável, mandaram ainda um – adeus – profundamente saudoso à vida alegre e ruidosa do Rio.

Dizem que o homem do mar é insensível àqueles que nunca viram esta realidade: a lágrima da saudade brilhar na face de um marinheiro.¹³³

Esta poética da saudade será evocada ao longo do texto várias vezes. A estadia em Recife dura apenas dois dias, mas Caminha ocupa-se em narrar dois

¹³⁰ Conferir anexo 6.

¹³¹ Assim o afirmam, por exemplo, BROCA, Brito. A aventura norte-americana de Adolfo Caminha. In: **Horas de leitura**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, MEC, 1957. p.204-11; BUENO, Eva Paulino. Hispanic, Herpanic, My panic, Our panic. Que pânico? Uma jornada brasileira nos EUA. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 127, p. 19-37, 2011.

¹³² Iam a bordo o capitão, o imediato, 3 primeiros-tenentes, 13 segundos-tenentes, 1 oficial de Fazenda de 2ª classe, 2 segundos-cirurgiões, 1 maquinista, 3 instrutores (história naval e tática, direito internacional marítimo e hidrografia e navegação), 313 praças da guarnição e 29 guardas-marinhas, Adolfo Caminha entre estes., **Diário de Pernambuco**, n. 0046, 26 fev. 1886. p. 2.

¹³³ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques. p. 13

episódios específicos desse tempo: a recepção acalorada que a população recifense deu ao príncipe Augusto Leopoldo, então também guarda-marinha. Ao ver nos jornais a notícia de que um membro da família real desembarcaria, as multidões recifenses ajuntaram-se em curiosidade no porto, muitos na esperança de prestar seus respeitos à nobre e ilustre figura:

Mais tarde, ao desembarcar a turma de guardas-marinha, de que fazia parte o príncipe, subiu de ponto a curiosidade publica. Oh! o príncipe! –Que é d'ele? –É um ruivo? –É aquele barbado? ¹³⁴

A mera presença do príncipe exerce uma força simbólica especial sobre a experiência da viagem, mas voltaremos a esse importante episódio mais adiante.

O segundo episódio que Caminha preocupa-se em narrar é o encontro com Gustavo Adolfo, um prisioneiro da penitenciária situada na ilha de Fernando de Noronha, que foi visitada pelos guardas-marinhas. O homem estava preso havia vinte anos, segundo se conta, por ter assassinado e roubado uma prostituta com quem se envolvera na juventude. Fora posto no cárcere com apenas dezenove anos, desde quando a única bondade que lhe prestaram foi a permissão de publicar um livro de poesias, *Risos e lágrimas*, que saiu em algum momento do início da década de 1880.

Logo em seguida, a tripulação partiu de Recife. No início do segundo capítulo ficamos sabendo que o *Almirante Barroso* alcançou a linha equatorial em 2 de março, e que o comandante do navio tinha ordens para chegar a Nova Orleans a tempo de acompanhar alguns eventos da Exposição das Três Américas, ou *The North, South and Central America Exposition*, que teve lugar na maior cidade da Louisiana, entre novembro de 1885 e abril de 1886.

Alguns dos capítulos do texto são dedicados principalmente a explicitar aspectos da rotina marítima, seja na forma de comentários técnicos, seja na de observações acerca dos humores e outras particularidades do dia-a-dia dos tripulantes. Narra-se a experiência do atormentador calor equatorial:

Suava-se a valer. Imagine-se: embaixo no porão, as fomalhas acesas, e em cima o sol ardente, o medonho sol do equador, caindo como um caustico sobre o navio. [...]. Demos graças a Deus quando nos vimos fora de tão desagradáveis regiões ¹³⁵.

¹³⁴ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 14-15.

¹³⁵ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 28.

Saídos de Recife, navegaram por doze dias para alcançar Barbados, o que ocorreu em 11 de março. Permaneceram na ilha apenas por um dia e meio, e Caminha deixa claro que teve uma impressão horrível do local. Não parece ter apreciado quase nada, com exceção das paisagens naturais – apesar de ter lembrado tratar-se de uma área atingida por ciclones com alguma frequência – principalmente dos habitantes, a quem chamou de “turbulentos demônios”, “uma gente de baixa classe e geralmente intratável”. Mas, ao que parece, se agradou da cidade de Bridgetown e de sua arquitetura inglesa; em contraste, as ruas eram poeirentas e intransitáveis. Reclamou da comida, sobretudo do café “detestável” que lá faziam. Destacou, porém, que era admirável o nível de desenvolvimento daquela colônia, tão longe da metrópole. Interessante a observação, nos faz lembrar que o processo de descolonização do século XX, comumente associado apenas à África e à Ásia, diz respeito também à América, sobretudo ao Caribe, já que Barbados, por exemplo, foi território inglês até 1966. Conforme será argumentado mais a frente, o passado colonial dos países que visita é um elemento importante da retórica de Caminha. O capitão do porto de Bridgetown subiu ao navio, trocando com Saldanha da Gama um “fortíssimo *shake hand*”.

A natureza da Jamaica, cuja descrição abre o terceiro capítulo, parece ter agradado muito o nosso viajante, visto que declarou:

O brasileiro que, depois de longa ausência do Brasil, chega à Jamaica sente logo um prazer especial, um frêmito de patriotismo, ao contemplar as soberbas montanhas da ilha, tanto elas lembram a natureza do nosso país¹³⁶.

Na visita às Antilhas, já temos uma demonstração do olhar aguçado e do interesse etnográfico de Caminha. Suas observações comparativas acerca da população das duas colônias inglesas são realmente interessantes. Em termos gerais, considera o povo jamaicano mais educado, nele é “mais pronunciado o instinto de civilização”, apesar de ser, também, mais pobre. Também nessa ilha, o *Almirante Barroso* demorou-se apenas um dia. Segundo informa o narrador, telegramas do Rio de Janeiro apressavam o capitão, visto que a Exposição já se tinha aberto e era necessária a presença brasileira no encerramento.

A próxima parada do itinerário foi Nova Orleans. Caminha descreve um sentimento de empolgação geral da tripulação, ansiosa por conhecer “o berço da eletricidade”, “o país das descobertas engenhosas”, e também era aguardada pelos

¹³⁶ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 37.

marinheiros a reação do povo norte-americano ao vislumbrar o maravilhoso vaso de guerra em que navegavam. Talvez a passagem mais interessante do terceiro capítulo seja a descrição de como a tripulação estava alvoroçada em aprender logo o inglês, de forma que passaram os últimos dias de viagem consultando manuais compulsivamente e treinando uns com os outros. Imaginamos que o treinamento do inglês fizesse parte das aulas especiais dadas por Saldanha da Gama durante o trajeto. O quarto capítulo narra como, sob temperaturas baixas e risco de ciclones, o navio seguiu sua viagem:

O termômetro baixara sensivelmente, e a coluna barométrica punha-nos calafrios...

O mar quebrava-se de encontro às bochechas do cruzador desafiando-lhe a resistência colossal.

Sabíamos que a latitude em que navegávamos, nas Antilhas, era muito frequentada pelos ciclones, esses terríveis inimigos dos navegantes, que arrastam em sua cauda milhares de vidas. Receávamos esses fenômenos tanto mais porque os seus efeitos fazem-se sentir a grandes distâncias.

Os sintomas visíveis, se não eram evidentes, aproximavam-se das descrições de navegantes experimentados. [...] ¹³⁷.

Felizmente não houveram incidentes:

Poucos dias restavam para alcançarmos Nova Orleans, e nada do suposto ciclone!

Por via das dúvidas, como o tempo continuasse borrascoso, ferramos a maior parte do pano, conservando apenas as gáveas risadas nos *terceiros* e a mezena de capa.

Capeamos três dias consecutivos, sem que aparecesse o medonho visitante ¹³⁸.

A faina diária, que há muito deixara de ser tranquila, era agora marcada pela expectativa da chegada aos Estados Unidos. Os marinheiros correram para deixar o navio e a eles mesmos apresentáveis, lutando contra o movimento do mar:

A ideia da chegada preocupava todos os espíritos. Os Estados Unidos eram o assunto de todas as conversações.

Cedo tratou-se da limpeza do navio.

Cada qual tratou de si, de sua roupa, de seus objetos que o mar sacudira de um lado a outro dos camarotes. Os alojamentos apresentavam o curioso aspecto de um campo de batalha; malas confundiam-se umas sobre as outras formando empilhamentos, a roupa branca usada andava de mistura com os fatos novos de pano; livros, papeis – tudo quanto era de uso cotidiano estava espalhado no convés, como se andasse por ali alguma criança traquina.

Guerra ao mofo! Roupas ao sol! Ninguém se fez esperar. [...].

¹³⁷ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 42.

¹³⁸ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 43.

E todos acorados, arrumando e desarrumando, numa confusão burlesca, mal diziam o mar a apostrofavam o vento. Netuno e Éolo nunca receberam tantas manifestações desairosas¹³⁹.

Avistaram terra no dia 29 de março, oito dias após o reembarque na Jamaica. Em tudo isto, não se deixa de reiterar o cenário em que estes marinheiros exercem suas atividades: cores, temperaturas, texturas e sons são relatados a cada momento. Essa faina agitada, no entanto, não tinha o êxtase pessoal como motivação única. Era capitão do navio Filipe Saldanha da Gama, oficial endurecido que prezava por rígida disciplina e a quem pouco importava as regras oficiais que restringiam os castigos. Boa parte do quinto capítulo descreve a repulsa de Caminha ao castigo da chibata, que, segundo ele, é indigno de uma nação que se pretende civilizada e de uma instituição que preza a nobreza, a coragem e o patriotismo.

No sexto capítulo os marinheiros chegam a Nova Orleans, entrando pelo rio Mississippi. Saldanha da Gama, que viria a morrer um ano depois da publicação do livro de Caminha, é por este lembrado como um oficial rígido, que põe seus instintos de selvageria acima do código penal militar. A descrição do comandante, retrógrado, logo depois de um discurso fervoroso sobre o entusiasmo com a chegada ao território estadunidense, é bastante simbólico. Caminha não decepçiona em seu olhar antropológico. O autor esquadrinha todo o povo da cidade mais importante do sul dos Estados Unidos àquele momento, descreve suas ruas e monumentos, edificações habitacionais e religiosas e, claro, as pessoas em seu vai e vem, ao mesmo tempo calmo e frenético, típico de uma cidade norte-americana do século XIX. Talvez seu agrado com a cidade se deva grandemente ao fato de que lá se falava muito o francês. Segundo o autor, mais até do que o espanhol.

A emoção de ver o “Saara de neve” da foz do Mississippi é traduzida nos termos de François Chateaubriand em seu *Voyage en Amérique*, donde a experiência do novo evoca não apenas o aguçamento de todos os sentidos, como também a nostalgia da pátria. A recepção à comitiva brasileira foi fervorosa, festiva. Havia bandas de música em iates norte-americanos e multidões às margens do rio, se bem que, desconfiava Caminha, pudesse haver uma elevação do júbilo dada a presença do príncipe Augusto:

Ou fosse a natural afinidade que existe entre as duas nações americanas, ou fosse o fato de ir a bordo do cruzador brasileiro um representante da família imperial do Brasil, o certo é que durante nossa travessia da foz do Mississippi

¹³⁹ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 44-45.

à cidade fomos constantemente saudados de ambas as margens do rio a tiros de espingarda e a lenços que nos acenavam de longe. E o *Almirante* seguia devagar, alvo de mil olhares curiosos.¹⁴⁰

Tendo passado a noite atracado no rio para só na manhã seguinte entrar na cidade, Caminha não deixou de esclarecer qual seria o maior inconveniente da estadia em Nova Orleans: os mosquitos.

Nuvens de mosquitos atordoaram-nos toda a noite. “Caramba! Exclamava o barbeiro de bordo, um estimável espanhol que trazíamos do Rio de Janeiro. Caramba! Mosquitos por mosquitos, me gustan más los del Brasil!”. E tinha razão o nosso companheiro. Os mosquitos do Mississipi são muito capazes de dar cabo dum pobre homem. E que medonha orquestra nos ouvidos da gente!¹⁴¹

Nosso autor ficou hospedado no segundo andar do *St. Charles Hotel*, “uma saleta mobiliada com a máxima sobriedade, sem luxuosas decorações, contendo apenas os móveis indispensáveis a um rapaz solteiro, e o fogão a um canto”. Passado o tempo de descanso, os guardas-marinhas ocuparam-se em explorar e conhecer a cidade até o encerramento da Exposição.

Se Caminha foi exato em sua descrição, devemos considerar que o Brasil foi o grande homenageado do dia de encerramento da Exposição das Três Américas, evento de grande pompa cuja maior atração era o *Almirante Barroso*. A presença de Salvador de Mendonça não dá margem a dúvida quanto à importância diplomática do evento. Se Caminha estiver certo, ali se nutria um tipo de sentimento pan-americanista, reiterado tanto no discurso do organizador do evento – que leremos mais a frente – quanto do orador oficial, fosse ele quem fosse, já que o autor não cita seu nome. Os onze mil prestigiadores do evento, dentre os quais cerca de seiscentas autoridades, não deixam dúvida quanto às dimensões da cerimônia.

No entanto, entristece-se o autor ao constatar que o “Brasil brilharia pela ausência” não fosse a presença do *Barroso*, visto que o governo brasileiro teve a lembrança de mandar expor, além do navio, apenas café. Adolfo Caminha relembra participações brasileiras anteriores em outras exposições, e afirma que seu histórico diante das demais nações civilizadas estaria sendo sofrível.

É importante lembrar que houve uma mudança de paradigma da política externa brasileira entre o tempo da viagem e o tempo da escrita. Em 1886 as negociações para aproximação mais expressiva entre os Estados Unidos e as nações sul-

¹⁴⁰ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 59-60.

¹⁴¹ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 58.

americanas ainda não tinha contorno claros, apesar das grandes trocas comerciais, processo que culminaria na Conferência de Washington (1889-1890), inspirada num incipiente sentimento pan-americano de cooperação política e econômica. A realidade tanto da relação bilateral (Brasil-EUA), quanto da relação regional (América do Sul-EUA) mudou bastante entre 1886 e 1894, sobretudo se considerarmos que após 1889 a Europa deixou de ser a prioridade de referência para o Brasil. Salvador de Mendonça é uma figura chave nesse cenário: em 1870 havia ajudado a escrever o Manifesto Republicano e a fundar o Clube Republicano, o que não o impediu de aceitar um cargo como cônsul do Império nos Estados Unidos em 1876, posto que ainda ocupava à época da proclamação da república. Sua atuação foi primordial para o rápido reconhecimento do novo regime pelos Estados Unidos, e sua habilidade diplomática também se certificou de que o gigante norte-americano apoiasse Floriano Peixoto na Revolta da Armada – embora, conforme Steven Topik argumente, os ganhos pessoais de Mendonça com essa ação tenham sido consideráveis.

O sétimo e o oitavo capítulos são quase completamente dedicados a uma etnografia das mulheres americanas, diferenciando a origem e posição social, o “caráter” e os comportamentos das “creoulas”, das “americanas do sul” e das “americanas do norte.” E isso não é só a voz da memória. Nos romances que escreveu, todas as personagens femininas de Caminha são alegorias poderosas¹⁴²; as mulheres e suas condições de vida, assim como a simbologia do feminino são um tema constantemente invocado pelo autor. Seguindo as recomendações que fez nas primeiras páginas de seu livro, em diversos momentos cita dados históricos acerca da formação da “grande nação americana”, desde sua composição demográfica até o histórico das inovações técnicas para escoamento da produção agrícola e industrial pelo Mississipi, e fará o mesmo com todas as localidades pelas quais passará. Alertados de que o costume norte-americano não se escandalizava com o trabalho feminino, mas que o

¹⁴² Em *A Normalista*, Maria do Carmo, uma jovem de origem rural, vinda do *Brasil profundo*, está indefesa frente ao assédio de seu padrinho, funcionário público corrupto, indiferente à vida política senão para bajular os poderosos. Lídia Campelo, amiga de Maria do Carmo, por outro lado, conhece literatura e soube se colocar numa posição confortável com um marido razoavelmente bem de posses. Lídia se parece muito com as americanas de vida agitada que Caminha descreve em sua passagem por Nova Orleans. Em *Bom Crioulo*, Dona Carolina, a única personagem feminina, uma portuguesa na casa dos cinquenta que seduz o jovem Aleixo, tem uma função clara: representa o sentimento anti-lusitano reinante no Brasil em 1895, quando da publicação do livro, em decorrência da crise diplomática com Portugal após os eventos da Revolta da Armada. E em *Tentação*, mais rica de personagens femininas, dou destaque a Dona Branca, mulher fria, amiga da família real, indiferente à vida de qualquer pessoa que não lhe possa dar algum *status*.

“defloramento” resultava quase sempre em casamento ou perseguição, o jovem oficial e seus colegas se resignam quase todos em apenas apreciar a beleza das *girls*:

Informados de tais particularidades do caráter americano, nós, brasileiros, pusemos um dique ao nosso temperamento de meridionais, evitando o mais possível os compromissos amorosos, as manifestações de simpatia por essas adoráveis *ladies*, que, a falar verdade, infligiam-nos os maiores suplícios com o maravilhoso poder de suas qualidades físicas¹⁴³.

Saído de Nova Orleans, o *Almirante Barroso* se dirigiu à próxima parada: Havana. Pela descrição mal conseguimos distinguir a impressão que o autor teve de Cuba. De umas coisas gostou muito, outras achou medianas, outras ainda, detestou. Resumiu assim sua impressão da capital:

La Havana, de resto, é o que se pode chamar uma cidade pacífica, sossegada e sem atrativos. A impressão que ela deixa no espírito de quem a viu exteriormente é de uma velha capital decadente, muito cheia de sol e poeira¹⁴⁴.

É notável o contraste da forma como fala das mulheres cubanas em relação à forma como falou nas estadunidenses. O feminino é encantador em Cuba por sua beleza exótica, e nada muito além disto. Na cidade caribenha, o cônsul brasileiro também fora ao encontro da tripulação, e parece que foi o que de mais interessante aconteceu, já que ele a levou para conhecer as *Cuevas de Bellamar*:

Cometeríamos indesculpável falta se não fôssemos ver as *Cuevas de Bellamar*, essas caprichosas grutas subterrâneas, verdadeiros palácios de cristal puríssimo, que se abrem terra adentro em toda a opulência de suas maravilhosas estalagmites e stalactites. [...]. Ir a Matanzas e não ver as *Cuevas* equivale a ir a Roma e não ver o Papa. Cumprimos o nosso dever de viajantes, que não se contentam com a vaidade infantil de pisar em solo estrangeiro¹⁴⁵.

E mal se acaba essa narração sobre o tempo em Cuba, logo vem o entusiasmo com a chegada em Nova York. Empolgação semelhante àquela vista com a chegada em Nova Orleans. Mas nada de pompa ou entrada triunfal, a chegada à cidade deu-se num domingo, “dia inútil” nos Estados Unidos. Diz Caminha:

Nova York estava quieta, muitíssimo quieta, com as suas praças desertas, com os seus parques silenciosos, fechado o comércio a ponto de não se encontrar aberta uma só tabacaria, sequer um botequim. Isso, porém, não nos

¹⁴³ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 92.

¹⁴⁴ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 123.

¹⁴⁵ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 125.

causou estranheza. Sabíamos que domingo nos Estados Unidos é um dia completamente inútil, um dia triste para os centros populosos [...]. [...] Toda aquela multidão laboriosa e ourisedenta, que nos dias de trabalho se atropela na Broadway, bebia e cantava nos arrabaldes, expandia-se largamente nos hotéis ambulantes e nas cervejarias suburbanas, folgava e ria com desespero, sem pensar na segunda-feira, sem se inquietar com o futuro¹⁴⁶.

Seguindo, temos mais um escritor francês citado, Edouard de Laboulaye, autor de *Paris en Amérique*, livro que Caminha declara ser dos melhores que já tenha lido sobre os Estados Unidos, mas sem dar nenhum detalhe sobre seu conteúdo. No dia seguinte ao da chegada, novamente o êxtase sentido em Nova Orleans: cosmopolitismo, vertigem. A ponte do Brooklin e a Estátua da Liberdade são os pontos mais comentados pelo autor neste capítulo doze. Como antes, não decepciona em matéria de atualização das notícias históricas e técnico-científicas: cita os pormenores da história dos edifícios, como foram idealizados e construídos.

O autor compara-a à cidade a Londres, “tudo n’ela é grandioso e opulento, desde a edificação igual, solida e elegante, até as festividades publicas e as instituições nacionais”¹⁴⁷, e igualava-se à capital britânica, se não a superava, na variedade de origens nacionais dos transeuntes, trabalhadores e moradores. Nosso marinheiro se encanta com os divertimentos em Coney Island, com o luxo dos hotéis, a eficiência das vias férreas e muitas outras coisas. Lamenta não ter podido ver as cataratas do Niágara.

Durante o tempo em que o *Barroso* esteve ancorado em Nova York a tripulação visitou algumas cidades próximas, sobre as quais Caminha dá um rápido parecer: Baltimore, que ele achou “por excelência, aristocrática”; Filadélfia, de onde vai embora decepcionado por não ter podido visitar o jardim zoológico; Anápolis, analisada mais detidamente, fez o autor sentir-se numa empatia mútua devido à presença da Naval Academy, mas percebeu que destoava do espírito de modernidade dos Estados Unidos devido à preservação de traços materiais coloniais. Nesta última, a tripulação assistiu à formatura de uma turma de Guardas-Marinhas.

Logo depois, o *Barroso* levantou âncora e se pôs a caminho de West Point. Já identificamos o olhar antropológico de Caminha, assim como percebemos as diversas comparações que ele estabelece entre a sociedade brasileira e a estadunidense. Mas de todo o texto, é nesse capítulo que se encontra o julgamento mais rígido que o autor fez do Brasil, expressando a melancolia de pertencer a uma nação habitada por uma “raça

¹⁴⁶ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 132-133.

¹⁴⁷ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 145.

degenerada e linfática”, aparentemente condenada a nunca conseguir alcançar os níveis de civilização que Caminha presenciou entre os jovens oficiais da Academia Militar. A 30 de julho, depois de mais de um mês ancorados em Nova York, os marinheiros partiram para Newport, o “ninho de verão” da aristocracia e da burguesia nova-iorquina, onde chegaram no dia seguinte. Impressionou ao nosso marinheiro que na cidade não se permitia a entrada de bebidas alcóolicas, e mais ainda a robustez dos cassinos e outros espaços de jogos de azar. Oito dias depois, levantaram âncoras novamente, e partem para uma nova fase da viagem, da qual *No país dos Ianques* não se ocupa:

De resto, uma cidadezinha elegante e sossegada, Newport. O comércio aí é quase nulo.

No fim de oito dias o *Barroso* deixava de uma vez o país dos *ianques*, fazendo-se vela para os Açores.

Já agora não nos doía muito a saudade desse belo e prodigioso país. O regresso à pátria, depois de uma ausência de quase um ano, enchia-nos o coração de alegria¹⁴⁸.

Em seguida Caminha fará suas últimas apreciações e encerrará o texto. A saída de Newport deu-se por volta do dia 9 de agosto, mas apenas em 7 de dezembro o navio retornará ao Rio de Janeiro. Isto quer dizer que mais de cento e vinte dias de viagem não foram relatados. A tabela 1 apresenta o roteiro completo da viagem, que se desenrolou ao longo de todo o ano de 1886¹⁴⁹:

Localidade	Data de chegada	Data de partida
Rio de Janeiro, Brasil	--	19 de fevereiro
Recife, Brasil	25 de fevereiro	27 de fevereiro
Bridgetown, Barbados	11 de março	12 de março
Kingston, Jamaica	18 de março	20 de março
Nova Orleans, Estados Unidos	26 de março	14 de maio
Havana, Cuba	19 de maio	28 de maio
Matanzas, Cuba	28 de maio	20 de junho
Nova York, Estados Unidos	26 de junho	30 de julho
Newport, Estados Unidos	31 de julho	9 de agosto
São Miguel, Açores	27 de agosto	1 de setembro
Ilha da Madeira (arredores)	6 de setembro	Não aportou
Tenerife, Ilhas Canárias	9 de setembro	14 de setembro
Ilha de São Vicente, Cabo	21 de setembro	28 de setembro

¹⁴⁸ CAMINHA, Adolfo. Op. cit. p. 177.

¹⁴⁹ Roteiro construído a partir de: DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA. **ALMIRANTE BARROSO**. sd. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/dphdm/sites/www.marinha.mil.br/dphdm/files/AlmiranteBarrosoCruzador1882-1893>.

Verde		
Ilha de Santiago, Cabo Verde	29 de setembro	1 de outubro
Recife, Brasil	16 de outubro	Desconhecido
Santa Catarina, Brasil	14 de novembro	30 de novembro
Rio de Janeiro, Brasil	7 de dezembro	--

Quadro 3: roteiro da viagem de formação da turma de guardas-marinhas da Escola de Marinha de 1886 a bordo do cruzador *Almirante Barroso*

Retornado, em alguns dias recebeu Caminha a patente de segundo-tenente. Seu assentamento na Armada é um dos poucos documentos disponíveis hoje que registram sua passagem pela instituição¹⁵⁰.

Se, do ponto de vista da sequência dos acontecimentos, a viagem de formação significou um momento singular na vida de Adolfo Caminha, a publicação de seu relato, em especial na forma de livro, propõe uma projeção de suas memórias, o prolongamento de uma experiência agora ressignificada, que convida o presente a retomar o infinito pessoal anteriormente vivido numa nova circunstância, atendendo a interesses e sensibilidades diversos. Dessa forma, o formato (ou “gênero”) do texto participa das escolhas quanto ao seu conteúdo não apenas como expressão de uma complexa experiência vivida, mas também na evocação de uma forma específica de modelar a linguagem, de tal maneira que ela integra, também, a composição retórica do texto. Essa composição, no caso do relato em questão, passou por duas reconfigurações: uma quando da publicação da primeira versão, em 1890, e depois na segunda, em 1894, texto que utilizamos para construir este estudo, visto que, até o momento, não foram encontrados os exemplares das edições do jornal *O norte* onde foi publicada a versão de 1890. As memórias evocadas pelo diário de bordo que Caminha carregava em 1886 estão agora informadas por um conjunto de eventos complexos e de múltiplos significados.

Desta forma, é forçoso que nos perguntemos como podemos lidar com estes três momentos do texto. Essa questão é essencial, e devemos encontrar uma forma de respondê-la, a despeito da carência de elementos empíricos nos quais nos basear. Como os elementos reais da experiência de 1886 se fazem presentes no texto de 1894, e quais as mensagens nele apresentadas? Em resumo, como podemos analisar a republicação deste texto oito anos depois da viagem, e quatro anos depois da primeira aparição?

¹⁵⁰ Conferir anexo 8.

Ainda que fundamental, esta questão se transforma facilmente numa armadilha: primeiro porque, conforme explicamos no último item do capítulo 1, a descoberta da intenção incide sobre as estratégias retóricas, mas é ingênuo fazer da intenção a quintessência de qualquer texto mais afastado no tempo, já que se corre o risco de ignorar as condições pragmáticas de escrita e publicação, como o fato de que Caminha, recém chegado ao Rio de Janeiro com a família, precisava publicar muito e rápido¹⁵¹; em segundo lugar, para a proposta metodológica aqui sugerida e em relação à contribuição historiográfica que este estudo pretende oferecer, a intenção inicial de um texto é menos importante do que os argumentos efetivamente levantados e como eles se arranjam em relação ao que se discute no momento da publicação. Além disso, o próprio problema epistemológico se impõe, já que apenas num campo de alto potencial hipotético poderíamos sugerir “intenções” *strictu sensu*, conforme já expusemos no capítulo anterior. O que buscamos aqui é compreender, nas palavras de Quentin Skinner, o que o autor “estava fazendo”, isto é, perceber quais elementos da realidade histórica podem ajudar a explicar o conteúdo de um ato de discurso¹⁵².

O fato de não contarmos com uma peça crucial do quebra-cabeça – a primeira versão do texto – torna o processo mais complicado, mas continua perfeitamente exequível. No prefácio do livro de 1894, com assinatura datada de 1º de agosto de 1893, Adolfo Caminha escreve que “as páginas que se vão ler “foram escritas em 1890”¹⁵³, o que indicaria que o texto foi publicado *ipsis literis* a versão de 1890. Mas isto não deve ser verdade. No mínimo, adaptações circunstanciais foram feitas para transferir um texto publicado de forma de folhetim às páginas de um volume único; em último caso, houve a retirada ou (mais provável) o acréscimo de capítulos inteiros, bem como a modificação de trechos substanciais.

A republicação de um texto era prática corrente, e o próprio Caminha publicou diversos textos em mais de uma ocasião. O exemplo mais claro talvez sejam as *Cartas Literárias*, de 1895, que reúne vinte e dois trabalhos de crítica literária, dentre os quais provavelmente dois são inéditos. Em 2002, foi publicado o livro *Contos*, organizado por Sânzio de Azevedo, que reúne todos os contos conhecidos de Adolfo

¹⁵¹ A atividade de escritor não lhe era muito rentável, e do emprego público que ocupava colhia rendas muito parcas. A situação financeira da família de Adolfo Caminha era de tal ordem precária que, quando de seu falecimento, amigos tiveram de fazer campanhas nos jornais para arrecadar dinheiro e doar à sua viúva, para ela e suas filhas não passassem fome. Veja-se, por exemplo, o anúncio da campanha no jornal *Cidade do Rio*, n. 14, 14 jan. 1897, p. 2.

¹⁵² SKINNER, Quentin. *Visões da Política*, volume 1.

¹⁵³ CAMINHA, Adolfo. *No país dos ianques*, p. 10.

Caminha, onde estão evidenciadas alguma diferenças entre as versões de *O minotauro*; percebemos entre elas a modificação de parágrafos inteiros. Não estamos diante de um fenômeno isolado: Caminha republicou vários textos, e era de seu costume revisar seus conteúdos. Mas, se houve uma revisão que atualizasse a organização retórica do texto entre 1890 e 1894 – o que seria muito mais importante para nós saber –, estamos no escuro quanto a isto.

Por que, então, insistimos na hipótese de que *No país dos Ianques* abriga uma retórica essencialmente voltada ao debate político? São duas as principais razões. Em primeiro lugar, Caminha interrompe sua narrativa com a saída dos Estados Unidos. Já constatamos que o *Almirante Barroso* cumpriu um longo itinerário em diversas ilhas atlânticas, que não são mencionadas em momento algum, e mais do que isso: é verdade que o tempo total da tripulação nos Estados Unidos foi muito maior do que em qualquer das ilhas caribenhas, mas a tinta dispensada às sociedades da América Central foi usada de forma bastante calculada. A economia interna do texto demonstra um enorme fôlego dirigido aos “americanos do norte”, em oposição à miudeza com que Barbados, Jamaica e Cuba são tratados. Além disso, e mais importante, os termos comparativos não se desenrolam apenas entre os Estados Unidos e o Brasil, mas também entre aqueles e os territórios antilhanos.

A experiência do deslocamento o aproximou de sociedades muito distintas da sua de origem – ou “das suas”, se levarmos em consideração as diferenças também entre capital e província que o autor vivenciou –, mas, se em grandeza, potencial político e nível de civilização fala-se dos Estados Unidos e do Brasil como “as duas grandes potências da América”, em termos de como lidar com o passado colonial, o Brasil é mais parecido com os países antilhanos e certas porções dos Estados Unidos. Ou seja, mesmo desconhecendo o fato decisivo que levou o autor a não incluir em seu relato o restante do trajeto, é seguro afirmar que *No país do ianques* é perpassado por uma retórica que privilegia as identidades americanas e a estadunidense em especial, fato, aliás, já antecipado pelo título do relato.

Em segundo lugar, há a questão dos momentos da publicação do texto. Já dissemos que podem haver questões práticas envolvidas na publicação de ambas as versões do relato, em especial da segunda. Mas a hipótese que estamos construindo trabalha principalmente numa direção diferente: acreditamos que o mais provável é que Caminha tenha interposto a duas situações críticas para a vida política brasileira de então – a proclamação da república e a Revolta da Armada – uma intervenção no debate

sinalizando maneiras de se posicionar nestas situações. Infelizmente, seguindo uma tendência sua, não se manifestou explicitamente sobre nenhum dos dois eventos. O autor sempre preferiu discutir em uma linguagem alegórica os problemas políticos que o preocupavam. Portanto, não temos outros textos com os quais dialogar para chegar a uma proposta mais apurada a esse respeito. Ainda assim, é necessário levar em consideração que Caminha estava no Rio de Janeiro durante o 15 de novembro, onde fora convocado para tratar com Eduardo Wandenkolk sobre o problema de sua relação com Isabel. Também na capital estava quando os canhões dos rebeldes bombardearam a cidade em 1893, ao comando do Almirante e ex-ministro da Marinha de Floriano Peixoto, Custódio de Melo. Em ambas as situações, a Marinha era uma peça importante da configuração do pensamento caminhiano, e dificilmente aceitamos que seja mera coincidência que as duas versões de seu relato de viagem tenham sucedido em poucos meses cada um deles. Portanto, um dos esforços deste estudo será demonstrar de que maneira o autor elaborou uma linguagem própria para discutir determinados problemas da vida brasileira.

A viagem, em todo caso, representa sempre um duplo deslocamento: um deslocamento físico, geográfico, condicionado pelos fatos estruturais e conjunturais que o subjazem, e um segundo, cultural, antropológico, simbólico, uma escalada da imaginação que projeta as alteridades com as quais se interage, sejam vistas, ouvidas, respiradas ou tocadas. Sem intenção de cair num esquematismo leviano, tentamos perceber as especificidades de ambos estes deslocamentos no caso em tela, tratados aqui separadamente, mas nunca perdendo de vista as relações e condicionamentos que eles impõem ao outro.

O primeiro deslocamento está ligado à viabilização técnica de seu acontecer; à dimensão econômica que ele mobiliza; aos seus aspectos geopolíticos – aos quais se somam, neste caso, as motivações políticas da ocorrência do deslocamento; a todos os interpostos com os quais os viajantes se depararam (climáticos, geológicos, sócio-políticos etc.); enfim, a todos os elementos externos à imaginação e ao assentamento de uma lógica ou significado aplicados pelos sujeitos que documentam a viagem. Já o segundo deslocamento refere-se aos estímulos sensoriais que, forçosamente, farão parte da experiência dos viajantes, condicionados à sua dimensão de experimentação: repulsa, atração, surpresa, melancolia, erotismo, incompreensão ou quaisquer outros termos que sirvam para decodificar o conjunto de sensações possíveis dentro da experiência vivida. As alteridades possivelmente identificadas no processo –

alimentares, religiosas, laborais, sociopolíticas, entre outras, são o elemento central da experiência do viajante. Essa dimensão diz respeito, portanto, a uma interrupção no tempo, dentro da qual o sujeito estará condicionado a novas formas de ser-no-espço (ou a um reviver experiencial, caso trate-se de um itinerário já conhecido para os viajantes), e depois da qual voltar-se-á a uma forma anteriormente conhecida de vida cotidiana, mas agora já outra, pois informada pelas alteridades vividas, pautadas sempre pelo corte entre “conhecido” e “desconhecido”, que sofre uma reconfiguração ao longo da experiência, pois a partir dela o “desconhecido” passa a ser “conhecido”¹⁵⁴.

O processo de reconhecimento das alteridades através de novas rotas nos fluxos de pessoas assume, no século XIX, um traço eminentemente científico. Costume vindo do século anterior, as viagens cujos fins eram principalmente científicos tornaram-se comuns. Relatos sobre novos povos, práticas e linguagens não eram novidade, mas a observação metódica e direcionada sobre eles era. Os relatos de viagem do século XIX traziam uma linguagem que Mary Louise Pratt reconhece como tipicamente “iluminista”, isto é, com uma pretensão de adquirir conhecimento, resultando-se desta maneira em textos cuja escrita foi dirigida por um crivo metodológico rigoroso¹⁵⁵. Miriam Moreira Leite lembra que todos os conhecimentos sobre a natureza convergiam para a história natural, incluindo os estudos e análises sobre o ser humano enquanto organismo biológico. Desta maneira, mesmo viagens cujo cerne não fossem explorações naturalistas originavam relatos que empregavam linguagens científicas em seus comentários sobre os povos.

Nesse jogo de significados, tal como eles se desdobram naquele contexto, o “conhecido” ou “semelhante” estava muitas vezes associado ao sentimento pátrio e às incipientes noções de identidades nacionais, enquanto o “outro”, o “desconhecido”, os graus mais elevados de alteridade, estão associados ao estrangeiro, o outro é muitas significado de “outra nação”. Assim, como veremos nos tópicos seguintes, muitas vezes Caminha aproxima o Brasil de aspectos de outros países, enquanto se distancia em outros. Como elementos de semelhança, ele remete: as paisagens naturais da Jamaica; a melancolia da arquitetura de Havana, em Cuba; a onipotência da extensão territorial e das riquezas e belezas naturais dos Estados Unidos; a presença de produtos de múltiplas origens nacionais no comércio de Nova Orleans, como no do Rio de Janeiro; o espírito

¹⁵⁴ Elaborei essa proposta de compreensão dos relatos de viagem a partir da leitura de TODOROV, Tzvetan. *A viagem e seu relato*. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 1, n. 46, p. 231-244, jun. 2006.

¹⁵⁵ PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império**. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

de respeito à farda na Escola Naval de Anápolis, que Caminha reconhece em sua própria turma. Por outro lado, o autor estabelece diferenças significativas: o apego ao passado colonial e monárquico semelhante entre Cuba e Brasil, mas oposto à tentativa de superação do passado nos países de colonização inglesa; o protagonismo do trabalho feminino nos Estados Unidos, sobretudo no comércio, que contrasta à rotina doméstica das senhoras brasileiras; o desenvolvimento tecnológico norte-americano, diferente do apego à agricultura brasileira; o patriotismo otimista e altruísta dos americanos do norte, radicalmente diferente dos vícios da sociedade de favores que, segundo o autor, a república brasileira herdou da monarquia.

O que se desenrolou neste tópico foi uma tentativa de explicar os traços centrais deste deslocamento duplo na viagem de formação de Adolfo Caminha. No primeiro deslocamento, temos duas características centrais: 1- a rotina de formação técnico-científica, com amplas implicações sociais e institucionais; 2- o desdobramento de uma importância diplomática, em algum nível, e de um aspecto experimental do ponto de vista da formação dos oficiais da Armada; além disso, navegava-se num dos melhores navios de guerra do mundo naquele momento, apesar de seu estado pouco cuidado, o que evocava o cumprimento militar por parte da tripulação, que fazia as vezes de representante do império brasileiro. Já no segundo deslocamento, potencialmente alargado pela amplitude do itinerário – passagem pelo espaço das três Américas, e partes insulares da Europa e da África – assistimos ao enaltecimento da experiência transnacional interamericana, onde o discurso construído acerca da experiência vivida privilegia as diferentes formas de vida social e os tipos humanos observados no trajeto, centrando os comentários em temas como as especificidades da formação racial de cada povo, o papel social das mulheres, o progresso técnico, e as formas de se lidar com o passado colonial.

2.3. Figurações da monarquia e a construção de uma “linguagem republicana”

No primeiro capítulo, identifiquei três linguagens políticas que, em minha análise, estruturam o discurso de *No país dos Ianques*, sendo que uma delas chamei de “linguagem partidária”, isto é, uma linguagem imbricada nos acontecimentos mais recentes ou imediatos cronologicamente ao autor. Retornando à metáfora de Skinner, o autor escolhe como se comunica ao verificar cuidadosamente o tabuleiro; ele não é totalmente livre para se comunicar como desejar, pois as palavras assumem sentidos

específicos conforme o momento, e ele é obrigado a levar esses significados em consideração.

Dada a conformação das peças no tabuleiro naquele momento, a pessoa que efetua um “lance” no jogo político por meio de um ato de discurso está fazendo uma aposta, pois não há como prever o resultado desse movimento; por outro lado, ela pode ter se sentido motivada, ou mesmo obrigada, a responder um lance anterior. A “linguagem partidária” é a materialização dessa imagem mental da política como um jogo. Ao observar a forma como Caminha maneja a linguagem, podemos inferir parcialmente as regras do jogo: podemos reconhecer o que, para o autor, é dizível e o que não é, assim como perceber os momentos em que ele rompe a barreira do indizível. A leitura atenta pode revelar as frases que reafirmam ideias postas, e aquelas que apostam na ruptura, no esfacelamento.

O objetivo deste tópico é justamente investigar a movimentação de Caminha nesse tabuleiro, buscando delinear sua leitura da realidade política de maneira a dar um sentido às suas escolhas dentro do ato de discurso.

2.3.1. Adolfo Caminha e a política institucional: 1889 e 1894 como cortes cronológicos

Em momentos diversos, Caminha expressou um sentimento de mudança de tempo ao fazer referência à proclamação da república e ao fim dos governos militares em específico, ou à sequência frenética de eventos entre 1889 e 1895, no geral. Durante uma avaliação da participação do Brasil na Exposição das Três Américas, em Nova Orleans, considerada decepcionante, o autor sugere uma inoperância do Império na facilitação de uma propaganda das riquezas nacionais frente aos países civilizados por ocasião de eventos semelhantes:

Agora uma pergunta ingênua: porque é que o Brasil, com os numerosos recursos que tem à mão, timbra em ocupar lugar secundário em quase todas as exposições a que concorre?

Indiferença, talvez. Simples indiferença de nossos governos.

[...]

Anuncia-se para o ano vindouro uma *Universal Great Exhibition*, nos Estados Unidos, cujo sucesso irá rivalizar, talvez, com o da Exposição Universal realizada há meses em Paris e notável pela colossal e tão célebre torre Eiffel. Nenhuma razão assiste para que a grande nação da América do Sul, o Brasil, não se faça representar com todo o brilho de sua incontestável riqueza.

Agora que somos república, torna-se duplamente preciso que patenteemos ao mundo inteiro a infinita variedade de nossas produções agrícolas, a opulência

invejável da flora brasileira e a indústria já bastante adiantada deste belíssimo país, cuja natureza extasiou Humboldt, Agassiz e tantos outros sábios da Europa.

Se cada Estado souber cumprir seu dever, não poupando esforços para esse nobilíssimo fim, certo dessa vez não teremos que corar perante as outras nações como nos tempos do anacrônico império do Sr. D. Pedro II¹⁵⁶.

A demonstração de passagem de tempo contida na oração “agora que somos república” demonstra a reavaliação de um evento passado. A exposição que Caminha participou ocorreu em 1886, quase quatro anos antes de proclamada a república. Esse trecho, que sucede uma descrição mais pormenorizada de como se deu a participação do Brasil na feira de Nova Orleans, reconstrói uma situação vivenciada, criando uma versão dos fatos onde o império aparece como uma instituição não só anacrônica como também incompetente administrativa e politicamente, e a república, além de ser mais adequada à civilização, terá mais habilidade em gerir recursos e apresentar-se orgulhosamente perante as demais nações.

No texto introdutório do primeiro número da *Nova Revista*, periódico editado pelo autor ao longo do ano de 1896, publicado em janeiro daquele ano – portanto, já estando o projeto em gestação quando da publicação do *Bom Crioulo* –, temos a seguinte colocação:

A reforma política, fê-la o 15 de novembro e consolidou-a o governo civil; caíram, como anjos repudiados, os medalhões do império e surgiram novos elementos de vida e prosperidade social.

Por que também se não há de acabar de vez com os *medalhões* literários (*aurea mediocritas*), que andam a exercer, por uma espécie de *direito divino*, a ditadura do preconceito e da intolerância burguesa sobre os melhores espíritos dessa geração?¹⁵⁷ (grifos do autor)

Este curto trecho revela um pequeno leque de convicções do editor, ou simplesmente traz, explícita e implicitamente, ideias cuja divulgação, ou ao menos insinuação, era necessária: que os governos militares não consolidaram a reforma política; que a república tinha assegurado o fim ou dado golpe fatal nos privilégios aristocráticos; que a queda do império dinamizou a vida social e abriu caminho à prosperidade; e, por fim, que era necessária uma reorganização da vida literária nacional, de forma a extirpar também os privilégios e injustiças presentes na “república das letras”, ou seja, a instauração do regime republicano não significou, como era esperado, uma mudança na vida social.

¹⁵⁶ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 81-82.

¹⁵⁷ CAMINHA, Adolfo. A nova revista. **Nova Revista**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1, jan. 1896.

Segundo termo de Renato Lessa, o período dos governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto trouxe um processo de “desrotinização da política”¹⁵⁸ donde apesar de alguns arranjos políticos, sendo provavelmente a constituição de 1891 o mais importante, o funcionamento das instituições e os pactos políticos não foram renegociados de forma consistente até a assunção de Prudente de Moraes como chefe do poder executivo. Representante dos interesses das elites cafeeicultoras, Prudente de Moraes pôde governar num clima menos sufocante do que aquele que enfrentou Floriano. Com a notável exceção da Guerra de Canudos, o primeiro presidente civil da república brasileira teve de lidar essencialmente com problemas endógenos, que culminaram numa tentativa de assassinato em 1897, orquestrada por seu próprio vice-presidente.

Francisco Glicério, importante republicano paulista, liderou a convocação de uma reunião em 1893 que resultou na fundação do Partido Republicano Federal (PRF), que congregou um amplo leque de apoiadores do regime republicano, desde apoiadores remanescentes de Floriano Peixoto a liberais moderados. Este partido, responsável pela ocupação da maior parte dos lugares na Câmara dos Deputados na eleição de 1894, foi o responsável pelo início do processo de articulações políticas que assegurou a Prudente um governo mais estável. Sob pretexto de garantir o cumprimento das normas constitucionais, as iniciativas do partido eram, na verdade, resultado da convergência de interesses dos cafeeicultores paulistas, visto que sua lucratividade estava diretamente relacionada às altas no preço internacional do café, de forma que lhes era essencial o controle das políticas cambiais, fiscais e monetárias¹⁵⁹. Desta forma, Prudente e sua base de sustentação estavam pouco interessados nas bandeiras republicanas mais ligadas ao enaltecimento da civilização pela arte e pela ciência, ou às bandeiras democráticas, pautas com as quais Caminha e vários outros intelectuais eram mais afinados. Apenas algumas décadas mais a frente, com o modernismo brasileiro, veremos alguma filiação entre os interesses destes grupos e movimentos artísticos mais amplos.

Intelectuais como Coelho Neto, Euclides da Cunha, Lima Barreto, Manuel Bonfim e muitos outros, passaram à crítica do regime. Nicolau Sevcenko chegou a sugerir que estes intelectuais formaram dois grupos: o daqueles que a partir daí

¹⁵⁸ LESSA, Renato. **A Invenção Republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

¹⁵⁹ VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**. Belo Horizonte: Com Arte, 2001.

resignaram-se e transpuseram seu descontentamento a uma escrita ácida e fortemente crítica, e a daqueles que passaram sua atuação política a uma crítica do regime, empregando uma linguagem reformista¹⁶⁰. *No país dos ianques* nos parece claramente uma atitude política alinhada ao segundo grupo.

Nestas poucas linhas, vislumbramos o que, na minha leitura, são os dois principais pressupostos do pensamento e da atuação político-social do autor: primeiro, a forma monárquica de governo inviabilizava a realização plena da civilização, sendo que a república deveria ser caracterizada por um esforço de democratização da vida social como um todo, e não apenas nos sistemas representativos ou nos processos de tomada de decisão; e segundo, o mundo artístico em si era desigual, e um país republicano não podia se permitir manter uma classe privilegiada em quaisquer campos da vida social.

O que se vê é uma demonstração da ideia mais ampla de que a cultura política do império abrigava em si a manutenção de privilégios, por convivência ou como algo estrutural, aí inclusa a anuência com os privilégios no mundo literário. Assim, havia o entendimento de que a eliminação do fator monárquico na vida política deveria reverberar eventualmente numa capitulação das relações de força abusivas percebidas no mundo das letras, já que o caminho estava aberto para a construção de novas formas de sociabilidade entre editores, escritores e leitores, cujo ponto alto seria a abertura aos comprovados talentos, inclusive e principalmente àqueles que viessem do norte, carregando uma experiência profunda de seu povo e sua terra, lá de onde vinha a essência da nacionalidade brasileira.

No mesmo texto, mais a frente, afirma ainda Caminha, buscando explicar o que o motiva a inaugurar o periódico:

Uma revista literária, filosófica e artística, sem preconceitos, nem orgulhosa e falsa ostentação de patriotismo, com um caráter acentuadamente universal e livre, é obra necessária, agora que vamos merecendo a atenção da Europa como povo civilizado¹⁶¹.

Assim como em *No país dos Ianques*, novamente o autor identifica uma nova fase da civilização brasileira com a consumação de uma república livre e civil, isenta dos arroubos de um governo militar. Muito embora a palavra aí não apareça, está claro o fato a que o parágrafo se refere, bem como ao desenrolar dos eventos que vieram em seguida. Este trecho, porém, acrescenta uma interpretação do olhar europeu sobre o

¹⁶⁰ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹⁶¹ CAMINHA, Adolfo. A nova revista. **Nova Revista**, Rio de Janeiro, n. 1, jan. 1896. p. 1.

Brasil, acreditando que o país deve fazer jus às possíveis expectativas lançadas sobre ele pelo Velho Mundo, ou melhor, propondo uma postura e diretrizes da atividade intelectual mais apropriadas à realidade que se desejava construir.

A *Nova Revista*, cujo título já é provocador, demonstra a intenção de seu editor. Ela carrega uma perspectiva de renovação, de aprimoramento, de correção; de fazer circular novas ideias, autores e propostas de intervenção social. De fato, ao observar os sumários dos números, logo percebe-se o perfil da maioria de seus colaboradores: em geral, jovens escritores ainda buscando fazerem-se conhecidos, como o próprio Caminha, e como o próprio Caminha, todos tinham coisas importantes a dizer. Era uma “nova geração” de jovens e brilhantes intelectuais, com ideias originais e muito fôlego para discuti-las. Para citar alguns, foram colaboradores frequentes ao longo dos nove números do periódico Clóvis Beviláqua, Colatino Barroso, Frota Pessoa, Francisco Pacheco, Péthion de Villar (Egas Moniz Barreto de Aragão), Antônio Austregésilo, Cunha Mendes, entre outros.

Ora, tal iniciativa fazia-se necessária segundo uma avaliação do cenário social e político perpassada, principalmente, segundo creio, por uma atualização de expectativas. Acabava de fixar-se o governo civil, havia caído Floriano Peixoto, figura por quem Caminha nutria alguma antipatia e a quem julgava, como acabamos de ver, um governante ilegítimo ou, ao menos, inapropriado. Se não há certeza quanto ao motivo de não ter sido a revista publicada antes – é perfeitamente plausível pensar que ela tenha sido idealizada antes, mas por razões práticas foi inviável seu início efetivo até certo momento –, é mais seguro afirmar que a ascensão de Prudente de Moraes em fins de 1894 provavelmente incentivou algum otimismo por parte de Caminha.

Fato é que, mesmo demonstrando um republicanismo e um antimonarquismo abertos, um discurso veemente – insolente mesmo, em vários momentos – e uma predisposição temperamental a frases e posições belicosas desde os tempos da Escola de Marinha, os textos de Caminha foram ficando mais e mais radicais à medida que a década de 1890 avançava. Mas como essa questão remete à concepção do próprio conceito de “nação”, trataremos disto em momento mais apropriado.

Agora, o que significa esse radicalismo? A crítica ao que Caminha chama de “jacobinismo literário” reverbera também na política, sugerindo que o autor era pouco afeito a rupturas políticas revolucionárias? O tom caçador com que emprega o vocábulo sugere que sim. Em nível de política brasileira, a reforma já estava em andamento, como bem o autor colocou, e não conhecemos outros trechos que comentem

essa questão. Termos como “revolução”, “ideias novas”, “transformação” e “guerra ao convencionalismo”, sem contar as referências ocasionais (e entusiasmadas) à *Marselhesa*, foram tornando-se mais comuns no vocabulário do autor. Seu elogio aos editores franceses, sua (já comentada) admiração pelos escritores de França e a empatia que sente com os artistas decadentistas e realistas portugueses, junto à observação mencionada sobre o Brasil, agora sob uma república civil – “ir merecendo a atenção da Europa como país civilizado” – sugerem, conjuntamente, que não se tratava de uma ruptura institucional, mas de um empreendimento fervoroso e urgente objetivando democratizar o meio intelectual brasileiro.

Ademais, numa passagem rápida na *Nova Revista*, na seção bibliográfica do número sete, Caminha está a analisar um número da revista *Province Nouvelle*, publicada na França, e critica o tom duro com que a revista retratara figuras como Balzac e Zola. Segundo dá-se a entender por suas palavras, os jovens escritores simbolistas que publicam a revista, em seu entusiasmo jovial, parecem ter a intenção de demolir toda a literatura mais antiga em nome do valor da literatura que eles propunham, considerando-a mais completa e moderna. Já sabemos das exaltações quase idólatras de Caminha para com estes “mestres”, de forma que não é surpreendente vê-lo nomear a essa atitude da *Province* de “jacobinismo literário”. E completa Caminha:

Já nos temos referido à irreverência brutal dos novos para com alguns espíritos de sessenta anos, cuja mocidade passou gloriosa como um hino de triunfo. O próprio Hugo e o próprio Shakespeare não escaparam à fúria iconoclasta dos fetiches de Verlaine. *É doloroso isso e atinge as raias de uma loucura mais perigosa que a dos comunistas de 1870.* (grifo meu).

É forçoso lembrar que o termo “revolucionário”, a que Caminha prestou tanta deferência nestes anos, não tinha ainda o sentido que hoje atribuímos, todo imbuído da memória das revoluções francesa e russa. A ideia de revolução abrigava um sentido de mudança drástica, que a tradição da retórica política de então ainda estava associada aos movimentos de fins do século XVIII e início do XIX¹⁶². Não há uma

¹⁶² Conforme lembra Lúcia Neves, a montagem da estrutura política do Império teve como um de seus fundamentos a necessidade de se evitar movimentos revolucionários generalizados, de maneira que a palavra foi, durante algumas décadas, carregada de um significado profundamente subversivo: “No mundo luso-brasileiro, apesar de todas as suas especificidades, essa conjuntura também foi marcada por um embate entre conservadores e liberais. Contudo para uns como para outros, execrava-se qualquer possibilidade de mudança através de uma revolução, assim como se revestia cada vez mi o conceito e um sentido de horror, ao identifica-lo com os próprios princípios da Revolução Francesa. Como resultado, em 1817, quando dois episódios eclodiram, um em cada lado do Atlântico, demonstrando as crescentes tensões no interior do império português, a palavra revolução foi evitada, como se evita a tentação do demônio, embora ficasse claro que tais revoltas fossem fruto daquele mesmo ideário que gerara 1789”.

semântica jacobina na forma como Caminha maneja o termo, isto é, não é crível que sua “defesa” do socialismo e do anarquismo representasse o desejo de uma nova ruptura institucional ao gosto dos “loucos comunistas de 1870”.

Provavelmente, está se falando da comuna de Paris, vista por alguns estudiosos como a primeira ocasião na história em que se estabeleceu um governo a partir de bases organizadas de trabalhadores, num momento em que o comunismo ainda não estava vinculado a uma pretensão internacionalista e partidária, ou a uma base de pensamento marxista; como explica Foot Hardman, os comunistas eram apenas “os membros da comuna”¹⁶³. No Brasil, as reações da imprensa serão semelhantes àquelas da imprensa europeia: tons generalizados de desaprovação e denúncia da violência das multidões ensandecidas. Durante os debates parlamentares sobre a Lei do Ventre Livre, frequentemente os abolicionistas serão chamados de comunistas por alas conservadoras, e mesmo por liberais moderados. Efetivamente, estes argumentos se perpetuaram nos anos 1880 e 1890, de forma que há certo consenso em atribuir à Comuna traços da ação de uma ação inconsequente e desordeira. Ao usar o termo “jacobinismo literário” para referir-se à atitude jovens intelectuais franceses dos anos 1890 e compará-los aos “loucos” de 1870, ainda que elogiando sua iniciativa editorial num plano geral, Caminha, a um só tempo, firma sua posição enquanto herdeiro intelectual de mestres do passado, de cujos conhecimentos não se pode prescindir; filia-se a um movimento mais amplo de crítica e de formas de se inserir no meio editorial, normalmente identificado genericamente entre os intelectuais de sua geração apenas como os “Novos”, pautado na tentativa de fugir do controle dos grandes jornais e editoras, enquanto tentavam aliançar a arte literária e o debate político; e também põe uma pedra no assunto da revolução, aparentemente decidindo pela transformação social gradual, embora consistente e sólida, em detrimento dos arroubos violentos.

Agora, apesar da filiação de Caminha a esta argumentação que apresenta a monarquia como forma anacrônica de organização do Estado, o autor não se dispunha a transcorrer explicitamente acerca da vida política de forma mais circunstanciada; como mencionou-se no item anterior, o problema social que mais intimamente preocupa

NEVES, Maria Lúcia Bastos Pereira das. Revolução: em busca o conceito no império luso-brasileiro [1789-1822]. In. FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo (orgs.). **História dos Conceitos**: diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Ed. Loyola; IUPERJ, 2007. p. 134.

¹⁶³ HARDMAN, Francisco Foot. Incêndios sublimes: figurações da Comuna no Brasil. In: BOITO Júnior., Armando (org.). **A Comuna de Paris na História**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 199-200.

o autor das *Cartas Literárias* são as condições materiais de escrita a que os prosadores e poetas brasileiros estão submetidos, e também com o volume ínfimo (segundo ele próprio) de textos literários publicados neste lado do Atlântico em comparação às cifras europeias, em especial francesas, e a aparente falta de interesse do público brasileiro por leituras mais decisivas para a nação, preferindo-se nestas terras a baixa literatura “ao gosto do povo”. Estes foram, sem dúvida, os temas que, conjuntamente, ocuparam mais páginas entre os escritos não-ficcionais de Caminha. Apesar de remeterem a diferentes dimensões da cultura escrita e da vida letrada, a argumentação caminhiana reúne estas questões numa única pauta complexa mais ou menos coesa. Em Adolfo Caminha, a vida política e a atividade intelectual estavam ligadas, pois eram, ambas, partes importantes da construção da civilização, cada uma a seu modo, mas a partir de funções complementares.

Por que, então, o silêncio acerca da vida cultural norte-americana, se, conforme defendemos, *No país dos Ianques* pretendia fazer dos Estados Unidos uma referência de vida social? Se a “revolução” devia se dar, sobretudo, no campo dos circuitos literários, setor da vida social com o mais alto potencial civilizador, por que em *No país dos Ianques* não consta uma única frase acerca dos escritores do gigante do norte? Provavelmente, porque os escritores brasileiros não tinham nada a aprender com os escritores norte-americanos. Os literatos europeus, sobretudo franceses e portugueses, ofereciam as bases do que o autor considerava uma sólida tradição intelectual, como sugere a crítica ao “jacobinismo literário”. A “revolução” no Brasil devia dar espaço aos talentos, de todas as partes do território sem discriminar os assuntos sobre os quais escreviam nem a sua origem racial, como o comprova sua apreciação dos poemas de Cruz e Sousa, que será analisada mais à frente.

Lendo outros textos do autor, fica mais claro o motivo de *No país dos Ianques* não contar com uma apreciação da vida literária estadunidense: simplesmente havia coisas mais impressionantes a serem divulgadas e mais concernentes ao argumento que se buscava construir. Segundo Caminha, ainda no programa da *Nova Revista*:

Literariamente, nosso país é, sem dúvida, o mais próspero da América. Nem os Estados Unidos, apesar de seus folcloristas e dos seus Davis e Whitcomb Riley, nem o Chile podem competir conosco em matéria de arte escrita, quanto mais as outras repúblicas sul-americanas, inclusive a financeira Argentina, onde um pedaço de terra alheia preocupa mais os espíritos que um poema nacional ou uma crítica do Sr. Garcia Merou. O jornalismo norte-

americano e platino, muito mais adiantado que a imprensa diária do Brasil, não logra, todavia, apontar, em qualquer dessas nações, movimento literário igual ao que entre nós presenciemos em toda a zona brasileira¹⁶⁴.

Mas mais do que isso, tratava-se de exaltar o caráter e o espírito dos americanos do norte, mais propício ao novo, ao talento, ao brilhantismo da mente, ao trabalho árduo que exalta a nação, como parece dar a entender esta passagem de *No país dos Ianques*, onde se despede dos Estados Unidos:

Trazíamos uma convicção, e é que nenhum povo sabe compreender tão bem o problema da vida humana como os americanos dos Estados Unidos. A ideia da morte não os preocupa: um *yankee* triste é coisa rara e toma proporções de fenômeno.

Eles, os americanos, são geralmente alegres, bem dispostos, amigos do trabalho, compenetrados de seus deveres, e, acima de tudo, amam a sua pátria mais do que qualquer outro povo. A pátria e a família são seus principais objetivos. Menos egoístas que os ingleses, enérgicos e resolutos, sobra-lhes tempo e dinheiro para se divertirem.

Esse povo verdadeiramente democrático não pede lições a país nenhum: engrandeceu à custa de seus próprios esforços e dia a dia prospera, assombrando o mundo com suas empresas colossais.

Se a Alemanha representa no século XIX a pátria das ciências morais, aos Estados Unidos compete o primeiro lugar na ordem dos países que tem concorrido grandemente para o aperfeiçoamento e bem-estar humanos¹⁶⁵.

É possível crer que essas palavras foram escritas poucos meses depois da proclamação da república. A própria publicação deste texto revela a disposição que teve o autor em apresentar uma alternativa à cultura política monarquista, e quando relidas, reavaliadas e republicadas em volume único quatro anos depois, elas revelam a mesma disposição de proposição de alternativa, agora em oposição à república militarista de Floriano Peixoto. Mais apropriadamente, podemos sugerir que a cultura democrática dos americanos do norte é colocada como referência de um modelo social exitoso frente aos desafios característicos daquele *fin-de-siècle*. Talvez possamos resumir assim o sentimento de Caminha em relação à pátria norte-americana, na sua experiência de expectador daquela sociedade: não estavam entregues à ganância desenfreada de uma “burguesia pulha”, pois o engrandecimento da pátria motivava o direcionamento dos recursos financeiros; seus cidadãos tinham o “amor ao trabalho” e valorizavam seu próprio estilo de vida, recusando o autoritarismo dos impérios, contando a própria história segundo valores republicanos; ao estabelecer uma forma de construção nacional que punha o bem-estar humano em primeiro lugar a partir de valores cívicos e com uma

¹⁶⁴ CAMINHA, Adolfo. Nova Revista, n. 1, p. 1-2.

¹⁶⁵ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p.178.

elevação material superior à de qualquer outro país à época, eles serviam de símbolo do progresso e das novas civilizações, apartadas das tradições absolutistas e dos despotismos aristocráticos e burgueses.

O Brasil, por sua avaliação, tinha um povo e uma classe de editores pouco interessados na prestigiosa literatura nacional; sua burguesia estava comprometida unicamente com os ganhos pessoais; uma vida social movida por escândalos e por um “gosto pulha”, civilizável apenas pela alta literatura, vivida intensamente como instrumento civilizatório. E, como já vimos, cada vez mais a literatura apropriada, em seu entendimento, é aquela que rompe com as tradições, as falsidades religiosas, a moralidade decadente da burguesia.

1889 abriu o caminho para o aprimoramento da civilização, 1894 assegurou a queda de um bastião de atraso. Ou, mais objetivamente, a proclamação da república abriu caminho para a construção de novas formas de sociabilidade e vida social que não fossem pautadas nos privilégios aristocráticos, e o início do governo civil representou o descenso de uma forma de autoritarismo indesejável e inconveniente que tinha o potencial de invalidar a conquista de cinco anos antes. Tratava-se, ainda, de propor a Ciência e Arte como questões prioritárias no caminho a ser trilhado dali a diante, combatendo e, se possível, eliminando de vez aspectos ainda indesejados da civilização brasileira. Em suma, *No país dos ianques* foi republicado num contexto de reformulação de projetos nacionais e elaboração de interpretações do Brasil altamente interessadas em “compassar” o Brasil aos novos tempos, e o relato inseriu-se neste debate apresentando realidades nacionais distintas, sempre enfatizando vias possíveis de uma vivência democrática.

2.3.2. Traços do republicanismo caminhiano no relato de uma experiência internacional

A desilusão de Adolfo com a república, porém, data de dois anos depois da publicação da segunda versão de *No país dos ianques*. Pelo próprio relato de viagem e por outros textos daquele momento, sabemos que à altura de 1894 o jovem escritor seguia firme em seus ideais republicanos, e mais ainda em 1890. Naturalmente, o conteúdo destes ideais e suas expectativas para o regime não são idênticos em todos os seus textos, mas creio já ter dado uma boa ideia das linhas gerais de sua sensibilidade política.

A forma como maneja certos temas e conceitos nos permite ver os indícios de seus métodos: há um conjunto de referenciais teóricos declarados que se unem a leituras da realidade política nem sempre explícitas, resultando num texto que insiste na sugestibilidade ao leitor, por um lado. Por outro, é possível afirmar que os temas que estão discutidos claramente representam pontos da vida social nos quais se tinha mais urgência, tais como o papel das mulheres na sociedade, o fim dos castigos físicos na Armada e a construção de uma política e memória nacionais menos aristocráticas. Estes temas citados, porém, serão discutidos no próximo capítulo, dada a sua importância na defesa de um determinado percurso histórico com vistas ao progresso. Do ponto de vista da relação estabelecida ou pretendida com seus leitores, acredito que um aspecto central na escrita de Caminha seja esse jogo de variações entre o sugestivo e a urgência. Mas esse sugestivo não é discreto, não atua no subtexto, ele é incisivo, declarado.

Realizei uma leitura (de certa forma arbitrária) e atada a uma determinada preocupação acerca dos jogos de poder, – os combates retóricos dos republicanos contra a “ameaça” monarquista que pairou no Brasil ao longo de toda a década de 1890 –, e identifiquei em *No país dos Ianques* cerca de uma dezena de momentos nos quais Adolfo Caminha mencionou explicitamente questões voltadas à política enquanto governo, ou personagens e símbolos ligados a ela¹⁶⁶. Quantidade parca em seu todo talvez, se considerar as quase 180 páginas de texto, ainda mais quando muitas passagens se resumem a duas ou três linhas. Algumas, mesmo, a uma única sentença, expressão de uma opinião ocasional em meio a uma exposição sobre tema diverso.

Já sugerimos no tópico anterior uma análise de uma destas passagens, quando o escritor se despede dos Estados Unidos. Tentemos uma interpretação das demais, começando por um rápido comentário de Caminha, logo no primeiro capítulo. A ideia do esgotamento da monarquia é argumentada no texto com vigor quando da passagem por Recife. Na ocasião da visita à prisão de Fernando de Noronha e do contato com o preso Gustavo Adolfo, episódio já relatado, diante do que considerava uma injustiça para com o encarcerado, questionava o autor:

Perdoar um arrependido nas condições de Gustavo Adolfo, me parece a mais nobre ação de um rei. Todavia ele continuava, mendigo de liberdade, a pedir, a pedir...

Por diversas vezes a academia de direito, pelo órgão de seus representantes, exorara a piedade imperial, mas o imperador nunca estendeu o

¹⁶⁶ Nesta contagem, não foram consideradas passagens com uma implicação política secundária, ou, ainda que de implicação política relevante, não fizessem referência direta ao conflito retórico entre propostas monarquistas e republicanas no Brasil.

seu magnânimo olhar até aos cárceres senão em certos dias de gala natalícia para indultar os escolhidos da política dominante¹⁶⁷.

Esta é uma das poucas passagens – não só de *No país dos ianques*, mas do conjunto de seus textos – em que Caminha expõe com clareza o que entende ser uma consequência direta da arbitrariedade do império e do despotismo da monarquia. Tratava-se de reconhecer que uma sociabilidade democrática não poderia emergir de uma nação norteadada pelos imprevisíveis desejos de um monarca. O recurso de identificar a monarquia à figura do imperador é empregado com frequência no texto; como sabemos, não se tratava de um simples sofisma, mas de uma tendência da composição linguística dos discursos políticos. A associação entre governo e governante sobreviveu à atualização da linguagem, agora complementada pelo imaginário médico-biológico – de que também faziam parte as teorias raciais –, que instrumentou os discursos políticos com a associação entre a deterioração da saúde e sanidade de Pedro II e a decadência do império; ou, neste caso, entre sua apatia diante do povo e as injustiças sociais¹⁶⁸.

Passemos agora aos comentários dirigidos a duas figuras que seguiam viagem com Caminha, e que tinham uma presença insistente e marcante. O narrador de *No país dos ianques* está ininterruptamente ciente das presenças do príncipe Dom Augusto Leopoldo de Saxe-Coburgo e Bragança¹⁶⁹ e do almirante Saldanha da Gama, e ambos guardam ambiguidades intrínsecas.

¹⁶⁷ CAMINHA, Adolfo. *No país dos ianques*, p.17-18.

¹⁶⁸ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A permanência da ideia de império universal na época moderna. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidney. **Impérios na História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 137-144. Conforme se demonstra, a tradição retórica de meados do XIX tomou de empréstimo do latim antigo as ideias de *imperium* e *imperator*, que passaram a ser associados a partir da crise da república romana no século I a.C. A tentativa do Império Carolíngio de Carlos Magno de fazer renascer o império romano como entidade política trouxe de volta esse vocabulário, fortalecendo o laço entre império e imperador; a crise da ideia de império universal a partir da Reforma (por causa da secularização da figura do imperador) não subtraiu esse traço das linguagens políticas modernas, mesmo que os impérios tenham se reduzido às suas dimensões reais. No século XIX, as especificidades nacionais evocariam conformações específicas da ideia de *imperialismo*, como a expansão do império alemão, na Alemanha, e o renascimento do bonapartismo, na França. No fim do século, o crescimento da ideologia nacionalista trará um sentido “positivo e liberal” à ideia de império, sinônimo de “dever civilizador”.

¹⁶⁹ Dom Augusto nasceu em 1867, era o segundo filho da princesa Leopoldina de Bragança. Tendo passado a primeira infância na Áustria aos cuidados do pai, volta ao Brasil com cinco anos de idade. Ingressa na Escola de Marinha em 1882, obtendo a patente de segundo-tenente em dezembro de 1886, como Caminha. Após a queda da monarquia, exilou-se na Europa, voltando a residir na Áustria, obtendo permissão para incorporar-se à Marinha austro-húngara, faleceu aos 54 anos, em 1922.

Dom Augusto nasceu em 1867, era o segundo filho da princesa Leopoldina de Bragança. Tendo passado a primeira infância na Áustria aos cuidados do pai, volta ao Brasil com cinco anos de idade. Ingressa na Escola de Marinha em 1882, obtendo a patente de segundo-tenente em dezembro de 1886, como Caminha. Após a queda da monarquia, exilou-se na Europa, voltando a residir na Áustria, obtendo permissão para incorporar-se à Marinha austro-húngara, faleceu aos 54 anos, em 1922.

Na viagem de 1886, no entanto, Augusto estava, hierarquicamente, no mesmo patamar de Caminha: era um guarda-marinha no último ano de formação, mas seu sobrenome lhe rendia honras e privilégios inalcançáveis aos seus colegas, assim também como alguns embarços. Já sabemos que Caminha farejava os desdobramentos dos privilégios aristocráticos na vida social, de forma que não é surpreendente vê-lo mostrando desapontamento com a empolgação do povo com a chegada da tripulação em alguns dos locais que visitaram.

Na primeira parada da viagem, em Recife, a chegada do *Almirante Barroso* teve uma recepção eufórica. Não se perdeu a oportunidade de representar um membro da família real de forma tola, desprovida da respeitabilidade que a deferência da corte e os súditos provincianos mais animados lhe prestavam:

Pela manhã de 27 o *Barroso* sulcava as águas do Lamarão, lento e majestoso, crivado de olhares. O povo saudava-o do cais da Lingueta. Espalhou-se logo que o príncipe D. Augusto, neto do imperador, vinha a bordo, e toda a gente correu a recebê-lo com essa avidez instintiva das massas populares. O povo pernambucano, tradicionalmente inimigo dos imperadores, lembrava-se do tempo em que o Sr. D. Pedro de Alcântara dava-se ao luxo de visitar o norte. Mais tarde, ao desembarcar a turma de guardas-marinhas, de que fazia parte o príncipe, subiu de ponto a curiosidade pública.

—Oh! O príncipe! — Que é dele? — É um ruivo? — É aquele barbado?

O pobre moço viu-se em apuros, e mudava de cores, e fazia-se escarlate, e vociferava contra a plebe, ocultando-se entre os colegas, desapontado. Um preto velho teve a lembrança de ajoelhar-se aos pés de S. A. e suplicar-lhe uma esmola. Aconteceu, porém, que errou o alvo e foi direto a um outro rapaz, louro e rubro, como o príncipe, que se apressou em desfazer o engano. O imperial senhor achava-se ridículo no meio de toda aquela multidão servil e anônima que o acompanhava, como se visse nele um animal selvagem.

É assim o povo — ingênuo, pueril¹⁷⁰.

Desde os anos 1830 e 1840 em meio aos debates políticos vinha se formando uma nova ideia de “povo”, que deixava de ser um sujeito coletivo formado basicamente pela oposição entre as altas e as baixas classes, para se tornar o “povo-nação”, elemento central das identidades nacionais. Na Europa essa mudança conceitual

¹⁷⁰ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 15-16.

vinha ocorrendo desde a Revolução Francesa, no Brasil ela se operou principalmente a partir dos movimentos e rebeliões durante o primeiro reinado e a regência. Os debates levantados pela chamada “geração de 1870” levarão a uma ressemantização do termo, assim como as propostas de remodelação do estado monárquico levantadas pela Liga Progressista e posteriormente pelo Centro Liberal, mas também pelo nascente movimento republicano. Os textos e discursos veiculados por esses grupos tem em comum uma concepção de “povo” que deve ser protagonista do processo político, na qualidade de cidadãos que exercem seus direitos, mas também um sujeito coletivo a ser educado, “melhorado”, pois ainda despreparado para a vida política¹⁷¹.

O apreço dos súditos faz parte do cenário, assim como a confusão de D. Augusto. São ambos naturais, esperados. Compõem uma mesma cena, diante da qual não há o que fazer senão suspirar e menear a cabeça, que é o que imaginamos fazendo Adolfo Caminha, o narrador-observador, que, se isentando de participação, apenas quer expor ao leitor esse quadro desconcertante. A mesma nota de melancolia que se nota diante da possibilidade de exaltação ao príncipe também pelo povo dos Estados Unidos, quando da chegada em Nova Orleans:

Ou fosse a natural afinidade que existe entre as duas nações americanas, ou fosse o fato de ir a bordo do cruzador brasileiro um representante da família imperial do Brasil, o certo é que durante a nossa travessia da foz do Mississipi à cidade fomos constantemente saudados de ambas as margens do rio a tiros de espingarda e a lenços que nos acenavam de longe. E o *Almirante* seguia devagar, alvo de mil olhares curiosos¹⁷².

Não fosse a sequência de homenagens que recebeu o príncipe ao longo da estadia em Nova Orleans, poderíamos mesmo atribuir essa passagem ao espírito revoltoso da pena de Caminha. Mas continua o autor, relatando já episódios de dias após a chegada na cidade:

Continuaram as manifestações de amizade ao Brasil. O neto do imperador, jovem e irrequieto, embalde procurava fugir às insistências da aristocracia local e por diversas vezes desejou ter nascido simples burguesinho, como qualquer de seus colegas. E digamos aqui, muito à discrição, Sua Alteza podia ser um belo moço, um digno cavalheiro, um excelente amigo e camarada, mas... Sua Alteza era um péssimo príncipe. A sua grande aspiração era a vida livre, sem peias, essa

¹⁷¹ PEREIRA, Luísa Rauter. “Substituir a revolução dos homens pela revolução do tempo”: uma história do conceito de povo no Brasil: revolução e historicização da linguagem política (1750-1870). 295f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

¹⁷² CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p.59-60.

vida alegre e boêmia que se esgota depressa nos *café-concertos* e nos *restaurants*.

Não gostava de continências e desprezava o juízo imbecil dos que lhe apodavam de estroina. O certo é que esse juízo em nada o comprometia perante o *high-life* americano que o estimava suficientemente. Ele era o representante imediato da família imperial, era o alvo predileto de todas as manifestações ao Brasil na grande festa internacional¹⁷³.

Aí, a monarquia aparece, também, como fardo. Como uma forma de Estado que desembocava numa sociabilidade anacrônica, injustificável racionalmente e, pretende Caminha dizer, insustentável. Mais insatisfeito pareceu o autor com o tratamento especial dispensado ao príncipe pelas autoridades norte-americanas quando, semanas depois, a tripulação encontrava-se em Nova York, embora não ignorasse a previsibilidade do episódio:

Dias depois da nossa chegada, o *Barroso* entrou para o dique de Brooklin, a fim de sofrer alguns reparos no casco.

Enquanto isto se dava, enquanto a guarnição ocupava-se da limpeza externa do cruzador, com o cuidado, com o desvelo e com o carinho mesmo de amigos dedicados, íamos visitando outras cidades americanas, ligeiramente, de relance.

Não nos foi dado, porém, diga-se em parênteses, ver o mais grandioso espetáculo dos Estados Unidos – a célebre cascata do Niágara, que Chateaubriand pinta com maravilhosas cores de sua palheta de artista inimitável.

Não tivemos mesmo a felicidade de ver Washington, a bonita capital americana, e tão pouco o presidente Cleveland. Esse privilégio coube quase que exclusivamente ao ex-príncipe D. Augusto, que aliás não revelou grande admiração pela Niágara, nem pelo presidente Cleveland.

Sua Alteza não era para que digamos muito amigo da natureza e menos ainda de personagens ilustres¹⁷⁴.

Nessa situação, como nos trechos anteriores, a opção pela referência ao pronome “Sua Alteza” tem uma clara conotação de sarcasmo. Dirigir-se a Augusto por “ex-príncipe”, dando a sensação de passagem de tempo, insinua o fim do tempo das realzas e das cortes. Considera-se a monarquia enquanto instituição de governo como algo superado.

Dois elementos se destacam nesses trechos. Primeiro, um discurso de aversão dos privilégios associados ao governo monárquico, que, no Brasil, foi sistematizado pelo manifesto republicano de 1870 e se popularizou ao longo das décadas de 1870 e 1880, fazendo ganhar terreno a aversão à monarquia e tornando progressivamente aceitável a ideia da república¹⁷⁵. E segundo, o traço caricatural da

¹⁷³ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 99-100.

¹⁷⁴ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques. p. 153-154.

¹⁷⁵ MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**: Cultura democrática e científica do final do Império. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2007.

descrição dos eventos, que invoca a ideia de ridículo. Expor figuras de poder ao riso é uma poderosa estratégia de propaganda e/ou crítica política desde a Era Moderna, passando pela França pré-revolucionária até os impressos brasileiros do século XIX¹⁷⁶. Em se tratando de uma monarquia, o escárnio tem um papel simbólico mais significativo, visto ser uma afronta à tradicional sacralidade dos impérios modernos, personificada pelo direito divino dos reis; mesmo que o Brasil não correspondesse às monarquias absolutas tais como descritas numa historiografia já consagrada ao tema, a autoridade e o poder do império brasileiro no XIX são, em parte, tributários da razão de estado que sustentava a legitimidade dos monarcas, entre outras coisas, pela prática da *realpolitik*¹⁷⁷.

Em síntese, o risível D. Augusto de Adolfo Caminha dava continuidade a uma prática secular (na dupla conotação da palavra) muito eficiente de desqualificação da autoridade monárquica, assim como tinha, no texto, uma função simbólica, representando a incapacidade administrativa, diplomática e política que afligia o império. A ênfase na empolgação das populações de Pernambuco e Nova Orleans com a presença de um membro da família real em contraposição ao desajeito do príncipe é, talvez, o apelo mais emblemático dessa crítica.

Mas há também outra forma de interpretar essas passagens; podemos supor que Caminha percebia as limitações impostas ao príncipe por sua posição. Nesse sentido, analisava que, como aristocrata, o príncipe não se sensibilizava com as belezas naturais, nem tinha nenhum apreço por estes encontros com as pessoas ilustres. Se pudermos confiar no relato, o príncipe ficava mesmo desgostoso e desconfortável em tais situações. Deixava assim de bem aproveitar oportunidades que o próprio Caminha gostaria de ter.

Os comentários sobre D. Augusto, porém, estão distribuídos ao longo do texto, enquanto o capitão do navio, Saldanha da Gama, aparece como personagem central em dois capítulos diferentes. Cada um trata de uma face específica do capitão do *Almirante Barroso*. Primeiro, tem-se a lembrança do capitão durante a “faina geral”, o movimento a bordo do *Almirante Barroso* diante da expectativa de chegada aos Estados

¹⁷⁶ DARNTON, Robert. **O diabo na água benta ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; LUSTOSA, Isabel. **Imprensa, História e Literatura**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

¹⁷⁷ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A permanência da ideia de Império na Época Moderna. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidney. **Impérios na História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 137-143.

Unidos. “Guerra ao mofo! Roupas ao sol!”. Não parava quieta a guarnição. E explica Caminha:

A guarnição do *Almirante Barroso*, disciplinada e obediente como todas as que serviam sob as ordens do comandante Saldanha, primava pelo asseio, pela ordem, pela destreza e pela atividade. Não se lhe pode fazer maior elogio. Cada marinheiro era como uma máquina pronta sempre ao menor impulso.

A chibata era nesse tempo, como ainda hoje, o terror das guarnições da Armada¹⁷⁸.

Prossegue Caminha, explicando sua visão sobre o procedimento:

Sempre manifestei-me contra esse bárbaro castigo que avilta e corrompe em vez de corrigir. Um castigo de chibata é a coisa mais revoltante que já tenho visto, mormente quando é mandado aplicar por autoridade desumana, sem noções de legítimo direito que a cada homem assiste, quem quer ele seja, soldado ou pária.

[...]

A primeira vez que minha posição oficial obrigou-se a assistir um desses castigos, tive ímpetos de bradar com toda a força dos pulmões contra semelhante atentado à natureza humana. [...].

Despir-se a meio corpo um pobre homem, um servidor da pátria, pés e mãos algemados, muita vez depois de três dias de solitária a pão e água, e descarregar-lhe sobre a espinha, sobre as espáduas, sobre o peito, sobre o ventre, na cara mesmo, em todo o corpo cinquenta, cem, duzentas chibatadas, em presença de todos os seus companheiros, me parece indigno duma geração que se preza, de uma sociedade de homens civilizados, de cidadãos, de cavalheiros que ostentam triunfalmente galões dourados na farda – a farda, que significa a nobreza, a coragem, o patriotismo e a honra duma nação¹⁷⁹.

Uma das primeiras decepções com o regime republicano deu-se em 1890, quando o decreto nº 328 de 12 de abril instituiu a Companhia Correccional, trazendo de volta os castigos físicos impostos aos marinheiros, que haviam sido “abolidos” tão logo houve a proclamação do novo regime no ano anterior. A “ressaca da marujada”¹⁸⁰ atingiu também a Adolfo Caminha. O autor explica em seu relato que passado seu tempo de formação – dá a entender, assim que chegou da viagem – tentou fazer ecoar um protesto contra o castigo:

Revoltei-me contra semelhante barbaridade inquisitorial, como quem tem consciência de que está praticando uma ação juta e honrosa. Doía-me por um lado pertencer a uma classe nobre por tantos títulos, é certo, mas em cujo seio era permitido a chibata e, o que é mais, o seu abuso.

A esse tempo a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro publicava semanalmente um boletim literário no louvável intuito de estimular os incipientes das letras. Oferecia-se-me oportunidade para um conto marítimo, cujo assunto fosse a chibata.

¹⁷⁸ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques. 1894. p. 48.

¹⁷⁹ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques. p. 49-50.

¹⁸⁰ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da marujada**: recrutamento e disciplina na Armada Imperial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

Escusado é dizer que o meu artigo provocou o despeito dos culpados indiretamente feridos no seu amor próprio. Embora! Fiquei satisfeito como se tivesse sacudido para longe um fardo pesadíssimo; e, é preciso dizer, não hesitei em declarar-me autor do conto que vinha firmado por meu nome, então desconhecido na Armada.

Alguns de meus companheiros taxaram-me de imprudente e “indiscreto”. Outros levaram seus conselhos até a minha *inexperiência de adolescente indisciplinado*.

Todo o mundo julgou-se com direito a censurar meu procedimento: “que roupa suja deixa-se ficar em casa; que a chibata era um castigo imprescindível”, e outros arrazoados sofrivelmente banais¹⁸¹.

Infelizmente não foi encontrado este conto, nem referências a ele em outras fontes. Deverá ser certamente um texto rico e esclarecedor. Mas o fato é que Caminha demonstra seu desprezo pelo castigo, e ainda que reconheça a agilidade e a destreza com que os marinheiros lançavam-se aos seus afazeres, lamenta ser isto o resultado do medo provocado pelo comando de Saldanha da Gama:

Como militar e disciplinador o comandante Saldanha da Gama distinguia-se por sua inflexibilidade porventura exagerada, especialmente para com as guarnições sob seu zeloso comando. Temperamento atrabiliário, sanguíneo-nervoso, sujeito a transições bruscas, inesperadas, impetuosas e violentas, o ilustre marinheiro, espírito eminentemente ilustrado, não sabia, entretanto, guardar a necessária calma quando devia aplicar as penas do código. Essas penas, como se sabe, acham-se perfeitamente explícitas, precisamente formuladas de modo a não deixar dúvida nos espíritos retos e amigos da lei. Entre os artigos do código penal militar existe um que limita o número de chibatadas, o qual não deve, em caso algum, exceder de vinte e cinco por dia. Pois bem, o comandante Saldanha pouquíssimas vezes castigava conforme a lei. Colocava acima dela seus caprichos inexplicáveis, sua natureza rancorosa, sua vontade suprema. Não trepidava, e isto é sabido, em mandar açoitar com duzentas chibatadas uma praça qualquer, tal fosse o delito cometido. A um simples olhar seu as guarnições tremiam como caniços. A qualidade característica deste ilustre oficial era ser arbitrário e prepotente. Por isso a guarnição do *Almirante Barroso* corria a seus postos, em ocasião de manobra, com a velocidade duma seta¹⁸².

Mário Maestri já havia feito uma análise magistral dos castigos físicos como forma de dominação aos marinheiros: “Se ele era de forte constituição e destemido, o oficial prosseguia o castigo até que gritasse derreado pela dor ou desmaiasse”¹⁸³.

¹⁸¹ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques. p. 50-51.

¹⁸² CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques. p. 54.

¹⁸³ MAESTRI, Mário. **Cisnes negros: 1910: a Revolta dos marinheiros contra a chibata**. Porto Alegre: Editora Fem, 2014. p. 42.

Mas como referiu-se Saldanha da Gama a esta questão? Retornemos ao seu relatório, cujo anexo 3, que referia-se à disciplina, reservamos para ser retomado agora. Já de início, Saldanha dá razão às colocações de Caminha sobre sua reputação:

À vista dos meus precedentes como comandante de outros vasos da nossa armada, não creio que a alguém seja lícito duvidar por um só momento dos meus esforços para manter a bordo do *Almirante Barroso* a disciplina imprescindível a todo navio de guerra, maiormente numa viagem de instrução de Guardas-marinha¹⁸⁴.

Contando com o olhar atento de seus três oficiais, Saldanha reporta ter logrado êxito na manutenção da ordem na embarcação, ufanando-se de que, ao longo de dez meses e com um contingente de quase 400 homens, não ter havido uma única ocorrência. Ainda assim, esclarece que não foi possível evitar outros delitos, como pequenos furtos, limitados a “certas praças [...] de mal proceder habitual e insensíveis aos mais rigorosos castigos corporais”. As faltas mais numerosas, previsivelmente, foram de “escusa de serviço”, apesar da importância diminuta.

Uma questão que se nos impõe, contudo, é a razão pela qual Caminha não expôs em seu relato os castigos ocorridos durante a viagem. Em seu relatório, Saldanha da Gama assim expõe a questão:

Sem dúvida, tive muitas vezes que recorrer ao castigo da chibata, já como punição de faltas cometidas, já com mais frequência, como corretivo único das práticas abusivas acima referidas; mas em nenhuma das punições de tal gênero, mesmo nas mais severas, fiz exceder de 50 o número de pancadas aplicadas ao delinquente. A este respeito, cumpre-se acrescentar, e o faço com íntima convicção do que afirmo, que, se a guarnição do *Almirante Barroso*, ao partir do Rio de Janeiro, houvesse sido expurgada de certos elementos maus e viciados, conforme foi meu intuito e desejo, posto que malogrados, talvez no correr da viagem se houvesse podido suprimir de todo a aplicação de semelhante castigo. [...] ¹⁸⁵.

Não sabemos, contudo, quem foram os marinheiros punidos ou a extensão de seus delitos. A narrativa de Saldanha dá margem a entender que houveram poucas punições nesta viagem específica, mas que efetivamente elas existiram. Também fica comprovado seu desagrado em relação a uma parcela da tripulação, que por qualquer razão, não pôde ser inteiramente escalada segundo sua preferência.

Creemos que nossa hipótese de que um dos objetivos desta viagem fosse servir de experimento para a reforma do ensino militar da marinha se enriquece ao

¹⁸⁴ Anexos do Relatório, **Revista Marítima Brasileira**, n. 14, 1888, p. 116.

¹⁸⁵ Anexos de relatório, **Revista Marítima Brasileira**, n. 14, 1888, p. 117.

perceber que uma das propostas sugeridas por Saldanha em seu relatório tenha sido discutida na elaboração dos estatutos da nova Escola Naval, qual seja, a de que os funcionários da Escola também se mantivessem em regime de internato, a fim de assegurar presença constante e incentivar a disciplina:

Ao contrário, na Escola, não obstante os foros que tem esta de Academia superior, semelhante ensino, além de calhar naturalmente, devera até ser considerado como o indispensável complemento da própria instrução científica. Mas, para se alcançar tal *desideratum* seria preciso, que o internato se tornasse extensivo pelo menos a todo pessoal militar do estabelecimento, a fim de que sua ação e o seu influxo se fizesse sentir constantemente sobre o aluno, na aplicação deste estudo, bem como no próprio modo de conduzir-se, quer nas horas de etiqueta, quer nos intervalos de repouso e liberdade ¹⁸⁶.

Ademais, cabe apenas acrescentar que o comandante reconhece na pouca exigência da disciplina nas escolas de formação a principal causa dos vexames ainda existentes na Armada. Sugere, “sem veleidades de reformador”, o incremento da disciplina entre os oficiais, bem como a redução dos contingentes nas viagens de formação, que considera contra produtivos.

Ainda em relação a Saldanha da Gama, mas já mais a frente no texto, quando das visitas a cidades próximas a Nova York, numa passagem muito mais curta, Caminha elogia a ilustração do comandante, percebendo nele uma qualidade de oficial exemplar:

Em geral eles [oficiais da marinha em visitas internacionais] pouco conhecem dos países que tem visitado, a não ser em assuntos de sua profissão, e as suas narrativas entre amigos limitam-se quase sempre a recordações de aventuras amorosas.

Também são tão curtas e tão raras essas viagens...

Quando se tem a felicidade relativa de viajar sob o comando de um oficial ilustrado e curioso como o Sr. Saldanha da Gama, cujos conhecimentos não se restringem à navegação e à artilharia, o aproveitamento é certo. Ele não é somente um superior hierárquico – faz-se mestre e sabe proporcionar aos seus subalternos a maior soma possível de excursões úteis e proveitosas ¹⁸⁷.

Já vimos estas excursões. E Caminha passa a descrever o que aprendeu durante elas: os detalhes técnicos da Estátua da Liberdade – então ainda inconclusa –, os procedimentos de construção da ponte do Brooklyn, o funcionamento dos bondes elétricos – que só chegariam ao Brasil quinze anos após essa viagem –, a operação de motores

Outra passagem, ainda mais rápida, diz respeito ao momento em que o *Almirante Barroso* levantara âncora da Jamaica e fora em direção aos Estados Unidos.

¹⁸⁶ Anexos de relatório, **Revista Marítima Brasileira**, n. 14, 1888. p. 120.

¹⁸⁷ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 136-137.

Os oficiais em formação estavam nervosos, diz Caminha, pela proximidade da data de chegada, e ainda não estavam bem ensaiados em seu inglês:

Desde logo entramos de combinação, em “sérios” estudos o idioma inglês praticando uns com os outros, compulsando manuais de conversação, decorando significados, preparando-nos, enfim, da melhor forma, para retribuir gentilezas, captar amizades responder a todas as perguntas que nos fossem feitas à queima roupa. Sim, porque tudo quanto havíamos aprendido teórica e praticamente na Escola não era bastante. Faltava-nos a facilidade, o traquejo da palavra estrangeira, que havíamos de adquirir à força de vontade e aplicação assídua.

Alguns oficiais, entre os quais o comandante, riam-se do nosso apuro, e, de vez em quando, atiravam-nos de surpresa uma pergunta em inglês. Quanto disparate, quanta tolice a princípio! O certo é que depois, com o tempo, já nos entendíamos sofrivelmente¹⁸⁸.

Saldanha da Gama aparecerá ainda de passagem em outros momentos. Na cerimônia de encerramento da exposição de Nova Orleans, por exemplo, seguiram-se falas de vários ilustres, entre convidados e anfitriões:

Seguiu-se na tribuna o orador oficial, que, num imprevisto eloquentíssimo, patenteou a necessidade de uma união entre todas as nações americanas, desenvolvendo largamente as vantagens que daí proveriam a todas elas.

Falou também o governador da Louisiana, e finalmente, os Srs. Salvador de Mendonça e Saldanha da Gama, cujas palavras foram cobertas dos mais significativos aplausos¹⁸⁹.

Creio ser provável que este rosto mais ameno de Saldanha da Gama tenha sido desenhado mais nitidamente na publicação de 1894. Havia então uma disputa decisiva em torno da legitimidade das ações do almirante por sua atuação na Revolta da Armada, e como se sabe, muitos membros da corporação, mesmo permanecendo no grupo legalista de Floriano, recusaram-se a emprestar sua voz ao coro que entoava impropérios contra o ilustrado militar, muito embora a memória sobre Saldanha da Gama tenha sido uma disputa com vencedor claro, visto que os governos republicanos subsequentes tiveram sucesso em estabelecer uma versão do conflito que punha Floriano Peixoto (o marechal republicano) de um lado, e Saldanha da Gama (o almirante monarquista) do outro. Já Prudente de Moraes, buscando ao mesmo tempo uma narrativa que pudesse enterrar qualquer pretensão armada contra o governo republicano, e ainda evitar embaraços com o Exército, que podia sentir-se escamoteado

¹⁸⁸ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 40.

¹⁸⁹ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 76.

após a saída de Floriano Peixoto, concedeu ao marechal o título de “consolidador da República”¹⁹⁰.

Caminha teve suas desavenças com a burocracia do Ministério da Marinha, tendo afrontado uma decisão do então ministro Eduardo Wandenkolk. O *Bom Crioulo* centra sua crítica ao meio militar nos castigos físicos infligidos aos marinheiros, cujos oficiais representavam a sobrevivência de um modo de sociabilidade aristocrática que incluía o controle e a interdição dos corpos. A historiografia já sugeriu que as relações entre oficiais e marinheiros reproduziam aquelas entre senhores e escravos. Sem chegar ao exagero de afirmar que a motivação central do romance era o rancor pelo constrangimento que a instituição lhe impôs, como já o fizeram alguns, é certo que assim como *No país dos ianques*, também *Bom Crioulo* cumpriu o papel de uma reavaliação de Caminha da sua experiência enquanto oficial da Marinha e da corporação da qual fez parte, com ambos demonstrando aspectos da vida no mar, da participação da Marinha na vida nacional e dos tipos observados na instituição. Instituição dentro da qual, diga-se de passagem, ele se construiu enquanto intelectual.

A leitura de mundo que habita os escritos caminhianos não pode ser desvinculada de sua formação naval teórica e prática. Seu temperamento insubmisso parece ter sido um complemento incontido à sua formação militar, o que fez dele um homem erudito e refinado. Sua pena ferina ocultava uma personalidade relativamente dócil e de emoções contidas; não era homem de vociferar ou bradar quaisquer palavras, se pudermos confiar em Frota Pessoa. Espelho que a garbosidade do oficialato nunca o abandonou completamente, mesmo em meio à precária condição financeira de seus últimos anos de vida. Foi essa face nobre – a nostalgia da farda, o espírito da corporação – que pesou em seu elogio a Saldanha da Gama, a quem parece considerar um modelo de oficial, quando não estava mandando chicotear qualquer de seus subordinados. Por esse motivo, não se sustenta a hipótese de *Bom Crioulo* como romance de vingança. Embora tratem de questões muito diferentes, e respondam diferentes necessidades internas de seu autor, ambos os textos foram publicados num momento em que a Armada era um dos principais temas em qualquer jornal da capital. Não é o caso de afirmar que não havia ressentimento perceptível na narrativa, e sim de sepultar a ideia de que ele era a razão-guia da mão de Caminha.

¹⁹⁰ ARIAS NETO, José Miguel. A Revolta da Armada de 1893: um “fato construído”. In. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006. p. 133-178.

Mas voltando ao argumento. Em nossa leitura se constrói, portanto, não apenas uma ambiguidade dentro da representação de cada um desses "personagens" na narrativa, mas há também uma relação de complementaridade entre eles. Ambos aristocratas, beneficiários da sociedade de privilégios, e aliados dos “medalhões da política”. Enquanto o príncipe D. Augusto representa a monarquia depreciada, risível, decadente, embora dócil em certos momentos; o comandante Saldanha da Gama representa uma autoridade que se impõe pela hierarquia e pela crueldade do trato aos marinheiros, mas também capaz e enfático. Essas são as duas faces da monarquia que Caminha despreza: o privilégio pela mera posição social, sem merecimento, de um lado; a imposição da autoridade e o abuso de poder, do outro.

A dualidade de Saldanha da Gama, porém, pode ganhar um novo significado quando o texto é lido no contexto de 1894: ele foi apresentado como um homem cujos procedimentos violentos se rejeitam, mas também como um espírito que possui seus valores intrínsecos pelo talento e erudição. Tratava-se, segundo me parece, de estabelecer um contraposto implícito entre as figuras de Saldanha da Gama e Floriano Peixoto. Mais precisamente, sugerem-se qualidades apreciáveis num oficial militar. Já aí, em 1894, Caminha demonstrava seu despreço pelo governo republicano militar. No limite, poderia ser, até mesmo, uma concessão simbólica na política, a demonstração de um tipo de “monarquista aceitável”. Mas mais provavelmente os arroubos autoritários florianistas representavam para Caminha o que havia de pior na carreira militar, uma prática autoritária impostora, pois ilegítima. O Saldanha de *No país dos ianques* denuncia a violência de que lançava mão a oficialidade das forças armadas, mas era também um lembrete do mal exemplo que Floriano dava como militar.

Agora, encerrando este ciclo, trago por último um debate levantado por Caminha acerca da relação das sociedades visitadas com seu passado. O olhar crítico do autor, já então em 1886 informado por referenciais políticos principalmente franceses, viu certos padrões nas formas de construir sua memória nacional. A materialidade dessa memória, representada principalmente pelas estátuas erigidas nas ruas e praças das cidades e pela arquitetura das construções, dão uma pista da consciência histórica dos homens e mulheres nos vários locais visitados.

Em Barbados, Caminha não deixou de notar uma robusta estátua de Horatio Nelson na *Nelson's Square* em Bridgetown, homenagem ao primeiro Visconde Nelson, líder militar britânico celebrado como herói na Batalha de Trafalgar, de 1805,

quando conteve o avanço de Napoleão pelo Atlântico – resultando depois no contra-ataque terrestre francês na Península Ibérica que forçaria a fuga da família real portuguesa ao Brasil em 1807. Em Kingston, na Jamaica, novas estátuas: Lewis Quier Bower Bonk, sobre quem não encontramos informações, Edward Jordon, fundador da *Jamaica Mutual Life Assurance Society*; Sir Charles Metcalfe, político e diplomata britânico, que fora governador da província do Canadá, da Índia, e da Jamaica. Analisa Caminha que “Isso prova quanto respeito infunde ao inglês o nome de um compatriota célebre”. Já em Nova Orleans depara-se o nosso viajante com uma estátua de Henry Clay, político estadunidense fundador do partido Whig, defensor de tarifas protecionistas e um dos arquitetos do Compromisso do Missouri. A ele, Clay, Caminha dispensa comentários, apenas reclamando da pouca informação que o folheto de que dispunha oferecia. Mas entoa:

Continuam as estátuas! Exclamei, recordando as que vira em Barbados e Jamaica. Felizmente até agora não vira a de nenhum monarca. Veio-me então à memória aquela colossal massa de bronze que se ergue no largo do Rocío, no Rio de Janeiro, em forma de um monarca num belo cavalo. Tive pena de não ser aquele bronze aproveitado para outra coisa mais digna e útil.
– Que diabo! Aquilo é uma página de história pátria, refleti. – E continuei meu *tour*.¹⁹¹

A estátua equestre de D. Pedro I a que Caminha se referia, desenhada por João Maximiliano Safra e construída pelo escultor francês Louis Rochet, situa-se na atual Praça Tiradentes, no centro da cidade do Rio de Janeiro¹⁹².

A felicidade que tinham Bridgetown, Kingston e Nova Orleans, porém, não tinha Havana. Cá estão algumas impressões sobre a capital de Cuba:

E o leitor, por sua vez, contente-se em saber que Havana, com suas *calles* irregulares, estreitas e pacatas, é uma pequena capital sem capitais, sobriíssima de diversões populares, quase monótona, mas relativamente adiantada. Não se lhe pode negar certo progresso material e mesmo uma ponta de civilização europeia. Encontram-se nela importantes estabelecimentos comerciais, grandes tabacarias que fornecem fumo e seus preparados a quase todos os mercados do globo; excelentes botequins, poucos hotéis.

¹⁹¹ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p.121.

¹⁹² Motivo de controvérsia à época, a estátua imortaliza o primeiro imperador do Brasil no momento do “grito do Ipiranga”, que segundo a mitologia nacional forjada ao longo do século XIX, foi o momento fundador da pátria brasileira. Liberais brasileiros, no entanto, contestaram a estátua, preferindo exaltar os políticos atuantes no 7 de abril. FERRAÇA, Mirielly; LACOWICZ, Stanis David. Memórias do Império em disputa: sentidos no espaço urbano a partir da análise da estátua equestre de d. Pedro I. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, [S.L.], n. 61, p. 1-16, 23 mai. 2019.

O célebre professor Agassiz, no roteiro de um de suas excursões à América, disse que toda a arquitetura brasileira é *pesada e sombria*; eu acrescentarei que no mesmo gênero são as edificações de Havana, o que não é para surpreender numa cidade antiga, onde se observa ainda o cunho tradicional da velha metrópole espanhola.

Entre os monumentos arqueológicos notamos a secular catedral onde (refere a crônica) estão sepultados os ossos de Cristóvão Colombo.

Vimos uma estátua – a de Izabel, a Católica, num grande largo que tem o nome da santa rainha¹⁹³.

Ao referir-se à vida material cubana como um legado de sua relação colonial com a Espanha, Caminha põe em movimento a ideia de aproximação entre o passado histórico das áreas colonizadas pelos países ibéricos. Ao mesmo tempo, cita a “velha metrópole” como um elemento de diferença, donde se reconhece que Havana guarda especificidades intrínsecas à sua colonização espanhola. Há, nessa passagem, a percepção de um duplo movimento, já muito estudados pela historiografia: de um lado, um pretendido distanciamento da identidade nacional brasileira daquela de seus vizinhos continentais; do outro, uma identificação do Brasil como um país de colonização ibérica, em oposição às áreas de colonização francesa, e, principalmente, britânica.

Quando mencionou a estátua de Clay, Caminha apreciou o fato de que em Barbados, Jamaica e nos Estados Unidos, não encontrou estátuas de monarcas. Não deixou de lembrar na ocasião, também, de uma estátua do primeiro imperador do Brasil e seu “desperdício de bronze”. Agora, passando por Cuba, não deixou de notar uma estátua de uma rainha de Castela, e depois da Espanha, do século XV, que ficaria famosa por ter financiado a viagem de Cristóvão Colombo. A última das estátuas mencionadas no texto é a que encima uma elegante coluna, em Baltimore, eternizando o momento da ascensão de George Washington à presidência:

Na melhor de suas praças e no mais elevado de seus pontos ergue-se a estátua em mármore do grande Washington, geralmente considerada “um dos mais interessantes monumentos da América” e inaugurada em 1809. Mede 60 pés quadrados na base e 15 de altura. Sobre o pedestal foi levantada uma elegante coluna dórica de 20 pés de diâmetro na base e 15 no cimo, onde branqueja a estátua do primeiro presidente dos Estados Unidos, representando-o no momento de renunciar a sua comissão de general em chefe dos exércitos de seu país.

Para subir até essa galeria fui obrigado a vencer duzentos degraus (contados) de uma estreita escadaria de pedra, em espiral. De cima vê-se, a olho nu, todo o panorama, realmente belo, da cidade, que lembra uma dessas paisagens holandesas, muito claras e sugestivas, tais como descreve Ramalho Ortigão, e

¹⁹³ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 120.

onde destacam, num fundo de aquarela, linhas de arvoredo e revérberos d'água parada...¹⁹⁴

A casualidade intencional do relato – e aqui não se pode esquecer que embora este texto guarde opiniões políticas complexas e densas, ele foi escrito pensando, principalmente, no *entretenimento* do leitor – nos tira a oportunidade de uma apreciação mais pausada e formulada da questão. Mas o tom reverente de Caminha a George Washington nos deixa claro que sua contestação se limita aos monumentos que homenageiam figuras monárquicas. No conjunto dessas passagens, o que vemos é o elogio do autor à construção de uma memória nacional secular, destituída dos excessos e pompas dos poderes imperiais. No capítulo a seguir, avaliaremos mais detalhadamente as descrições de Caminha sobre o progresso e a vida social dos norte-americanos.

¹⁹⁴ CAMINHA, Adolfo. No país dos ianques, p. 156.

Capítulo 3: Encontrar um lugar para o Brasil na América

Desde os primórdios da época moderna na Europa e na América, o discurso político captura e envolve certos elementos da realidade social, que se tornam objeto de disputa diante de dois ou mais agrupamentos de opinião que impactam, em alguma medida, os jogos políticos e as contendas pelo poder. Dito melhor, a política – entendida como disputa pelo poder – frequentemente transfere seus campos de embate a outros meios e temas que nem sempre são inerentes ao cotidiano institucional dos governos. Nos dias que correm, temas como sexualidade, gênero, o espaço social de negros e indígenas, porte de armas, a condição da mulher na sociedade, e muitos outros, ganharam importância política quando viraram alvo de reivindicações de movimentos sociais, cuja luta se transferiu para a política institucional na medida em que partidos políticos passaram a aderir a tais pautas ou a recusá-las, sob as mais diversas justificativas. Trata-se de perceber que, em cada lugar e momento, há certas questões com maior potencial de mobilizar a sensibilidade política.

As relações internacionais brasileiras passaram por esse processo ao longo dos cinquenta anos que cobrem as três últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, quando houveram mudanças importantes nos paradigmas da política externa através de um processo que reuniu liberais radicais e republicanos de um lado, e conservadores do outro. Os primeiros defendiam uma mudança na prioridade da Política Externa, de forma a ser realocada para a política americanista do Novo Mundo, protagonizada pelos Estados Unidos e geralmente emblematicizada pela doutrina Monroe, enquanto os segundos preferiam manter seus olhos voltados ao velho continente¹⁹⁵. Essa contenda narrativa que polarizou as preferências entre Europa e América reverberou em todos os campos da atividade intelectual e produziu várias posições. Previsivelmente, a defesa dos Estados Unidos virou sinônimo de defesa do republicanismo, enquanto a preferência pela Europa como parceira diplomática e modelo cultural e político estava simbolicamente atada à defesa do Estado monárquico. Podemos desenhar assim as linhas gerais desse debate, mas na prática esses discursos eram muito mais complexos. Poucas vezes essas defesas eram completas e

¹⁹⁵ ALMEIDA, Paulo Roberto de. A diplomacia regional americana do Brasil durante o Império: entre a Europa e os vizinhos hemisféricos. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [S. l.], n. 3, p. 141–167, 2003; CORONATO, Daniel Rei. A política externa das últimas décadas do Império Brasileiro (1870-1889). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [S. l.], n. 15, 2013, p. 113–131.

incondicionais. Como colocou Maria Lígia Prado, assim como a América é, e ao mesmo tempo não é Europa, o Brasil é e ao mesmo não é América Latina¹⁹⁶.

Portanto, no cenário do fim do XIX, quando se busca consolidar determinados projetos nacionais no Brasil, é possível discernir duas principais linhas nesse debate, que constantemente se entrelaçam: uma que diz respeito ao problema da organização do estado, onde se buscam referenciais para ratificar a permanência do Brasil como uma monarquia ou a defesa da instalação do governo republicano, e uma outra pautada na preocupação em construir a imagem de uma identidade nacional brasileira, em que importará reconhecer suas identificações com os demais países americanos, sejam as repúblicas hispano-americanas ou os Estados Unidos.

Quanto à primeira questão, é fato conhecido que a moldagem da identidade nacional brasileira no século XIX a partir dos discursos de várias naturezas – históricos, jurídicos, políticos etc. – teve na exclusividade monárquica do Brasil em relação aos outros países americanos um ponto central. A partir da década de 1860, e principalmente a partir do Manifesto Republicano de 1870, intensificou-se a retórica republicana que denunciava o Brasil como uma “planta exótica na América”, percebendo a manutenção do sistema monárquico como um sinal de atraso civilizacional¹⁹⁷. Esse problema foi colocado de forma veemente na famosa frase do manifesto: “Somos da América e queremos ser americanos”. Os monarquistas, por sua vez, costumavam argumentar pela demonstração de uma estabilidade política no Império de que as repúblicas vizinhas não gozavam, visto o estado de guerra permanente em que se viam, sinonimizando assim a bandeira republicana com a anarquia generalizada. Nesse ínterim, a ascensão meteórica da economia norte-americana e daquela civilização, tutelada pelos valores republicanos dos “pais fundadores” e mantidos dentro de um sistema federativo bastante descentralizado, incidiu sobre a argumentação que se fazia no campo político brasileiro, já que os republicanos passaram a enaltecer aquela experiência republicana positiva, enquanto monarquistas questionavam aspectos da sociedade americana que deixavam a desejar, como a produção intelectual e o espírito altamente materialista de seus cidadãos. Na medida em que republicanos ganham espaço no debate público e ganham vigor os

¹⁹⁶ PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História**, [S.L.], n. 145, p. 127, 30 dez. 2001.

¹⁹⁷ MATTOS, Ilmar Rohrloff de. Do Império à República. **Revista estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989, p. 163-171.

projetos reformistas da monarquia, a questão das relações interamericanas vai ganhando tons de urgência.

Já a segunda linha do debate constituía uma questão mais antiga. Stella Scatena Franco demonstrou que as representações em torno das identidades dos latino-americanos e dos anglo-saxões na América já apareciam em relatos de viagem da década de 1810 produzidos por hispano-americanos que passaram pelos Estados Unidos. A autora aponta dois momentos-chave na construção dessa oposição entre os americanos latinos e americanos do norte: a guerra dos Estados Unidos contra o México (1848-49), que findou com a perda de territórios mexicanos para os Estados Unidos, sinalizando assim o momento em que fronteiras geográficas passaram a expressar também profundas fronteiras culturais; e a guerra Hispano-Americana em 1898, cujo desfecho foi marcado pelo fim das possessões espanholas na América, consolidando a emergência dos Estados Unidos como um novo “centro de influência” para os demais países americanos¹⁹⁸.

Nesse debate se constituirão várias propostas e posições que mesclarão o problema das identidades nacionais e o pragmatismo da formulação da política externa, balizadas, num extremo, pela ideia de uma comunidade latino-americana de nações, esboçada por Simon Bolívar em sua *Carta da Jamaica*¹⁹⁹, e no outro pela doutrina Monroe e o protagonismo estadunidense no continente. O império havia se mantido distante das tentativas de consolidar uma política continental interamericanista. Rubens Ricupero formulou perfeitamente bem a situação:

[...]. No entanto, subjacente ao ceticismo e à desconfiança, encontrava-se um fundamento muito mais substancial que inspirava as reações do Império: a dificuldade de conciliar dentro de um mesmo sistema diplomático como o

¹⁹⁸ FRANCO, Stella Maris Scatena. Latinos 'versus' Anglo-Saxões: projeções identitárias nos relatos de viagem de hispano-americanos pelos estados unidos no século XIX. **Almanack**, [S.L.], n. 16, p. 39-79, ago. 2017. Para uma reflexão específica sobre a importância da data de 1898, foi também consultado: CAPELATO, Maria Helena Rolim. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. **História (São Paulo)**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 35-58, 2003.

¹⁹⁹ Foi neste texto que Bolívar divulgou seu desejo de construir uma Federação latino-americana, baseando-se nas anfictionias, ligas das formadas pelas cidades-estado gregas, e também do abade Saint-Pierre, um importante filósofo político francês do início do século XVIII, um dos primeiros a defender a união dos Estados europeus numa única entidade política supranacional. LAREZA, Germán A. de. The Jamaica Letter and its intellectual genealogy. **História (São Paulo)**, [S.L.], v. 36, n. 26, p. 1-13, 15 jan. 2018.

que se desejava edificar, Estados cuja base de legitimidade e princípios de organização divergiam de modo sensível.²⁰⁰

Em estudo exemplar sobre esse problema, Luís Cláudio Villafañe Santos analisou as posições políticas no Brasil do século XIX sobre propostas interamericanas²⁰¹. Após a proclamação da República a diplomacia brasileira tentou de alguma forma reescrever a história das relações internacionais do Brasil²⁰², sustentando a doutrina Monroe como base de um projeto interamericanista multilateral e se apresentando como pioneiro dessa perspectiva, quando, na verdade, ao longo do século XIX o Império manteve-se afastado das propostas americanistas e a doutrina Monroe era, originalmente, um instrumento retórico-diplomático unilateral dos Estados Unidos. Considerando que a unidade do território e a centralização do Estado brasileiro deram-se, no início do século XIX, como resultado de uma legitimidade dinástico-religiosa – ao contrário de todas as outras nações sul-americanas –, o autor percebe a delicadeza do problema diplomático do império, incapaz que era de aderir a qualquer proposta interamericanista sem pôr em xeque o elemento central de sua legitimidade, e ao mesmo tempo preocupado em ser alvo de uma política continental antibrasileira. Além disso, havia uma vertente interamericanista na doutrina Monroe que se baseava num discurso anti-europeu que os burocratas brasileiros consideravam perigoso.

²⁰⁰ RICUPERO, Rubens. Apresentação. In: SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. **O Brasil entre a América e a Europa: O império e o interamericanismo** (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Editora UNESP, 2004.

²⁰¹ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. **O Brasil entre a América e a Europa: O império e o interamericanismo** (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Editora UNESP, 2004.

²⁰² Como arquiteto da aproximação, o Barão do Rio Branco promoveu, no Rio de Janeiro, a III Conferência Pan-Americana em 1906, a partir da qual a articulação entre as duas grandes repúblicas se tornou mais frequente e profunda. Rio Branco tentava trazer ao Brasil o papel de arbitramento pacífico nas contendas entre Estados Unidos e outros países latino-americanos, obtendo em troca apoio norte-americano no estabelecimento das fronteiras, em especial nas negociações com o Peru. Joaquim Nabuco, por sua vez, atuou diretamente, enquanto embaixador do Brasil nos Estados Unidos, na manutenção do alinhamento; tendo abandonado sua postura monarquista anterior, chegou a afirmar, mesmo em discordância com a política de Rio Branco – que apesar de trabalhar pela aproximação com os Estados Unidos, não tinha aderido ao monroísmo – que a Doutrina Monroe “significa que politicamente nós nos desprendemos da Europa tão completamente e definitivamente como a lua da terra”. NABUCO, Joaquim. Apud. AIANI, Renato Cesar Santejo. O barão do Rio Branco e a defesa da “aliança não escrita” na imprensa. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 12, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: Anphlac, 2016. p. 1-14.

Não foram poucas as manifestações em terras brasileiras sobre essa questão, geralmente muito divergentes entre si²⁰³. José Bonifácio, lembrado por setores da memória diplomática brasileira como “primeiro Chanceler” do Brasil – numa gestão de apenas dezoito meses –, instruiu os primeiros representantes brasileiros no estrangeiro a convencer os representantes dos países acreditados da legitimidade da independência política brasileira e, sobretudo, não se constrangerem diante de representantes portugueses. Na ocasião de sua chancela, Bonifácio levantaria o princípio da autodeterminação em reconhecimento, também, à independência dos demais países sul-americanos, dando sinais de uma aproximação cordial, sobretudo com a Argentina – ainda que isto não tenha vindo a se confirmar²⁰⁴. O relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1830, apresentado por Francisco Carneiro de Campos apenas quinze dias após a abdicação de D. Pedro I saudava o afastamento do monarca como sinal definitivo de “nacionalização do Brasil” e a possibilidade da construção de uma política externa diferente:

Estou convencido, de acordo com o voto da Assembleia Geral, que, conquanto nós tenhamos tido até agora, e talvez por muito tempo ainda devamos continuar a ter, as maiores relações com o antigo mundo, convém todavia principiar desde já a estabelecer e apertar como preferência os vínculos, que no porvir devem ligar muito estreitamente o sistema político das associações do hemisfério americano. [...]. Talvez uma nova era se aproxima, em que as potências a América pejudicando-se de suas divisões intestinas à vista do exemplo de concórdia, que nós lhe oferecemos, formem uma extensa família, e saibam com o vigor próprio da liga robusta de tantos povos livres repelir com toda dignidade o orgulho, e pretensões injustas das mais enfatuadas nações estranhas²⁰⁵.

Efetivamente havia, inclusive dentro do Estado, defesas de bandeiras americanistas. Mas como sabemos, as propostas de Carneiro de Campos estiveram longe de se concretizar. Ademais o problema da legitimidade dinástica, a dificuldade em estabelecer redes comerciais intracontinentais e a competição com o comércio internacional eram obstáculos complicados. Os valores que circulavam no comércio de charque com os países do Prata – disparadamente a parte mais rentável do comércio

²⁰³ Salvo indicação de referência diversa específica, daqui em diante todas as informações sobre as posições no Brasil sobre projetos (inter)americanistas ao longo do século XIX foram extraídas do estudo de Villafañe.

²⁰⁴ ANJOS, João Alfredo dos. **José Bonifácio: primeiro Chanceler do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

²⁰⁵ Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1830. *Apud*. SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. **O Brasil entre a América e a Europa: O império e o interamericanismo** (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 70.

intracontinental naquele momento para o Brasil – representavam somas irrisórias em comparação ao comércio atlântico²⁰⁶. Logo de partida, portanto, não haviam bases, do ponto de vista do Brasil, para uma integração econômica continental.

No decorrer do século XIX, foram realizados diversos congressos interamericanos: Panamá (1826), Lima (1847-48), Santiago (1856), Washington (1856), Lima (1864-65) e Washington (1889-1890). Em todos, exceto a Conferência de Washington iniciada no ano da proclamação da República, o Brasil brilhou pela ausência. As declarações de todas essas reuniões não foram ratificadas e tiveram pouco efeito prático, e o Brasil em particular não demonstrou interesse em subscrever os protocolos. Especialmente as reuniões de Lima (1877-1879) e Montevideú (1888-1889), que tinham caráter essencialmente jurídico, receberam fria recusa de participação do Brasil, que declarou decididamente pela preferência em não reconhecer um Direito internacional público americano, preferindo aderir aos foros que contassem com a participação das nações europeias. O Congresso do Panamá de 1826 foi a mais emblemática das tentativas de integração americana aos moldes bolivarianos. A convocação feita por Bolívar, que enaltecia o traço de combate à reação conservadora europeia personificada pela Santa Aliança, produziu mal-estar imediato na burocracia imperial brasileira. O conselheiro Teodoro José Biancardi foi o escolhido para representar o imperador D. Pedro I no Congresso, mas ele nunca chegou ao seu destino, tendo recebido ordens de retornar ao Rio de Janeiro quando já estava na Bahia pronto para embarcar em direção ao Panamá. Do ponto de vista de pautas problemáticas, sobressaía-se a clara intenção de Bolívar em estabelecer um consenso sobre o fim do tráfico de escravos na América, e o Brasil não parecia disposto a firmar mais nenhum pacto internacional nessa questão além de seu comprometimento com a Inglaterra em 1826, que também se mostrou vazio.

O primeiro Congresso de Lima, idealizado pelo México com o objetivo principal de discutir intervenções estrangeiras nos assuntos e no território americano – diante principalmente da iminência de uma invasão norte-americana aos seus domínios, o que se confirmaria nos próximos anos –, acabou passando à iniciativa peruana. O Brasil temia de tal forma a criação de uma aliança antibrasileira durante um desses eventos que chegou a recomendar o Rio de Janeiro como sede para esta reunião que se avizinhava, sem receber sua proposta qualquer atenção séria. Os diplomatas brasileiros

²⁰⁶ ALMEIDA, Paulo Roberto. **Formação da diplomacia econômica do Brasil**: as relações econômicas internacionais no Império. São Paulo: Senac, 2001.

nas repúblicas vizinhas aconselhavam seriamente participação brasileira no evento, não só por esta questão defensiva como na esperança de a monarquia obter papel de arbitragem em questões regionais.

Transcorreu quase uma década entre a idealização do evento e sua concretização, que ocorreu em 1847, quase esvaziado. Venezuela e Argentina, além do México, que acabara de entrar em guerra, não se fizeram representar. Não vendo na reunião a possibilidade da constituição de uma frente antibrasileira, o poder central do Império perdeu interesse na participação. Além disso, um dos produtos do Congresso foi uma série de tratados internacionais que incluíam um Tratado de Comércio e Navegação, onde estava prevista liberdade de navegação em rios internacionais,

[...] princípio que ia de encontro aos interesses do Império na Bacia Amazônica (única região, aliás, na qual esses países poderiam ter interesse em obter tal benefício)²⁰⁷.

Alguns anos depois, preocupado com a ascensão de um norte-americano ao poder na Nicarágua e com a concessão do Equador aos Estados Unidos para exploração de guano nas Ilhas de Galápagos, num convênio que previa inclusive intervenção direta norte-americana na região, o Chile, país que até então se mantivera quase alheio às movimentações interamericanas, sugeriu a convocação de um novo congresso. O Congresso de Santiago reuniu-se em 1856 e contou com representações apenas do Peru e do Equador. Acabou firmado um Tratado Continental de Aliança e Assistência Recíproca, aberto à adesão dos demais países sul-americanos. O tratado sequer chegou a ser ratificado por suas partes. O governo brasileiro recusou formalmente o convite para adesão ao pacto. No mesmo ano ocorreu o Congresso de Washington, com representação da Costa Rica, Guatemala, Nova Granada, Honduras, México, Peru, El Salvador e Venezuela. Novamente houve a tentativa de firmar um pacto de defesa comum contra agressão estrangeira, e novamente nem seus proponentes ratificaram o acordo. O Brasil não participou da reunião alegando tratar-se de questão específica dos países centro-americanos.

Novas tensões na costa ocidental da América do Sul levaram à convocação do Segundo Congresso de Lima, que ocorreu entre novembro de 1864 e março de 1865. A reincorporação de São Domingos e da República Dominicana à Coroa espanhola (1861) e as intervenções espanholas no México (1862) provocaram um

²⁰⁷ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. Brasil entre a América e a Europa, p. 91.

ambiente de grande tensão, tanto mais quando o Chile declarou guerra à Espanha em 1865 após uma série de incidentes envolvendo as ilhas Chincha. Foi formada a “Quádrupla Aliança”, entre Chile, Peru, Bolívia e Equador, dando início à Guerra Espanhola-Sul-Americana. O Congresso foi convocado pelo Peru e contou com a participação da Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Guatemala, El Salvador e Venezuela, que assinaram um “Tratado de União e Aliança Defensiva entre os Estados da América” e um “Tratado sobre a Conservação da Paz entre os Estados da América”. Segundo explica Villafañe,

[...] foi sendo adiada a nomeação de um representante brasileiro ao congresso, que acabaria por realizar-se sem a presença brasileira. A não participação foi coerente com o progressivo desinteresse do Império nesse tipo de iniciativa. A perspectiva de esse tipo de encontro resultar em uma aliança das repúblicas contra interesses brasileiros mostrava-se bastante reduzida em vista dos poucos resultados dos congressos anteriores. Não havia sentido em apresentar-se uma reunião em que as políticas brasileiras poderiam ser contestadas de forma coordenada por seus vizinhos, ressaltando pontos de convergência obscurecidos pelas rivalidades entre as repúblicas. [...] ²⁰⁸.

Villafañe identifica, no conjunto desses congressos anteriores à Conferência de Washington, quatro eixos temáticos que aparecem reiteradamente nos tratados e convenções firmados: a criação de uma união ou confederação entre os Estados americanos, a necessidade de um organismo permanente de coordenação entre os Estados americanos, a solução pacífica de controvérsias mediante recurso de arbitragem, e a defesa coletiva contra agressores externos. Todos eram indesejados pelo Império brasileiro.

Nesse sentido, a abertura às negociações diplomáticas ao longo das duas últimas décadas do século XIX foi resultado de uma sincronia entre os processos políticos internos e a conjuntura internacional, na qual se percebia um duplo movimento, de descenso do poder continental dos países latino-americanos – proporcional ao fracasso do projeto interamericano bolivariano – e o avanço do discurso monroísta:

A origem lusitana e o caráter peculiar de seu sistema político – espelhado por sua condição de única monarquia americana, exceto (brevemente) pelas monarquias mexicanas e haitiana – teriam induzido, nesse quadro, as elites brasileiras a manifestar, desde o início, uma persistente resistência ao interamericanismo. Ao longo do século XIX, com a consolidação da projeção

²⁰⁸ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. Brasil entre a América e a Europa, p. 98-99.

internacional dos Estados Unidos, o interamericanismo foi ganhando uma expressão política cada vez mais ajustada ao projeto monroísta, afastando-se de sua vertente inicial, bolivariana. Ademais de confirmar o alcance continental do projeto, a retomada da liderança americana no fim do século passou a dar ao interamericanismo um caráter também econômico, quase ausente até então. Essa evolução teve sua confirmação mais espetacular com a realização da Conferência de Washington [...] ²⁰⁹.

O ponto central para nós é que estabelecer essas identidades e tomar posições mais contundentes no campo das relações internacionais passou a ser uma pauta de relativa urgência à medida que o século avançava, pois a defesa do republicanismo dependia significativamente do reconhecimento de uma experiência republicana positiva na América, papel ao qual os Estados Unidos eram o único candidato viável. Assim como era necessário lidar satisfatoriamente com o contexto de guerras civis nas repúblicas latino-americanas, realidade mais distante das preocupações imediatas da política interna do Brasil (em seu aspecto de moldadora da política externa) após o fim da Guerra da Tríplice Aliança, em que pesem as consequências profundas e irreversíveis desse conflito em todas as esferas da vida nacional. As mesmas preocupações que mantinham o Brasil em posição de cautela com os projetos interamericanos o fizeram participar de seguidos conflitos com seus vizinhos fronteiriços – a Guerra da Cisplatina (1825) e a Guerra do Prata (1851-52) – limites territoriais, regulação do comércio internacional, navegação pelos rios sul-americanos, tráfico de escravos. Estando razoavelmente superadas ou encaminhadas estas questões e estabilizada a burocracia imperial, a partir da década de 1860 houve a dinamização dos temas e dos diálogos na agenda internacional brasileira.

Voltando a Villafañe, o autor resume assim o sentimento, no Brasil, em relação à “questão americana” nos momentos finais da monarquia:

O império brasileiro, por sua vez, negava sua própria condição de americano em prol de uma identidade ligada à ideia de civilização, ordem e estabilidade, qualidades que acreditava “europeias”, e que o distinguiam de seus turbulentos vizinhos. O americanismo brasileiro só foi manifestar-se concretamente nas décadas finais do Império e só teve apoio do Estado e curso livre na sociedade com a queda da Monarquia ²¹⁰.

Havia, afinal, dois fatores de convergência decisivos com a política brasileira no enfoque econômico dado pelas propostas de integração continental norte-americanas das duas últimas décadas do século XIX. Primeiro, ao longo da década de

²⁰⁹ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. Brasil entre a América e a Europa, p. 26.

²¹⁰ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. Brasil entre a América e a Europa, p. 67-68.

1880 o Império passou a postular um discurso de modernização do Estado como forma de se compassar ao ímpeto de progresso vivido em todo o Ocidente civilizado:

Em vão, a Monarquia brasileira trocou a coroa pela cartola e passou a tentar apresentar o monarca como um “rei cidadão”, fórmula que também fracassou com Luís Felipe, na França. [...].

A tentativa de transformação das bases de legitimidade do Estado brasileiro traduziu-se na mudança de orientação em relação à retórica e às iniciativas interamericanas. Ainda que persistissem as desconfianças da diplomacia imperial contra o governo de Washington, era mais confortável para o Império ver-se associado com um movimento capitaneado pelos Estados Unidos do que pelas repúblicas hispânicas, seu “outro” irreconciliável²¹¹.

A Primeira Conferência Internacional Americana reuniu-se em Washington, de outubro de 1889 a abril de 1890 e teve como principal resultado a criação de um escritório de comércio para as repúblicas americanas, funcionando sob a tutela do Departamento de Estado norte-americano. Em 1910 o escritório originou a União Pan-Americana, transformada na Organização dos Estados Americanos em 1948. O Congresso estadunidense aprovou em maio de 1888 uma resolução que instava o governo federal a convocar uma reunião com os demais governos americanos, baseada no relatório de uma comissão criada quatro anos antes para debater o problema. William Eleroy Curtis, diplomata americano que fora o plenipotenciário americano em Buenos Aires, fez as falas mais representativas durante as atividades da comissão, denunciando veementemente o monopólio europeu no comércio com a América do Sul. O convite foi feito em julho de 1888, e a Conferência acabou contando com representação de todos os países americanos então existentes, exceto a República Dominicana.

Segundo explica Villafañe, a reação inicial do Império ao convite foi de cautela, conforme o esperado. A delegação brasileira foi inicialmente instruída a não se deixar convencer de uma quebra de vínculos com a Europa ou a aceitar provocações quanto à forma de governo vigente no Brasil – apesar da indicação expressa do imperador de tentar obter um acordo comercial favorável –, mas a proclamação da República reverteu a participação brasileira na reunião. De imediato, interrompeu-se uma coordenação com Santiago para opor-se às propostas de arbitramento norte-americano, e também chegou-se a um tratado sobre os limites territoriais com a Argentina, país com o qual o Brasil passou a cooperar após décadas de tensões – não totalmente resolvidas. O problema do arbitramento, em especial, tencionava a participação brasileira. Não era desejo do imperador ou de nenhum nome proeminente

²¹¹ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. Brasil entre a América e a Europa, p. 106-107.

entre seus conselheiros que os Estados Unidos tivessem o papel de árbitro perpétuo dos conflitos em toda a extensão das Américas. Além de isto ir contra a tradicional preferência do Império em resolver os conflitos com seus vizinhos em negociações bilaterais, representaria também uma indisposição com os Estados europeus, cenário absolutamente indesejado pela burocracia imperial. O imaginário das elites imperiais não conseguia desassociar a imagem de uma conferência “exclusivamente americana” de uma aproximação com sua turbulenta vizinhança continental. A circular emitida pela Secretaria de Estado a título de pautas da reunião apontava sete temas para debate, que incluíam o problema do arbitramento, criação de uma zona de livre comércio, legislação de patentes, entre outros. Em suas instruções à delegação, o Brasil não se mostrou aberto à negociação em nenhum dos pontos.

Com a proclamação da República a chefia da delegação, inicialmente ocupada pelo conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, passou a Salvador de Mendonça, que ajudou a aprovar a proposta de arbitramento obrigatório. A criação de uma união aduaneira encontrou sua oposição mais forte na delegação argentina, cujo comércio mais lucrativo era com a Inglaterra. Além disso, mesmo ao Brasil republicano não interessou num primeiro momento a ideia de suspender ou diminuir as tarifas protecionistas, que eram uma valiosa fonte de arrecadação. O comitê criado na Conferência para debater a questão – presidida, aliás, pelo brasileiro Amaral Valente – apenas aprovou uma resolução em favor da adoção de acordos bilaterais e plurilaterais, para frustração do governo norte-americano. Para sintetizar o quadro, Villafañe conclui:

Passava-se de uma situação marcadamente isolada contrária a qualquer avanço no plano interamericano para uma atuação de destaque, consoante com o peso que o Brasil passaria a ter nas iniciativas futuras no âmbito da União Pan-Americana e, depois, na Organização dos Estados Americanos²¹².

O segundo fator de convergência foi a ascensão do republicanismo liberal, a despeito do predominante elemento militar (portanto, de forte teor positivista) na instância de tomada de decisões. Os desdobramentos econômicos, políticos e culturais da inauguração da república brasileira nas esferas da política externa constituem um dos temas mais recorrentes da historiografia das relações internacionais do Brasil. A nota

²¹² SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. Brasil entre a América e a Europa, p. 128-129.

mais aguda dessa guinada foi a concretização do acordo de cooperação comercial Blaine-Mendonça²¹³.

Numa argumentação que radicaliza o princípio apresentado através do estudo de Villafañe – de que havia uma demanda econômica e política modernizante levantada por setores da elite e dos intelectuais brasileiros –, mas que discorda da hipótese de que a instauração da república em si foi o fator responsável pela mudança de curso da diplomacia brasileira, Steven Topik sugere, por sua vez, que a adesão à república apenas “formalizou, em nível institucional, a reorientação do Brasil na direção dos Estados Unidos, que já se achava em curso durante a Monarquia”²¹⁴, atribuindo assim à guinada americanista do discurso e da diplomacia um forte pragmatismo operacional e também um passo essencial na consolidação do regime, diante da instabilidade em que logo se veriam os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Semelhantemente a Villafañe, Topik salienta que desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança o Império assistiu a uma diversificação do debate sobre a política externa, mas relaciona isto mais ao dinamismo econômico – nas palavras dele, “boom da década de 1880”, quando as fábricas e ferrovias começaram a surgir freneticamente e o Brasil virou um dos maiores alvos de investimentos estrangeiros após a depressão da década de 1870²¹⁵. O otimismo dos mercados internacionais e dos capitalistas brasileiros diminuiu a participação econômica inglesa no Brasil, inclusive por um processo de “diversificação da dependência”, em que o Executivo cedeu concessões a empresas estrangeiras de origens diversas para atuar diretamente ou investir. Em

²¹³ Salvador de Mendonça apresentou a ideia inicial do acordo aos ministros do império ainda em 1887, e apesar do endosso pelo imperador à proposta em 1888, o chefe do Conselho de Ministros, barão de Cotegipe, o ministro da Fazenda, Francisco Belisário e o diretor-geral do Itamaraty, visconde de Cabo Frio, se opuseram à ideia, afirmando que a economia brasileira seria prejudicada, fosse pela reação de outros parceiros comerciais, fosse pela defasagem nas receitas com a redução de taxas a produtos norte-americanos, sem contar a concorrência à nascente indústria brasileira e a elevação de taxas aos produtos brasileiros nos Estados Unidos. Os pontos do acordo foram revistos pelos dois países algumas vezes antes de finalmente ser assinado, graças à negociação dirigida por Salvador de Mendonça, em janeiro de 1891. Floriano Peixoto denunciaria o acordo em 1894. TOPIK, Steven C. **Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

²¹⁴ TOPIK, Steven C. **Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 104.

²¹⁵ A primeira grande crise do capitalismo contemporâneo foi, essencialmente, uma crise de superprodução. A agricultura, em especial, sofreu significativamente. O mercado foi inundado com produtos agrícolas, cuja produção havia aumentado muito nos anos anteriores, e os preços despencaram. Todo o mercado agrícola internacional foi impactado, e sentiram seus efeitos todos os países exportadores de produtos agrícolas. HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 58-62.

especial a partir da ascensão do gabinete do Visconde de Ouro Preto, já em 1889, houve a tentativa de explorar o cenário internacional propício para aumentar a autossuficiência nacional da classe dos financistas – grupo ao qual o próprio Visconde pertencia. Ocorre, principalmente, que desde alguns anos sabia-se que a abolição da escravidão era iminente e a mobilização de recursos e preocupações políticas institucionais passaram a incluir a manutenção da mão de obra não-escrava e as possibilidades de potencializar os lucros do comércio internacional num momento que demonstrava uma balança comercial muito favorável. Nesse sentido, houve o encontro de interesses entre comerciantes e grandes agricultores a partir da década de 1870, mas, segundo as análises de Topik, foi a classe dos financistas que se responsabilizou por internacionalizar a economia brasileira – crescentemente monetarizada – tanto quanto possível. Do ponto de vista econômico, a década de 1880 permitiu aos formuladores das políticas de Estado algum fôlego:

Os últimos anos do regime imperial, portanto, testemunharam um desenvolvimento e uma diversificação sem precedentes. A próspera economia brasileira e a reputação internacional invejável do país concederam aos responsáveis pela política estatal mais espaço para realizar suas manobras do que eles jamais haviam desfrutado. Os estadistas imperiais procuraram aproveitar a situação afrouxando o controle britânico sobre a economia. Os mercados europeus do continente abasteciam com quantidades crescentes de capital os empresários brasileiros, ao passo que os Estados Unidos supriam o mercado para as exportações brasileiras ²¹⁶.

A instauração da República no Brasil minou, segundo a avaliação de Topik, esse período de estabilidade. Investidores e Estados europeus, mais simpáticos ao clima de estabilidade política e monetária que um governo centralizado inspirava, viam na ascensão de Deodoro mais uma demonstração de caudilhismo aos moldes hispano-americanos do que uma vitória liberal; a velha Europa demorou a reconhecer a legitimidade do novo governo. Os “inseguros republicanos brasileiros” tinham grandes expectativas na possível anuência dos Estados Unidos à iniciativa, visto sua dupla importância de legitimar as ações políticas da nova cúpula de poder e viabilizar um acordo comercial favorável, ainda que a reação inicial do presidente Harrison – também um militar, mas que vestiu roupas civis durante sua gestão – tenha sido muito negativa quanto às atitudes do general Deodoro. Além disso, dos dois lados do Atlântico nutria-se um aventado simbolismo racista que desconfiava da derrubada de um rei europeu (imagem que seu nascimento em terras brasileiras não foi suficiente para

²¹⁶ TOPIK, Steven. Comércio e canhoneiras, p. 112.

abalar) por um “mestiço” de terras tropicais. Internamente, era clara a situação de que a República se manteve mais por conveniência do que por apoio sincero²¹⁷.

De qualquer forma, a possibilidade aventada de um acordo comercial entre os dois países era desejada por representantes de setores políticos e econômicos – no Brasil, em especial a partir de 1890 – de ambos os países. Salvador de Mendonça foi o mais fervoroso defensor do acordo em terras brasileiras desde o início das negociações. Seu principal argumento era de que ele seria a garantia do reconhecimento norte-americano ao novo governo, sem o qual a república não poderia prosperar. A promessa norte-americana de apoio naval também era tentadora. Não pretendo desfiar os detalhes da negociação e de seus efeitos econômicos, aliás questões muito complexas, mas apenas exaltar o fato de que ele representou o ponto culminante da aproximação com os Estados Unidos após a proclamação e foi o principal alvo dos comentários acerca das relações entre esses dois países até a intervenção norte-americana durante a revolta comandada por Custódio de Mello e Saldanha da Gama, tanto mais pela enorme polêmica gerada pelo fato de que o generalíssimo Deodoro o aprovou por decreto, sob protesto do parlamento.

A Revolta da Armada iniciou uma nova e mais intensa rodada de debates em ambas as frentes, tanto sobre o problema – agora no auge da complexidade – das relações bilaterais com os Estados Unidos quanto sobre o caráter e os atributos da república norte-americana, mas deixaremos o mapeamento dos argumentos relevantes para os tópicos que se seguem.

Uma certa ânsia modernizante-civilizadora de cunho republicano e a realidade econômica brasileiras foram, assim, os principais fatores internos que conduziram à convergência entre o Brasil os Estados Unidos nas décadas de 1880 e 1890. A despeito da mobilização de argumentos monarquistas ao longo da década de 1890, fossem restauracionistas ou nostálgicos, a inauguração da república brasileira representou um golpe fatal no princípio de legitimidade dinástico-religiosa, cedendo um espaço vital ao princípio da legitimidade nacional de viés democrático. Mas a questão das relações com a Europa não estava resolvida. Os Estados Unidos, por mais ativos economicamente e avançados tecnológica e tecnicamente que fossem, não cumpriam o

²¹⁷ Apenas para citar os casos mais conhecidos, Topik lembra que os empresários e republicanos liberais queriam apoio à imigração e mais autonomia local e regional; os proprietários de escravos ficaram aborrecidos pela abolição sem ressarcimento; os sentimentos de revolta corporativa nas forças armadas eram bastante intensos. E, talvez mais importante, a própria família real não empreendeu ou encorajou esforços em contrário.

papel de referência no plano intelectual. Na historiografia, não foram poucas as tentativas no sentido de explicar a presença das matrizes europeias de pensamento em solo brasileiro ao longo do século XIX.

Apenas para citar alguns exemplos: Emília Viotti demonstrou que a Inglaterra, que tinha mais negócios com o Brasil, foi suplantada pela França em termos culturais em decorrência da capacidade de penetração pela diversidade de elementos que ingressavam na vida da elite brasileira – louças e mobiliários, impressos, métodos de ensino, alimentação, costumes e hábitos cotidianos etc.²¹⁸; Angela Alonso expôs de forma panorâmica as zonas de contato entre o pensamento político e as literaturas europeias e os projetos reformistas desenvolvidos por intelectuais brasileiros nas últimas décadas do Império e no início da República²¹⁹; Roberto Ventura apresentou com clareza o fato de que as polêmicas e debates no espaço público se expressavam em um vocabulário derivado das teorias políticas e científicas europeias e as nuances em que aquela *langue* era operada²²⁰; Márcia Abreu vem apresentando o intrincado trânsito de textos europeus no Brasil oitocentista e como a circulação de impressos estrangeiros contribuiu para a formação de um espaço público de debate, assim como o fato de que a formação da imprensa brasileira teve ampla inspiração nas imprensas europeias²²¹.

Até aqui, esta exposição teve a intenção de oferecer um quadro geral das relações entre Brasil e Estados Unidos nos momentos finais do século XIX. Tendo em vista esse cenário, e pensando o trânsito de *No país dos Ianques* e outros textos caminhanos entre o reconhecimento de uma civilização mais avançada ora ligado aos elementos da vida social norte-americana, ora à europeia, a pergunta que nos norteia é a seguinte: indubitavelmente, a Europa ainda era o modelo de civilização – entendida como vigor intelectual e sobrevivência das tradições literárias e da prática cotidiana da política – para os letrados brasileiros, então qual era a contribuição dos Estados Unidos para a humanidade, diante de seu inegável progresso técnico e econômico?

²¹⁸ COSTA, Emília Viotti da. Alguns aspectos da influência francesa na cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 142-143, 2000, p. 277-308.

²¹⁹ ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

²²⁰ VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

²²¹ ABREU, Márcia. **Os caminhos dos livros**. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003; ABREU, Márcia. A Circulação transatlântica dos impressos: a globalização da cultura no século XIX. In. **Livro - revista do núcleo de estudos do livro e da edição**. Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes - Universidade de São Paulo. 2011, pp. 115-130.

A resposta mais evidente para esta pergunta seria que, para uns, como Joaquim Nabuco, os Estados Unidos eram uma república legítima capaz de proporcionar conforto material aos seus cidadãos e manter estável o regime político diante da aprovação geral da população; para outros, como Adolfo Caminha, eles representavam tanto uma nação tecnicamente desenvolvida quanto uma referência política, uma república ideal pela operacionalidade do Estado e por sua capacidade de mobilizar os cidadãos e os recursos financeiros em prol do bem nacional. Outros ainda, como Eduardo Prado, eram céticos em ambos os campos. Portanto, dito melhor, qual era o horizonte de expectativa em relação aos Estados Unidos, país que os negociantes, produtores, políticos e intelectuais brasileiros observavam com tanta atenção? Compreenda-se que o discurso de elogio aos Estados Unidos não significava necessariamente – embora geralmente sim – a defesa de uma aproximação diplomática, nem a proposição ingênua de uma referência política a ser transplantada *ipsis litteris* em terras brasileiras. Para homens e mulheres como Adolfo Caminha, que não praticavam uma propaganda republicana panfletária superficial nem sentiam qualquer ímpeto de defender o governo republicano incondicionalmente – nem sequer, aliás, de legitimá-lo frente às reações monárquicas –, tratava-se de entender como um país que guardava, no imaginário de então, grandes semelhanças com o Brasil, tinha conseguido alcançar os patamares materiais e civilizatórios que apresentavam. Concordamos com Bernardo Ricupero quando este afirma:

Em termos mais profundos, não se tem percebido que a questão principal por trás do debate brasileiro sobre a América do início da República é, na verdade, a da democratização. No entanto, o significado de democracia, mais do que institucional, é de transformação da sociedade, que vivia mudanças profundas como a Abolição, a imigração e a urbanização. Nessa referência, os EUA são identificados de maneira direta com essas características, sendo entendidos, *à la* Tocqueville, como a expressão mais pura da democracia. A América Latina, por sua vez, é vista como região governada por caudilhos e habitada por índios, negros e mestiços. A República, portanto, como percebem, mesmo que a contragosto, os autores mais próximos dela, precisa enfrentar o problema do povo com o qual conta²²².

Tentaremos entender como esse problema se desenrola em *No país dos Ianques*, a fim de contextualizar essa admiração incondicional que o autor parece ter pelo país num momento decisivo para a construção da identidade e de projetos nacionais brasileiros.

²²² RICUPERO, Bernardo. A República e a Descoberta da América: nova forma de governo e mudança identitária no Brasil da década de 1890. **Dados**, [S.L.], v. 61, n. 1, p. 213-253, mar. 2018. p. 215-216.

Começaremos identificando todos os momentos de seu relato de viagem em que Adolfo Caminha expôs suas opiniões acerca dos Estados Unidos, buscando oferecer subsídios históricos aos seus enunciados. Em seguida, compararemos suas posições com as de outros intelectuais e com veículos de imprensa, tentando perceber a formação dos argumentos centrais do debate e vê-los operando naqueles campos de experiência.

3.1. Representações do “gigante americano do norte” em *No país dos Ianques*

É interessante e importante apontar que o discurso de enaltecimento dos Estados Unidos visto em *No país dos Ianques* não diz respeito ao cenário das relações internacionais, eixo central do discurso republicano pró-Estados Unidos, onde se defendia uma política mais voltada à América, mas na reiteração de aspectos específicos da sociedade norte-americana que o autor considera exemplares. Isto é, discernem-se os pontos altos da civilização norte-americana, e comenta-se cada um, em diferentes níveis de detalhe. O relato não evoca um discurso de tipo doutrinário, onde se sugerem caminhos para que o Brasil alcance tais patamares ou incorpore aqueles costumes e formas de vida social, mas busca apresentar e enaltecer estas características, explicando porque elas são mais adequadas a uma nação que se pretende civilizada.

Dessa forma, Caminha se inspirava num modelo de discurso baseado num paradigma comparativo, típico da linguagem das teorias raciais da segunda metade do século XIX, onde as semelhanças e diferenças entre múltiplas realidades regionais e nacionais eram representadas como aspectos razoavelmente objetivos da realidade. Seu relato, notaremos, não se constrói de forma unidirecional, apontando para a referência norte-americana. Há uma duplicidade em sua argumentação, que embora não esteja tão explícita no texto, fica clara diante da leitura de outros de seus escritos, já apresentados.

Trata-se de reconhecer que na obra de Caminha habita uma dupla noção de civilização: a civilização norte-americana representa o auge do potencial, do esforço e da engenhosidade humana; em uma expressão, o mundo aberto ao talento. A Europa, sobretudo os “mestres” franceses e portugueses, são ainda os exemplos no fazer literário e intelectual, que como já vimos, era o principal indicador civilizacional, nos critérios de Caminha. Ambos, Estados Unidos e Europa, tinham contribuições importantes a oferecer ao Brasil, cabendo-nos perceber e filtrar estas contribuições. Vamos ao texto.

As características centrais do conjunto de impressões acerca dos Estados Unidos compiladas no relato de viagem foram bem sintetizadas no prefácio do livro:

A princípio afigurou-se-me obra de alevantado alcance e de extrema coragem traçar, ainda que ligeiramente, o plano de um livro sobre a grande nação americana, tão singular em seus costumes, em sua vida agitada e tumultuosa, em seus variadíssimos aspectos...²²³

Guardemos a sensação inicial pretendida pelo autor de que o leitor sintasse diante de um relato sobre algo grandioso e admirável, de cuja riqueza espera-se apenas apreender uma parte. Prossegue Caminha:

Não se escreve a história de um país, – a vida inteira de um povo – sem demorar-se em largo e paciente estudo sobre as suas origens, seus habitantes primitivos, sua evolução política e social, suas lutas intestinas e sobre os elementos que mais diretamente influíram para a sua independência. A eles, historiadores e analistas da ciência, tão arriscada empresa.²²⁴

Naturalmente, a voz da consciência nacional se sobressai. O paradigma comparativo do discurso estabelece os parâmetros de conhecimento acerca de uma nação. Finaliza assim o autor:

Os poucos meses que passei nos Estados Unidos apenas me proporcionaram o ensejo de admirar, através de um prisma todo pessoal, o progresso assombroso desse extraordinário país. Compreende-se, pois, os meus intuits: nada mais do que reproduzir, com a possível exatidão, *o que vi*, somente *o que vi*, nessa interessante viagem ao país dos *yankees*.²²⁵ (grifos do autor).

Como um todo, *No país dos ianques* dificilmente poderia esperar ser lido, num primeiro momento, de outra forma que não para a finalidade do entretenimento – e a exígua repercussão do texto nos sugere que os critérios metodológicos de então de fato não reconheceram o relato como um texto de “séria” implicação política. Mas o desenrolar do texto também revela a intenção de aguçar o espírito crítico do leitor. *No país dos Ianques* não é e nem pretende ser lido como um conjunto de páginas ingênuas ou despretensiosas: a firmeza das afirmações e a opinião que as sustenta estão explícitas. É disto que se trata: mobilizar a sensibilidade do leitor diante de um relato sem a densidade conceitual e metodológica de “um estudo completo”.

A primeira impressão que Caminha passa sobre os Estados Unidos em seu texto é a de um país que desperta interesse. Há uma ânsia em ver de perto como vivem

²²³ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 6-7.

²²⁴ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 7-8.

²²⁵ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 9-10.

os engenhosos americanos do norte e a véspera da chegada provoca um regozijo especial da tripulação:

Nossa demora na Jamaica foi rápida como em Barbados. Telegramas oficiais do Rio nos apressavam cada vez mais. Já se havia inaugurado a Exposição de Nova Orleans; era-nos forçoso assistir ao menos o encerramento. Estávamos convictos de que o cruzador brasileiro ia figurar com brilho no importante certame americano. Tanto em Bridgetown como em Kingston não lhe faltaram elogios de pessoas competentes.

Todos ansiávamos pela chegada ao país maravilhoso dos *yankees*, ao berço da eletricidade, todos queríamos conhecer *de visu* o celebrado país das descobertas engenhosas²²⁶.

Essas palavras de Caminha são sintomáticas de um processo de ampliação da curiosidade pública no Brasil sobre a sociedade norte-americana, que deslizou da sua estruturação política, desde o processo de independência no fim do século XVIII até Guerra Civil Americana na década de 1860, e passou a incluir também o rápido progresso material do país, que impressionaria mesmo a velha Europa²²⁷. Caminha fazia eco a uma série de apreciações sobre o gigante do norte que aos poucos construíam uma versão da história nacional: a de um país cujo espírito empreendedor e livre foi capaz de superar os grilhões da herança histórica colonial e pôde fazer-se potência, capaz de desafiar a hegemonia europeia no mundo ocidental – isso queria dizer, na prática, desafiar o controle britânico dos processos políticos nacionais e intercontinentais ao longo do Atlântico.

Pouco mais a frente, prossegue:

Estávamos quase à entrada do Mississipi, a grande artéria fluvial da América do Norte, que nós imaginávamos um colosso superior talvez em volume d'água ao Amazonas, – o Mississipi, decantado pelo autor das *Natchez*, e em cujas margens fica a cidade de Nova Orleans, nosso ponto de chegada.

Ninguém mais pensava no Rio de Janeiro para só se lembrar de Nova Orleans, a *Cidade Crescente*, como a denominam os americanos²²⁸.

Caminha referia-se ao livro *I Natchez*, de François-René Chateaubriand, uma narrativa epopeica que mescla poesia e prosa para dar vida a grupos indígenas da América do Norte. Neste texto, como em outros de seus escritos indigenistas e relatos

²²⁶ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 39-40.

²²⁷ Ademais, os Estados Unidos passaram a fazer parte dos temas debatidos no parlamento e na imprensa em decorrência das propostas de reforma da instrução pública levantadas por representantes liberais nas décadas de 1860 e 1870. OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de; SANTOS, José Augusto Batista dos. Rumo à liberdade de ensino: o mito dos Estados Unidos no Brasil oitocentista (1862-1879). **Revista Brasileira de História da Educação**, [S.L.], v. 18, p. 1-21, 2018.

²²⁸ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 54-55.

de viagem aos Estados Unidos, Chateaubriand fez descrições detalhadas da natureza americana, fazendo uso do mesmo preceito testemunhal de que alegou dispor.

Estas são, pois, as prováveis duas principais fontes da imaginação acerca dos Estados Unidos: o debate sobre seu progresso técnico então vigente em terras brasileiras e as visões de escritores franceses sobre a ex-colônia britânica.

Prossegue a sensação catártica:

O autor destas simples notas de viagem, que admira os Estados Unidos como uma segunda pátria, porque ali moram juntas todas as liberdades e florescem prodigiosamente todas as nobres ideias civilizadas, de braços cruzados estendia o olhar cheio de admiração, cheio de deslumbramento por cima das extensas planícies das margens do grande rio²²⁹.

É ininterrupta, no texto, a sensação de estranhamento com que Caminha dirige-se à terra norte-americana. Uma alteridade construída pela sensação de progresso civilizatório experienciado pelo outro país, tão diferente de sua pátria natal. Luiza Laranjeira fez uma análise precisa acerca do que chamou de “ponto de vista cosmopolita”: “um ponto de vista marcado pela ambígua relação de proximidade e distância com o grupo do qual fazem parte no presente”²³⁰. Baseando-se nas observações de Georg Simmel em seu *Der Fremde* (O estrangeiro), a autora analisa os tipos de experiência marcados pelo trânsito entre terras estrangeiras e terra natal, focando no escritor norte-americano Henry James, caso privilegiado de um “nativo-outsider”, um nativo que voltou à sua terra após anos vivendo em outros lugares. A autora debate o problema da objetividade na relação entre proximidade e distância, apresentando “a dimensão epistemológica do ponto de vista cosmopolita”. Nos dizeres da autora: “O que está jogo aqui é um tipo de objetividade epistêmica cujo fundamento é o próprio sujeito”²³¹.

Empregando a mesma linguagem usada pela autora, diríamos que Caminha foi um viajante que “chegou hoje e foi amanhã”. Um homem de letras cuja experiência cosmopolita foi a de uma passagem relativamente rápida. Em tal situação, esperaríamos uma sensação de estrangeirismo, isto é, a de um contato com o estranho, um desconforto de não-pertencimento – se bem que poderíamos nos perguntar, o

²²⁹ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 56.

²³⁰ MELLO, Luiza Laranjeira da Silva. Estrangeiros em qualquer lugar do mundo: O ponto de vista cosmopolita no romance da virada do século XX. In. CHARBEL, Felipe; GUSMÃO, Henrique Buarque de; MELLO, Luiza Laranjeira da Silva. **As formas do romance: estudos sobre a historicidade da literatura**. 1ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2016. p. 127.

²³¹ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 128.

cosmopolita nato sente-se estranho em todos os lugares, ou sente-se em casa em todos os lugares? Mas essa sensação vem acompanhada da referência aos Estados Unidos como “segunda pátria”. O fato decisivo, creio, é que James passou alguns anos na Europa, enquanto nosso jovem oficial da Armada passou alguns meses na grande potência americana. É maior a distância entre a Europa e qualquer das Américas do que entre as Américas do Sul e do Norte. Caminha pôs em movimento, sem dúvida, um discurso de pretensa objetividade, vide as passagens do prefácio anteriormente citadas. E se a “objetividade epistêmica” nesses casos é fundada “no próprio sujeito”, como sugeriu Laranjeira, podemos esperar ainda da “imparcialidade ética” do autor a ideia de um aprendizado pelo contraste. Contraste entre o potencial civilizatório da nação de origem e a realização plena da civilização da “segunda pátria”.

É importante pontuar que embora a comparação seja um recurso comum nos relatos de viagem de forma geral, o que estou chamando de paradigma comparativo refere-se especificamente à preocupação nutrida ao longo da segunda metade do século XIX de estabelecer critérios razoavelmente objetivos sobre o nível de progresso de uma nação. Prossegue Caminha:

O pôr do sol entre a neblina que cobria os horizontes fazia lembrar as páginas de Chateaubriand em sua *Voyage en Amérique*, páginas esculturais e cheias da comovida nostalgia dos que se vão da pátria.

Quanta verdade nas suntuosas descrições do poeta! Quanta poesia naquelas paragens desertas da foz do Mississipi, – Saara de neve estendendo-se a perder de vista nos horizontes sem fim! Que de maravilhas ocultavam-se por trás daquelas planícies, lá onde o olhar não atingia!²³²

O mais interessante dessas passagens sobre a natureza, talvez, é a forma como *imaginação* e *testemunho* andam juntos. Convencionamos antagonizar a imaginação ao real. Mas aí estava Caminha, imaginando a natureza tendo-a diante de seus olhos. Possibilidade esta oportunizada pelo distanciamento de anos entre a experiência e a escrita, permitindo que o narrador molde e represente sua própria experiência ao seu gosto, mas também reveladora de um imaginário multifacetado e, naquele momento, essencialmente deslocado. A temperatura, as cores, os rostos, o idioma, a paisagem. Tudo isto precisava ser absorvido a largos goles, pois a experiência era irrepetível. A narrativa pinta uma imagem cujo cerne não é apenas a experiência do agora, mas um contato inicial com uma outra realidade nacional.

²³² CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 56-57.

Outra, mas que guardava com o Brasil semelhanças simbólicas importantes. Sempre houve uma tendência de comparar os dois países em relação a diversas perspectivas. Ambos haviam sido áreas de colonização europeia que consolidaram, como países independentes, um território que compreendia toda a extensão dos domínios na América – ao contrário da América Hispânica, que subdividiu-se em mais de uma dezena de nações após as guerras de independência. Em especial, ambos haviam construído uma estrutura social baseada na agricultura extensiva e na mão de obra escrava – no caso dos Estados Unidos, em especial no Sul. Nesse contexto, a exaltação das belezas naturais dos Estados Unidos, tal como referenciadas no texto de Chateaubriand, repercutiam no imaginário de um país cuja identidade havia sido em grande medida impregnada pelas representações construídas por relatos de viajantes europeus em comentários sobre suas paisagens e aspectos naturais e sociais. Henry Koster, Hyppolite Taine, Jean Louis Agassiz e Alexander von Humboldt são autores de alguns dos relatos que mais participaram na formação desse imaginário, publicando, respectivamente, *Travels in Brazil*, *Le Brésil, ou, Histoire, moeurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume*, *A Journey in Brazil* e *Narrativa pessoal de viagens às regiões equinociais do novo continente*²³³.

Em 1887, poucos meses após retornar desta viagem, Caminha fez sua primeira aparição editorial: um livro de poemas intitulado *Voos incertos*. Não tendo sido reeditado, não pudemos conseguir o texto integral até o momento da escrita deste estudo. Mas sabemos que se tratava de versos com forte teor romântico²³⁴. O lado naturalista, assumido mais decididamente a partir da publicação de *A normalista* em 1893, não pôde suprimir seu entusiasmo pela natureza pátria. Nem mesmo, talvez, tenha isto sido sequer cogitado, haja vista a defesa contundente – e sem qualquer lembrança de constrangimento – que Caminha fez de escritores românticos noutra ocasião²³⁵.

²³³ PRATT, Mary Louise. Os olhos do império, 1999.

²³⁴ Carlos Eduardo Bezerra chega a afirmar: “Trata-se de um livro de poemas românticos. Tão romântico que Caminha somente com eles talvez não tivesse entrado na Padaria Espiritual, pois em um dos versos do poema intitulado ‘No campo’ chega mesmo a falar em carvalho e cotovia, palavras que estavam proibidas no vocabulário dos Padeiros [...]”. BEZERRA, Carlos Eduardo de Oliveira. **Adolfo Caminha**: um polígrafo na literatura brasileira. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 332. O autor lembra, porém, que uma das características do fim do século XIX era a “encruzilhada literária” em que se viram os literatos, diante da multiplicidade de estilos e estéticas com que tiveram contato.

²³⁵ “Quais os nossos maiores escritores e poetas? José de Alencar, o legítimo criador do romance nacional, espírito independente, artista de uma sensibilidade feminina igual à de Chateaubriand e a dos mais delicados prosadores deste século; Gonçalves Dias, o grande lírico inexcelável na delicadeza do sentimento e da fôrma, o poeta nacional por excelência, muito superior, como poeta o como artista, ao

Portanto, o simbolismo da semelhança entre esses dois países tem nas representações da natureza um de seus elementos centrais, sendo o ponto alto do significado da expressão “as duas grandes potências da América”, que se usa com frequência. Ademais, o fato de que os Estados Unidos eram um país cuja extensão territorial ocupava boa parte da América do Norte e o Brasil era o país com maior território da América do Sul, e tanto mais o fato de que os dois maiores rios das Américas – o Amazonas e o Mississipi – localizavam-se cada um em uma dessas nações, só vieram acrescentar essa simbologia, oferecendo um poderoso instrumento retórico:

Em viva efusão de inexprimível júbilo patriótico estreitavam-se as duas grandes potências da América: a mesma brisa balouçava simultaneamente os dois gloriosos pavilhões.

A gente do *Barroso* subiu às vergas acelerada, e, acenado com os lenços e os bonés, saudava com vivas estrepitosos e delirantes aclamações aos Estados Unidos, ao mesmo tempo que das duas embarcações partiam ruidosas manifestações ao Brasil²³⁶.

Mas não apenas o autor serviu-se desta analogia. Na verdade, pode ter se inspirado em outra fonte. As boas-vindas à comitiva brasileira foram oferecidas por várias autoridades na manhã de chegada em Nova Orleans, como já mencionado. Entre elas, um coronel A. Larendon, membro do Estado Maior da Louisiana e, naquela ocasião, representante do governador do estado. Em seu breve discurso, profere:

[...] Transmito-vos o sentimento da comunidade inteira, manifestando-vos a esperança de que os dois grandes rios, o Mississipi e o Amazonas confundir-se-ão em uma só corrente para os destinos do comércio²³⁷.

A intenção comercial aí se coloca com força, sugerindo que esta fosse a principal motivação da presença brasileira no evento de que foram participar: a *North, Central and South Exposition*.

No que diz respeito às duas embarcações americanas, Caminha referia-se aos iates *Cora* e *Pancy*, que ficaram encarregados da recepção à comitiva brasileira a meio caminho entre a foz do Mississipi e a entrada de Nova Orleans. Vieram dos “vaporzinhos” à bordo do *Barroso* o cônsul geral brasileiro, Salvador de Mendonça, algumas autoridades locais e também “representantes da imprensa e do comércio”. A

melífluo e terno João de Deus, que é o orgulho da poesia portuguesa contemporânea; Castro Alves, uma das mais finas organizações artísticas brasileiras, tipo do poeta do norte, arrebatado pelos grandes ideais, e cujo poema *O Navio Negreiro* excede todas as produções dos nossos modernos poetas”. CAMINHA, Adolfo. **Cartas Literárias**. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1895. p. 133.

²³⁶ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 60.

²³⁷ **Revista Marítima Brasileira**, “O *Almirante Barroso* em Nova Orleans”, n. 10, 1886. p. 361.

tripulação nunca tinha estado tão impecável, e esse primeiro momento foi uma prévia de como seria a estadia no país dos ianques. Também essa irmandade entre brasileiros e americanos do norte será explorada ao longo de todo o relato:

Conduzidos à câmara, desde logo estabeleceu-se entre brasileiros e americanos uma camaradagem franca, uma corrente comunicativa de afabilidades, como se já fôssemos conhecidos velhos. As taças de *champagne* chocavam-se, vivas sucediam-se, levantavam-se *toasts* às duas nações, trocavam-se os mais espontâneos cumprimentos²³⁸.

No dia seguinte ao da chegada, dar-se-ia o encerramento da Exposição das Três Américas:

Foi um dia essencialmente brasileiro esse. Nos convites para a festividade lia-se esta impagável gentileza: *Brasilian day*. Todas as atenções convergiam para o *Almirante Barroso (brasilian man of war)*.²³⁹

Essa cerimônia foi o ponto alto da viagem como um todo. Aliás, foi a razão da estadia em Nova Orleans. Essa disposição dos organizadores da Exposição em bem receber os brasileiros tem certamente uma finalidade diplomática, e a própria exposição servia ao aprimoramento do que hoje chamaríamos, no plano das relações internacionais, de política multilateral. É possível perceber o quão vívida é a tentativa de estabelecer uma relação de proximidade de parceria intercontinental entre os dois países, ou é o que podemos pensar ao ler no relato de Caminha que no tablado, nas falas de encerramento do evento, Saldanha da Gama e Salvador de Mendonça estiveram entre os que proferiram discursos.

De saída, será interessante visualizar com mais nitidez o evento da viagem que melhor emblematisa o aspecto material da civilização: a exposição de Nova Orleans. Iniciada no ano anterior e encerrada numa cerimônia dedicada à presença brasileira, como vimos, assim como todas as outras de seu gênero, esta exposição pretendeu ser uma vitrine da civilização material, um espaço privilegiado da “utopia do progresso”²⁴⁰.

A cidade de Nova Orleans sediou duas grandes exposições continentais num espaço de três anos: a *Centenial Cotton Exposition*, que funcionou entre 1884 e 1885, e a *North, Central and South America Exposition*, ou “Exposição das Três Américas”,

²³⁸ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 62.

²³⁹ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 71.

²⁴⁰ YDELL, Robert. *All the World's a Fair*. Visions of Empire at American International Expositions 1876-1916. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1987.

que durou de 1885 a 1886. Foi a esta segunda exposição que Saldanha da Gama conduziu os guardas-marinhas sob sua responsabilidade. Os dois eventos compartilharam alguns espaços, e entre a primeira e a segunda houve um intervalo de alguns poucos meses.

Já sabemos que estas Exposições eram, “espetáculos da modernidade”, mas é também fato que ocupavam um papel importante do ponto de vista socioeconômico para diversos sujeitos. Para os países participantes, sem dúvida, enquanto espaço de divulgação de seus avanços tecnológicos, e também para o conjunto das nações participantes, graças à circulação de bens, capitais, ideias, pessoas e às oportunidades diplomáticas. Há também o aspecto estético-político desses eventos, talvez o mais bem noticiado e analisado, que liga ao caráter simbólico das exposições. Mas, sem dúvida, as mais amplas implicações de tais eventos se davam para os países e cidades que os sediavam. Em geral, quando uma nação/cidade se dispunha a organizar e sediar eventos de tal magnitude, há interesses políticos e econômicos importantes em jogo²⁴¹.

A Luisiana fora um dos primeiros estados do sul a se reintegrar à União após a Secessão, já em 1868. Apesar de ter visto algumas batalhas marítimas, dados os bloqueios aos seus portos, o centro urbano de Nova Orleans passou pela guerra basicamente intacta, ainda que as últimas tropas federais só tenham deixado a cidade em 1877. Havia forte interesse do estado em se reconstruir a partir de uma identidade política e cultural diferente da de seus vizinhos sulistas, e para tanto, sua maior cidade era uma peça essencial. Desde sua origem, Nova Orleans foi reconhecida como uma das cidades mais dinâmicas culturalmente da nação americana, abrigando em sua população parcelas significativas de estrangeiros e/ou descendentes destes ouvia-se francês e espanhol nas ruas e nos comércios quase tanto quanto inglês, além de alguns dialetos crioulos ocasionalmente. A Luisiana estava, nos anos 1880, reconstituindo suas práticas e buscando refazer sua economia²⁴². Além disso, o extremo dinamismo do cotidiano urbano relatado por Caminha em sua estadia na cidade não são surpreendentes: além de

²⁴¹ PLUM, Werner. **Exposições no século XIX**: espetáculos da transformação sociocultural. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

²⁴² Essa reestruturação pode ser contextualizada no movimento *New South*, uma tentativa iniciada em 1882 por determinados sujeitos sociais e políticos dos estados do sul de readaptar o modelo social sulista, onde as principais iniciativas estavam centradas no desenvolvimento do comércio e da indústria e buscar novas formas de relações de trabalho. Não se tratava de um esforço de *democratização* no sentido estrito do termo, visto que a principal intenção do movimento, em que uma parcela dos líderes era composta por proprietários de terras, era refazer as bases econômicas dos estados. POWERS, Michael. **From Confederate Expatriates to New South Neo Filibusters**: Major Edward A. Burke and the Americas, All Theses. 1487, Clemson University, 2012, p. 1-90.

ser um dos maiores centros urbanos do sul dos Estados Unidos de então e da sua diversidade cultural, Nova Orleans estava, na ocasião, duplamente implicada: era uma cidade-sede-portuária.

Era essencial à maior cidade portuária do Sul estabelecer um caminho para demonstrar o fim das querelas com o Norte, e a memória parcelas da historiografia sobre a cidade parecem realçar que o empreendimento foi bem sucedido, considerando que Nova Orleans é ainda hoje amplamente divulgada como um centro de diversidade cultural. A primeira exposição, iniciada em 1884, tinha a intenção de recordar o centenário das primeiras exportações de algodão da cidade, produto cuja produção oscilou ao longo do século XIX, mas via de regra se apresentou em escala ascendente, assim também como sua população. A presença constante e intensa de traficantes de escravos e outros comerciantes no início do século e uma das mais extensas malhas de estradas de ferro dos Estados Unidos fizeram de seu porto um dos mais movimentados do mundo, em certos momentos até mais do que Nova York.

Caminha testemunhou o movimento dos portos de Nova Orleans, como vimos: toneladas de mercadorias se movimentando diariamente. A cidade era o centro comercial não apenas de sua própria produção de algodão, mas também de todos os estados algodoeiros próximos, fazendo dela uma escolha óbvia para sediar a *Centennial Cotton Exposition*. Já a Exposição das Três Américas, temos poucas notícias sobre ela, apesar de ser perfeitamente plausível assumir que seu contexto coincida com a precedente, acrescentando-se, porém, mesmo desde o título que recebeu, a intenção de representar um momento de comunhão entre as nações americanas, num momento em que os Estados Unidos reiniciavam a expansão de sua influência pelas Américas, processo cujo último grande pico havia se dado na Guerra do México nos anos 1840, e o próximo seria a guerra contra a Espanha pelo controle de Cuba, em 1898²⁴³. Esse princípio combina ainda com o destaque dado ao Brasil e ao México em ambas as exposições – sabemos que na primeira, o México teve um espaço privilegiado, assim como o Brasil na segunda, visto que os Estados Unidos buscavam estabelecer relações proveitosas com os dois maiores países ao sul do Rio Grande²⁴⁴. A América Latina, de forma geral, fez parte destas e nas demais exposições internacionais na condição de

²⁴³ MUNHOZ, Sidney. A construção do império Estadunidense. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al. **Impérios na História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 245-258.

²⁴⁴ Martins, Mônica de Souza Nunes. O porto de New Orleans como anfitrião: a exposição internacional industrial e centenária do algodão, em 1884. In: HONORATO, Cezar & HIDALGO, Daniel Castillo & OLIVEIRA JÚNIOR, Alcidesio de (orgs.). (Org.). **Cidades portuárias: novas questões e múltiplas temporalidades** (E-book). 1ed.Niterói: UFF, 2022, v. 1, p. 149-183.

nações de buscavam se inserir de alguma forma no processo fabril, embora, naturalmente, cada país tenha suas especificidades²⁴⁵. De qualquer forma, é interessante notar que estando documentada a participação do Brasil na primeira exposição, é possível supor que tenha ela se repetido na segunda, pois Mônica Martins demonstra que apenas o café ocupou espaço dentro da parte brasileira da exposição, ainda que em proporção considerável: foram reunidos cafés de mais de 600 plantações²⁴⁶.

Caminha explica que o edifício que sediou o evento abrigava cerca de onze mil pessoas apenas no *music hall*. Se seus comentários sobre as multidões que acompanharam a cerimônia e o dia final de exposição forem fidedignos, somos levados a crer que o complexo estava perto de sua lotação. Era tal a quantidade e a variedade de produtos e máquinas expostas que, segundo o autor, não conseguiu ver tudo o que queria ao longo das doze horas em que a comitiva brasileira esteve no local. Concluirá desta forma sua avaliação do evento: “O que posso afirmar é que o *Brasilian day* há de perdurar por muito tempo no coração daqueles que tiveram a felicidade de assistir essa belíssima festa”.

A ideia da fraternidade natural entre as “duas grandes nações da América” é acentuada no texto pelas trocas assíduas e convívio alegre entre os moradores de Nova Orleans e a tripulação do *Almirante Barroso*:

À tarde, depois duma faina acabrunhadora de receber famílias e percorrer duas, três e mais vezes o naco, dando explicações, descrevendo aparelhos e maquinismos com uma paciência de pedagogos, íamos à terra, distrair nos cafés, nos teatros, nos bailes, tanto mais quanto multiplicavam-se os convites para todas as diversões públicas e familiares.

As famílias com que íamos entretendo relações de amizade exigiram que fôssemos cotidianamente a suas casas, como se nos sobrasse tempo para isso; e, força é confessar, dispensavam-nos um tratamento quase paternal.²⁴⁷

A mais representativa dessas passagens talvez seja aquela que narra uma recepção oferecida à tripulação pelo governador da Luisiana no *Royal Hotel* em 8 de abril, “ao qual compareceram todas as autoridades civis e militares da cidade em uniforme de gala”:

²⁴⁵ HEIZER, Alda. Considerações sobre a participação da América Latina nas grandes exposições da segunda metade do século XIX. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 9, p. 1-16, 2010.

²⁴⁶ MARTINS, Mônica de Souza Nunes. América Latina nas Exposições Universais e o caso da Exposição Mundial e Centenária do Algodão em New Orleans. In: SUSUKI, Júlio César; NEPOMUCENO, Maria Margarida C; ARAÚJO, Gilvan Charles C. de.. (Org.). **A Dimensão Cultural nos processos de integração entre países da América Latina**. 1ed.São Paulo: FFCHL/USP; PROPLAM, 2021, v. 2, p. 307-332.

²⁴⁷ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 85.

A casaca, o claque, a gravata de seda branda, o vestido decotado até aonde permite a decência, confundiam-se nos salões do hotel ricamente adornados, cheios de luz, escancarados e par em par como um palácio em festa.

A jovem oficialidade brasileira, exímia em *cotillons*, expandiu-se a valer nessa magnífica *soirée* de inverno, fria e clara, constelada de botões d'ouro e brilhante, longe da pátria, longe de suas famílias, mas no seio d'um povo que nos amava deveras.

Sarau principesco esse de que ainda sinto o saibo esquisito ao traçar as reminiscências da minha primeira ausência do Brasil.

Mesa abundantíssima e franca, desde a deliciosa sopa d'ostras com molho inglês à mais fina champagne Clicot, com escala pela *mayonnaise* de lagosta, fresca e picante, pelo suculento *Poisson à l'italienne*, rubro e apetitoso... e tantos, meu Deus, e tantíssimos outros pratos maravilhosos inventado pela gula epicurista de todas as gerações desde Luculo até a nossa.

Volvemos para bordo seria madrugadinha, trôpegos, cansados e sonolentos, pálpebras caídas, suplicando a frescura dum travesseiro, dentro de nossas invioláveis capas da Bretanha.

Uma noite brasileira com todos os excessos da nossa educação e do nosso caráter; saudosa noite, a primeira de minha vida que me enfronhei n'uma casaca irrepreensivelmente bem feita...²⁴⁸

O mais notável dos bailes de que a tripulação do *Almirante Barroso* participou em Nova Orleans, mas apenas um de muitos: “E os bailes repetiam-se e nós vivíamos cercados da alegria comunicativa d'esse povo americano eternamente jovial!”. Ao fim do tempo em Nova Orleans, assim Caminha tece sua despedida:

Um belo povo, o de Nova Orleans – jovial, comunicativo, hospitaleiro e sincero. A ele devemos os melhores dias dessa longa viagem ao país sugestivo e excepcional dos *yankees*, universalmente querido e respeitado por sua grandeza industrial e por suas belas tradições de energia e patriotismo.²⁴⁹

Há um inegável espírito americanista nessas palavras, se nos for facultado o termo. A “afinidade natural” que Caminha mencionara aí se expõe com toda a força. A virtude dos norte-americanos é constantemente reiterada através destas três características: patriotismo, amor ao trabalho e espontaneidade/jovialidade. Ainda que com um sentido histórico particular a cada país/região, as duas primeiras são qualidades desejadas e propaladas como virtude ao longo de todo o fenômeno do nacionalismo no ocidente. Caminha não ignora este fato, e ao longo de *No país dos ianques* ele comenta esta questão. Demos um exemplo no tópico anterior, quando expusemos sua análise das estátuas, onde se admira o modo-de-ser patriota dos norte-americanos por terem, aparentemente, superado a autoridade dinástica na constituição de sua identidade nacional.

²⁴⁸ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 87.

²⁴⁹ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 106.

Mas o autor dedicou, ao todo, mais de uma dezena de páginas de seu relato ao elogio da alegria com que os americanos do norte levam sua rotina. Tanto quanto a representação da irmandade entre as Américas, a cordialidade dos habitantes de Nova Orleans reflete uma “outra América”, radicalmente diferente em seus hábitos e espírito daquela vivida no império brasileiro e nas repúblicas do sul. Essa questão será analisada mais detidamente no quarto capítulo. Por hora, basta lembrar que as teorias raciais e científicas do século XIX, que são a principal fonte de informação de Caminha junto com a literatura realista francesa, não tiveram apenas as populações negras como objeto de reflexão, como às vezes esquecemos em vista do fato de que a historiografia centrou muito mais energia e esforço em estudá-las. No entanto, também a “branquitude” ou os povos já “civilizados” eram objeto dos discursos sobre a diferença e do pensamento social. O melhor vislumbre que temos disto dá-se quando, saído da Louisiana, o *Almirante Barroso* cumpre seu itinerário por Cuba, para poucos dias depois seguir seu caminho até Nova York, “a bela e maravilhosa cidade que o consenso universal alcunhou de Londres Americana”.

A tripulação chegou a Nova York num domingo, dia que

[...] no país dos ianques é para se divertir, para se descansar, para se jogar o *criket*, para se passear a cavalo, para se apostar regatas, de modo que o protestantismo americano nada tem de comum com o protestantismo britânico.

Enquanto nos domingo (a dar crédito na crônica) o inglês reza a Bíblia no interior de seu *home*, em companhia de sua mulher e de seus filhos, o americano, ou melhor, o *yankee* exercita os músculos e bebe cerveja fora da cidade.

Não admira semelhante discordância, quando é sábio que a religião protestante subdivide-se em milhares de seitas. A este respeito leiam-se os belos capítulos em que o Mr. Laboulaye (Ed. Lefèvre), estuda, com uma graça especial e encantador, cheia de humorismo e de senso crítico, as instituições religiosas na América do Norte. *Paris en Amèrique* é um dos livros mais curiosos e originais que eu tenha lido sobre os Estados Unidos.²⁵⁰

Assim como Alexis de Tocqueville – e embora menos lembrado, com uma atuação tão ou mais contundente do que ele – Edouard René de Laboulaye Lefèvre foi um ardente defensor do sistema político norte-americano durante a Segunda República, o Segundo Império – quando assumiu protagonismo na oposição a Napoleão III – e a Terceira República francesas, sendo o idealizador da Estátua da Liberdade e tendo atuado enfaticamente como deputado a partir de 1870 pelo estreitamento das relações e entre a França e os Estados Unidos. *Paris en Amèrique* foi publicado em Paris no ano de

²⁵⁰ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 133-134.

1863, quando também saiu *Le Parti Libéral, son programme et son avenir*²⁵¹, escrito político-jurídico mais relevante do autor e que foi amplamente lido por políticos liberais no Brasil no Segundo Reinado²⁵². *Paris en Amérique* é um romance satírico, uma exaltação dos valores democráticos dos Estados Unidos pós-Guerra de Secessão e do *self-government* e uma crítica à sociedade parisiense.

No dia seguinte ao da chegada, uma segunda-feira, as ruas estavam cheias de carros e pedestres, pessoas de várias nacionalidades preenchiavam as vias, comércios de todos os tipos, máquinas a cada esquina:

Eu, por mim, confesso que Nova York produzia-me vertigens. O desejo imoderado de tudo ver, de tudo observar, de tudo saber, trazia-me numa inquietação contínua, tirava-me o sono, arrebatava-me a todas as comodidades, torturava-me o espírito de análise²⁵³.

A engenhosidade e a disciplina surgem novamente como elementos diferenciais, agora na apresentação da ponte do Brooklyn:

Parecia impossível que se pudesse levar a efeito obra tão arriscada e dispendiosa. Como assentar as bases do colosso numa profundidade de mil e seiscentos pés, que é esta a altura do rio na sua parte mais estreita?

Demais era preciso não prejudicar a navegação, construindo a ponte muito acima do nível do mar de modo a dar passagem livre às embarcações de comércio.

Com tudo isso os americanos meteram mãos à obra e dentro de alguns anos de trabalho assíduo os Estados Unidos contavam mais uma glória²⁵⁴.

O intenso movimento na ponte durante todo o dia, sua iluminação noturna vista do mar e a própria engenharia envolvida na construção trabalham juntos numa paisagem urbana que remete à aceleração, ao progresso. É do topo desse símbolo de modernidade que Caminha vislumbra a diferença abismal das duas grandes potências da América:

²⁵¹ *Le Parti Libéral* foi traduzido pela primeira vez em 1867, pelo político e jurista maranhense Antônio de Almeida Oliveira, sob o título *O partido liberal, seu programa e seu futuro*. *Paris en Amérique* permanece, infelizmente, sem tradução recente para o português. Em nota da tradução de Almeida Oliveira, este informa que *Paris en Amérique* recebeu uma “excelente versão portuguesa pelo nosso comprovinciano P. N. L. — Tip. de B. de Mattos, 1867”. Porém não conseguimos encontrar essa tradução. LABOULAYE, Edouard. *O Partido liberal, seu programa e futuro*. Tradução: Antonio de Almeida Oliveira. São Luiz do Maranhão, 1867

²⁵² LAGES, Rita Cristina Lima. **As vitrines da civilização**: referências estrangeiras na instrução pública em Minas Gerais no século XIX. 265 f. Tese (Doutorado) – Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013; SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **“Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia”**: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do espírito santo, 1860-1880. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

²⁵³ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 135.

²⁵⁴ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 138-139.

Um dos meus divertimentos prediletos era contemplar Nova York do alto. Muitas vezes punha-me lá de cima da ponte de Brooklin, braços cruzados, num êxtase de fetiche, a olhar para um e outro lado, acompanhando com a vista a vela das embarcações que singravam no rio, pequeninos microscópicas.

E punha-me nessa embriaguez do grandioso, a pensar no progresso dos Estados Unido, desse país modelo, onde tudo move-se por meio de eletricidade e vapor, onde tudo é feito às carreiras num abrir e fechar d'olhos, sem a menor perda de tempo [...].

–Grande país! Grande povo, gente feliz, que sabe compreender a vida e amar a pátria!

Como era pequeno o meu país com toda a grandeza de suas montanhas e de seus rios, diante do colosso americano do norte!

Caía-me n'alma uma tristeza de desterrado, uma profunda e incompreensível melancolia, feita ao mesmo tempo de saudade e descrença...

Incansáveis os americanos! Nenhum povo os excede em temeridade e perseverança. Sequiosos de glórias para o seu país, ávidos de empreendimentos que causem assombro ao mundo, eles tem uma grande qualidade – o amor à sua terra, o nativismo instintivo, o *chauvinismo* (deixem passar o termo) incondicional, absoluto, e é força confessar que, sem essa qualidade, sem esse egoísmo patriótico, as nações vivem, mas não progridem.

255

Aí está, talvez, a sentença do futuro brasileiro. Os editores mesquinhos e os “felizes escritores” são emblemáticos de uma atitude indesejada, diametralmente oposta ao trabalho honesto e dedicado dos norte-americanos. O traço marcadamente atrasado, a razão da “tristeza de desterrado” não era em si nem o apego a tradições monárquicas, nem as atitudes autoritárias dos governos republicanos militares, mas sim uma desesperança quanto ao futuro nacional. Onde se buscariam os elementos do avanço, afinal? As forças militares que tinham dado início à reforma política tinham se provado inaptas à tarefa. Os escritores, os obreiros das palavras, tinham assumido a dianteira em França na interpretação da nação, nos Estados Unidos eles cumpriam com perícia seu papel, e no Brasil, onde brotavam os grandes talentos da América, a categoria mostrava-se reticente em assumir todo o seu potencial como cientistas do espírito nacional, salvo casos excepcionais como Aluísio Azevedo, Machado de Assis e Cruz e Souza. O patriotismo dos militares falhou, os escritores não eram suficientemente (nem adequadamente) patriotas.

Adolfo Caminha nunca, em nenhum momento de todos os seus escritos, apresentou apoio a qualquer *grupo* ou *indivíduo* na política. Não havia entre os projetos nacionais do Brasil um que lhe aprouvesse. A impressão que se tem é que o “quem somos” não tinha solução possível num futuro próximo. Sem o “egoísmo patriótico”

²⁵⁵ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 141-142.

necessário o Brasil vivia, mas não progredia. É esse “egoísmo patriótico” que inveja nos Estados Unidos, e, segundo nossa leitura, o traço central do espírito *yankee* que ele gostaria que os brasileiros aprendessem.

A “Londres americana”, mais bela e cheia de vitalidade do que seu par europeu, se desdobra ao olhar do autor, que segue fazendo comparações: a Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro não dá uma mostra do movimento da Broadway, que por sua vez é ainda mais movimentada do que a City de Londres; no Brasil, qualquer divertimento poderia muito bem acabar com uma intervenção policial, mas em Coney Island, onde aos domingos toda a gente vai aproveitar o ar fresco, “Tudo corre na maior harmonia, sem intervenção da guarda cívica. Os *policemen* podem cochilar à vontade: a população americana é naturalmente pacata e respeitadora da ordem”.

Saindo de Nova York, a tripulação ainda visitou a academia militar de West Point – visita de que trataremos no quarto capítulo – e passou oito dias em Newport, antes de finalmente seguir em direção aos Açores, em 30 de julho. Caminha assim deixa gravadas as suas impressões finais sobre os americanos do Norte:

Trazíamos uma convicção, e é de que nenhum povo sabe compreender tão bem o problema da vida humana como os americanos dos Estados Unidos. A ideia da morte não os preocupa: um *yankee* triste é coisa rara e toma proporções de fenômeno.

Eles, os americanos, são geralmente alegres, bem dispostos, amigos do trabalho, compenetrados de seus deveres, e, acima de tudo, amam a sua pátria mais do que qualquer outro povo.

A pátria e a família são os seus principais objetivos. Menos egoístas que os ingleses, enérgicos e resolutos, sobra-lhes tempo e dinheiro para se divertirem.

Esse povo verdadeiramente democrático não pede lições a país nenhum: engrandeceu a custa de seus próprios esforços e dia a dia prospera, assombrando o mundo com as suas empresas colossais.

Se a Alemanha representa no século XIX a pátria das ciências morais, aos Estados Unidos compete o primeiro lugar na ordem dos países que tem concorrido grandemente para o aperfeiçoamento e bem-estar humanos.

Enquanto as nações da Europa digladiam-se numa luta contínua, perdendo na guerra o que dificilmente acumularam em poucos anos de paz, a grande nação americana deixa-se estar quieta e desarmada, sem exército e sem marinha, confiada no seu próprio valor, no patriotismo de seus filhos, certos de que, num dado momento, cada americano saberá cumprir com heroísmo o seu dever e honrar as suas tradições de povo independente e forte.²⁵⁶

Mais uma vez, a oposição à Europa vem corroborar a ideia de uma cisão civilizacional e temporal. Os Estados Unidos construíram uma nova forma de

²⁵⁶ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 178-179.

estabelecer a soberania nacional, pautada em sua inventividade e dinamismo; na responsabilidade patriota – sendo que o patriotismo, em Caminha, significava o trabalho pelo bem da nação, não tanto um ufanismo ingênuo, que ele repudiava –; e numa vontade nacional que dissipou totalmente o passado colonial e dinástico. Os Estados Unidos tinham entrado definitivamente nos novos tempos, a fina herança genética dos seus cidadãos vinha ainda reforçar sua vocação civilizadora, sem impor, porém, um condicionante histórico. O atraso brasileiro não era devido à sua mestiçagem – nem por isso era ela desejada –, mas antes à incapacidade dos cidadãos em se moverem em prol do bem coletivo. O exemplo maior dos Estados Unidos residia em sua cultura democrática: em sua autodeterminação enquanto povo. Eles não eram apenas um povo que atravessou situações adversas sem abrir mão dos valores republicanos, mas sim *por causa* deles. O modelo europeu ia se tornando obsoleto porque incapaz de acompanhar a ânsia modernizante. Na corrida pelo progresso, a cultura democrática dos Estados Unidos tinha tomado a frente.

3.2. “O Amazonas e o Mississipi”: as duas grandes potências da América

Para todos os efeitos, a diferença dos significados histórico-políticos atribuídos aos governos europeus e à democracia norte-americana gerou uma repercussão dos avanços políticos dos Estados Unidos sobre as Américas que, no geral, passou a implicar incisivamente na ideia de *imperialismo* somente a partir da guerra hispano-americana em 1898. A ideia de que a grande nação liberal do norte lançou as bases de um *império* comercial ao longo do século XIX surgiu em fins do século XIX e se consolidou a partir de meados do século XX²⁵⁷, em decorrência de um processo de reformulação semântica dos conceitos de império e imperialismo.

²⁵⁷ Francisco Falcon explica que entre meados do século XIX e meados do XX os conceitos de império e imperialismo passaram por profundas transformações. A ideia de *império* estava ligada à expansão e força de regimes como o império prussiano e o governo de Napoleão, mas na medida em que se desagrega dessas experiências, passa a ser associada à *pax britannica*, tornando-se sinônimo de “dever civilizador, ou seja, de paz e boa administração”. Economistas de fins do XIX, como Wakefield, começaram a perceber a inevitabilidade de o processo de dominação europeia na África e na Ásia e dos Estados Unidos nas Américas passar a integrar a própria estrutura do sistema capitalista. Autores “neomarxistas” como Rosa Luxemburgo e Lenin cristalizaram a interpretação de que o imperialismo era um estágio do capitalismo, ainda que autores como Schumpeter tenham questionado essa visão. FALCON, Francisco. Os impérios na época do imperialismo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidney (orgs.). **Impérios na História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 185-204. Trata-se de perceber que Adolfo Caminha e os demais intelectuais brasileiros que serão mencionados a

No século XIX, até a década de 1890, a visão predominante sobre o expansionismo norte-americano era de que se tratava dos procedimentos de uma nação composta por capitalistas excessivamente ambiciosos, mas criativos, um bando de aventureiros, e políticos que ignoravam o que Joaquim Nabuco chamava de “Política com P”, agindo como líderes corporativos, não como gestores públicos. O vocabulário que se referia aos Estados Unidos associava-o às ideias de inovação, novidade, criatividade, ruptura. Era uma experiência histórica nova em vários aspectos, com a qual os instrumentos teóricos de então ainda estavam aprendendo a lidar. É importante acentuar isto porque o fundo retórico que baseava a argumentação contrária à aproximação diplomática e comercial com os Estados Unidos, ou a repulsa ou ceticismo em qualquer medida pela civilização norte-americana, tem base na ideia da ascensão de um “novo imperialismo” norte-americano, diferente do europeu e perigoso sob vários aspectos, que vai ser diversamente interpretado.

Os burocratas do Império, historicamente preocupados em proteger o Brasil de engodos no plano internacional que pudessem vir a prejudicá-lo, tratavam a relação com os Estados Unidos de forma pragmática. As eficientes tentativas de controle dos americanos do Norte na América Latina e sua crescente importância no comércio internacional não deixavam dúvidas quanto à sua capacidade de intervenção na política e na economia brasileiras, direta ou indiretamente. Além do próprio vigor da monarquia – que suscitava suspeitas, pois temia-se que os imperadores brasileiros a qualquer momento cooperassem com os europeus numa tentativa de retomar as repúblicas americanas –, a política do Império na região do Prata era um ponto de tensão central, visto que os titulares do Departamento de Estado norte-americano sempre viram os portos dessa área, sobretudo os de Montevideú e Buenos Aires, como a chave para o controle político do região continental que hoje denominamos cone-sul. Por essa razão, os Estados Unidos sub-repticiamente deram suporte a outros estados latino-americanos contra o Brasil na guerra da Cisplatina e na Guerra da Tríplice

seguir estavam escrevendo num momento em que o termo *imperialismo* ainda não designava laços especiais entre política e economia, sendo que um *império* era ainda uma formação essencialmente política, não um desdobramento ou parte inerente de um sistema econômico; mas é neste momento, em especial observando a experiência americana, que esta ideia começará a surgir. ALMEIDA, Fernando Chaves. **Poder americano e estados nacionais**: uma abordagem a partir das esferas econômica e militar. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

Aliança. Intrigas pontuais e mesmo ameaças de guerra levaram ao rompimento das relações diplomáticas entre os dois países por três vezes no século XIX²⁵⁸.

Apesar desses desentendimentos, as relações comerciais eram favoráveis aos dois países, de forma que ambos consideravam temerário conduzir ações que pudessem ser nocivas no longo prazo, sendo este o fator determinante na permanência de um diálogo mínimo. À medida que avançavam as décadas de 1850 e 60, os Estados Unidos foram aumentando os valores da importação do café brasileiro, que praticamente não tinha concorrência. Embora a Inglaterra fosse o destino principal das exportações do império em valores totais, na medida em que o café ia se tornando o principal produto brasileiro no mercado internacional, a relação com os Estados Unidos ia evoluindo. Este foi o fato crucial que determinou os destinos da relação entre “as duas maiores potências da América” nas décadas seguintes. Não é à toa que, no Brasil, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, quando se farão as recapitulações históricas da relação entre os dois países, se dirá que o imperialismo norte-americano teve início logo após a Guerra de Secessão, quando foi liberado todo o potencial capitalista norte-americano.

Esta era a tese de Oliveira Lima, afirmando que o imperialismo “não é outra coisa senão o instinto do domínio guiado pela ambição do ganho”²⁵⁹. Sem dúvidas o intelectual brasileiro que mais se dedicou a refletir sobre os Estados Unidos e sua relação com o Brasil na virada do século, Manoel de Oliveira Lima observa que esta condição foi atingida pelos Estados Unidos quando enfim a União saiu vitoriosa na guerra, e não deixa de considerar paradoxal que tenha sido a moral protestante cristã do Norte o elemento predominante na nascente “civilização industrial”.

Entre algumas aparentes semelhanças com as perspectivas de Caminha²⁶⁰, um ponto decisivo opõe irreconciliavelmente as leituras da sociedade norte-americana dos dois intelectuais: Caminha considera que o grande mérito dos americanos do norte – talvez seu traço que ele mais inveja – seja sua decisão de romper

²⁵⁸ BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de história. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

²⁵⁹ OLIVEIRA LIMA, Manoel de. As qualidades do povo. In. **Estados Unidos**: impressões políticas e sociais. Brasília: Senado Federal, 2009. p. 128.

²⁶⁰ Assim como o autor de *No país dos ianques*, o de *Estados Unidos: impressões políticas e sociais* percebe na liberdade de trabalho feminino um forte indicador de progresso civilizacional, reconhece a capacidade norte-americana de agregar uma multiplicidade racial em sua sociedade um de seus pontos fortes, julga os Estados Unidos o exemplo máximo de uma república bem-sucedida, admira a capacidade do país em congregar recursos privados em prol do progresso nacional, entre outras coisas.

decididamente com práticas das heranças britânicas. Porém, sendo obviamente impossível desfazer-se completamente do traço europeu, admite que os Estados Unidos souberam aproveitar determinadas características positivas dos ingleses que lhes eram também inatas (a inventividade, o pragmatismo, a ânsia pelo progresso material), mas engenhosamente reconfigurando estas características para dar base a uma sociedade totalmente nova, indiscutivelmente original, que em sua essência nada devia ao seu colonizador. Oliveira Lima, por sua vez, julga que há uma relação de continuidade entre a sociedade inglesa e a norte-americana, tanto em termos culturais quanto nas tendências colonialistas.

Lima julga que duas são as características que fazem um “povo grande”: o misticismo e o mercantilismo, “a feição idealista extrema e a feição realista extrema”, e afirma, sem distinguir Grã-Bretanha e Estados Unidos, que a “alma anglo-saxônica” é a que produziu a união mais perfeita entre estes dois fatores. Nas artes e na estética em geral, Oliveira Lima diz que não há campo em que os norte-americanos não se assemelhem aos ingleses: da pintura à literatura, das artes cênicas à arquitetura²⁶¹. Não deixa de afirmar também, é verdade, que há um traço de originalidade na sociedade norte-americana, convergindo com Caminha na percepção de um notável traço democrático:

O idealismo do norte-americano é que o faz estimar as letras e as artes sem curar exclusivamente das aplicações industriais da ciência; demais a educação – não tanto a instrução – vai agindo como causa de amortecimento das ruins paixões e, portanto, como fonte da harmonia nacional. Por outro lado o sentimento da igualdade não só política como social, o qual na sua segunda parte já não é um atributo germano-saxônico, mas sim um característico puramente americano, corrige o que possa haver, e há, de revoltante ou de odioso em tamanha desigualdade das fortunas; diminui a importância das veleidades de tirania do capital às quais correspondem as ameaças do trabalho solidamente organizado; fornece a este um tom geral de serenidade e dignidade, e empresta às maneiras um tom de franqueza, de bonomia, talvez por vezes de rudez que é bem diferente da urbanidade das cortes, mas que não torna menos cordiais nem mesmo menos agradáveis as relações sociais²⁶².

Contudo, Oliveira Lima considera essa “igualdade” por vezes desconcertante, visto que uniformiza excessivamente o caráter nacional. Com ironia,

²⁶¹ OLIVEIRA LIMA, Manoel de. Primeiras impressões dos Estados Unidos (parte I). **Revista Brasileira**, ed. Jul-set 1896, p. 77.

²⁶² OLIVEIRA LIMA, Manoel de. As qualidades do povo. In. **Estados Unidos: impressões políticas e sociais**. Brasília: Senado Federal, 2009. p. 130.

afirma que “não há nada mais parecido com a opinião de um americano do que a de outro americano”, sem prejuízo para a titânica disputa entre os partidos políticos.

Diametralmente oposto à opinião de Caminha de que a superação do passado colonial foi a condição *sine qua non* do progresso civilizatório norte-americano, Oliveira Lima atribui ao “organizado” processo colonizador inglês a experiência de aprendizagem da “política prática” e da gestão do território, sendo ela a razão primeira desse progresso posterior. A guerra contra a Espanha na disputa por Cuba desnudava o exemplo máximo do desejo controlador que o autor entendia caracterizar o “imperialismo”, nesse caso identificado como “expansionismo americanista”. O progresso nacional a partir da forma republicana afastou o país da tradição política dos países europeus, mas seus impulsos dominadores o teriam realinhado a estes no campo dos objetivos políticos:

A diplomacia mais ativa de antes da guerra foi seguida por aparente indiferença quando concentrou suas energias no desenvolvimento do comércio interno e exploração do oeste, mas volta à tona agora que o comércio externo passou a ser o objeto das maiores preocupações e que a marinha mercante está para renascer mais forte do nunca, determinando os Estados Unidos a procederem como as grandes nações da Europa – a Inglaterra, a França, a Alemanha ou a Rússia – caminhando, anexando, absorvendo, para criar mercados e estabelecer relações mercantis²⁶³.

Esse instinto dominador, efetivamente considerado negativo pelo autor – ainda que a crítica venha acompanhada da tradicional ênfase de Oliveira Lima à importância do comércio –, não obscurecia o fato de que os Estados Unidos representavam um farol democrático na América, mesmo porque sua forma de imperialismo conhecia limites, declarando em 1898:

A guerra do México não é, contudo, espetáculo a que a nossa geração corra grave risco de assistir. O sentimento de justiça internacional tem cavado mais fundo desde então. Nas relações com os outros países o espírito americano manifesta-se antes leal e franco. Engana-se muito quem o lobrigar sempre à espreita das ocasiões de aumentar o seu já tão considerável território. As conquistas ultimamente realizadas, exceção feita de Porto Rico que representa uma necessidade da defesa e uma condição da supremacia no mar das Antilhas, foram mais impostas pelas circunstâncias do que intencionais. A política de extensão territorial, hoje que as fronteiras se acham consolidadas, está longe de encontrar unânimes defensores, principalmente entre as classes cultivadas e diretivas – se assim as podemos qualificar nesta vigorosa e ciosa Democracia. O entusiasmo pela causa cubana não escondia nem esconde gerais desejos de incorporação: foi em grande parte uma

²⁶³ OLIVEIRA LIMA, Manoel de. A política externa. In. **Estados Unidos: impressões políticas e sociais**. Brasília: Senado Federal, 2009. p. 306-307.

característica expansão de americanismo, a florescência das sementes de amor da liberdade humana que a guerra gloriosa da independência e o desenvolvimento muito mais glorioso da União numa atmosfera de paz depositaram na alma nacional²⁶⁴.

Como se sabe, no entanto, as posições de Oliveira Lima sobre os Estados Unidos mudarão consideravelmente nos cinco primeiros anos do século XX. Embora não negue as considerações feitas nos períodos de entusiasmo, sua visão sobre o “expansionismo americano” e a cultura política dos americanos do Norte se inverterá. Se os Estados Unidos antes tinham potencial para divulgar um republicanismo democrático – não por causa de, mas a despeito de sua forma por vezes brutal de avançar sobre os territórios latino-americanos e suas enganosas estratégias de negociação diplomática –, a partir principalmente de 1904, Oliveira Lima passará a ser uma referência na oposição ao monroísmo do Barão do Rio Branco, entrevendo perigo e encarando com hostilidade o imperialismo norte-americano, como demonstra esta reflexão de 1907:

Os Estados Unidos queriam em tempo de Monroe, exatamente como agora, em tempo de Roosevelt, ser um acima de todos, e por isso fizeram constantemente ouvidos de mercador às reivindicações e acenos de camaradagem das suas irmãs latinas. É evidente que professavam atacar-lhes a soberania: nunca empregaram outra linguagem nem poderiam, razoavelmente, pensar em empreender outra contra o resto do continente, guerras de conquista, como as que nos meados do século XIX intentaram com conhecido êxito contra o México, vizinho, que foi o bode expiatório dos primeiros brutais arrancos imperialistas do colosso²⁶⁵.

Essa crítica viria, posteriormente, a desembocar na defesa de uma aproximação com os vizinhos latino-americanos, mas a partir daqui deixamos de acompanhá-lo.

Portanto, o eixo central da discussão sobre os Estados Unidos em Oliveira Lima residia no problema de seus impulsos dominadores, sempre visto como negativos, mas não obstavam a capacidade do país em conduzir uma trajetória essencialmente democrática. Poucos anos depois, no entanto, em parte por uma preocupação com a pouca atenção que a chancelaria do Barão do Rio Branco dava às questões comerciais para focar no estabelecimento de fronteiras, e em parte numa

²⁶⁴ OLIVEIRA LIMA, Manoel de. Estados Unidos..., p. 305-306.

²⁶⁵ OLIVEIRA LIMA, Manoel de. **Pan-americanismo**: Bolívar, Monroe, Roosevelt. Brasília, DF: Senado Federal, 1980. p. 39 *apud* BORGES, Livia de Carvalho. **Sociabilidade e Política**: Oliveira Lima, Joaquim Nabuco e o Pan-Americanismo (1899-1907). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, UNESP. Franca, 2007. p. 119.

iniciativa de oposição à pessoa do próprio Barão, por questões mais pessoais, Oliveira Lima, além de se tornar um simpatizante da monarquia, se virará completamente contra o “monroísmo” e passará tanto a criticar a aproximação diplomática com os Estados Unidos quanto a duvidar da capacidade do “colosso” do norte em ser uma inspiração democrática.

Por sua vez, o argumento central do monarquista Eduardo Prado em seu *Ilusão Americana* estava baseado na condenação da experiência republicana na América como um todo, isto é, do sentimento americanista enquanto utopia de uma comunhão de repúblicas. Enfatiza-se a corrupção, a violência repressiva dos Estados e principalmente o histórico de conflitos internos e guerras entre as nações “ibéricas americanas”. Prado propõe formas originais de ver a história dos Estados Unidos, acentuando ser essencialmente impossível uma colaboração real entre as nações sul-americanas e caribenhas e os Estados Unidos, dado o histórico volátil e traiçoeiro da diplomacia norte-americana. Ingratos foram os americanos com Maria Antonieta e o rei Luís XVI da França, afirma Prado, que deram suporte à revolução americana, só para verem, durante a revolução de 1789, a nova nação independente americana cortar relações com os franceses. Hipócritas também em relação às lutas políticas na América do Sul e no Caribe, pois pouco contribuíram em seus processos de independência e nada fizeram para diminuir as tensões entre esses países, quando não incendiaram os conflitos. Decretando que o passado das relações entre os Estados Unidos e os demais países americanos provaria o quão insólita era a postura em que seus contemporâneos monroístas incorriam, Eduardo Prado afirma:

Poderíamos encher páginas e páginas de extratos de livros, de jornais e de discursos de americanos interpretando a chamada doutrina [Monroe] num sentido bem diverso da interpretação jacobina que hoje é acreditada no Brasil. Preferimos, porém, relatar simplesmente os fatos²⁶⁶.

Põe-se, então, na primeira parte do texto, a relatar os “fatos” lembrando que “toda a política interior e exterior” dos Estados Unidos “naquela época” – da enunciação da mensagem do presidente americano James Monroe, em 1823 – estava subordinada ao interesse do escravismo. Afirma que os norte-americanos despenderam significativos esforços para impedir a independência do Haiti e, por conseguinte, a extinção da sociedade escravista, chegando a solicitar a interseção da Rússia para frear as agressões da Espanha contra suas ex-colônias, visto que as reações do México e da

²⁶⁶ PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. Brasília: Senado Federal, 2010. p. 18.

Colômbia poderiam reforçar o discurso libertador no Caribe. Não menciona, porém, a pressão feita aos Estados Unidos pela mesma Espanha e pela França ao não-reconhecimento da independência haitiana.

Eduardo Prado sugere que o Congresso do Panamá de 1826 fora convocado por Simon Bolívar no mesmo espírito americanista da doutrina Monroe, disto resultando que a ausência dos Estados Unidos provaria seu desinteresse pelas questões latino-americanas. E segue sua narrativa citando fatos e eventos, bem como discursos de políticos norte-americanos ilustres que demonstrariam a unilateralidade da política da doutrina Monroe; isto é, Prado constrói uma narrativa histórica na qual busca provar que os Estados Unidos não tinham interesse num *americanismo*, numa união entre países americanos, mas apenas intervinham em questões internas ou diplomáticas dos vizinhos continentais quando lhes era vantajoso. Para quebrar, ainda, a pretensão republicana da “interpretação jacobina” do monroísmo, recupera falas de congressistas e administradores estadunidenses que explicitam que a operacionalidade da doutrina não incluía, necessariamente, a sustentação de que a única forma de governo “permitida” pelos norte-americanos na América era a república.

Segue a narrativa através de exemplos que provariam a efetiva indiferença dos americanos do norte com qualquer real autodeterminação americana e, especialmente, brasileira: quando, por ocasião dos movimentos de 1817 um representante de Pernambuco foi bater à porta dos Estados Unidos para pedir apoio, os representantes norte-americanos correram a comunicar tal visita a Portugal²⁶⁷ quando dos conflitos na bacia do Rio da Prata, os americanos do norte agiram de forma arbitrária contra o Brasil a fim de garantir seus próprios interesses comerciais na região²⁶⁸; a humilhação contra o México ao fim da década de 1840, quando lhe subtraiu

²⁶⁷ A historiografia mais recente tem enfatizado os êxitos dessa viagem. Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, encontrou-se na Filadélfia com Caesar Augustus Rodney, assessor da secretaria de Estado dos Estados Unidos para assuntos sul-americanos, ocasião na qual compactuaram que os navios com a bandeira da república pernambucana teriam acesso aos portos norte-americanos, que os Estados Unidos não permitiriam bloqueios aos portos pernambucanos, e que a nação americana permitiria a compra de armas e munições em seu território, mas não se responsabilizaria se os navios com a carga caísse em mãos inimigas. CABRAL, Flávio José Gomes. Independências: os Estados Unidos e a República de Pernambuco de 1817. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 23, n. 1, 2021.

²⁶⁸ Tendeu-se a subestimar a presença dos Estados Unidos nas redes comerciais na bacia do Prata, mas o fato é que entre 1797 e 1822, o número de navios mercantes norte-americanos na região não era muito menor do que o de navios ingleses. PRADO, Fabrício. Conexões Atlânticas: redes comerciais entre o Rio da Prata e os Estados Unidos (1790-1822). **Anos 90**, [S. l.], v. 24, n. 45, p. 133–152.

metade do território, e segue enumerando e descrevendo a “verdadeira solidariedade norte-americana” aos seus vizinhos.

A ideia de que os Estados Unidos eram uma pátria de corruptos, imorais e gananciosos fica ainda mais evidente quando se expõe o problema da manutenção da escravidão. Prado cria duas imagens distorcidas para discutir o regime escravista: a dos senhores de escravos brasileiros, que não teriam apreço real à escravidão, e a dos donos de escravos norte-americanos, em especial os sulistas, que considerariam impraticável um modo de produção não-escravista:

Aquele grande país dera ao mundo um exemplo bem desmoralizador pelo seu apego à escravidão. Enquanto no Brasil não houve escravocratas que tivessem o cinismo de querer legitimar a iníqua instituição, nos Estados Unidos, onde os senhores de escravos foram muito mais cruéis que no Brasil, publicaram-se livros, sermões, com a apologia científica e até religiosa da escravidão, e chegou o momento em que metade do país julgou que, para conservar e estender a escravidão, valia a pena sacrificar a própria pátria americana. O escravismo sobrepujou o patriotismo. E rompeu a guerra civil mais terrível e mais sangrenta de que reza a história [...] ²⁶⁹.

Mapeando historicamente a relação de continuidade entre os senhores do início do século e os estadistas de sua época, enaltecendo sempre a Guerra contra o México como o exemplo mais acabado do tipo de atitude que se pode esperar dos Estados Unidos, além de caracterizar a expulsão de Maximiliano I como desserviço, e que só se concretizou porque os mexicanos não puderam encontrar um “príncipe mexicano”, referindo-se ao fato de que as reformas liberais do imperador não agradaram aos conservadores mexicanos. Todos esses países tiveram processos de independências politicamente instáveis, afirma, mas os brasileiros puderam encontrar um “príncipe português”, e provoca:

O notável escritor americano Gronlund diz que, se os Estados Unidos, na época da sua independência, tivessem encontrado um príncipe inglês, como o Brasil encontrou um príncipe português, a monarquia se teria estabelecido nos Estados Unidos. E o tempo teria feito desta monarquia um regime bem diferente do regime de opressivo monopólio e de cruel plutocracia que é hoje a essência mesma do governo norte-americano. Se se pode dizer isto dos Estados Unidos, com muito mais razão se dirá o mesmo do México. A república, no México, como noutros países da América Latina nunca será uma cousa impessoal; a república aí será sempre um homem ²⁷⁰.

²⁶⁹ PRADO, Eduardo. A ilusão americana, p. 26.

²⁷⁰ PRADO, Eduardo. A ilusão americana, p. 32.

Prado remete às sequenciadas ditaduras militares pelas quais passaram os países latino-americanos, emblematizadas pelo caso de Solano López no Paraguai. Prossegue afirmando que, estranhamente, as repúblicas latino-americanas se vangloriam pela falta de originalidade, visto que suas constituições, de que tanto se orgulham, são cópias toscas da constituição norte-americana. Processo inverso pelo que o Brasil passou, caracterizado por uma suposta tranquilidade na evolução das práticas do Estado, acentuando o traço de continuidade entre a cultura política ibérica e a brasileira, o que fornecia ao império a capacidade de oferecer aos cidadãos brasileiros uma liberdade legítima:

O que colheram desse absurdo, diz a triste história hispano-americana deste século. O Brasil, mais feliz, instintivamente obedeceu à grande lei de que as nações devem reformar-se dentro de si mesmas, como todos os organismos vivos, com a sua própria substância, depois de já estarem lentamente assimilados e incorporados à sua vida os elementos exteriores que ela naturalmente tiver absorvido. No Brasil tivemos a independência, fato lógico do desenvolvimento da sociedade colonial; a monarquia mantida foi o respeito da tradição e a conservação do país na sua índole histórica que ninguém pode mudar. O constitucionalismo e o sistema parlamentar adotados foram, até certo ponto, uma revivescência do passado, uma reprodução das cortes lusitanas, e cousa que muito se harmonizava com a organização quase espontânea, mas sempre representativa e mais poderosa do que se julga dos governos municipais e locais da colônia.

As ideias liberais do século, consagradas nas instituições coevas da independência, acharam uma base histórica em que se firmaram. E isto deu ao Brasil setenta anos de liberdade. Mais tarde, foi em 1889 cometido no Brasil o mesmo grande erro em que os hispano-americanos tinham caído no primeiro quarto do século, isto é, quando artificialmente se quis impor ao Brasil a fórmula norte-americana.

A perda da liberdade foi a consequência imediata, fatal, da desgraçada ideia. [...].²⁷¹

Prado narra, com riqueza de detalhes, o histórico das relações entre os Estados Unidos com o México, num primeiro momento, e depois com países centro-americanos, principalmente Nicarágua, Panamá, Haiti e Cuba, seguindo-se de observações sobre países sul-americanos, com destaque para a Argentina, o Chile e o Peru, sempre tentando demonstrar dois pontos: 1- a doutrina Monroe tal como propagada no Brasil era uma perfeita fantasia dos “jacobinos” brasileiros, e a própria história da diplomacia americana o provava; 2- a experiência republicana na América Latina foi um fracasso.

²⁷¹ PRADO, Eduardo. A ilusão americana, p. 33-34.

Oliveira Lima e Eduardo Prado, assim, usam argumentos muito diferentes e por vezes contrastantes, mas entre a *Ilusão Americana*, de 1893, e o *Pan-Americanismo* de Oliveira Lima, de 1907, distantes em mais de uma década, quer-se fazer acreditar na mesma ideia: os Estados Unidos não eram confiáveis. Desnecessário enumerar todas as diferenças entre Lima e Prado. Eles tinham objetivos políticos divergentes no momento de escrita das obras mencionadas, simpatias diferentes, formações diferentes e usavam argumentos que chegavam a ser incompatíveis entre si – basta que lembremos que Prado era um monarquista aguerrido, e Oliveira Lima um republicano convicto, ao menos até os primeiros anos do século XX. Mas, cada um em seu espaço e a seu modo, eles eram dois dos intelectuais mais combativos na campanha anti-Estados Unidos no Brasil nas décadas de 1890 e 1900.

Posição semelhante tinha Joaquim Nabuco à época da Revolta da Armada, entre 1893 e 1894, mas suas opiniões foram revistas a partir da segunda metade da década de 1890. A permanência de Joaquim Nabuco na legação diplomática em Londres entre 1898 e 1905 resultará uma visão cada vez menos otimista dos projetos políticos europeus, obcecados como eram pela dominação e manutenção de territórios na África e na Ásia, e demonstrando grande indiferença quanto aos destinos civilizatórios das Américas, em especial da América do Sul, lhes importando apenas seu potencial como área de exploração econômica, fosse como mercado consumidor ou como exportador de matérias primas. No processo de reavaliação da situação política que acompanhou sua adesão à República, Nabuco convenceu-se de que os Estados Unidos eram a principal força que impedia que o continente sul-americano tivesse destinos semelhantes aos da Ásia e da África, demonstrando assim, já em 1900, uma forte tendência que ele mesmo denominou “monroísta”, pondo-se inclusive à disposição para assumir a responsabilidade das relações com os Estados Unidos, o que viria a acontecer cinco anos depois²⁷².

Apesar de Adolfo Caminha, Eduardo Prado e Oliveira Lima terem também se atentado à questão americana em decorrência da intervenção norte-

²⁷² “Eu sou um forte monroísta, como lhe disse, e por isso grande partidário da aproximação cada vez maior entre o Brasil e os Estados Unidos. Se eu fosse Ministro do Exterior e o Presidente o consentisse caminharia firme nesse sentido, e em vez de pensar em mim para suceder-lhe daqui a dois anos, deveria talvez pensar você em fazer-me colaborador seu naquela política (unindo as duas legações de Londres e de Washington é o que deverá ser, porque é uma só política, hoje a Inglaterra sendo a mais norte-americana das nações, mas tanto não proponho porque a novidade é para estudar), mandando-me a Washington sondar o terreno.” Carta ao Barão do Rio Branco. NABUCO, Joaquim. **Cartas a amigos**. Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, 2 v. p. 134.

americana na Revolta da Armada, foi Nabuco quem mais se estendeu sobre a questão. A revolta capitaneada por Custódio de Melo e Saldanha da Gama e seu desfecho geraram repercussão extremamente diversa entre eles. Diferentemente dos outros intelectuais citados, o discurso de Caminha sobre os Estados Unidos não era motivado por impulsos pró ou contra a questão americanista, isto é, a ideia de uma união entre as repúblicas americanas, mas explicitarei melhor esta questão logo adiante. Por agora, vejamos os argumentos de Joaquim Nabuco que se encontram em seus livros *A intervenção estrangeira durante a Revolta*, onde se reúnem textos publicados sobre o tema na imprensa ao longo dos anos anteriores, e *Balmaceda*, uma avaliação da guerra civil no Chile em 1891 por meio da análise do desempenho militar do presidente derrotado José Manuel Balmaceda. Verificaremos também como suas opiniões sobre a república e sobre os Estados Unidos mudaram entre o período de publicação dessas obras (1895-1896) e a III Conferência Pan-Americana, de 1906, em torno da qual se criaram discussões profundas que levaram ao rompimento do autor com Oliveira Lima.

Em ambos os livros, as reflexões se dão no campo da diplomacia e da política internacional. No caso do *Balmaceda*, que reúne artigos publicados na imprensa no início de 1895, Nabuco analisa criticamente o livro *Balmaceda: governo e a revolução de 1891*, escrito por Júlio Bañados Espinosa, um jurista e político chileno que fez parte do gabinete de Balmaceda. Com uma linguagem algo exaltada, o autor defende a revolta da armada chilena contra o presidente, que resultou na guerra civil. Identificando aspectos da sociedade e da vida política chilena de fins do XIX que implicam nos méritos e problemas da revolta, Nabuco faz uma leitura em que julga ter tido a revolta um papel “restaurador” da ordem no Chile, pondo fim ao regime instituído por golpe anticonstitucional e mantido à base de um presidencialismo autoritário²⁷³.

Já *A intervenção estrangeira durante a Revolta* – entraremos em seus pormenores pela proximidade com o tema central da pesquisa – é essencialmente uma história diplomática dos eventos da Revolta ocorridos na baía de Guanabara. Compõe-se de cinco artigos principais, cada um dos quais enfatizando um conjunto de fatos que se desenrolaram entre setembro de 1893 e maio de 1894. O primeiro deles, *A intervenção*, inicialmente expõe o desenrolar da negociação entre o chefe dos rebeldes Custódio de Melo e os representantes estrangeiros residentes no Brasil e comandantes

²⁷³ MARSON, Izabel Andrade. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Política, Imaginação e Memória na argumentação de Joaquim Nabuco: um diagnóstico crítico sobre as nações latino-americanas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1-18.

de embarcações estrangeiras ancoradas ou circulantes Baía da Guanabara, visando garantir a circulação destas embarcações de variada nacionalidade e evitar o bombardeio da cidade. Segundo Nabuco, inicialmente eles se mostraram hesitantes em intervir por quaisquer meios no conflito que então se desenrolava. O escritor demonstra como o quadro alarmante que os comandantes estrangeiros presenciavam, aliado a instruções recebidas pelos seus países de origem, levaram-nos a oficiarem Custódio de Melo em 1 de outubro de 1893, alertando-o de que caso houvesse intensificação dos conflitos, interviriam contra os revoltosos. Assinavam a nota os comandantes inglês, português – Augusto de Castilho, importante interlocutor dos textos de Nabuco –, italiano, francês e americano.

Nabuco nota como o ofício veio a calhar para aos governistas, à presidência da República, exercida por Floriano Peixoto, e ao Itamaraty, pois eles haviam tentado, sem sucesso, convocar uma conferência com os representantes estrangeiros no Brasil em inícios de setembro, com a clara intenção de pedir ajuda aos navios ancorados na baía, pelo que todos os convidados responderam em negativa.

O segundo artigo intitula-se *O acordo de 5 de outubro*, versando sobre a atuação dos comandantes da esquadra estrangeira no apaziguamento do conflito. Argumentando numa linha que lembra a de Eduardo Prado, o artigo inicia por demonstrar que os comandantes não estavam animados com a possibilidade de intervir num conflito daquela proporção, sendo levados apenas pela força da situação. Nabuco apresenta um trecho do documento enviado pelos comandantes da esquadra estrangeira aos seus respectivos representantes diplomáticos em que sugeriam ao Marechal Floriano que retirasse as baterias que havia ordenado colocar na cidade, pois seriam inúteis em termos de defesa. A promessa de intervenção dos comandantes só teria sentido se ficasse bem entendido que a cidade não tinha condições de se defender sozinha. A resposta de Custódio de Melo incluía uma insinuação de que, retiradas as baterias, a esquadra rebelde não teria motivos imediatos para atacar. Mas para ansiedade dos comandantes – que apontavam seus olhares com maior apreensão à cidade do que à esquadra rebelde – nos dias seguintes não se viram retiradas as baterias.

Mediante nova nota, do dia 4 de outubro, as forças armadas estrangeiras declaravam que não se imporiam entre Custódio de Melo e o Rio de Janeiro caso não fossem retiradas as baterias. Em 5 de outubro, foi Júlio de Castilhos, o representante português da esquadra estrangeira, escolhido para negociar pessoalmente com o contra-almirante Custódio de Melo a bordo do *Aquidaban*, ocasião na qual o líder dos

rebelados assegurou cordialmente que não conduziria novas hostilidades contra a cidade, e pareceu mesmo jubiloso pelo aparente sucesso da intermediação feita pelos comandantes estrangeiros. É esta diminuição temporária da tensão, mediada pelos agentes estrangeiros – representantes das marinhas dos países envolvidos na negociação e os diplomatas residentes no Brasil – que Nabuco se refere ao mencionar um o “acordo de 5 de outubro”.

O terceiro capítulo intitula-se *O controle dos comandantes estrangeiros*. Nabuco apresenta a situação de um Floriano Peixoto não muito satisfeito com o acordo, pois preferia simplesmente que a esquadra estrangeira debelasse os revoltosos de uma vez e que se mantivesse fortificada e armada a cidade. Nabuco denuncia que o acordo foi uma manobra que resultou em grande golpe na revolta, pois a partir daí a esquadra de Custódio de Melo e Saldanha da Gama não passava de “uma aflição inútil para a população da capital”, visto que seu bloqueio à baía não era sustentável e estavam proibidos de fazer novos ataques à cidade. Numa visão de certa forma branda, Nabuco diz que a partir daí o marechal Floriano já não enfrentava “uma ameaça real”. Afirma-se, na verdade, que “a sorte da revolta foi decidida na câmara do *Aréthuse*”²⁷⁴, o navio francês onde os comandantes se reuniam.

Nabuco parece mesmo ressentir-se de que a revolta não tenha sido mais promissora, afirmando que Custódio de Melo e Saldanha da Gama não teriam posto em perigo a população do Rio num novo ataque, mas uma coisa era deixar de fazê-lo por vontade própria, dando prova de humanidade, outra era não fazê-lo por força da esquadra estrangeira:

Tudo que se vai seguir até a desfeita do almirante Benham, a proposta de capitulação, e ao pânico de 13 de Março, é resultado do golpe de Outubro que paralisou a Esquadra revoltosa, e a fez subitamente decair perante o estrangeiro, perante o inimigo, perante o país e, pior do que tudo, perante o seu próprio chefe e cada um dos seus auxiliares²⁷⁵.

Nabuco assinala, no entanto, que o próprio governo da república, satisfeito ou não com os resultados práticos das negociações, não fazia cerimônia em recorrer à esquadra estrangeira. Na verdade, “à menor dificuldade” ia Floriano solicitar sua intervenção. Estes dois primeiros capítulos projetam um Floriano Peixoto não apenas ditador, mas também inoperante, desprovido de habilidade para lidar com os

²⁷⁴ NABUCO, Joaquim. **A Intervenção estrangeira durante a Revolta**. Rio de Janeiro: tipografia Leuzinger, 1896. p. 33.

²⁷⁵ NABUCO, Joaquim. *A Intervenção estrangeira durante a Revolta*, p. 33.

meandros que a situação exigia. Sua dependência em relação à esquadra estrangeira ficou especialmente demonstrada no caso da fortaleza de Villegaignon, quando foi solicitada pelo governo a mediação do diplomata inglês para que se convencessem os adesistas tardios da revolta a seguir também os protocolos já aceitos por Custódio de Melo.

O relato intenciona passar a ideia de um governo traiçoeiro e imoral, que via o acordo de 5 de outubro apenas como “armistício útil”, dando-lhe tempo de se preparar para um conflito definitivo. Nabuco entendia que, para o governo, o compromisso já nascia letra morta. Mas foi a notícia da vinda de uma esquadra norte-americana que decididamente reanimou a guerra e tirou Saldanha da Gama do papel quase neutro em que tinha se posto até então.

Aí tem início o quarto capítulo, *A violação do acordo*. Nabuco relembra que tão logo assumiu o comando da esquadra rebelde Saldanha da Gama prometeu comprometimento ao acordo, mas não sem assegurar, em nota de 23 de dezembro de 1893, que frente a qualquer mínima agressão vinda das baterias de terra responderia ele com a força da artilharia de que dispunha. Os comandantes, em sua atitude moderada já convencional, lembravam ao almirante Saldanha que um único tiro de canhão vindo da Ilha do Bom Jesus não justificava um ataque à cidade, ao mesmo tempo em que solicitava do governo o desguarnecimento das áreas exageradamente militarizadas. Em nota de 5 de janeiro de 1894, recusava-se o ministério dos negócios exteriores a retirar suas linhas defesa, sem as quais não haveria como dar pronta resposta a um possível ataque dos rebeldes. Como única concessão, prometia-se apenas que os comandantes estrangeiros seriam informados com antecedência em caso de ação ofensiva.

Em nota de 2 de janeiro, no entanto, resultante de reunião convocada pelo comandante norte-americano, Henry Picking, já informado que o governo mandara trazer novos canhões às baterias instaladas no Morro do Castelo, os comandantes estrangeiros formalmente se desobrigavam de continuar protegendo a cidade caso não fossem retiradas imediatamente as baterias. A resposta do ministério das relações exteriores, em 8 de janeiro, demonstrava muito menos temeridade do que antes em relação a um ataque rebelde. Nabuco lembra o fato que então a moral da revolta já estava baixa, a esquadra de Saldanha da Gama estava reduzida e a esquadra legal estava a caminho.

Em nota escrita por Augusto de Castilhos em 14 de janeiro de 1894, afirma-se a importância da atuação dos comandantes estrangeiros na salvaguarda da

cidade até aquele momento e uma previsão que se mostraria certa: tinha ele a impressão de que Floriano Peixoto não tinha a menor intenção de deixar passar aquela rebelião, e pelo contrário, parecia apenas estar aguardando por uma conjuntura favorável para um ataque forte e decisivo. Nabuco ratifica em sua própria voz as palavras do comandante português.

Próximo ao fim deste capítulo, Nabuco faz seus primeiros comentários especificamente voltados aos Estados Unidos, evocando o fato de que em meados de janeiro todos os comandantes estrangeiros que haviam atuado na baía até então, exceto Castilhos, haviam se retirado. A esquadra americana, no entanto, aumentava rapidamente com grandes navios de guerra chegando periodicamente: “Era visivelmente uma demonstração, devida talvez à desconfiança ou receio de preponderância europeia no Brasil”²⁷⁶.

É diante de tal situação que Saldanha da Gama escreve sua avaliação do contexto, enviada em nota circular aos comandantes estrangeiros em 28 de janeiro. Em essência, ele questionava aqueles treinados homens de guerra acerca do estado da esquadra revolucionária, fazendo-se entender que, a bem da verdade, os acordos negociados por eles e seus respectivos representantes diplomáticos conduziram não a um fim pacífico, mas a uma gradual desestruturação das forças rebeldes, permitindo ao governo tempo para organizar seus contra-ataques.

Inicia-se o quinto capítulo, *O fim da revolta*, fazendo das palavras de Saldanha da Gama as suas próprias:

A Intervenção tinha produzido o seu efeito: por um lado, tinha gastado, dia por dia, os elementos ativos e destruído o moral da esquadra; por outro, tinha deixado completar-se por trás dos sacos de areia e das notas diplomáticas a fortificação da cidade e dado tempo ao governo para organizar uma esquadilha, ainda que improvisada, suficiente para dar combate aos navios desmantelados de que a Revolta dispunha no porto²⁷⁷.

Nabuco narra a solicitação de asilo feita por Saldanha da Gama e a ocasião em que Augusto de Castilhos informou ao presidente Floriano a intenção de abrigar os revoltosos. Exalta vivamente o que considera ter sido ao mesmo tempo um ato humanitário e um imperativo do direito internacional que Portugal tenha concordado em receber os marinheiros outrora rebeldes – e aí não deixa de recordar os elos históricos e familiares entre o pequeno país ibérico e o grande império da América do

²⁷⁶ NABUCO, Joaquim. A Intervenção estrangeira durante a Revolta, p. 52.

²⁷⁷ NABUCO, Joaquim. A Intervenção estrangeira durante a Revolta, p. 59.

Sul. Recorda ainda por cima o embaraço internacional em que Floriano se envolveu, exigindo a restituição dos rebelados, e recebendo da Inglaterra uma viva solicitação de que desistisse do intento. Não detalharei a reflexão jurídica que faz Nabuco sobre direito de asilo e crimes políticos.

O sexto capítulo do livro, *Retrospecto*, resume os principais eventos expostos nas páginas anteriores, acrescentando alguns detalhes acerca de eventos específicos e prolongando-se sobre outros que ainda não tinham sido esmiuçados. O sétimo e último, *Conclusão*, é o único em que Nabuco dá mostra de uma posição mais pessoal acerca dos eventos e faz avaliações mais diretas, e ainda assim apenas do ponto de vista jurídico, em especial acerca da legitimidade de uma intervenção estrangeira daquela natureza do ponto de vista do direito internacional.

Na opinião de Nabuco, a própria negociação foi ilegal, inclusive o acordo de 5 de outubro, em decorrência do fato de a esquadra revolucionária não ter sido reconhecida como beligerante. O direito internacional da época atribuía grandes alvitre àqueles que alcançavam esse status; em último caso, reconhecer a beligerância do grupo de Custódio de Melo e Saldanha da Gama significaria que eles estariam aptos a negociar suas demandas com o governo brasileiro de igual para igual, assim como convocar outros entes internacionais a arbitrar as negociações. Em síntese, a presidência da república considerava algo inaceitável.

Admite-se, mesmo assim, não haver estrutura política justificando o reconhecimento: os rebeldes não tinham, afinal, uma proposta política bem definida. Entre tantas reuniões, notas, ofícios e despachos, Nabuco destaca que em vários momentos os representantes diplomáticos levantaram a possibilidade do reconhecimento da beligerância, nunca ocorrida formalmente. Por fim, denuncia – ainda que sem tom de acusação – a cumplicidade dos representantes diplomáticos e dos comandantes estrangeiros com um governo sabidamente autoritário, “jacobino”. Encaminhando-se ao fim do capítulo, afirma - não foi “o entusiasmo republicano” que debelou a revolta, a despeito da resistência militar organizada pelo governo e que ocasionalmente deu batalha aos revoltados. Também decisiva foi a fortificação do Rio de Janeiro: o guarnecimento a cidade, a organização das tropas e da esquadra do norte possíveis por causa do tempo ganho pela esquadra estrangeira. Nabuco afirma que, entre todos, este foi o “precedente mais perigoso da administração” de Floriano.

De outro lado, defende que se criou uma situação de perigo estrutural no país, pois se opuseram justamente os comandos maiores do exército e da marinha, com o risco de uma crise institucional de grandes proporções:

É certo que a República correu um grande perigo com o levante de 6 de Setembro, mas não foi perigo de ordem monárquica; foi o perigo do esfacelamento militar pelo rompimento entre as duas classes que *em nome da nação* fizeram o 15 de Novembro, segundo a formula do Governo Provisório [...]²⁷⁸.

Neste momento, lembremos: o que chamava a atenção de Caminha era o contraste entre as possibilidades de iniciativas econômicas e criativas em solo norte-americano e as reduzidas opções no horizonte de homens como ele mesmo, que não dispunham do favor ou da preferência dos medalhões econômicos e literários. O problema essencial, para ele, era o contraste entre democracia e autoritarismo, exposto com máxima veemência, ora na forma “sociedade monárquica de favor x sociedade democrática republicana” (quando a república é enaltecida como a única maneira viável de realmente extinguir os privilégios aristocráticos), ora na forma “república militar autocrática x república civil democrática” (que só se apresentou plenamente em 1895, quando superado o governo de Floriano Peixoto), o que denunciava a imaturidade da república brasileira, que Caminha talvez estivesse começando a ver como precoce.

Isto se dá principalmente pelo fato de que nosso escritor fora oficial da Marinha, e, embora não tenha formulado a situação dessa forma, dificilmente sua imaginação não viria questioná-lo, caso ainda fosse marinheiro, sobre o lugar que ocuparia naquele conflito. Segundo um de seus biógrafos, o Ministério da Marinha teve lembrança de lhe oferecer o comando de um navio da esquadra legalista, convite que ele recusou²⁷⁹. Infelizmente, não há em nossas fontes referências a este fato que pudessem dar mais detalhes do episódio. Mesmo assim, caso ainda fosse um oficial, ele estaria de um dos lados – teria de estar – ou, talvez, colocado em uma situação limite, teria feito quatro anos depois o que fez de fato em 1889: pediria demissão.

²⁷⁸ NABUCO, Joaquim. A Intervenção estrangeira durante a Revolta, p. 123.

²⁷⁹ “Tinha tido, é certo, a oportunidade de recuperar seu lugar na Marinha quando, por ocasião da Revolta da Armada – setembro de 1893 – lhe fora oferecido o comando de um dos navios da esquadra, por parte do governo. Fora até muito longe – e recusara-o de maneira insólita. Recusara – dissera então – ‘para não apoiar as atrocidades dos esbirros de Floriano!’”. RIBEIRO, João Felipe de Saboia. **Roteiro de Adolfo Caminha**: a vida, o homem, a obra. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

Não se trata de fazer conjecturas desnecessárias, mas de reconhecer que os primeiros anos da república brasileira tiveram como uma de suas características mais marcantes o expressivo protagonismo político da Marinha. Inicialmente pela participação de figuras importantes do oficialato na montagem do novo governo, como Eduardo Wandenkolk, Fortunato Foster Vidal (diretor da Escola de Marinha quando Caminha lá estudou), Custódio de Melo (um dos braços-direitos de Floriano Peixoto até seu pedido de demissão, em 1893) e Luís Filipe Saldanha da Gama – que apenas oito anos antes dava lições de inglês a Adolfo Caminha e aos demais guardas-marinhas no convés do *Almirante Barroso*, a caminho dos Estados Unidos. E depois em decorrência da própria Revolta da Armada.

Foi, provavelmente, o traço militarizado dos conflitos entre os anos de 1893 e 1894 (quando se opuseram um presidente-general e dois almirantes revoltosos, um dos quais seu antigo professor) que trouxe à memória de Caminha a sua visita à “grande nação americana”, muito mais do que a intervenção norte-americana no fim da rebelião. Disto dá testemunho não apenas *No país dos ianques*, mas também o *Bom Crioulo*. Note-se que Caminha publicou dois livros consecutivos, entre 1894 e 1895, ambientados na Marinha. De seu tempo como aluno da Escola de Marinha, é provável que conhecesse muitos dos participantes da revolta, de ambos os lados. Podemos até imaginar situações vividas pelo autor: assistiu ou leu discursos exaltados de algum oficial outrora seu professor, a favor ou contrário à revolta; talvez tenha se tornado líder de uma incursão militar um de seus colegas de turma, vindo a ser considerado um herói (ou um pária, a depender de quem contar); viu, certamente, nomes familiares nas listas de vitimados pelos conflitos que eram veiculadas nos jornais. Afinal, a Ilha das Enxadas havia sido sua casa durante quatro anos, e a Marinha quase a única família com quem conviveu durante parte da adolescência e início da juventude.

E apesar disto, não se sentiu à vontade para expressar-se sobre a Marinha em termos mais pessoais em 1894. Também em Nabuco encontramos uma reflexão que traz nova luz à questão:

Com efeito o que sobressai com a maior evidencia da história da Revolta é a unanimidade da Marinha, porque só a unanimidade teria feito intervir o espirito de classe, e que este interveio, é um facto, porquanto só o espirito de classe podia reunir na mesma revolução Custodio de Mello e Saldanha da Gama, e só ele podia reduzir o marechal Floriano, como o reduziu e ele o declarou ao Congresso, a ir buscar fora do pessoal ativo da armada um official general que se prestasse a aceitar o comando da sua esquadra. Para criar aquela unanimidade na marinha, unanimidade expressa nos três graus:

Revolta, Neutralidade e Abstenção, e confessada pelo marechal Floriano era preciso nada menos do que o sentimento da dignidade ofendida. Foi esse sentimento que o marechal Floriano suscitou em toda ela com a sua desconfiança contra a oficialidade, a marinhagem e os navios, desde a retirada de Custódio de Mello do Gabinete a tentativa de Wandenkolk contra a barra do Rio Grande²⁸⁰.

Se Nabuco estiver certo, só podemos pensar que esse sentimento corporativo deixara de ser uma realidade para aquele jovem escritor, outrora um “garboso oficial”. Em 1894 Caminha tinha apenas vinte e seis anos, e ainda assim já faziam quatro que ele se desligara da corporação. Se seu tempo na Marinha representou tal importância que rendeu dois livros, publicados em espaço de pouco mais de um ano entre um e outro, não foi suficiente para permitir que a revolta mexesse com seus brios; não teve a “moral ofendida”, nem, aparentemente, tinha nada especialmente grave a dizer sobre a guerra civil.

Isto explicaria parcialmente porque decidiu manifestar-se sobre a questão americana republicando seu relato de viagem. De resto, nunca soubemos suas opiniões acerca da revolta. Não publicou, nesta época, uma única linha explicitamente sobre a questão. É compreensível que suas opiniões avessas ao governo de Floriano Peixoto não tenham sido publicadas, como aliás não o foram até 1896 – ao menos não como parte de uma avaliação política mais ampla; Caminha tinha muita ciência da posição complicada em que se encontrava, sendo *persona non grata* dentro da corporação, e estando sujeito a ser vítima da censura da ditadura florianista. Contudo, não sabemos explicar o porquê de não ter se manifestado, também, sobre as ações de Custódio de Melo e Saldanha da Gama. Mas é fato que a Revolta da Armada revolveu suas memórias e o motivou a novamente falar sobre os Estados Unidos, mas, diferentemente dos outros intelectuais aqui analisados, não era nem o problema diplomático nem o identitário que o incomodava, mas o das formas de sociabilidade na nascente república. Nesse caso específico, foi a dramática oposição entre o almirantado e a presidência militar que lhe atizou.

Em última instância, todos se preocupavam com o processo de construção do Brasil enquanto nação moderna, mas a preocupação de Caminha situa-se num nível diferente da nação. Sua defesa do republicanismo e exaltação da república americana não partia da noção de Estado-Nação como ente jurídico-político, nem de uma reflexão acerca do sistema internacional, isto é, não se construía enquanto exercício de abstração,

²⁸⁰ NABUCO, Joaquim. A Intervenção estrangeira durante a Revolta, p. 123-124.

mas sim enquanto busca de soluções para problemas reais e tangíveis vividos por ele ou por pessoas próximas, conforme já argumentamos no tópico anterior. Quando os rumos da república dos marechais evidenciaram que ela não era capaz de solucioná-los, o ímpeto republicano caiu por terra.

Com essa breve exposição, quis apenas demonstrar os principais argumentos circulantes no Brasil acerca dos Estados Unidos, focando na questão da potência do norte como referência democrática e republicana. O tema é vasto e inesgotável para o tópico de uma dissertação. A intenção foi demonstrar as similitudes e discrepâncias entre a argumentação e – talvez mais – a sensibilidade política caminhiana e outras formas de argumento então existentes. Intencionalmente foram deixados de fora da análise textos e autores cujas entradas no debate estavam mais preocupadas com a montagem institucional do governo republicano brasileiro do que com o problema dos Estados Unidos enquanto referência política; o caso mais famoso talvez seja o do debate entre Campos Sales e Rui Barbosa durante a constituinte de 1890, que fizeram leituras profundas, mas radicalmente diferentes do federalismo norte-americano²⁸¹.

Ademais, novamente recuperando a perspectiva de Bernardo Ricupero esboçada anteriormente, defendo a existência de uma preocupação especificamente democrática em todos estes argumentos: em algum nível, estes sujeitos estavam todos interessados no progresso civilizacional brasileiro, e a vivência democrática se arranja de diferentes maneiras dentro desses projetos. Mas, me parece, Adolfo Caminha apresentou os argumentos mais afinados com esta preocupação. Se é verdade, como já expliquei, que os discursos sobre os Estados Unidos tendiam a privilegiar, de um lado, a questão da identidade política da nação brasileira, e do outro, as relações diplomáticas interamericanas, também é verdade que *No país dos ianques* não demonstra preocupações elevadas em nenhum destes dois campos. Caminha está preocupado, antes de tudo, em atenuar a excruciante desigualdade de oportunidades resultante da sociedade de favores. Favores que, percebia ele em 1896, não haviam sido extirpados.

²⁸¹ Em sua incansável busca pela estabilização do poder judiciário como substituto do poder moderador monárquico, Rui Barbosa julgava importante que a federação tivesse um centro regulador capaz de articular a estrutura burocrática dos estados e os interesses gerais da nação, enquanto Campos Sales, fazendeiro de café e representante desta categoria, buscou ao máximo manter a autonomia dos estados, lançando um conjunto de propostas que, se aceitas, teriam levado a uma *confederação*. LYNCH, Christian Cyril. O momento oligárquico: a construção institucional da República (1889-1891). In. VISCARDI, Cláudia; ALENCAR, João Almino (org.). **A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2016. p. 20-33.

Assim, defendo que em seu relato de viagem Adolfo Caminha manejou as ideias de “progresso” e de “civilização” não de forma integrada, como era recorrente, unindo num só termo o desenvolvimento material, o progresso humano e a evolução político-jurídica do Estado – conforme veremos no capítulo a seguir –, mas de forma mais ou menos compartimentalizada, onde o surgimento da república no Brasil não era algo esperado, natural, inevitável, como queriam os positivistas, mas resultado de ações políticas deliberadas que não necessariamente impeliam a nação a estágios mais avançados, isto é, não implicava necessariamente em progresso. A república brasileira ainda estava em processo de construção, e ele, particularmente, não assumia compromisso algum com a dimensão jurídico-política da civilização. Segundo o Adolfo Caminha menos empolgado da *Nova Revista* de 1896, por si só o 15 de novembro não realizara coisa alguma, mas o Adolfo Caminha de *No país dos ianques* considerava a proclamação do novo regime um passo decisivo no progresso civilizacional brasileiro, mas mesmo aí, já em 1890 – se considerarmos a data provável de redação do texto –, a ideia da inconclusão da nação se esboçava.

4. O problema da Civilização: progresso, raça e a nação civilizada em linguagens políticas de fins do XIX

Embora em menor grau do que conceitos como *revolução*, *constituição*, *liberdade* e *república*, o conceito de *civilização* também vem sendo alvo de diversos estudos desde o início do século XX. Este capítulo não tem intenção de fazer um exercício de História dos Conceitos – embora vá estar em diálogo constante com esta –, mas refletir sobre o significado e os usos de uma palavra que em certo momento do século XIX parece ter reunido em si todo um conjunto de expectativas de futuro, a fim de verificar sua participação na montagem dos argumentos que compunham os jogos políticos nos quais Caminha se inscreveu.

Quando verificado o uso do termo *civilização* em *No país dos ianques*, percebemos que ele e seus derivados (civilizado, civilizador etc.) aparecem no texto apenas nove vezes. Mas assim como pode ser verificado em praticamente qualquer meio de veiculação de discurso, como a imprensa, o parlamento e a literatura, a noção de civilização é o referente geral das propostas e avaliações feitas ao longo de todo o texto.

Norbert Elias, autor do mais famoso estudo sobre a ideia de civilização, demonstrou que ao longo do medievo e da era moderna os comportamentos indesejados, porque animais ou inadequados à situação, foram sendo suprimidos do cotidiano das altas classes. Elias apresentou o surgimento da ideia própria de civilização como uma força que apreende a totalidade de uma comunidade, focando na Alemanha (*Zivilization*) e na França (*Civilization*), onde na primeira esse surgimento se deu a partir da diferenciação do conceito de *Kultur*, e na segunda como derivada da ideia de *Civilité*.

No entanto, sua análise estava interessada na gênese, na estruturação da ideia e na generalização nas sociedades europeias, de forma que a análise se interrompe antes de chegar no que ele chamou de “século do progresso”, o XIX, quando a palavra vai ser ressemantizada de maneira a significar um processo histórico evolutivo, em etapas. Em termos gerais, podemos dizer que o conceito já estava determinado pelo sentido que ela foi assumindo nos séculos anteriores: conforme esclarece Elias, “civilização” é um espelho imaginado, é a síntese de como o ocidente (entenda-se a

Europa e a parcela europeia dos costumes e hábitos mentais e intelectuais nas Américas) vê a si mesmo²⁸².

Isso quer dizer que, a partir do início do século XIX, em cada momento, aquilo que se deseja divulgar como a imagem do ocidente pode ser em alguma medida encontrado no conteúdo de valores ligado ao termo, assim como seu uso é sempre uma ação simbólica. Daí, talvez, o estranhamento que sentimos quanto à aparente dispersão semântica do conceito, isto é, nenhuma definição ao termo parecerá completa o suficiente até a definição clássica de Samuel Huntington nos anos 1990, onde “civilização” era a maior campo delimitável de semelhanças culturais entre grupos sociais. Esta é, ainda hoje, a definição mais corrente²⁸³. Por outro lado, nunca será demais lembrar que o ele é escorregadio por seu próprio caráter multicêntrico e polissêmico. É um “guarda-chuva”, para usar uma expressão corriqueira, podendo referir-se “ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes”²⁸⁴, assim também como passou a se confundir com as ideias de “Estado”, “povo”, “nação”, “cultura” ou mesmo com limites étnicos.

O historiador holandês Pim den Boer tentou historiar a palavra²⁸⁵. Remetendo ao aspecto geográfico da ideia de ocidente, Boer lembra que o conceito só ganhou a dimensão que tinha no fim do século XIX graças a um processo de transmissão e apropriação do discurso político nos circuitos transatlânticos na era moderna até o início dos Oitocentos. A ampliação da noção geográfica de ocidente, assim como o contraste entre o ocidente por excelência, a Europa, e sua outra margem, a América, foram fundamentais para a investidura do sentido histórico da palavra na retórica do século XIX, pois como sabemos, em dado momento o termo passou a sintetizar o nível de evolução das sociedades humanas – o que, por sua vez, foi um reflexo direto da compreensão que a Europa tinha do seu próprio nível de evolução em comparação a outras áreas do globo, que passa a conhecer bem em suas dimensões físicas e culturais.

²⁸² ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 23.

²⁸³ HUNTINGTON, Samuel. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**, Nova York, Simon & Schuster, 1996.

²⁸⁴ ELIAS, Norbert. O processo civilizador, volume 1, p. 23

²⁸⁵ BOER, Pim den. Civilização: comparando conceitos e identidades. In. FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo. **História dos conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio, Loyola, IUPERJ, 2007. p. 121-128.

Boer aponta que a primeira forma da palavra, *civile*²⁸⁶, deu origem a *civilitas*, que representava uma comunidade política, e já no século XIII passou a ser usada amplamente no latim medieval em oposição ao não-cívico, condição emblemizada pela figura do camponês. A partir daí *civilitas* passaria a compor o grupo de pares antitéticos comuns no medievo, como romano/bárbaro e cristão/pagão. Os franceses passaram a usar a palavra em meados do século XIV, e Dante popularizou o vernáculo ao emprega-lo como *civilitas humana*, para se referir ao conjunto da humanidade.

Já no século XVIII, a ideia de civilização vai se entranhar nas linguagens empregadas em questões essenciais à manutenção das incipientes nações: a *civilisation* (embora o sufixo *-ité* fosse mais usado) vai aparecer principalmente em Condorcet, que crê ser possível mensurar o nível de progresso das sociedades, e no Marquês de Mirabeau, que fala na religião como a melhor forma de controlar os vícios humanos. Na língua inglesa *civilization* foi usado pioneiramente por Adam Ferguson, também pioneiro na associação entre “civilização” e “progresso”, que logo depois também passará a ser empregada pelos fisiocratas franceses e por Adam Smith, para demonstrar a relação entre a civilização e o uso da propriedade fundiária e do comércio. Os tratados jurídicos começarão a usar a ideia de civilização como sinônimo de uma “elevada noção moral”, de forma que a justiça passa a ser parte inerente da civilização. Nesse sentido, lembre-se mais ainda que o verbo *civilizar* é anterior ao substantivo *civilização*, sendo que o primeiro significava, na linguagem jurídica dos séculos XVII e XVIII, trazer à esfera cível um processo iniciado na esfera criminal.

Por fim, Boer aponta o fato de que no fim do século XIX a palavra passou por um processo de “nacionalização conceitual”, devido ao desenvolvimento de culturas e linguagens políticas específicas no interior de cada estado-nação. O autor sugere que, em se tratando de um estudo desse conceito no século XIX, existem algumas questões principais a serem levadas em consideração:

[...] Quem empregou o conceito de civilização, em que tipo de discussão e quais eram seus motivos? Em segundo lugar, num plano mais geral: quais eram as conotações ideológicas e culturais deste trans-nacionalismo? Quais eram as implicações do emprego desse conceito transnacional num clima de opinião dominado pela ideia de progresso e por perspectiva evolucionista? Em terceiro lugar, quando ocorreram as diferentes nacionalizações do conceito de civilização, em outras palavras, em que momento o conceito foi

²⁸⁶ Vinha de *polité*, no grego, “cidadão”; a forma *civile* no sentido político foi empregada por Tomás de Aquino, que chamou o *zoon politikon* de Aristóteles de *animal civile*.

integrado ao discurso político da identidade nacional e quando foi apropriado por grupos maiores com diferentes posições e com múltiplas identidades?²⁸⁷

O trans-nacionalismo de que fala Boer – e que não se confunde com as reflexões metodológicas da História Transnacional – refere-se ao momento em que “civilização” se tornou um termo comum aos discursos políticos de todos os países ocidentais, assumindo papéis semelhantes em praticamente todos eles, exceto na Alemanha, onde no início do século XX *zivilization* significava a “cultura degenerada do ocidente”, em oposição à *Kultur*, a “cultura pura” dos alemães.

Jean Starobinski também se debruçou sobre a questão. Dividindo a cronologia do termo entre antes e depois de seu sentido “moderno”, o historiador vê a efetiva inauguração da nova fase da ideia a partir do momento, no início do século XIX, em que o substantivo “civilização”, que havia surgido no início do século XVIII no vocabulário jurídico para designar a transformação de um processo criminal em um processo civil (sentido já existente antes, mas designado apenas pelo verbo “civilizar”) deixa de ser considerado um neologismo para se incorporar no vocabulário corrente. A mesma palavra que antes designava um procedimento jurídico passou a concorrer com a representação do atributo de aperfeiçoar a sociabilidade, onde “a religião era considerado o primeiro e mais útil freio da humanidade”²⁸⁸. O autor aponta, no entanto, que uma vez realizado o triunfo do segundo significado sobre o primeiro, logo o sentido jurídico do termo caiu no quase completo desuso.

Entre os vários significados que a palavra passou a agregar, verificava-se os avanços intelectuais e na educação, evolução do comércio, aquisição de bens de luxo e melhoria das condições de vida. Reunidos estes significados, o termo passou a consignar um atributo, passando a ser também um adjetivo: havia povos e nações civilizadas e nações que não eram civilizadas. Foi essa multiplicidade de significados que assegurou sua rápida e ampla difusão. Os principais fatores que contribuíram para isto foi o progresso técnico acompanhado da rápida mudança nas paisagens rurais e urbanas, e também a correlação que passou a ser estabelecida entre nação, raça e civilização; mais do que nunca, segundo Starobinski, o homem percebeu que vivia um momento de ruptura em relação ao passado. A sensação era a de que se passava de um estágio a outro, mais evoluído. A humanidade ganhou um “senso de continuidade”. Goguet, Condorcet, Ferguson e Diderot foram os primeiros a estabelecer “teorias de

²⁸⁷BOER, Pim den. *Civilização...*, p. 127.

²⁸⁸ Conceito do *Dictionnaire universel* (Trévoux), 1771.

continuidade”, que eram, essencialmente, teorias da História, e com a “lei dos três estados” de Comte iniciará a tradição de trazer à esfera científica a análise dessa continuidade, desse passar de um estágio a outro, muito embora o conceito de “civilização” nunca tenha se constituído de fato como categoria analítica nas ciências sociais²⁸⁹.

No entanto, conforme Starobinski sugere:

[...] these theories or philosophies of history are not the important thing. The crucial point is that the use of the same term, *civilization*, to describe both the fundamental process of history and the end result of that process established an antithesis between civilization and a hypothetical primordial state [...] ²⁹⁰.

Dessa forma, a ideia de civilização arrazoa não apenas um processo desejável, mas carrega também uma imagem indesejada. Um projeto civilizador do século XIX podia ser afirmativo (é desejável chegar num ponto X) ou combativo (queremos nos afastar do ponto Y); frequentemente compreendia ambas as formas, reconhecendo algo indesejado de que se deseja afastar e pontuando um estado mais promissor. A permanência do formato normativo da aplicação conceito, seu traço “disciplinar”, para usar uma linguagem foucaultiana, se justifica pelo fato de que até a Revolução Francesa, e mesmo depois, ele era um instrumento de autoridade, de aperfeiçoamento da sociabilidade por meio da coerção, sobretudo por parte da autoridade espiritual cristã²⁹¹. Levará mais um quarto de século para que o conceito assuma valores republicanos, sendo por vezes usado como sinônimo de uma rejeição da autoridade religiosa.

Antes nos referimos ao fato de que, em certo momento do século XIX o vocábulo “civilização” passou a reunir em si todo o conjunto de expectativas dos sujeitos históricos. Nas palavras de Starobinski:

Once the word civilization ceases to denote a fact subject to judgment and becomes an incontestable value, it enters the verbal arsenal of praise and blame. Evaluating the defects and merits of the civilization is no

²⁸⁹ FERES JÚNIOR, João. O Conceito de Civilização: Uma Análise Transversal. In: João Feres Júnior. (Org.). **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. 2ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 423-453.

²⁹⁰ STAROBINSKI, Jean. The word *Civilization*. In. **Blessings in Disguise; or, the morality of evil**. Cambridge: Harvard University Press, 1993. p. 9.

²⁹¹ Apesar de estar apresentando o trajeto do conceito que julgo relevante para nossa hipótese, é importante que se anote que Starobinski encontrou em dicionários de meados do XVIII significados bastante discrepantes da ideia de “civilidade”, que incluíam “esconder sentimentos hostis contra outra pessoa”, “é o contínuo comércio de mentiras”, e o “medo de ser considerado selvagem”. STAROBINSKI, Jean. The word *Civilization*. In. **Blessings in Disguise; or, the morality of evil**. Cambridge: Harvard University Press, 1993. p. 13-14.

longer the issue. Civilization itself becomes the crucial criterion: judgment is now made in the name of civilization. One has to take its side, adopt its cause. For those who answer its call it becomes grounds for praise. Or, conversely, it can serve as a basis for denunciation: all that is not civilization, all that resists or threatens civilization, is monstrous, absolute evil. As rhetoric heats up it becomes legitimate to ask for the supreme sacrifice in the name of civilization²⁹².

A hipótese que viemos construindo está em consonância com a sugestão do autor. De fato, a partir do momento que as nações se arranjam num concerto razoavelmente estável no plano internacional, o plano do discurso político que se volta à política interna, mesmo em sua forma de conformação da política externa, fortaleceu seu traço retórico em meio aos graves debates dentro das disputas por espaço na estrutura política, jurídica e administrativa dos Estados entre os diferentes grupos políticos. Nesse contexto, “civilização” passa a ser um operador do discurso político, na medida em que sua principal função não é mais demarcar a fronteira com a barbárie, mas legitimar projetos e ideologias. A Civilização deixa de ter como principal função compilar Teorias da História, mesmo que nunca tenha perdido esse papel, tanto mais porque só lhe foi possível a centralidade nos jogos retóricos graças à carga semântica da ideia de “processo histórico”. Nesse sentido, segundo termo de Starobinski, o conceito passou por um processo de “dessacralização”²⁹³.

Segundo análise de Bernardo Ricupero, tanto na Europa quanto no Brasil foi o romantismo que deu origem a esse movimento de pensar os rumos da nação enquanto um todo uno, partindo da ideia de civilização, mas enquanto lá ele se deu como reação à rápida industrialização, no Brasil as duas ideias ficaram associadas:

Um dos mais importantes anseios do romantismo europeu, em contraste, é a libertação do homem dos constrangimentos da “civilização”, que associa a uma vida artificial e vazia. De maneira mais ampla, o romantismo europeu pode mesmo se entendido como uma reação contra o capitalismo. Por outro lado, e de forma complementar, o romantismo também é expressão do novo mundo que surge com a ascensão da burguesia.

[...]

²⁹² Uma vez que a palavra civilização deixa de denotar um fato passível de julgamento e passa a ser um valor incontestável, ela entra no arsenal verbal de elogios e culpa. Avaliar os defeitos e méritos da civilização não é mais o problema. A própria civilização torna-se o critério crucial: o julgamento é agora feito em nome da civilização. É preciso ficar do seu lado, adotar sua causa. Para aqueles que atendem ao seu chamado, torna-se motivo para louvar. Ou, pelo contrário, pode servir de base à denúncia: tudo o que não é civilização, tudo o que resiste ou ameaça a civilização é monstruoso, mal absoluto. À medida que a retórica se agrava, torna-se legítimo pedir a sacrifício supremo em nome da civilização (tradução do autor). STAROBINSKI, Jean. The word *Civilization*. In. **Blessings in Disguise; or, the morality of evil**. Cambridge: Harvard University Press, 1993. p. 17-18.

²⁹³ STAROBINSKI, Jean. The word *Civilization*, p. 25.

Em poucas palavras, se o romantismo europeu desconfia da civilização e protesta contra o capitalismo, o romantismo no Brasil e na Argentina opõe-se, de maneira geral, à “barbárie” e tem simpatia pelo capitalismo, ou, ao menos, pelas oportunidades que ele parece oferecer. [...].²⁹⁴

Efetivamente, a palavra “civilização” apareceu cada vez com mais frequência no Brasil ao longo do século XIX. Uma pesquisa rápida no mecanismo de busca da Hemeroteca da BND (Biblioteca Nacional Digital) apresentou nos jornais de 1808 a 1869 cerca de 46.560 ocorrências, enquanto de 1870 a 1899 foram mais de 98.000 ocorrências. O número cairia nas primeiras décadas do século XX, mas voltaria a crescer em fins dos anos 1910. Mas, seguindo o conselho de Boer, identificar a amplitude da ocorrência da palavra apenas atesta que o vocábulo ganhou mais projeção. É necessário averiguar os usos e os suportes ideológicos e teóricos que os embasam.

A nível de produção sobre a história brasileira, identificamos algumas iniciativas de mais fôlego que investigam o conceito em tópicos específicos. Vejamos algumas que se concentram no mesmo período que o nosso. A primeira, e talvez a mais relevante para nossa pesquisa, é a tese de doutorado de André Nunes de Azevedo²⁹⁵. O autor trabalha a ideia de civilização como valor, que no Império era associado a certa concepção de ordem social mantida pela estrutura monárquica e a estabilidade advinda dela, tendo havido uma ressemantização do conceito a partir da república. A hipótese central do autor, com a qual concordamos, é a de que nesse meio tempo houve uma inversão de prioridades entre os valores expressos por “civilização” e “progresso”; enquanto na monarquia a ideia de progresso estava submetida à de civilização, a partir da república a noção de progresso supera a de civilização enquanto valor. A incidência relativamente baixa do vocábulo “civilização” e seus derivados em *No país os ianques* provavelmente está relacionado a isto. No entanto, percebe Azevedo, a relação entre essas duas palavras variava conforme tempo e espaço, visto que cada ação política equacionava a relação entre civilização e progresso de diferentes maneiras.

²⁹⁴ RICUPERO, Bernardo. A ambígua relação entre o romantismo e a “civilização” no Brasil e na Argentina. In. . FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo. **História dos conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio, Loyola, IUPERJ, 2007. p. 267.

²⁹⁵ AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de Civilização e Progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906**. 327 p. Tese de Doutorado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

Já a tese de doutorado de Vinícius Cranek Gagliardo²⁹⁶ foca no papel civilizador que a imprensa atribuía a si mesma no início do processo de constituição da identidade nacional; segundo suas conclusões, os jornais cariocas analisados associavam a ideia de “civilização” às concepções europeias de vida social, e por isso se ocupavam em “educar” a população demonstrando como viviam os homens e mulheres europeus, franceses sobretudo, propagando suas formas de educar, comer, vestir, ler, e assim por diante. Em outras palavras, Gagliardo mapeia, para a imprensa, o que Aníbal Bragança chamou de “eros pedagógico” em relação às editoras.

Eveline Almeida de Sousa empreendeu interessante pesquisa acerca dos usos do conceito na gestão de projetos para os indígenas na Amazônia na segunda metade do século XIX. A autora demarca que os dois principais pontos de tensão eram a mudança da paisagem com o avanço da técnica, onde a construção da ferrovia Madeira-Mamoré foi o fato mais emblemático; e a reabilitação dos projetos de uso da mão-de-obra indígena frente ao avanço do abolicionismo, vendo no trabalho indígena uma forma de avanço geográfico da civilização, por meio da ocupação do território. São analisadas discursos de Henrique de Beaurepaire Rohan, Couto Vieira de Magalhães, Antonio Macedo Costa e José Veríssimo. O primeiro, engenheiro e presidente de província, partia de uma concepção civilizatória ligada à transformação e ocupação do espaço, reforçando a importância da indústria; o segundo, general do exército, previa a inclusão dos indígenas na civilização por meio de aproximações linguísticas e culturais, tendo organizado cursos e dicionários sobre as línguas, costumes e organização social de indígenas; o terceiro, bispo famoso pela “questão religiosa”, promoveu ações catequéticas de “revitalização moral”; e o quarto, afamado crítico literário e etnógrafo paraense, estudava as possibilidades e obstáculos na agregação dos indígenas à civilização por meio da mestiçagem²⁹⁷.

Também incluindo a questão indígena, o estudo de Maria José Barboza centra-se na ação evangelizadora dos monges capuchinhos e nas implicações das políticas indigenistas e da Lei de Terras ao longo do território da Província de Pernambuco. Entendidas como parte de um “processo civilizador”, buscando,

²⁹⁶ GAGLIARDO, Vinicius Cranek. **Imprensa e Civilização no Rio de Janeiro oitocentista**. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

²⁹⁷ Sousa, Eveline Almeida de. **Os ideais de civilização na Amazônia imperial: um estudo sobre os projetos de civilização indígena no Pará (1845-1889)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2011.

sobretudo, a inclusão da mão-de-obra indígena assalariada na ordem burguesa, o estudo foca ainda nos processos de resistência dos grupos indígenas às iniciativas citadas²⁹⁸.

Analisando a construção dos conceitos de “bárbaro” e “civilizado” em *Os Sertões* de Euclides da Cunha, Rafael Vicente Kunst traz nuances à ideia de civilização, refazendo o próprio processo de construção dos múltiplos significados do termo a partir das leituras do autor dos textos antigos, aplicados à questão religiosa, estrutura social e outros campos da vida social. Retoma-se a discussão dos paralelos estabelecidos por Euclides da Cunha entre o sertão baiano e traços das civilizações grega e romana²⁹⁹.

Juliana de Souza Fonseca, por sua vez, se propõe a analisar a reforma urbana de Pereira Passos no Rio de Janeiro (1902-1906), à fim de verificar a relação entre “capitalidade” e “civilização”. A autora argumenta que a nova ordem republicana demandava a reestruturação espacial da cidade que representava o centro político da nação, proposta assim por Pereira Passos buscando valorizar a tradição da cidade como estratégia civilizatória³⁰⁰.

Manejando juntas as ideias de “civilização” e “fronteira”, Taís Giacomini Tomazi³⁰¹ retoma a ideia de inclusão no mundo civilizado através do consumo e da cultura material por meio da análise do cotidiano em Alegrete, Rio Grande do Sul, onde se percebia que a ideia de “mundo civilizado” era alimentada por produtos locais, produtos europeus e os da região platina, rompendo com a ideia de que a Europa era a única fonte de civilização.

Analisando a Fortaleza de fins do século XIX e início do XX, Gleiciane Nobre analisa o papel da sensibilidade amorosa no processo civilizador, onde se verificava resquícios dos avanços e recuos em relação ao que os fortalezenses percebiam como “civilizado” ou “incivilizado” em elementos como crimes passionais, declarações e cartas de amor, a formação de famílias e em textos sobre o tema

²⁹⁸ BARBOZA, José Maria. **“Civilização” e “moralização” de índios na província de Pernambuco entre 1850-1889: mão de obra indígena.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2015.

²⁹⁹ KUNST, Rafael Vicente. **Os usos da Antiguidade clássica na elaboração dos conceitos de barbárie e civilização na obra *Os Sertões*.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2012.

³⁰⁰ FONSECA, Juliana de Souza. **Capitalidade e Civilização na Reforma Urbana de Pereira Passos.** Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2007.

³⁰¹ TOMAZI, Taís Giacomini. **As nuances da civilização: consumo e cotidiano na fronteira meridional do Brasil, Alegrete (1846-1891).** Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em História, Santa Maria, 2018.

veiculados na imprensa, bem como onde estavam mais dispostos a romper com esse modelo³⁰².

Ainda no Ceará, mas agora no espaço do Cariri, na cidade do Crato, Maria Daniele Alves analisou a retórica civilizatória do jornal *O Araripe*, que circulou na cidade entre 1855 e 1864. Segundo a autora, o jornal, pertencente ao Partido Liberal, defendia um projeto de civilização que trazia a agricultura como base econômica que levaria ao progresso. Numa região carente de mão-de-obra, no entanto, essa posição vinha aliada à defesa da manutenção da escravidão, de forma que a autora percebia, num discurso civilizador liberal, a defesa do sistema escravista³⁰³.

Comprovando a multiplicidade dos suportes e a ampla capilaridade da ideia civilizadora, Lúcio Ferreira analisa as iniciativas de estudo arqueológico no território brasileiro entre 1838 e 1877, em especial as divulgadas ou sob tutela do IHGB, tanto no eixo da “arqueologia nobiliárquica” quanto da “arqueologia do primitivo”. Aponta disputas narrativas e de memória em torno de descobertas e atividades de pesquisa, percebendo, sobretudo no discurso oficial, uma “geoestratégia”, onde a evidência arqueológica subsidiava certas versões da história nacional³⁰⁴.

Também configurações mais recentes do conceito vem sendo esplanadas, como no trabalho de Sandro Marlus Wambier, em que o autor defende que as crises sistêmicas do “capitalismo tardio” datadas do final dos anos 60 e dos anos 70 produziu uma nova relação entre os conceitos de “civilização” e “barbárie”, não mais de antítese radical, mas uma relação dialética, manifestando contradições do tempo de “transição”³⁰⁵.

Estas são algumas das pesquisas encontradas em repositórios brasileiros. Para não nos alongar, não os citamos, mas cada uma dessas pesquisas construiu suas problematizações a partir de referenciais teóricos específicos. Por razões evidentes, Koselleck e Elias foram os nomes mais vistos, mas recorreu-se ainda a George Simmel, Pierre Bourdieu, Robert Darnton, Peter Burke e outros. Com isso queremos comprovar

³⁰² NOBRE, Gleiciane Damasceno. “**Amor, a mais enérgica força do progresso**”: a civilização e a construção das sensibilidades em Fortaleza (1897-1918). Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará. Mestrado Acadêmico em História e Culturas. Fortaleza, 2017.

³⁰³ ALVES, Maria Daniele. **Desejos de Civilização**: Representações Liberais no Jornal *O Araripe* (1855-1864). Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

³⁰⁴ MENEZES, Lucio Ferreira. **Vestígios de Civilização**: a arqueologia no Brasil Império (1838-1877). Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2002.

³⁰⁵ WAMBIER, Sandro Marlus. **Prometeu Traído**: a crise do capitalismo tardio e a nova dialética civilização e barbárie. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2007.

que o conceito de “civilização” foge a qualquer tentativa redutora. Era efetivamente um conceito global e globalizante: global porque, em certo momento passou a nortear as linguagens de todo o ocidente, globalizante pelo traço generalizante das três grandes coisas que ele representava: 1- um grande “nós”, 2- um passado (história/memória) idealizado e 3- um futuro desejado. Ainda assim, como veremos, mesmo esse “nós” é limitado. A hipótese que passaremos a apresentar a partir de agora é a de que a ideia de “civilização” não era, como por vezes pretende a historiografia, unidirecional. Isto é, as *paroles* que lançavam mão de seu significado nem sempre preservavam a ideia de que as sociedades estavam saindo de um ponto X a um ponto Y, haviam discordâncias sobre quais seriam esses pontos e sobre como se mover de um a outro. Além disso, é possível perceber cargas semânticas diferentes aplicadas às *paroles*, isto é, em alguns discursos há uma reflexão mais profunda sobre a ideia por trás do termo, em outros ele aparece de forma corriqueira.

Proponho, na verdade, que o conceito de Civilização era *multicêntrico*, pois haviam variações geográficas no sentido em que ele se manifestava, dada a ocorrência de especificidades nos seus usos conforme as realidades locais e regionais; *multidirecional*, já que o caminho para a civilização não era uma linha reta, e haviam frequentes discordâncias sobre quais decisões seriam mais apropriadas, e dada a própria plasticidade retórica do termo, um mesmo agente histórico podia utilizá-lo de formas variadas; e *multiforme*, já que haviam várias maneiras de alcançar a civilização, e o desdobramento de diferentes projetos políticos/nacionais que se baseiam no conceito poderiam resultar em sociedades muito diferentes.

Não se ignora, contudo, que havia consensos mínimos em torno da ideia de civilização. Segundo Hobsbawm, baseavam os alicerces de um país pretensamente avançado por volta de 1880, com variações locais: um território mais ou menos homogêneo, com soberania internacional e extenso o suficiente para prover desenvolvimento econômico; um corpo de instituições políticas e jurídicas de tipo amplamente liberal e representativo, uma constituição e um Estado de direito, e garantias de autonomia e iniciativas locais; ser composto de “cidadãos”, ou seja, seus habitantes desfrutavam de certos direitos jurídicos e políticos básicos. Dentro dessa perspectiva, o autor percebe a existência de dois grandes modelos de estruturação da vida política e do Estado: o federalismo norte-americano e o centralismo francês, atribuindo a boa parte do assim chamado “mundo subdesenvolvido” traços do primeiro, em especial na América Latina. Esses modelos coincidiam em grande medida com as

formas de governo, pois a maior parte dos Estados centralistas eram, também, monarquias; na Europa, fugiam à regra apenas a França, a partir de 1870, e a Suíça.

Em relação aos indivíduos, era preferível (embora não indispensável) tratar-se de uma população livre. A civilização, no século XIX, de forma alguma pressupunha igualdade social. O dinheiro passou a guiar as relações sociais e políticas, ao invés da ascendência genealógica, mas sua distribuição não era então uma questão relevante, bem como a igualdade jurídica não significava igualdade política. Por outro lado, a civilização pressupunha vigor intelectual, um país civilizado tinha de ter bons escritores, políticos habilidosos, negociantes traquejados, juristas talentosos. Com certo grau de variação a depender de em que país estamos, era desejável que as mulheres fossem capazes de participar da vida social. A população tinha de ser amplamente alfabetizada – por este critério, a Península Ibérica e vários países do leste europeu estavam à margem do desenvolvimento. Havia ainda, é claro, os mais relevantes de todos os critérios: industrialização, comércio e urbanização. Países sem produção industrial significativa ou muito rudimentar e/ou com populações urbanas insignificantes ou sem centros urbanos e comerciais relevantes dificilmente seriam reconhecidos como civilizados num primeiro olhar.

Como o próprio Hobsbawm esclarece, no entanto, nenhum desses critérios era fixo. Pelo contrário, cada um destes elementos sofria avanços e recuos constantes, todos variavam muito cronológica e geograficamente, tanto em relação ao quanto eles ocorriam de fato em cada local quanto em relação ao *valor* atribuído a eles³⁰⁶. Mas nos serve para não permitir que a aplicação da ideia fique tão flutuante.

Em todo caso, segundo creio, apesar da densidade semântica acumulada pelo conceito, a principal função da ideia de civilização no século XIX era retórica: ela servia para legitimar projetos, propostas de intervenção, ideias. Vejamos como o vocábulo e os significados que a ideia informa são operados em *No país dos ianques*.

4.1. “Civilização”: semântica e retórica

Em todos os casos, fica clara a centralidade que estes termos assumem no debate político. O que esse tópico tentará fazer é concretizar aquele prognóstico de Boer, juntando esforços às pesquisas supracitadas: compreender o papel da ideia de

³⁰⁶ HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios**: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 41-46.

civilização no meio do processo de constituição da identidade nacional brasileira, entendendo como o conceito aparece e quais os seus suportes teóricos. Para tanto, parto do pressuposto anunciado no título do capítulo, de que o vocábulo “civilização” foi a ideia fundamental do discurso político brasileiro em fins do século XIX, não apenas enquanto vocábulo, o que nos distancia da história dos conceitos *strictu sensu*, mas também como noção implícita no discurso, permitindo uma reaproximação da ideia de usos políticos da linguagem, na perspectiva de Pocock.

Relembrando os conceitos básicos de sua proposta, verificamos que toda linguagem política é baseada na interação entre seus dois componentes elementares: a *langue* e a *parole*, que grosso modo correspondem às dimensões do significado e da ação linguística, explicadas no primeiro capítulo. Voltando à metáfora de Skinner, a *langue* corresponde ao tabuleiro no momento em que o anunciador do discurso o concretiza; é o estado concreto das coisas e da linguagem com o qual o autor tem de lidar. Em geral, isso se traduz no vocabulário e nas palavras disponíveis para o autor, e o significado que eles carregam naquele momento. A *langue* é o conjunto da linguagem que o autor usará para anunciar seu discurso. Já a *parole* é o lance em si, são as peças se movendo no tabuleiro, é a *langue* manejada e posta em prática. A *parole* é o discurso anunciado, resultado das escolhas do autor após a análise que este fez da *langue*, e as maneiras como a utilizou para articular seus argumentos e atingir certo expediente de efeitos.

Neste tópico, analisaremos o manejo do conceito de “civilização” dentro de *No país dos ianques*, de forma reconhecer seu contexto de utilização, a fim de reconhecer como o vocábulo interage com a *langue* e compõe a *parole*. Reconheça-se desde já, no entanto, que a multiplicidade de significados do termo e a extensão de sua implicação nas linguagens faz com que o vocábulo apenas consigne uma parcela do potencial de ação da *ideia* “civilização”. Isto é, embora a palavra apareça relativamente poucas vezes ao longo do texto, certas noções de “projeto civilizatório” permeiam toda a extensão do relato.

Mas vejamos como a palavra foi usada. Analisaremos sua colocação nas sentenças e o contexto em que ele é usado, a fim de perceber quais momentos solicitaram do autor o uso do termo, o que, por sua vez, nos permitirá identificar o que se buscava justificar por meio da defesa dos valores civilizatórios. Naturalmente, não espera-se que trechos isolados possam descortinar quaisquer respostas mais complexas,

apenas deseja-se ver o contexto de utilização do vocábulo. A seguir passaremos a reunir as nove ocorrências do vocábulo e seus derivados.

1.	“À distância Bridgetown semelha uma pobre cidade desabitada, sem indício de <u>civilização</u> ”. p. 30.
2.	“Há mais pobreza, é certo, mas incomparavelmente o povo é mais educado, mais pronunciado o instinto de <u>civilização</u> ”. p. 38.
3.	“Despir-se a meio corpo um pobre homem, um servidor da pátria, pés e mãos algemados, muita vez depois de três dias de solitária a pão e água, e descarregar-se-lhe sobre a espinha, sobre as espáduas, sobre o peito, sobre o ventre, na cara mesmo, em todo o corpo cinquenta, cem, duzentas chibatadas, em presença de todos os seus companheiros, me parece indigno d’uma geração que se preza, de uma sociedade de homens <u>civilizados</u> , de cidadãos, de cavalheiros que ostentam triunfalmente galões dourados na farda – na farda, que significa a nobreza, a coragem, o patriotismo e a honra d’uma nação”. p. 49-50.
4.	“O autor destas simples notas de viagem, que admira os Estados Unidos como uma segunda pátria, porque ali moram juntas todas as liberdades e florescem prodigiosamente todas as nobres ideias <u>civilizadas</u> , de braços cruzados estendia o olhar cheio de admiração, cheio de deslumbramento por cima das extensas planícies das margens do grande rio”. p. 56.
5.	“Amstras de madeiras, café em grão, fumo, artigos de borracha, constituíam os principais produtos brasileiros expostos à curiosidade dos visitantes de quase todas as partes do mundo <u>civilizado</u> . O pavilhão do Brasil deixava-se ficar em plano inferior aos das outras nações, como se fôssemos um pobre país, cujos produtos não valessem à pena de ser expostos num certame internacional!”. p. 77.
6.	“Abençoada ilha de Cuba, direi muito pouco de teus aspectos, de teus costumes, de tua gente, de tua <u>civilização</u> , mesmo porque a nossa demora em tua bizarra capital, foi curta como um sonho bom. Um epicurista diria que apenas tivemos tempo de mastigar um <i>havana</i> , desses que fabricas aos milheiros e que fazem da delícia dos consumidores do bom tabaco”. p. 118.
7.	“E o leitor, por sua vez, contente-se em saber que Havana, com suas <i>calles</i> irregulares, estreitas e pacatas, é uma pequena capital sem capitais, sobriíssima de diversões populares, quase monótona, mas relativamente adiantada. Não se lhe pode negar certo progresso material e mesmo uma pontada de <u>civilização</u> europeia”. p. 119.
8.	“A gente de Baltimore parece viver uma vida tranquila e descuidada no calmo interior de seu <i>home</i> , longe da mentira social, longe de todo o ruído, beatificamente numa paz invejável, respirando uma atmosfera livre do micróbio daninho das <u>civilizações</u> tumultuosas”. p. 155.
9.	“Anapolis é como uma nota dissonante na <u>civilização</u> americana. Imagine-se um quilombo africano, uma grande aldeia cortada de ruas desiguais, estreitas e desalinhadas, com um aspecto sombrio e detestável de velho burgo colonial, onde se move uma população na maior parte negra e atrasadíssima – e ter-se-á essa antítese da cidade moderna. Bridgetown, a capital de Barbados, avantaja-se-lhe mil vezes com toda sua poeira, com toda a imprudência e miséria de sua baixa população”. p. 162.

Quadro 4: ocorrências do vocábulo “civilização” em *No país dos lanques*

Analisemos cada ocorrência individualmente. A primeira aparece no momento em que o *Almirante Barroso* está a se aproximar de Barbados, e é possível vislumbrar ao longe a capital da ilha: “À distância Bridgetown semelha uma pobre cidade desabitada, sem indício de *civilização*” ³⁰⁷. A construção da frase evoca a sensibilidade trazida pelo *olhar*. Vendo ao longe as praias, montanhas e florestas e a arquitetura baixa e melancólica da cidade, o autor duvida se há ali alguma civilização. A *paisagem* está, assim, entranhada à civilização. Paisagens humanas, vale ressaltar. A sensibilidade é em grande medida educada pela imagem, seja ela em suporte físico, como em pinturas e desenhos ou nas fotografias, seja produzida mentalmente por meio da leitura de poesias, romances e pela imprensa. “Pobre cidade desabitada”, nada mais distante da movimentação frenética, enérgica e imponente de Londres e Paris, do Rio de Janeiro e, talvez mesmo, de Fortaleza. A civilização, em geral, deve produzir um impacto visual específico.

A segunda ocorrência me parece romper com a ideia monolítica de civilização, ela ocorre quando da observação de Caminha sobre as diferenças entre as ilhas de Barbados e da Jamaica, destacando a segunda em detrimento da primeira: “Há mais pobreza, é certo, mas incomparavelmente o povo é mais educado, mais pronunciado o instinto de civilização” ³⁰⁸. Em um “dá-se a entender” de que muitos contemporâneos discordariam, Caminha afirma que Kingston, capital jamaicana, era mais pobre do que Bridgetown, mas as pessoas eram mais civilizadas, ou ao menos, “mais pronunciado o instinto de *civilização*”. A frase é curiosa. Não se pretende afirmar contundentemente que o povo é mais civilizado, apenas se lhe concede o instinto para tal, como algo que não se pode alcançar mesmo havendo uma predisposição no caráter do povo. A afirmação do autor demonstra os dois processos concomitantemente: ao mesmo tempo em que se reafirma a ideia de que civilização e progresso material são indissociáveis, deixa-se à vista a negação desse mesmo princípio. A “pobreza” é contrastada à “educação” da população, que é enaltecida em relação à primeira. Não é equivocado afirmar que, para o autor, os fatores “externos”, a “civilização material”, é menos relevante do que a polidez do povo para determinar o nível civilizatório.

A terceira ocorrência se dá no momento de crítica aos castigos físicos aplicados pelo Capitão Saldanha da Gama em suas tripulações.

³⁰⁷ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 30.

³⁰⁸ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 38.

Em nossa visão, essa passagem antagoniza a civilização à violência em dois níveis: primeiro, numa preocupação com a preservação da integridade física e emocional, típica do novo regime de sensibilidade surgida em meados do século XVIII³⁰⁹; segundo, na ideia de que os militares, orgulhosos de sua farda, “que significa a nobreza, a coragem, o patriotismo e a honra d’uma nação”, não podem compactuar com a violação e agressão do corpo a esse nível, ato de barbárie. O adjetivo “civilizado” reconhece um atributo de comportamento, isto é, de atos e posturas que se julgam dignas em detrimento de outras. Nesse caso, vemos a civilização em sincronia com o projeto de nação, visto que a *razão* pela qual se deseja o aperfeiçoamento do comportamento é o desejo de progresso civilizatório; tratava-se de eliminar um limite ao potencial nacional de progresso.

A quarta ocorrência, também em forma de adjetivo, ocorrida quando da entrada do *Almirante Barroso* em Nova Orleans pelo Mississippi, refere-se agora ao substantivo *ideias*. O termo “ideias civilizadas” revela a crença tanto numa disposição mental mais apta ao processo civilizatório – já que, subentende-se, nem todas as sociedades as possuem –, quanto no efetivo exercício delas, razão do “olhar cheio de admiração”. Naturalmente, sendo a primeira visita (e única, até onde sabemos) do autor aos americanos do norte, Caminha instruiu sua imaginação acerca do gigante do norte por fontes diversas, especialmente, como já vimos, a imprensa brasileira e apreciações de intelectuais franceses. Portanto, não se pode deixar de reconhecer que sua percepção da civilização norte-americana partirá, naturalmente, de sua experiência no país, mas também, em grande medida, das impressões que já trazia. A admiração pelas “ideias civilizadas” não deixa de ser, assim, a expressão de uma visão altamente idealizada da sociedade norte-americana. Ademais, afirma-se que todas as ideias civilizadas “florescem ali prodigiosamente”, reabilitando a ideia de um espaço civilizado por excelência, imune a qualquer forma de barbárie.

A quinta ocorrência, que aparece no relato sobre o espaço da Exposição das Três Américas, retoma a ideia de civilização como possuindo gigantesca abrangência geográfica:

Amostras de madeiras, café em grão, fumo, artigos de borracha, constituíam os principais produtos brasileiros expostos à curiosidade dos visitantes de quase todas as partes do mundo *civilizado*. O pavilhão do Brasil deixava-se ficar em plano inferior aos das outras nações, como se fôssemos um pobre

³⁰⁹ HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

país, cujos produtos não valessem à pena de ser expostos num certame internacional!³¹⁰

O “mundo civilizado” significava toda as partes do mundo em que a barbárie não imperava. Única ocorrência do tipo em todo o relato de viagem, por um lado ela reforça a semântica original do sentido moderno do termo, mas também deixa claro que a dicotomia “civilização x barbárie” continuava informando fortemente a semântica do termo sem ser seu principal artifício retórico. A imagem mental que fazemos ao ler a sentença reconstitui um espaço de sociabilidade de grande importância para o momento, visto que se remete a um momento especial, em que representantes de vários países estavam reunidos. A imagem estabelece um oposto implícito: o de que aquele era, supostamente, um espaço *restrito* ao mundo civilizado, razão de sua angústia ao relatar o estado dos produtos brasileiros em exposição, temendo assim que seu país não estivesse se esforçando o suficiente para estar ali.

A sexta ocorrência, também curiosa, traz uma interessante peculiaridade: o termo civilização, recorrentemente usado para abranger todo o conjunto das características de uma nação, nesse caso foi usado à parte, em separado de “gentes” e “costumes”. Estamos agora na passagem da tripulação por Cuba:

Abençoada ilha de Cuba, direi muito pouco de teus aspectos, de teus costumes, de tua gente, de tua *civilização*, mesmo porque a nossa demora em tua bizarra capital, foi curta como um sonho bom. Um epicurista diria que apenas tivemos tempo de mastigar um *havana*, desses que fabricas aos milhares e que fazem da delícia dos consumidores do bom tabaco³¹¹.

O fato pode indicar que a palavra ganhou alguma autonomia frente à ampla gama de esferas da vida social que antes representava. Na forma como aparece, ela denota, de qualquer forma, uma generalidade, mas razoavelmente circunscrita. Essa circunscrição remete, mais uma vez, ao teor limitado da semântica do termo que vimos na segunda ocorrência. A palavra está sendo usada como sinônimo de um elemento específico da vida social que, no entanto, nesse caso não é de fácil reconhecimento.

Ainda dentro da ilha de Cuba, a sétima ocorrência traz uma dupla conotação de “civilização europeia”, pois aceita a existência de civilizações não-europeias sem deixar de reiterar que “civilização europeia” é sempre melhor:

³¹⁰ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p.77.

³¹¹ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p.118.

E o leitor, por sua vez, contente-se em saber que Havana, com suas *calles* irregulares, estreitas e pacatas, é uma pequena capital sem capitais, sobriíssima de diversões populares, quase monótona, mas relativamente adiantada. Não se lhe pode negar certo progresso material e mesmo uma pontada de *civilização* europeia³¹²

Novamente trata-se “civilização” como atributo, como algo que se pode mensurar; nesse caso, percebemos, em Havana há num grau bem pequeno, uma “pontada”, apenas. O motivo parece ser que a cidade é uma “capital sem capitais”, sem glamour algum, retomando o paradigma da idiossincrasia entre civilização e progresso material. No entanto, nesse caso, também a sensibilidade do olhar é retomada, e de uma maneira bastante interessante. A capital cubana é monótona, sombria, suas ruas são irregulares e estreitas; ora, vislumbramos que a civilização demanda também certo bom-gosto estético. Comentários semelhantes sobre ruas desordenadas foram feitas em relação ao Rio de Janeiro. O autor, efetivamente, compartilha da ideia de que a cultura material também faz parte da civilização, mas menos pela riqueza financeira do que pelos artefatos que é capaz de produzir e por ser prova do gênio humano.

A oitava ocorrência, que emerge no momento do texto em que se relata a visita nas cidades localizadas nos arredores de Nova York, toma “civilização” como sinônimo de agrupamento social organizado, mesmo uso que se fará na ocorrência seguinte:

A gente de Baltimore parece viver uma vida tranquila e descuidada no calmo interior de seu *home*, longe da mentira social, longe de todo o ruído, beatificamente numa paz invejável, respirando uma atmosfera livre do micróbio daninho das *civilizações* tumultuosas³¹³.

Nota-se aqui o ressonar das posições do autor, já analisadas, em torno do debate estabelecido por ele no texto *Nativismo e Cosmopolitismo*. Ao referir-se a “civilizações tumultuosas”, não deixa-se claro sobre quais países lhe vem em mente, mas claramente a crítica implícita é homóloga à exposta na crítica ao cosmopolitismo literário: o excesso de barulho, de vozes, de cores, confundem os sentidos e os sentimentos, tornando a vida superficial e tosca. Não deixa de ser irônico que nesse caso, o contraste real entre a Baltimore protegida desse ruído não era com as outras tais civilizações tumultuosas, mas com as demais cidades norte-americanas, já tão elogiadas pelo autor. Pode-se concluir disto que o autor mobilizava certo grau de idealização em

³¹² CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p.119.

³¹³ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p.155.

torno das sociedades *menos* tumultuosas. Caminha assemelha, assim, Baltimore e as províncias brasileiras.

Por fim, a nona ocorrência designa uma civilização específica, “a civilização americana”:

Anápolis é como uma nota dissonante na *civilização* americana. Imagine-se um quilombo africano, uma grande aldeia cortada de ruas desiguais, estreitas e desalinhadas, com um aspecto sombrio e detestável de velho burgo colonial, onde se move uma população na maior parte negra e atrasadíssima – e ter-se-á essa antítese da cidade moderna. Bridgetown, a capital de Barbados, avanta-se-lhe mil vezes com toda sua poeira, com toda a imprudência e miséria de sua baixa população.³¹⁴

Sem problemas, poderia ser usado o termo “nação” aqui. Há uma sinonímia entre civilização e nação na medida em que a primeira passa a designar o conjunto de hábitos, história, sistema econômico e traços identitários de diversos povos. O fato de reconhecer Anápolis como uma “nota dissonante” na civilização americana reforça a sinonímia, visto que, nesse caso, o conceito de civilização está agregando várias formas de vida social dentro de um mesmo grupo, e não apenas certa maneira de um espelhamento idealizado. Apesar disso, o evidente entendimento de que as especificidades de Anápolis são uma afronta à civilização americana não permite que a cidade se distancie tanto do ideal civilizador: efetivamente, por mais que Caminha deixe a fronteira entre o civilizado e o não-civilizado muito mais movediça do que a maioria dos outros intelectuais, ela permanece concreta. A utilização do vocábulo desta maneira dá certo sentido empírico à palavra, pois assim os povos não precisam mais recorrer nem à dicotomia entre civilização e barbárie nem às abstrações teóricas das teorias evolutivas para ter existência histórica. Nesse sentido, podemos pensar numa ligação poderosa entre as ideias de civilização e nação no século XIX, pois a carga semântica da primeira – a ideia de evolução – subsidia as decisões tomadas pelos que comandam a segunda, enquanto a segunda dá concretude histórica à primeira.

Vejamos os formatos de utilização do termo. É possível distinguir ao menos três formatos. Nas ocorrências 1, 2, 3, 4 e 7 o conceito aparece como *atributo*, isto é, como algo “quantificável”, algo que se possui ou não, ou que se possui em maior ou menor grau. A ocorrência 5 denota uma *delimitação geográfica e cultural de grande amplitude*, que lembra o primeiro uso da forma moderna do conceito, que antagonizava “civilização” e “barbárie”. As ocorrências 6, 8 e 9 definem agrupamentos sociais que

³¹⁴ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p.166.

possuem uma *identidade específica*, podendo a palavra ser substituída por “sociedade”, “país” ou “nação” sem grandes problemas. Naturalmente, esses formatos estão entranhados uns nos outros, de maneira tal que há resquícios dos três em todas as ocorrências.

Fato interessante, porém, é que neste texto, como em vários outros do autor, as noções civilizatórias não estão relacionadas a projetos concretos de construção nacional, a elementos que repitam os valores civilizatórios de Caminha. Na verdade, atendo-nos a estas passagens, notaremos que quase sempre “civilização” aparece para fazer uma observação não acerca de nada que componha um sentido interno ao conceito, mas sempre ao seu oposto. Caminha só utilizou do termo em seu relato de viagem para falar sobre espaços, experiências afetos e estruturas que ele não considerava plenamente civilizadas.

Como se pode ver, há muito que a análise de uma palavra pode descortinar. Não podemos ignorar, contudo, as advertências dos estudiosos citados anteriormente, tanto em perceber que a palavra em si perdeu força nos últimos anos do século XIX, quanto em relação à observação de Pocock sobre o fato de que o estudo de palavras isoladas não é o suficiente para reconstruir os jogos entre diferentes linguagens políticas. Passemos, portanto, a analisar como Adolfo Caminha manejou diferentes concepções civilizatórias, sem necessariamente usar a palavra “civilização”, cruzar isto com as informações que conseguimos produzir acima, e no processo, tentar entender o que o autor estava efetivamente defendendo, criticando, pondo em dúvida, bem como o que lhe angustiava, alegrava, entusiasmava ou desanimava.

4.2. Os indicadores do progresso: mensurando o potencial civilizatório de uma sociedade

O conceito moderno de civilização surgiu para marcar uma diferença, seu par antitético³¹⁵, “barbárie”, identificava o exótico, marcando uma alteridade profunda entre as sociedades europeias e todo o resto do mundo, que passa a ser considerado não-civilizado, ou, a partir de meados do século XIX, como possuindo diferentes gradações de civilização. Se quisermos pedir ajuda da psicanálise, o globo é transformado num

³¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 191-232.

“grande outro”³¹⁶, passando a ser uma referência de recusa: a sociedade europeia passa a se definir fortemente em oposição ao que os demais grupos sociais do planeta eram. Este fato, porém, não inaugura apenas um conjunto de formas de sentir, viver e se expressar, mas por seu grau de profundidade na subjetividade do Ocidente, passa a condicionar em grande medida os parâmetros de comunicação e construção dos discursos. Com o processo de consolidação dos Estados-Nação como unidade essencial do sistema internacional, a fusão do sentimento de pertencimento a uma comunidade – segundo Hobsbawm, sentimento que antecede a constituição do próprio Estado moderno³¹⁷ – com os debates teóricos acerca da evolução das sociedades, das diferentes versões das histórias pátrias, da industrialização, do papel da raça, dentre outros temas, faz surgir uma forma específica de manifestação acerca dos destinos da nação, de sua situação atual, da construção de prognósticos, e assim por diante.

4.2.1. Dinamismo social e o lugar das mulheres

Dois capítulos quase completos foram destinados a observações acerca das mulheres durante a passagem por Nova Orleans. Os comentários incluíram os costumes de casamento nos Estados Unidos, idealizações do belo feminino e observações de cunho etnográfico sobre as mulheres norte-americanas.

Sobre este último tema, tecem-se comentários interessantes. Caminha diferencia as *créoles* e as “verdadeiras americanas”:

As *créoles*, ah! As *créoles*... ninguém as vê que não as fique desejando. Caracteres principais: tez morena, comuns tons de rosa na face, olhos muito negros, criminosos até ao homicídio flagrante, pequenas, delicadas, flexíveis, aéreas quase, conjunto meigo e melancólico, muito sensíveis... A vaga expressão de seu olhar aveludado derrama na não sei que misterioso fluido, cujos efeitos traduzem-se em voluptuosas sensações, secretos desejos de posse absoluta... Como diferem as chamadas *créoles* das verdadeiras americanas! Estas – muito rubras, cabelo cor de ouro, olhos azuis – são frias, quase indiferentes ao amor, egoístas de sua beleza de estatua, vivendo para o trabalho e para a família; aquelas – adoráveis com as suas linhas ideais, com a vaga e comunicativa melancolia de seu olhar voluptuoso – fazem lembrar um povo místico e cheio de bondade d'algum país nebuloso e desconhecido...³¹⁸

³¹⁶ BEZERRA, Danieli Machado. **Lacan para historiadores**. Curitiba: Appris, 2018.

³¹⁷ HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 4a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

³¹⁸ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 88.

Esse olhar etnográfico já foi notado antes. A historiadora Nicola Miller atribuiu a ele um olhar idealizado e racializado sobre o corpo feminino:

The ideal American woman was widely imagined, then, as healthy, wealthy, virtuous, and white. It is perhaps not surprising that it was a visitor from Brazil, where the founding of a republic in 1889 had been closely bound up with the campaign for the abolition of slavery, who made this explicit. The distinguished young Brazilian novelist Adolfo Caminha was an admirer of the United States who spent a few months there and published an account of his trip, *No País dos Ianques (In the land of the Yankees)*, in 1894. Like so many other visitors, he marveled at the “proverbial selfassurance” of US women and compared it favorably with the reticence of women in Brazil, “where ladies are eternally forbidden to compete with the other sex in public life.” Where Caminha differed from other visitors was in his frankness about the extent to which his idealized image of US womanhood was racialized: it was the “blonde” and “blue-eyed” women of the Northern states, particularly of New England, who epitomized the “true American woman,” whom he contrasted with the *Creole* (orig. italics) female population of a place such as New Orleans, with their “dark complexion” and “very dark eyes.” Unlike the Northern women, who were characterized by their independence of mind, what best defined these Creoles from the South was the “voluptuous sensations” that they evoked in him³¹⁹.

Mas é em especial no campo do trabalho e educação femininos que Caminha focará sua análise sobre desigualdades entre níveis civilizacionais. O autor fixa a participação das mulheres no comércio e nos empregos públicos como uma das principais “novidades” que testemunhou em terras americanas, “coisa aliás muito simples” e “muitíssimo natural”, mas não no Brasil, onde as mulheres estão reclusadas em seu espaço doméstico para sempre:

Parece-me que só n’este país ainda não se observa nem se permite esse costume tão natural, tão próprio, tão eficaz mesmo, das senhoras pobres

³¹⁹ Tradução do autor: A mulher americana ideal era então amplamente imaginada como saudável, rica, virtuosa e branca. Talvez não seja surpreendente que tenha sido um visitante do Brasil, onde a fundação de uma república em 1889 estava intimamente ligada à campanha pela abolição da escravidão, quem tenha tornado isto explícito. O ilustre jovem romancista brasileiro Adolfo Caminha era um admirador dos Estados Unidos que ali passou alguns meses e publicou um relato de sua viagem, *No País dos Ianques*, em 1894. Como tantos outros visitantes, ele maravilhou-se com a “proverbial autoconfiança” das mulheres norte-americanas e comparou-a favoravelmente com a reticência das mulheres no Brasil, “onde as mulheres são eternamente proibidas de competir com o outro sexo na vida pública”. Caminha diferenciava-se dos outros visitantes em sua franqueza sobre até que ponto a sua imagem idealizada da feminilidade norte-americana era racializada: eram as mulheres “loiras” e de “olhos azuis” dos estados do Norte, particularmente da Nova Inglaterra, que resumiam a “verdadeira mulher americana”, a quem ele contrastou com a população feminina *creoule* de um lugar como Nova Orleans, com sua “pele escura” e “olhos muito escuros”. Ao contrário das mulheres do Norte, que se caracterizavam pela independência de espírito, o que melhor definia estas crioulas do Sul eram as “sensações voluptuosas” que elas evocavam nele.

MILLER, Nicola. Liberty, Lipsticks and Lobsters. In: KÖRNER, Axell; MILLER, Nicola; SMITH, Adam (orgs.). **America Imaginated**. Images of United States in Nineteenth-Century Europe and Latin America. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

empregarem-se no comércio a retalho. Na Inglaterra, em França, na Alemanha, na Itália e nos Estados Unidos é habito velho, ao que me consta, as senhoras servirem nos balcões, e é de notar que cumprem seus deveres com assombrosa pericia. Às nove horas da manhã, que digo eu! Às seis horas, depois de ligeira refeição, encaminham-se para o trabalho quotidiano, felizes, satisfeitas, envolvidas em grossas capas de lã no inverno, a bolsa de um lado, sem sequer fazerem-se acompanhar. [...].³²⁰

A questão da liberdade feminina chamava atenção não apenas de Caminha, mas é tema recorrente em vários relatos de viagem e outros textos acerca dos Estados Unidos. Oliveira Lima dedicou às mulheres um capítulo inteiro de seu *Estados Unidos: primeiras impressões*. Mais estruturada foi sua posição, que se aproxima da de Caminha em muitas observações, mas se afasta em pontos críticos. Na avaliação do autor, a sociedade norte-americana sobrepunha duas visões principais sobre as mulheres: eram objeto de “deferência e admiração”, principalmente nas regiões com população masculina mais avantajada, como no Oeste e no Alaska; mas também havia entre os homens a compreensão de serem as mulheres “entes de uma inteligência igual à sua”, capaz de assegurar sua subsistência e julgar as coisas com igual astúcia e firmeza, sensação oposta à “tradição latina” de ver a mulher como “objeto de prazer e móvel de luxo”, não sendo vergonhoso aos homens da América do Norte admitir qualquer destas coisas. O autor notava no traço marcante da educação norte-americana de unificar o sistema educacional para comportar homens e mulheres – à exceção do ensino superior, sendo mais comum às mulheres frequentarem, após os ciclos básicos, as escolas profissionais – a principal evidência dessa mentalidade.

O autor afirma, porém, que as mulheres norte-americanas – mas de maneira a reconhecer tal traço no feminino de forma geral – aproveitam-se da posição de ídolo em que são colocadas, transformando “em vítimas os seus adoradores”. Citando e concordando com a ideia exposta no romance *Noblesse Américaine*, escrito em 1898 por Coulevain, diz-se que “os homens americanos respeitam as mulheres mais do que elas se respeitam”, atribuindo à sociedade europeia a influência da “demasiada liberdade de maneiras” que se nota entre as senhoras e moças da alta sociedade, ainda que nos Estados Unidos, onde vigora “a tradicional independência feminina da raça anglo-saxônica”, esse hábito mental seja menos deletério. Menos deletério, entendo, porque a civilização da América do Norte já comportava essa característica, ao contrário da sociedade francesa, em especial – metonimicamente citada na forma genérica de

³²⁰ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 69-70.

“sociedade europeia” –, onde a pressão exercida pela sociedade de corte, cuja civilização se impõe pela etiqueta e pelo comportamento, empurra a liberdade de maneiras à plebe.

Em seu relato de viagem, Caminha nos apresentou a história de Manuel, um guarda-marinha que apaixonou-se por Eva Smith, moça “muito conhecida nos cafés-concertos de Nova Orleans”. Amor correspondido, entre juras e acordos, convivera durante todo o período de estadia da delegação brasileira na cidade: “Viviam felizes como um casal de noivos, longe da cidade, num quarto de hotel, onde havia do melhor vinho e da melhor sopa” ³²¹. escreve diálogos travados entre os dois; se de fato os ouviu ou os inventou, impossível saber:

- Leva-me para o Brasil, Manoel... (ela só o tratava por Manoel).
- Sim, filha, depois havemos de ver isso...
- I love you very much...
- Oh! Yes... I think so... ³²²

E mais à frente, a despedida:

O cruzador segue à viante, majestoso e lento, descreveno uma bela curva no espelho da água, e torna a passar defronte da cidade, apressando a marcha.

[...]

E quando o *Barroso* desapareceu na primeira curva do rio, ainda ouvíamos, tomados de uma tristeza infinita, a mesma voz cheia de desespero, agora abafada pela distância, soluçada e plangente:

– *Good bye, Manoel! Good bye!*... ³²³

Relato aparentemente despretensioso, ele na verdade repõe o método de intervenção no debate que já vimos Caminha usar, no qual maneja-se da sensibilidade de personagens – sejam eles sujeitos da vida real transmutados no papel ou totalmente fictícios – para evocar um problema percebido no meio social, ao invés de apenas expressar-se objetivamente. Vejamos a proposição de Oliveira Lima acerca de como as americanas trazem uma forma de alteridade em relação ao mundo:

Justamente, porém, por haverem as americanas aprendido a refinar seu espírito, a Europa exerce sobre elas toda a sedução do seu passado, toda a fascinação da sua história, e o fato das mulheres desta democracia, as quais com seus dotes estão conquistando a aristocracia do Velho mundo, serem muito exigentes com os patrícios e pouco com os estrangeiros, resulta de que os últimos as dominam por aquela espécie de superioridade que elas tentam imitar e encontram realizada nesses produtos de uma civilização mais antiga

³²¹ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 113.

³²² CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 113.

³²³ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 116-117.

e de uma cultura mais acabada. Semelhante prestígio satisfaz-lhe a sede de requinte, como os cálculos matrimoniais alheios a todo romantismo traduzem a ambição de riqueza e posição. Condiz o primeiro com a feição idealista e respondem os segundos ao senso positivo da raça. É uma dualidade que se nota nos vários campos de atividade da mulher americana, alguns deles excelentes.³²⁴

Interessante ver que Caminha e Lima estavam se referindo ao mesmo fenômeno, porém sob perspectivas bastante distintas. Eva – que podia ter ou não o “espírito refinado” de que fala Oliveira Lima, e cuja única indicação sobre suas ocupações é sua presença constante nos cafés e o fato de ser uma “conhecida de todos” – estava talvez seduzida e fascinada, sendo “pouco exigente com os estrangeiros”, ou com um estrangeiro específico, não porque visse em Manoel um representante do “passado da Europa”, embora talvez o ar de oficialidade da farda denotasse algo nesse sentido, mas certamente ele representava uma alteridade altamente idealizada, a atração romântica e o desejo se confundem com o fascínio pelo estrangeiro, pelo diferente.

Estavam referindo-se também a sujeitos sociais um pouco diferentes, provavelmente; enquanto Lima claramente refere-se às senhoras e moças burguesas, instruídas, Eva é moça simples, ou assim se faz parecer. Atribui-lhe ares de inocência e ingenuidade, de amor puro e sincero, nada semelhante à “sede de requinte” e aos “cálculos matrimoniais alheios a todo romantismo” identificados por Oliveira Lima.

Caminha muito provavelmente discordaria da explicação do historiador pernambucano acerca do caráter das americanas e da condução de suas vidas amorosas e casamentos, mas ele também parece ter percebido certa tendência de antepor alguma racionalidade prática ao impulso amoroso entre as americanas, embora, para ele, parece que havia aí uma característica positiva. Não se deixa de notar que os “cálculos matrimoniais alheios ao romantismo” estão muito presentes em uma personagem também d’*A Normalista*, a amiga de Maria de Carmo, Lídia Campelo.

Não sendo burguesa ou bem nascida, os jogos de interesse em que Lídia se inseria eram naturalmente diferentes do tipo de negociação social que as senhoras norte-americanas faziam, ou mesmo das brasileiras abastadas. Não estavam em jogo dotes ou compromissos políticos, apenas a garantia de uma vida confortável e do status de senhora casada. Status esse acompanhado também de alguma dedicação financeira do Loureiro:

³²⁴ LIMA, Manoel de Oliveira. Estados Unidos..., p. 143.

Havia noites em que só saía depois de uma hora da madrugada. Ultimamente almoçava e jantava em casa da viúva. Era mais econômico que pagar hotel, dizia D. Amanda; bastava que ele contribuísse com trinta mil réis mensais e tudo se arranjava ali mesmo em família; de modo que o Loureiro pouco a pouco foi-se fazendo, por assim dizer, dono de casa, chefe da família. Por fim todas as despesas corriam por sua conta e risco. Aluguel de casa, comedoria, roupa lavada e engomada, vestidos para a Lídia, tudo era ele que pagava de boa vontade, sem tugar nem mugir, porque queria e tinha prazer nisso.³²⁵

Mas se, por um lado, Lídia parecia estar essencialmente preocupada em não ingressar solteira na vida adulta e isentava-se de compromissos ou entregas românticas em prol de estabilidade material – mesmo porque não lhe parecia grande sacrifício –, por outro, também devemos reconhecer que a característica principal da Campelinho não é nenhuma negação do laço afetivo, nem, diriam os leitores da *Matraca*, sua “vulgaridade”. O traço positivo da personagem reside em sua capacidade de autonomia em relação às exigências da moralidade burguesa, sua inventividade em pensar soluções para desafios impostos às mulheres numa sociedade provinciana e à liberdade que a jovem concedia a si mesma. Liberdade que se refletia, inclusive, em seu gosto literário, como se vê nessa reminiscência de Maria:

Depois que saíra da *Imaculada Conceição* a vida não lhe era de todo má. Ora estava no piano, ensaiando trechos de musica em voga, ora saía a passear com a Lídia Campelo de quem era muito amiga, amiga de escola, ora lia romances... Ultimamente a Lídia dera-lhe a ler *O Primo Basílio*, recomendando muito cuidado “que era um livro obsceno”: lesse escondido e havia de gostar muito. —“Imagina um sujeito bilontra, uma espécie de José Pereira, sabes? o José Pereira da *Província*, sempre muito bem vestido, pastinhas, monóculo...”
— Não contes, atalhou Maria tomando o livro — quero eu mesmo ler... Gostaste?
— Mas muito! Que linguagem, que observação, que rigor de crítica!... Tem um defeito – é escabroso de mais³²⁶.

Oliveira Lima reitera constantemente a criatividade e a iniciativa das mulheres norte-americanas, mas mantém distância segura da consciência que segundo ele se tem sobre as mulheres nos Estados Unidos, não assumindo, efetivamente, que haja igualdade de capacidades ou na importância das contribuições. Ao citar um exemplo de como as mulheres “influenciam indiretamente” uma cultura, o autor levanta a ideia de que a literatura anglo-saxônica tem um “tom delicado e elevado” que explica-se em grande parte pelo fato de as mulheres serem parte significativa de sua clientela,

³²⁵ CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*, 130-131.

³²⁶ CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*, p. 88.

considerando evidente que em públicos onde leitoras são menos frequentes, os escritores tem maior liberdade. Cita o Brasil como um caso desse tipo, aproveitando para dirigir uma crítica à “imprudente” literatura realista, que poderia ser mais refinada se maior fosse o público leitor feminino.

Mais uma vez, Oliveira Lima explicita uma questão sobre a qual Caminha já havia escrito, e embora suas motivações e perspectivas sejam diferentes, em um e em outro há uma valorização do ato leitor pelo público feminino. Muitos exemplos interessantes podem ser encontrados nos contos publicados por Caminha: em *Velho testamento*, o narrador lembra-se da jovem Virgínia, moça com quem anos antes ele havia passado momentos memoráveis nos bosques e parques, e que “[...] gostava de Arte, lia muito, admirava os grandes artistas como Flaubert, como Zola, mas preferia Gautier, ‘o incomparável Gautier, o mestre dos mestres!’”; em *A mão de mármore*, Luciano conta para um amigo sobre Rosita, uma bailarina de Buenos Aires com quem teve um romance tempos antes, e que vivia lhe falando de outros homens, fato que o desgostava, ainda que “fossem eles muito embora, o Sr. Armand Duval, o Sr. Conde de Camors, ou o Sr. Primo Basílio”³²⁷, o primeiro de “A dama das Camélias”, de Alexandre Dumas, o segundo de “O conde de Camors”, de Octávio Feuillet, e o terceiro de “O primo Basílio”, de Eça de Queirós. E assim também, outras personagens femininas aparecem em diversas situações demonstrando erudição, perspicácia, desenvoltura e habilidade para contornar situações adversas.

Caminha não faz afirmações sobre como um público leitor feminino poderia de alguma forma condicionar a escrita literária em si, mas valoriza consideravelmente a iniciativa de mulheres em conhecer os textos literários, em especial os clássicos franceses. Lima, por sua vez, não desgruda de certas ideias acerca de papéis sociais essenciais, vendo na ativa participação feminina nos Estados Unidos algo a ser admirado, mas também a se ter alguma precaução, e reitera funções e lugares que julga mais condizentes com as mulheres, visto que, segundo ele, mesmo quando elas tem mais participação social, não abandonam preocupações mais “femininas”: cita *A Century of Dishonor* e *A cabana do Pai Tomás*, escritos respectivamente por Helen Hunt e Harriet Beecher Stowe, livros que sensibilizaram o público, o primeiro para a causa indígena, o segundo para a abolicionista. Recorda ainda que durante a Guerra Civil foram as mulheres que se encarregaram de denunciar a crueldade do campo de

³²⁷ LIMA, Manoel de Oliveira. Estados Unidos..., p. 27-28.

batalha e a situação deplorável em que se viram os soldados, mas também não deixa de noticiar feitos como o agenciamento de grandes empresas ou grandes empreendimentos de pesquisa científica conduzidos por mulheres, nesse sentido dando destaque a Helen Gould, filantropa da Cruz Vermelha que não se acanhava em fiscalizar ela mesma a qualidade dos alimentos e as instalações dos doentes. E o autor segue por uma lista de outras mulheres benfeitoras de iniciativas semelhantes e outras mais diversas.

Uma das mais interessantes levantadas por Lima é a *Daughters of American Revolution*, sociedade na qual “só são admitidas descendentes dos combatentes da guerra da Independência”, constituindo uma “inofensiva agremiação patriótica que tem feito muito para a conservação dos monumentos históricos”. O autor, no entanto, vê em todas essas associações um dos “defeitos que a final supremacia social, o abuso da mundanidade e a sub-reptícia influência europeia tem desenvolvido entre o belo sexo americano: o esnobismo [...]”³²⁸. Isto é, uma expressão da suposta humilhação a que as norte-americanas submeteriam seus “adoradores”.

Uma observação interessantíssima feita por Oliveira Lima, talvez mesmo a mais valiosa em seu texto, recoloca o problema da participação da mulher no trabalho no Brasil, agora valorizando a experiência de outros espaços. Se Caminha tem a vivência de uma capital de província e da capital federal, e baliza suas observações pelo que viu nesses espaços, Lima repõe sua própria experiência nas áreas rurais de Pernambuco, lembrando-se das “senhoras de engenho”, que geriam “com competência e economia” suas casas, considerando-as talento e energia desperdiçados, visto que sua inteligência e “interesse pelos detalhes da vida” poderiam “transformar a aparência social do país”. Em seguida, respondendo a uma preocupação nevrálgica no Brasil, o autor explica que, na possibilidade de optar pela participação em qualquer forma de engajamento social, as mulheres norte-americanas não deixam de ser boas mães e esposas, ao contrário do que parece propor a mentalidade brasileira, que não lhes resguarda nenhuma independência, inclusive enquanto solteiras. Aqui parece que há de fato uma aproximação de ambos, visto que dificilmente Caminha discordaria de Oliveira Lima quando este coloca: “[...] a renúncia encontra sua recompensa nela própria quando é voluntária ou necessária, mas é estúpida e odiosa quando se reduz à mera imolação da personalidade no altar da tirania doméstica”³²⁹. Segundo dados levantados por Oliveira Lima, em 1890 quase quatro milhões de mulheres acima de 10 anos de idade tinham alguma atividade remunerada

³²⁸ LIMA, Manoel de Oliveira. Estados Unidos..., p. 151.

³²⁹ LIMA, Manoel de Oliveira. Estados Unidos..., p. 153.

nos Estados Unidos, o que representava pouco menos de 25% da população feminina do país, sendo a maior parte trabalhadoras domésticas, em seguida as operárias, e enfim as profissionais liberais, artistas e intelectuais.

Uma última observação de Lima que vale a pena referenciar diz respeito aos seus comentários sobre o sucesso do movimento feminista nos Estados Unidos, que ocorre, segundo ele, “graças à raça e à educação a mulher”, pois assim “há sido sempre prático”³³⁰, isto é, não teria se perdido em enunciados dispersos e bandeiras desnecessárias. Comentário semelhante àquele divulgado por Caminha em relação ao sucesso do sistema educacional de *West Point*, Oliveira Lima também atribui ao caráter prático da raça anglo-americana a chave para a manutenção de seu estilo de civilização. E, talvez mais interessante ainda para ele, “[...] não julgam as americanas, com suas colegas francesas que tem trabalhado pela emancipação do sexo a que pertencem, que para obter semelhante resultado fosse indispensável tornar a mulher revolucionária e especialmente livre pensadora”³³¹, isto é, admira-se o autor que a política tenha nos Estados Unidos um caráter puramente social, não sendo necessária, como em França, a crítica ao catolicismo para reivindicar qualquer direito. Embora Caminha não se expresse nestes termos, ambas as posições abordadas no texto de Oliveira Lima são encampadas por ele: o autor de *No país dos ianques* é um crítico das iniciativas revolucionárias, mas também um opositor firme de quaisquer clericalismos³³². Há aí entre ambos algum consenso acerca dos termos, dos conceitos e dos procedimentos, mas grande divergência em torno de algumas ideias.

Cotejando as posições levantadas, mas sem nos deter extensamente, podemos afirmar que Caminha e Oliveira Lima concordam que a participação social das mulheres é admirável, considerando um ultraje que se vede às senhoras e moças a presença no trabalho e no espaço público, mas enquanto Caminha parece não estabelecer limites a essa participação, Oliveira Lima reitera certos papéis e funções que apenas podem ser cumpridos pelo “sexo frágil”, mais delicado, gentil e acolhedor. Ou ao menos, recorda que iniciativas que envolvem um espírito de cuidado costumam partir delas, e, portanto

³³⁰ LIMA, Manoel de Oliveira. Estados Unidos..., p. 159.

³³¹ LIMA, Manoel de Oliveira. Estados Unidos..., p. 160.

³³² O conto *No Convento*, publicado na *Gazeta de Notícias* em 1895, relata a história de Oscar de Miranda, um jovem pobre que vive num mosteiro jesuíta sem receber real assistência, e enlouquece após uma rejeição amorosa, culpando aos seus anfitriões por mantê-lo preso e longe do mundo e dos sentimentos por tanto tempo. Já o conto *O sermão*, também publicado na *Gazeta de Notícias*, mas em 1894, apresenta o caso da jovem Joaninha e do padre Lamenha, que passa a se questionar, como os outros personagens do conto, a razão pela qual os padres não podem se casar, subentendendo-se tratar-se de uma regra inútil.

atribui a uma suposta essência feminina um papel social de relevo, mas circunscrito a certos temas da vida social.

No entanto, vale a pena ressaltar que nem a posição radicalizada de Adolfo Caminha, nem a moderada de Oliveira Lima correspondem a posição dominante no Brasil de então: a de que era naturalmente admirável que as senhoras e moças se dedicassem na literatura e em outras formas de trabalho social, mas não se lhes concedia plenamente igual capacidade de inteligência em relação aos homens, nem muito menos era aceitável que qualquer mulher se isentasse de seus papéis de mães e esposas.

O problema da liberdade feminina foi colocado em questão pioneiramente no Brasil pela celebrada educadora norte-rio-grandense Nísia Floresta (1810-1885), nascida Dionísia Gonçalves Pinto, que estabeleceu na capital, em 1838, o Colégio Augusto, instituição de ensino para moças que dirigiu pela década seguinte, até partir em viagem para a Europa em 1849, onde residiria até 1852, retornou ao Brasil, e foi novamente às terras europeias em 1856, e depois novamente de volta ao Brasil entre 1872 e 1875, e por fim novamente a Europa, fixando moradia na França até seu falecimento, em 1885. Seus primeiros textos geraram significativa repercussão, mas foi seu relato de viagem pelas terras italianas que rendeu a mais ampla divulgação na imprensa brasileira quando do lançamento, provavelmente porque a publicação coincidiu com seu retorno ao Brasil. Diversos jornais noticiaram a publicação do texto, *Trois ans en Italie, Suivis d'un voyage en Grece*, veiculado em Paris em 1872. Foi *O Novo Mundo: periódico ilustrado do progresso da idade*, jornal publicado em Nova York, que primeiro retomou a imagem da autora³³³, escrevendo:

D. Nísia Augusta, ao que nos dizem, conta perto de sessenta e dois anos, e é realmente um prazer fazer-se um retrospecto de sua vida e achar-se-á toda ocupada de trabalhos elevados e úteis, que bem mostram que ainda até entre nós a mulher não foi feita somente para criar filhos e encerrar todas as suas aspirações no círculo das afeições domésticas, e que portanto, ‘a mulher não precisa saber muito’. Se há um ‘direito das mulheres’ que de todo o bom grado lhes concederíamos em toda a parte, se déssemos, é o de se ilustrarem,

³³³ De ampla circulação e muito conhecido também no Brasil, foi esta matéria do Novo mundo que reintroduziu Nísia no cenário de debate, visto que seguiram-se a ela manifestações na imprensa acerca das publicações da autora. No texto publicado no *Almanaque Garnier* em celebração ao centenário do nascimento da autora, de autoria de Constâncio Alves, o autor informa que “As primeiras informações que tive a respeito dessa mulher eminente deu-me as o *Novo Mundo*, que fora do Brasil, falava dela com patriótica solicitude. Aquela ilustração, no seu número 23 de março de 1872, publicou o retrato e uma ligeira biografia da escritora”. ALVES, Constâncio. Nísia Floresta Brasileira Augusta. **Almanaque Garnier**. Rio de Janeiro, n. 13, 1913. Assim também, diversos outros textos referenciam a publicação do *Novo Mundo* como ponto de retomada da imagem de Nísia Floresta.

como lhes aprouver, e atirem aos ares o jogo da ignorância em que nós, os casacas, as queremos conservar³³⁴.

Pela segunda metade do século XIX, já não era novidade, embora ainda assunto muito delicado, que mulheres participassem da vida pública como escritoras, principalmente na imprensa. As irmãs escritoras Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, no Rio Grande do Sul, veicularam os jornais reivindicatórios *Escrínio* e *Corymbo*, tendo o segundo existido da década de 1880 até quase 1950. O jornal *O sexo feminino*, de propriedade da escritora e jornalista Francisca Senhorinha da Mota Diniz, foi uma das mais significativas iniciativas na capital no sentido de promover a educação feminina e a defesa da independência financeira das mulheres, desde aí colocando firmemente a ideia de que as mulheres que desejassem tornar-se escritoras, deveriam esforçar-se para conseguir sua autonomia financeira, bem como era necessário estabelecer um campo de luta social que facilitasse isto; o mesmo argumento mais amplamente divulgado em todo o mundo ocidental com mais consistência a partir da publicação de *The room of one's own*, por Virgínia Woolf, um ensaio sobre as condições materiais da escrita feminina, de 1929.

A mensageira, publicado em São Paulo entre 1897 e 1900 por Prisciliana Duarte de Almeida, foi um importante veículo de comunicação acerca da atuação intelectual de mulheres, divulgando as obras de escritoras de várias partes da América e da Europa, e, naturalmente, das várias regiões do Brasil. Chegaram mesmo a haver periódicos como *A família*, editado por Josefina Álvares de Azevedo no Rio de Janeiro nos anos 1880 e 1890, que defendiam que não deveriam ser os homens a liderar os negócios, a política e as famílias, mas as mulheres³³⁵.

Nísia Floresta, portanto, pode ter sido uma voz algo solitária durante seus anos de trabalho residindo no Brasil, nos anos 1830 e 1840, mas certamente não o era quando da publicação de seus últimos textos. Como educadora que era, não teve grandes problemas em se apresentar como figura pública, visto que, desde o seu afamado *Direitos das Mulheres e injustiça dos homens*, de 1832, todos os seus livros posteriores tinham a educação feminina como tema central, salvo algumas exceções. A relativa boa aceitação e acolhida nos círculos intelectuais de então deu-se em parte porque a autora não pretendeu fugir de um circunscrito papel de pensadora da educação, ainda que suas

³³⁴ D. Nísia Floresta. **Novo Mundo: periódico ilustrado do progresso da idade**. New York, p. 5-5. 23 maio 1872.

³³⁵ TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 401-442.

propostas acerca da emancipação das mulheres fossem incômodas. Naturalmente, isto se revelaria como uma tendência, visto que, até os anos 1870, a educação foi o tema dominante nos discursos sobre a condição feminina; posteriormente, o movimento sufragista passaria a ser a ponta da lança das reivindicações dos direitos das mulheres, aí inclusos o acesso à educação³³⁶.

No *Opúsculo humanitário*, compêndio de vários textos da autora, alguns publicados na imprensa, trechos de seus livros anteriores, e ainda outros inéditos, reunidos e lançados em volume único em 1853, uma das obras mais robustas da autora, ela anuncia:

Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado – emancipação da mulher – nossa débil voz se levanta, na capital do império de Santa Cruz, clamando – educai as mulheres!
Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo?
Em todos os tempos, e em todas as nações do mundo, a educação da mulher foi sempre um dos mais salientes característicos da civilização dos povos³³⁷.

Tendo crescido no período revolucionário da província pernambucana, Nísia e sua família tiveram um contato profundo com os princípios liberais – e sua defesa deles muito facilitou sua divulgação na imprensa liberal, e posteriormente, republicana. Note-se, nas palavras da autora, a relação direta estabelecida entre nível civilizacional e a educação feminina. De forma explícita, a autora associa civilização, educação e os princípios liberais, reunindo-os todos numa perspectiva educacional que privilegia o pensar da mulher enquanto ser social, mas recusa qualquer tentativa de reverter os papéis típicos de mãe e esposa, conforme mandava a tradição, como se vê nesta passagem, onde se ilustra um ideal de mulher:

Educação religiosa e moral, espírito eminentemente cultivado, amor do trabalho, de que deu exuberantes provas desde sua primeira juventude, dirigindo com zelo e perseverança o ensino da mocidade, prática das virtudes domésticas no estado de esposa e de mãe, solidez de uma razão esclarecida, coragem heroica [...] ³³⁸.

Argumento deveras diferente daquele levantado por Caminha, para quem as palavras “valores morais” representariam antes um arrepio na espinha, os dois chegam,

³³⁶ SANABRIA, Dennyris Castaño. El feminismo sufragista: entre la persuasión y la disrupción. *Polis: Revista Latinoamericana*, Santiago, v. 15, n. 43, 2016. p. 229-250.

³³⁷ FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. Brasília: Senado Federal, 2019. p. 17.

³³⁸ FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*, p. 39.

no entanto, a sínteses não tão díspares acerca da relação entre civilização e participação social das mulheres:

Quando um tal modelo de perfeições morais se patenteia nos Estados Unidos julgamos ocioso tudo o que pudéssemos acrescentar, para provar o desenvolvimento progressivo da educação da mulher nessa Europa da América, que excederá bem cedo a todas as nações do mundo, pelo gênio empreendedor de seus habitantes, e pelo espírito de associação e de comércio que vai tão grandemente desdobrando³³⁹.

Espírito esse de que participavam as mulheres plenamente, ao menos em aparência, segundo o que constou ao olhar de Caminha. Espírito empreendedor, aliás, de que se serviu Nísia do lado de cá do equador quando da fundação do Colégio Augusto, nome dado em homenagem ao seu segundo marido, então falecido³⁴⁰. Como esperado, o currículo proposto pela escola contemplava todos os saberes essenciais da vida doméstica, mas incluíam, também, aulas de latim, francês e italiano, música, desenho e dança, e mesmo incursões em história, filosofia e geografia. Não faltou quem se desagradasse da proposta.

Para tomar apenas o exemplo mais famoso, em 1847, o jornal *O Mercantil*, de Minas Gerais, denunciava a ingenuidade da diretora da escola: “Há casas de educação que tem o mau gosto de ensinar as meninas a fazer vestidos ou camisas. Mas D. Augusta acha isso muito prosaico. Ensina-lhes latim. E por que não grego e hebraico? Pobre diretora!”³⁴¹.

Não era convencional que se fizesse qualquer concessão ao espaço do feminino por excelência: o privado, o espaço doméstico. A *Gazeta de Campos* refletia, nos anos 1870, sobre o avanço das novas escritoras, as “novas poetisas”. Em texto assinado por “Sylvio”, que não duvidamos ser Sílvio Romero, diz-se:

O aparecimento de um livro escrito por uma senhora não é fato comum nos países de mais adiantada cultura: no Brasil, é acontecimento deveras raríssimo.

³³⁹ FLORESTA, Nísia. Opúsculo Humanitário, p. 40.

³⁴⁰ A edição de 31 de janeiro de 1838 do *Jornal do Commercio* anunciava: D. Nísia Floresta Brasileira Augusta tem a honra de participar ao respeitável público que ela pretende abrir no dia 15 de fevereiro próximo, na Rua Direita nº 163, um colégio de educação para meninas, no qual, além de ler, escrever, contar, coser, bordar, marcar e tudo o mais que toca à educação doméstica de uma menina, ensinar-se-á a gramática da língua nacional por um método fácil, o francês, o italiano, e os princípios mais gerais da geografia. Haverão igualmente neste colégio mestres de música e dança. Recebem-se alunas internas e externas. A diretora, que há quatro anos se emprega nesta ocupação, dispensa-se de entreter o respeitável público com promessas de zelo, assiduidade e aplicação no desempenho dos seus deveres, aguardando ocasião em que possa praticamente mostrar [...] que ela não é indigna da árdua tarefa que sobre si toma. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro, p. 4. 31 jan. 1838.

³⁴¹ **O Mercantil**. n. 17. Juiz de Fora, 17 jan. 1847. p. 3.

Não é que escasseiem ao sexo gentil nesta parte da América provadas vocações para as letras, talentos primorosos nos diversos campos da arte, mas a sua manifestação pública é que não se repete com a frequência a que tem direito.

Vencer a natural timidez, arrostar o ridículo destilado de epigramas do sexo oposto, arcar com as tantas preocupações ainda dominantes, empresa é que demanda uma força de vontade, uma energia de caráter de que poucas senhoras podem dispor.

Era já tempo que os preconceitos bolorentos cedessem a arena as ideias novas, e que a mulher fosse admitida sem reparo a comunhão intelectual de que vive segregada.

Não se infira daqui que pregamos o “bloomerismo”³⁴², e que, por uma reação extravagante, a mulher deve renunciar aos encargos domésticos e aos sagrados deveres da maternidade. O cultivo do espírito e o desempenho das obrigações conjugais consorciavam-se sem relutância, e só a malevolência tacaña o pode desconhecer³⁴³.

Essa era, com efeito, a tendência de boa parte da imprensa não-reivindicatória: defendia-se a presença feminina nas letras, mas não se subtraía das mulheres as obrigações com o lar. A mulher intelectual virtuosa, com efeito, era aquela que bem sabia conciliar o “cultivo do espírito” e o “desempenho das obrigações conjugais”.

Tom mais urgente e enfático usou Alfredo de Paiva, num outro jornal chamado *O Mercantil*, este do Rio de Janeiro: “A preparação científica do espírito a mulher é a aspiração mais ardente dos povos civilizados”, refazendo a associação entre civilização e participação social feminina. Porém, o mesmo autor radicaliza a ideia de uma obrigação com as funções supostamente inerentes a mulher:

É verdade que a mulher tem os deveres da maternidade a cumprir. Tendo que, com seu débil organismo, alimentar um organismo ainda mais fraco. Por esse fato, segue-se que não possa ou não deva cultivar sua inteligência? [...]. Eduquemos, pois, a mulher para a família e para a sociedade, para filha, esposa e mãe; e para cidadã, que é um dos característicos da mulher moderna³⁴⁴.

O argumento final não é tão diferente daquele levantado por Caminha, note-se. Os textos citados até agora tem em comum o fato de, além de fazerem a defesa da pauta em questão, evocam o nome de Nísia Floresta como importante nome da

³⁴² Refere-se a uma tendência na moda oitocentista, divulgada pela jornalista norte-americana Amélia Bloomer, que defendia o uso de peças de vestuário mais confortáveis para as mulheres, com designs que muitas vezes colidiam com o que se esperava de trajes femininos. De ampla divulgação nos Estados Unidos e parte da Europa, o bloomerismo era considerado uma tentativa de ruptura radical. REIS, Laura Junqueira de Mello. Transgredindo as normas: o uso político dos coletes de emancipação. **Revista Veredas da História**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 126-147, 31 dez. 2020.

³⁴³ SYLVIO. A nova poetisa. **Gazeta de Campos**. n. 12. Campos, 16 jan. 1873.

³⁴⁴ PAIVA, Alfredo de. A educação da mulher. **O mercantil**. n. 7. Petrópolis, 24 jan. 1883. p. 2-3.

intelectualidade feminina brasileira. Outro texto de rememoração da obra da autora veio n' *O Paiz*, em 1906:

Com a pobre Nísia Floresta parece que também morreram os que a amaram, e nem ela despida das vaidades terrenas, se magoaria com isso. Julgo que ninguém pensa na posteridade quando escreve, mas só em dar evasão ao pensamento e aos sentimentos que o dominam e afogam. Quem olha de fora, não pode, porém, esconder um movimento de compaixão por essa alma que se consumiu numa chama ardente e de que não se guara nem uma pequena centelha...

Os rio-nortegrandenses vão em boa hora buscar pela mão o fantasma da escritora exilada, que tornara assim a terra que deixou não sei por que, e onde tão ingratamente ficou ignorada [...] ³⁴⁵.

Este memorial foi escrito por uma outra intelectual essencial do Brasil oitocentista, porém contemporânea de Caminha: Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). Tida como a mais importante autora do Brasil entre fins do século XIX e início do XX, Júlia foi uma escritora identificada ao naturalismo cuja obra reflete, principalmente, sobre os diversos dilemas na vida das mulheres em variadas condições, em especial das burguesas e de classe média. Escreveu extensivamente na imprensa, entre contos, folhetins e textos de crítica social, a autora encampou fortemente a pauta da participação feminina no mundo intelectual, tendo colaborado em vários periódicos na capital e nas províncias/estados.

Em seu texto, Almeida recapitula Nísia Floresta como um espírito livre, porém esquecido pela ingratidão de sua terra. Preocupada desde sempre em propor uma “feminização dos espaços” ³⁴⁶, é natural que a autora sinta uma ligação com sua conterrânea, também uma intelectual e escritora, e também ocupante de um espaço conquistado a revelia de muitos. Se Nísia era criticada por sua ingenuidade, fato é que, ao que consta, seu lugar como intelectual não chegou a ser severamente contestado, visto que, como já sugerido, a autora não estava segregada do espaço de debate público, mas o ocupava com relativa liberdade por, supostamente, não fugir de seu papel de professora. Júlia, por outro lado, nunca contestou suas “obrigações” de esposa, ao contrário, as reiterava com frequência – o que inclusive lhe rendeu questionamentos posteriores acerca de sua atuação enquanto voz feminina ³⁴⁷ –, mas era intelectualmente mais “indisciplinada”.

³⁴⁵ ALMEIDA, Júlia Lopes de. Páginas lidas. *O Paiz*. n. 8967, Rio de Janeiro, 4 nov. 1906, p. 1-2.

³⁴⁶ TREVISAN, Gabriela Simonetti. *A escrita feminista de Júlia Lopes de Almeida*. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

³⁴⁷ Apenas a título de exemplo: “A escrita literária de Júlia Lopes de Almeida revela-se como fusão do lirismo retórico romântico e da visão amarga da vida, de influência positivista. Em essência, sua obra

Júlia Valentina Silveira Lopes, filha de imigrantes portugueses, nasceu numa família de intelectuais e artistas, tendo cedo aprendido francês e inglês. Muda-se com a família para Campinas em 1869, onde publica aos dezoito anos seus primeiros textos. A autora se aventurou bastante na juventude, tendo passado significativos períodos na Europa, acompanhada da família ou de sua irmã mais velha, também escritora; chegaram mesmo a residir nos países do Prata, entre 1876 e 1878. Em colaboração com a irmã, Adelina Lopes, Vieira, publicou em 1886 os *Contos Infantis*, que viria a se tornar um *best-seller* após ser escolhido para compor as leituras obrigatórias dos alunos na educação pública do Rio de Janeiro, e pouco depois de todo o país.

No ano seguinte, casa-se com Filinto de Almeida, poeta português residente no Brasil, e fixam residência no Rio em 1888, ano em que também nascerá o primeiro filho do casal e Julia vê publicado seu primeiro romance, *Memórias de Martha*. Continuará publicando romances, contos, peças teatrais e crônicas de forma ininterrupta até seu falecimento, em 1934; não sem razão, os críticos destacam dessa consistência a publicação contínua de uma coluna em *O País* durante mais de trinta anos. Durante sua trajetória, colaborou em vários periódicos focados na vida feminina, bem como integrou agremiações em defesa dos direitos das mulheres em várias ocasiões. Sem nunca descuidar dos temas domésticos, Júlia mantinha uma paixão por paisagismo e jardinagem, tendo mesmo publicado textos de botânica, bem como livros sobre economia doméstica e, em especial, sobre a vida marital e os dilemas das mulheres. Nesse sentido, publicou livros não-ficcionais de conselhos dirigidos a “moças e donzelas”, a mulheres casadas, e também a mães.

Fio condutor de toda a sua obra, ficcional ou não, a temática feminina está presente em praticamente todos os escritos da autora, onde se notam, quase sempre, dois argumentos principais: primeiro, a ideia de que as mulheres podem e devem sair de um lugar de passividade e se esforçar para manter atividades no meio social para além da vida doméstica convencional, embora sem abnegar desta; e segundo, que a educação é essencial para assegurar um campo de oportunidades e plena ação das mulheres.

O primeiro argumento, polemico, expõe a inconformidade da autora em relação aos papéis de subserviência e passividade, assumindo uma postura de espera, que as mulheres pareciam aceitar com alguma facilidade, como se vê na conferência *A mulher*

confirma a ideologia dominante e até mesmo reforça a dualidade contraditória com que a tradição estigmatizou a mulher”.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura:** arte, conhecimento e vida. São Paulo: Petrópolis, 2000.

e a arte, encontrada no acervo da autora na Academia Brasileira de Letras e analisada por Gabriela Trevisan e Margareth Rago:

Só por tecer e não fazer mais nada, transmitiu-nos a historia o nome de Penélope, mulher de Ulisses, que a Odisseia tornou símbolo da fidelidade conjugal. Sem querer desprestigiar essa figura lendária tantas vezes evocada, como exemplo, penso que se essa senhora com o tempo que dispunha e aquela paciência de que deu prova, destramando á noite o que tecera pela manhã, melhor perpetuaria a sua esperança se nessa trama procurasse reproduzir alguma ideia original e de longo desenvolvimento. Suavizaria assim com os elevos da arte a sua viuvez temporária e teria criado alguma coisa...³⁴⁸

A autora recapitula a responsabilidade das mulheres sobre seu próprio destino e a importância de sua resolutividade em agir. Em sua trajetória, Júlia Lopes sistematicamente defendeu o princípio de que as mulheres devam dar consistência as escolhas e caminhos tomados, através de uma prática profissional séria e esforçando-se para produzir coisas úteis ao meio social, tomando por elas mesmas lugar nos espaços e postos de trabalho. Fundamental no processo era, porém, estabelecer maneiras de atuar profissionalmente sem deixar de lado os deveres domésticos. Muitos intérpretes da obra de Almeida afirmam, mesmo, que sua grande especificidade reside justamente aí: mais do que várias outras escritoras que tinham o mesmo intento, Júlia Lopes buscou não apenas conciliar a intelectual e a esposa/mãe/filha; para ela, eram elementos complementares: “Aprender para ensinar! Eis a missão sagrada da mulher. É preciso para isso que a sua leitura seja sã, bem feita. O gosto bem educado transmitir-se-á sem mácula e sem esforço aos filhos”³⁴⁹.

Um dos fatos mais famosos da biografia da autora, porém, foi o impedimento em ingressar na Academia Brasileira de Letras quando de sua fundação, mesmo tendo feito parte do grupo que primeiro a idealizou. O principal proponente da Academia foi Lúcio de Mendonça, irmão do já mencionado Salvador de Mendonça, diplomata brasileiro em serviço no Estados Unidos até meados dos anos 1890. Em carta de 3 de dezembro de 1896 publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, o literato sugere os quarenta nomes em que tinha pensado para comporem a Academia como membros. Estes foram votados pelo grupo fundador, a fim de se decidir se iriam fazer parte oficialmente ou não. Na lista dois nomes entre os doze que não entraram efetivamente chamam atenção: Adolfo Caminha e Júlia Lopes de Almeida. O primeiro, não chegou a assumir, segundo nos

³⁴⁸RAGO, Margareth; TREVISAN, Gabriela. “A mulher e a arte” e a crítica feminista de Júlia Lopes de Almeida. **História: Questões & Debates**, Curitiba, volume 67, n.1, p. 353-368, jan./jun. 2019.

³⁴⁹ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Eles e elas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editor, 1922.

consta, em decorrência de seu falecimento, apenas um mês depois da publicação da carta. E a segunda, de acordo com Venâncio Filho, recebeu apenas três votos de aprovação: Filinto de Almeida (seu marido), José Veríssimo e Valentim Magalhães³⁵⁰.

Na edição de 6 de maio de 1897, num artigo intitulado “As três Júlias”, Lúcio de Mendonça se pronunciou sobre a questão:

Na fundação da Academia Brasileira de Letras, era ideia de alguns de nós, como Valentim Magalhães e Filinto de Almeida, admitirmos a gente de outro sexo; mas a ideia caiu, foi vivamente combatida por outros, irredutíveis inimigos das machonas[...] Com tal exclusão, ficamos inibidos de oferecer a espíritos tão finamente literários como o das três Júlias, o cenário em que poderiam brilhar a toda luz³⁵¹.

Como se pode ver, de fato a questão não era simples. Segundo a insatisfação de Mendonça, e conforme analisa Michele Asmar Fanini, o círculo literário brasileiro era então bastante hermético – cheio de seus “medalhães literários”, para usar o termo de Caminha –, sendo que, a justificativa então colocada para o veto do nome de Júlia Lopes, foi o de seguir com fidelidade os critérios da *Academie Française*, instituição que inspirou a Academia Brasileira e que não permitia mulheres como membros, pouco convencia em sua essência, havendo mesmo a ressonância de uma mentalidade “machista e medíocre”, segundo palavras de Mendonça. A vaga que seria destinada a ela foi atribuída ao seu marido, Filinto, como forma mínima de remissão³⁵².

Como se pode ver, de fato a questão não era simples. Por um lado, Caminha estava longe de ser voz isolada entre os intelectuais homens da época, havendo espaço para manifestações na imprensa e outros meios de crítica ao acabrunhador costume doméstico brasileiro reservado as mulheres, e elas próprias lançaram mão de vários meios para tentar ocupar um espaço legítimo no mundo das letras e em outros ambientes. No entanto, as barreiras mostravam-se resistentes. Voltemos ao nosso viajante.

Ao contrário de Oliveira Lima, Caminha mantém em mente as diferenças sociais e culturais entre as mulheres de diferentes origens geográficas e etnográficas ao longo dos Estados Unidos e de outras partes da América, e considera que o estado das relações sociais e níveis civilizatórios de cada um destes grupos está intimamente relacionado à

³⁵⁰ VENÂNCIO FILHO, Alberto. As mulheres na Academia. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, ano XIII, n.49, p.07-46, 2006.

³⁵¹ MENDONÇA, Lúcio de. As três Júlias. **Jornal Republica**, Rio de Janeiro, 6 mar. 1897.

³⁵² FANINI, Michele Asmar. Júlia Lopes de Almeida: Entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.14, n.27, p.317-338, 2009.

sua história. Creio ser justo sugerir que Oliveira Lima oferece um estudo muito mais profundo e detalhado sobre as mulheres norte-americanas, mas apenas sobre um recorte muito específico: as senhoras e moças brancas da classe média urbana. Enquanto isso, Caminha não elabora um *estudo*, isto é, não traça afirmações detalhadas sobre “o que viu e ouviu”; como sugere em seu prefácio, seu livro é composto de observações e notas, mas elas mostram um intelectual significativamente mais aberto às várias experiências do “ser mulher” ao longo do território norte-americano.

É necessário considerar, porém, que embora Caminha não exponha possíveis limites à participação social feminina, há em seu texto notáveis ocorrências de relativização do valor da vida de mulheres. Uma, em especial, chama atenção. Bastante grosseira, na verdade, remete ao passado de Gustavo Adolfo, o homem encarcerado da prisão pernambucana de Fernão de Noronha. Já tendo exposto este caso anteriormente, apenas lembremos que o jovem Gustavo Adolfo, vindo do Pará para a capital depois de desiludir-se com a vida de seminarista e demonstrar mais tendência ao luteranismo, perdeu-se nas “tentações” da capital, tendo se feito “boêmio” e “indiferente à vida”.

Entregue às diversões da cidade, numa ocasião conhece e se apaixona por uma cortesã cujo nome não é revelado, mas que possuía joias de algum valor. Em certo momento, enquanto dormiam juntos, Gustavo Adolfo atenta-se aos brincos brilhantes usados pela cortesã, e, num ímpeto furioso de ganância e cólera, o rapazola perde o controle:

Ei-lo que se levanta de um ímpeto, pisando devagar, sorrateiramente, tão de leve que dir-se-ia uma sombra; eis que se encaminha para a porta da rua, tateando, encostando-se as paredes, pé ante pé, sem respirar, olhando sempre para trás, para o leito da amante [...].

Meia noite... Eis ainda que volta e se aproxima do leito onde há pouco boiara em mar de volúpia. Traz na mão um objeto reluzente, uma coisa disforme... uma machadinha.

Que irá ele fazer?!...

Aproxima -se mais, rastejando quase, mansamente, sutilmente.

De repente soa uma pancada surda, e um grito estrangulado:

–Soc... corro! Soa outra pancada surda, outra, outra, muitas pancadas, e sobre os brancos lençóis d'aquele malfadado leito palpitam as carnes sangrentas, moribundas, de um corpo de mulher que ainda ha pouco sentia e pensava...

Obcecado pela ideia do roubo, o assassino arranca brutalmente as joias do cadáver, e, à luz do combustor de cristal, reconhece que são falsas!

Foge rua fora, como um possesso, enfia num beco, sai por outra rua, e desaparece na escuridão da noite.

No dia seguinte seu nome lá estava estampado em letras garrafais no livro dos réus: “Gustavo Adolfo... preso pelo duplo crime de assassinato e roubo”³⁵³.

Na sequência, entrará com a crítica já citada ao favoritismo político que o autor associa à sociedade de favor monárquica. Curiosa a estrutura narrativa, semelhante a um conto. Pouco antes, assim formulou Caminha o infortúnio do “degredado”: “Custa a crer que um insignificante par de brincos leve um homem à cadeia e depois ao exílio perpétuo!”³⁵⁴. É difícil não perceber a grosseria com que a cortesã foi excluída da fórmula, o crime contra sua vida tornado irrelevante para as penas sofridas pelo condenado.

Além disso, apesar da leitura relativamente inovadora em diferenciar a história e os hábitos de diferentes grupos de mulheres, Caminha não as retrata de forma semelhante, acentuando, em Nova Orleans, o dinamismo social do trabalho feminino, e em Cuba, seus atributos físicos e os desejos que despertam nos homens:

Belas cubanas d'olhos rasgados e sensuais, acreditamos piamente nas coloridas descrições em que viajantes de todas as nacionalidades gabam as vossas preciosas qualidades físicas, os vossos olhos ardentes, os vossos cabelos negros, a vossa graça incomparável e sedutora... Nos oito curtos dias que passamos em vossa pátria não tivemos a felicidade rara, a gostosa satisfação de vos contemplar senão de relance, por um acaso verdadeiramente providencial³⁵⁵.

Ao que parece, o “baixo nível civilizacional” de Cuba não permite que haja na ilha muito mais o que admirar de seus habitantes além dos traços físicos. As demais observações mais detidas feitas sobre a ilha referem-se à arquitetura (sombria e burlesca), às belezas naturais e aos produtos de exportação. Se por um lado a forma de análise da civilização exposta por Caminha é inovadora, apresentando mais nuances e fortalecendo a importância da participação dos sujeitos, por outro, o autor não prescinde da existência de uma fronteira entre civilização e barbárie, ainda que porosa e flexível.

Estaremos seguros em afirmar que a capacidade de uma sociedade de abrir espaço à atuação profissional, participação social e ao desejo das mulheres é um critério relevante na visão civilizatória de Adolfo Caminha; participação essa irrestrita em seu campo de atuação, e estreitamente ligada à autonomia intelectual e à capacidade de tomar decisões. Não se ignora, no entanto, que tais projeções vem acompanhadas de visões altamente idealizadas sobre o feminino, e, se verificarmos a cronologia da escrita

³⁵³ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 22-23.

³⁵⁴ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 20.

³⁵⁵ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 119.

do autor, veremos que somente em seu último ano de produção, 1896, não foram escritos textos que se utilizassem do recurso de sexualizar o corpo feminino de forma indiscriminada.

4.2.2. Evidências históricas: raça e civilização material

Como situar, no entanto, as civilizações em termos de grau evolutivo dentro e um processo temporal, isto é, dentro do processo histórico em si? Quais eram os critérios que governavam a noção de nível civilizacional? Sem afirmar que sejam os “principais” critérios, sem dúvida reconhecemos que o problema da raça e o do progresso material estavam no centro dessa questão.

A capacidade de uma sociedade civilizar-se ou sustentar seu nível civilizatório estava diretamente relacionada a vitalidade e genialidade dos homens e mulheres que as compunham: um país cuja população tivesse limitações patológicas estava ele próprio sujeito a situações insolúveis. Enquanto retórica política, a linguagem das teorias raciais participava do processo invenção da identidade nacional e dos projetos de nação discutidos em várias frentes; e enquanto epistemologia das relações biossociais³⁵⁶, estabelecia diferenças e regras que conduziam as noções acerca dos comportamentos e espíritos dos sujeitos. De outra parte, sem sombra de dúvida a materialidade da civilização é o principal ponto de inflexão do conceito moderno do termo, para retomar a reflexão de Starobinski, já apresentada. Do ponto de vista material, a civilização pretendida se constrói não apenas do ponto de vista do progresso tecnológico, mas também através de um jogo estético e econômico, pois conforme sugeria Fernand Braudel, a história material das civilizações é fundamentada em três seguimentos: as relações entre as sociedades e seu espaço ambiental; a técnica; e também o que chamou

³⁵⁶ No primeiro capítulo, explicamos como as teorias raciais foram um dos principais componentes interpretativos da realidade social do século XIX; ao mencionarmos agora uma função “epistemológica” das teorias raciais, retomamos a ideia de que havia uma poderosa lente racial na consciência oitocentista, não universal, mas amplamente aceita e originária de fontes muito diversas. Acerca disto, há um debate panorâmico, porém detalhado, em: RAMOS, Jair de Souza; MAIO, Marcos Chor. *Entre a Riqueza Natural, a Pobreza Humana e os Imperativos da Civilização, Inventa-se a Investigação do Povo Brasileiro*. In. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (orgs.) **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro : Editora FIOCRUZ, 2010.

de “bases materiais do cotidiano”, isto é, itens de alimentação, vestuário, moradia etc.³⁵⁷.

A raça, que se apresentava no fenótipo dos cidadãos, e o progresso material, que gerava os elementos que efetivamente ocupavam o espaço do território nacional, eram, em essência, a *face visível* da civilização, os principais elementos que remetiam a visualidade das nações: as imagens mentais produzidas no século XIX sobre as nações tinham como elementos centrais os tipos físicos que a compunham e o que ela era capaz de produzir. Raça e progresso material, assim, combinavam-se para compor dois dos elementos mais *vistosos* das identidades nacionais. Vejamos como essas questões se desdobram na narrativa de Caminha.

Não só em *No país dos Ianques*, mas em todos os escritos de Caminha, duas ausências chamam atenção em seus comentários acerca da questão racial: a miscigenação e o fluxo migratório. Estes dois temas, juntamente à abolição, foram as questões em que o problema racial mais se concentrou³⁵⁸, mas apenas sobre o terceiro Caminha minimamente se manifestou.

A importância da questão se impõe através do processo formulado por Giralda Seyferth, para quem

De fato, a crença na origem comum, e num processo histórico compartilhado que servem de fundamento à noção de pertencimento a um grupo étnico, estão próximas aos ideais nacionalistas que dão sentido primordial à nacionalidade³⁵⁹.

Na concepção da autora, o nacionalismo romântico, característico de fins do século XVIII e início do XIX, foi suplantado pela identidade nacional fundamentada na raça, entidade que congregava simultaneamente um aspecto étnico, que traduzia em termos de nacionalidade os mitos de origem dos povos – assim, os franceses, os portugueses, os ingleses, os italianos, os alemães, e assim por diante, tornam-se grupos étnicos –, e um aspecto biológico, de acordo com as informações genéticas contidas nos subgêneros da espécie humana. É assim que o racismo, ou o repúdio a pertencentes a outros grupos étnicos, invade o discurso do nacionalismo, visto que, como observava

³⁵⁷ COSTA, Antonio Penalves. F. Braudel: tempo histórico e civilização material: um ensaio bibliográfico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 3, p. 239-249, dez. 1995; BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

³⁵⁸ SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

³⁵⁹ SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (orgs.). **Raça, Ciência, Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996. p. 42.

Marcel Mauss em texto clássico, as nações modernas eram plenamente crentes de sua constituição racial. E é assim também, segundo a autora, que os “pregadores científicos” tornaram-se mais importantes do que os cientistas: por seu uso político do discurso científico. Com o surgimento das teorias raciais, o discurso racial e o nacional se imbricaram, pois apesar das diversas interpretações, todas as teorias que tinham as raças como base estavam de acordo sobre a desigualdade entre elas e a superioridade dos povos europeus.

Ao explicar o sentimento nacional nos últimos anos do século XIX, Hobsbawm reconhece que o critério dominante de definição das nacionalidades passou a ser o que denominou de "critério etnolinguístico", o mais importante processo não-estatal de definição das nações. Naturalmente os elementos definidores se alternavam conforme a realidade histórica das nações: o critério linguístico era menos determinante para a França do que para a Alemanha, por exemplo, visto que a primeira conseguia reunir elementos de identidade de um povo através do reconhecimento de eventos coletivos recorrentes aos "franceses" nos séculos precedentes, ao passo em que os povos da era pós-bismarckiana tinham pouco a mais em comum além da língua. Através desse raciocínio consolidamos também as razões pelas quais Caminha identificava os Estados Unidos como "nação-modelo", seu regime político era um elemento óbvio, mas a definição de um "ufanismo altruísta" era o verdadeiro elemento definidor da nacionalidade norte-americana.

Importa agora reconhecer, no entanto, que, conforme Hobsbawm, "os liames entre racismo e nacionalismo são óbvios". Tornando-se a raça sinônimo de "povo" e "nação", esse jogo retórico foi o fator decisivo do espaço obtido pelo nacionalismo na chamada "era dos impérios". A retroalimentação entre os nacionalismos linguístico e étnico explica ainda as razões pelas quais Caminha insistia tanto na divulgação e democratização da literatura brasileira. Do ponto de vista especificamente racial, tratava-se de reconhecer, afinal, quais os sujeitos fariam parte da constituição da nação de forma mais consistente³⁶⁰.

Num dos territórios com maiores índices de mestiçagem no mundo, o evolucionismo darwinista, as ciências experimentais e certas linhas do pensamento político estavam profundamente imbricadas, dando espaço a uma visão negativa sobre o Brasil em meados do século XIX, da qual os principais artífices foram, provavelmente,

³⁶⁰ HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

o diplomata francês Arthur de Goubineau (1816-1882) e o naturalista sueco Louis Agassiz (1807-1873), os mais conhecidos intelectuais estrangeiros que estiveram em terras brasileiras e diagnosticaram a possibilidade de uma “degeneração” da civilização do lado de cá do Atlântico, visto que a mistura de raças enfraquecia o ser humano, tornando-o incapaz de realizações necessárias a manutenção da civilização.

Apenas nos anos 1860 o debate sobre o problema racial, agora inadiavelmente intrincado a necessidade de construir projetos nacionais contundentes, passa a ser alvo de tentativas mais pormenorizadas de reconhecer uma identidade discernível e aceitável para o povo³⁶¹. Naturalmente, o Brasil viu-se em situação embaraçosa. Em meio a fantasias, idealizações, mitos de origem e por aí vai, as nações europeias viam-se frequentemente em debate acerca da identidade de seu povo, mas profundos que fossem, mesmo nos debates havia algum consenso acerca da ideia de uma comunidade europeia geral, ao menos na Europa Ocidental, e salvo situações limite, o debate sobre a identidade do povo estava geralmente atrelado a concepções essencializadas das identidades nacionais, embora os fundamentos dessas identidades estivessem em constante negociação.

Novamente, o caso mais emblemático foi, provavelmente, o dos intensos debates ocorridos ao longo dos anos 1870 e 1880 entre intelectuais e políticos franceses e alemães, acerca da legitimidade da ocupação dos territórios da Alsácia e da Lorena após a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Claudine Haroche identifica as diferentes maneiras pelas quais alemães e franceses estabelecem critérios de pertencimento nacional: enquanto os primeiros repousam a nacionalidade e a pátria numa concepção “mística e romântica”, os segundos, confiam numa consciência nacional, num “desejo de viver junto”. Para citar apenas dois exemplos, assim é que Mommsen declamará alemães os habitantes da Alsácia, porque são da “raça” alemã e falam alemão, ao que Fustel de Coulanges responderá que raça e língua pouco importam, o que faz um povo são “lembranças e esperanças”³⁶².

³⁶¹ A partir de meados do século XVIII, com a ocupação dos espaços urbanos pelas massas de trabalhadores, e sobretudo com as revoluções que marcaram a virada para o século XIX, tomou-se consciência do caráter múltiplo que dos sujeitos que ocupam os territórios nacionais. Como nunca antes, o povo emerge como sujeito e agente histórico, plenamente – em teoria – capaz de intervir na política e na cultura. Ao longo do Oitocentos, cada vez mais tornam-se parte integrante da construção das histórias nacionais, sendo irremediável atribuir-lhe uma face discernível. HOBBSAWM, Eric. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. In: **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 27-61.

³⁶² HAROCHE, Claudine. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In: SEIXAS, Jacy; BREPOHL, Marion; BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 81-94.

No Brasil, a imbricação entre nação, raça e civilização provocou uma atualização dos discursos, agora havendo uma oscilação entre a valorização do negro e os males causados por ele, ao mesmo tempo em que o elemento indígena segue sendo largamente idealizado³⁶³. Em essência, o debate racial emerge como peça essencial de um contexto em que são buscadas explicações “científicas” para o êxito ou fracasso das nações, de forma que tratava-se de construir propostas de arranjo do problema racial capazes de otimizar o potencial civilizatório.

Nesse sentido, o discurso das teorias raciais tenta ocupar um espaço de organização e direcionamento dos critérios e padrões da cidadania, atuando a partir de conhecimentos “empíricos” – ainda que sempre questionáveis e questionados – para sugerir encaminhamentos. Num campo de debate onde se avolumavam debates parlamentares, jornais e teses, é interessante perceber que os discursos que mais se notabilizaram foram aqueles que souberam articular contundentemente o conhecimento científico, o processo histórico e determinadas propostas de projeto nacional.

Sílvio Romero (1851-1914), importante jurista sergipano, mas mais conhecido como crítico literário, publicou em 1888 sua *História da Literatura Brasileira*, texto no qual, segundo leituras mais recentes, a literatura é apenas instrumento de análise para comprovação de teses de outra natureza: o autor interessava-se sobretudo pelo processo histórico que atribuiu as condições de formação da literatura nacional, condições políticas, ambientais, sociais e raciais³⁶⁴. Pioneiro da interpretação social do Brasil na perspectiva das três raças – a clássica interpretação segundo a qual a cultura brasileira se compôs da mescla dos elementos indígena, africano e europeu, antecipada por Martius e aprofundada por Sílvio –, Romero juntou sua voz a daqueles que reconheciam na miscigenação o fator crucial da formação do povo brasileiro, sua singularidade, mas ao invés de aderir a teleologia da degeneração, reconheceu na miscigenação a saída para o progresso nacional, sem deixar de depositar esperanças no branqueamento da população, que julgava ser possível³⁶⁵ – como bom leitor de Comte que era – dali a três ou quatro séculos, com especial esperança na supressão do elemento indígena, crendo

³⁶³ VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia a república. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. Editora SENAC: São Paulo, 2000. p. 329-360.

³⁶⁴ SOUZA, Ricardo Luiz. de. Método, Raça e Identidade Nacional em Sílvio Romero. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2007.

³⁶⁵ PEREIRA, Milena da Silveira. Insultos e afagos: Sílvio Romero e os debates de seu tempo. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2008.

na ideia de uma diferença inata das raças – herança de suas leituras de Spencer³⁶⁶. Ausente em Romero, porém, o conceito de *degenerescência* norteava o trabalho de outros importantes intelectuais.

As posições mais radicais em torno do condicionamento racial no comportamento e nos destinos nacionais vieram talvez do médico maranhense que fez carreira na Bahia, Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Sem titubeação ou hesitação, o médico eugenista reconhecia no cruzamento de raças a causa primordial do atraso brasileiro, vendo na figura do mestiço a razão da decadência nacional. O ápice desse discurso é alcançado *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, de 1894, texto no qual o autor defende que a raça deva ser um atenuante da responsabilidade penal, visto que a coexistência de grupos em etapas evolutivas distintas provocava uma “criminalidade étnica”, de forma que o negro, o mestiço e o índio deveriam ter responsabilidade penal e cidadania limitados, semelhante a crianças e loucos. Tendo feito a análise craniométrica da caveira de Antônio Conselheiro após o envio da cabeça deste para a Faculdade de Medicina da Bahia, Rodrigues escreveu sobre a Guerra de Canudos, opondo o litoral, ocupado por uma maioria branca, aos sertões, povoado de mestiços degenerados e incultos, fadados a barbárie, contidos apenas pela violência³⁶⁷.

Fazendo o caminho inverso, Euclides da Cunha (1866-1909) “expandiu a ideia de nação”,³⁶⁸ ao conceber o sertanejo, em *Os sertões*, como um dos sustentáculos da nação, sendo uma raça superior aos linfáticos do litoral. Associando fortemente raça e política, o autor representa o sertanejo como um sujeito abandonado pelo governo republicano militarista, vendo na Guerra de Canudos uma continuidade das políticas autoritárias de Floriano Peixoto e sua forma de reagir a situações adversas, como na Revolta da Armada, com estropelio. Valorizando sobremaneira o *meio*, Euclides retoma o discurso determinista, mas operacionalizando-o em sincronia com as experiências de vida dos sujeitos analisados, que nunca aparecem desterritorializados, mas sempre capazes de proceder suas vidas fortificados pela sintonia entre tendência genética e meio social e ambiental. Sem entrar no elogio da mestiçagem, reconhece na mescla racial um

³⁶⁶ SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Silvio Romero**: hermeneuta do Brasil. São Paulo: Annablume, 2005; COSTA FILHO, Cícero João. **No limiar das raças**: Sílvio Romero (1870-1914). Tese (doutorado) – curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. 499 f.

³⁶⁷ CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista: Edusf, 1998; TERRA, Livia Maria. **O "autor mal-dito"**: raça e nação no pensamento de Raimundo Nina Rodrigues. Tese (Doutorado) – curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2014. 153f.

³⁶⁸ VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço..., p. 349.

elemento positivo do ponto de vista da identidade nacional, mas desarrazoado dentro do processo civilizatório³⁶⁹.

Embora díspares entre si, estes intelectuais convergiam na análise racial do meio social, vendo na questão das raças um ponto central da conformação da nação, de projetos nacionais ou no acúmulo de conhecimento sobre os tipos que a habitam. Pensamento diferente tinham intelectuais como Manuel Bonfim, que em seu *América Latina: males de origem* (1905) fazia uma crítica feroz ao pensamento racial brasileiro, que julgava incapaz de analisar corretamente a realidade social do país, visto que estava reproduzindo formas de pensamento de intelectuais e escolas estrangeiros, sujeitando-se a atitudes imperialistas. O autor repudiou as tentativas de defesa de um processo gradual de embranquecimento da população, considerando a miscigenação um fator positivo da história nacional, tendo por esta razão protagonizado, com Sílvia Romero, uma das mais memoráveis polemicas do Brasil no fim do XIX³⁷⁰.

Feita esta digressão, voltemos, agora, ao nosso texto. Nos perguntemos sobre as posições de Caminha. Em primeiro lugar, já vimos que para todos estes intelectuais, a miscigenação era o tema central da questão racial, e foi afirmado que Caminha não se manifestou sobre essa questão. Sobre o que, então, se manifestou? Começemos pelos determinismos, que parecem ser a razão maior de discordâncias.

Notemos que Caminha aceita perfeitamente a diferença racial como fator condicionante do caráter, conforme fica claro em seu comentário acerca da luta presenciada em West Point, situação já abordada, ocasião na qual a turma de guardas-marinhas brasileiros assistiram ao exercício de lutas no treinamento militar dos soldados, onde os competidores se esbofeteavam até o nocaute, terminando o exercício, porém, com um caloroso abraço, ao que declara o autor: “É talvez um duro sistema de educação esse, mas incontestavelmente o mais acertado e eficaz. Simples questão de *raça...*” (grifo nosso)³⁷¹.

O conceito de raça aqui é retomado mais como um aspecto fisiológico transfigurado em elemento do espírito nacional do que como traço genético passível de análise experimental; são as disposições biológicas impondo certos modelos de vida em sociedade, isto é, perfilando cidadãos e acentuando as características do país: na

³⁶⁹ VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a República. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 10, n. 26, p. 275-291, abr. 1996.

³⁷⁰ SILVA, Vinícius Carlos da. Manoel Bomfim, Racismo e Intelectualidade no Brasil do Final do Século XIX e Início do XX. **Convergência Crítica**. [S.L.], n. 8, p.1-25, 2016.

³⁷¹ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques. p. 172.

essência dos habitantes/cidadãos, reside também a essência da nação. Essa noção é mais próxima daquela traçada nas palavras dos intelectuais analisados por Claudine Haroche do que do discurso médico-racial empregado no Brasil.

Porém, tão interessante quanto é perceber que o vocabulário mais recorrente para debater tais questões está completamente ausente de seus escritos. Palavras como “mestiçagem”, “miscigenação”, “mistura” ou similares são praticamente ausentes ao longo de todos os seus escritos.

O conceito de raça de que Caminha se utiliza é muito devedor do pensamento evolucionista, mas também muito próximo da imbricação entre um suposto espírito nacional e a história da própria nação. Se, em certas formas de pensar a sociedade a partir das teorias raciais, não se separa biologia e cultura, a identidade nacional está de certa forma *condicionada* ao corpo de seus habitantes.

Já compreendemos no primeiro capítulo que as teorias raciais constituíram um paradigma de pensamento político ao qual as várias esferas do debate público precisavam prestar tributo. Desse ponto de vista, o discurso racial era, sem dúvida, uma forma de afirmar projetos e propostas, uma instância legitimadora da ação política, que, no entanto, gerava desdobramentos diversos e, não raro, divergentes entre si.

É dessa forma que Caminha opõe-se a uma vertente de pensamento determinista-evolucionista, cujo exemplo mais acabado seja talvez Nina Rodrigues, aqui explicado por Roberto Ventura:

Por sua inferioridade evolutiva, a domesticação do índio e a submissão do negro seriam incapazes de transformá-los em homens civilizados. O castigo e a violência poderiam contê-los, mas não os fariam adquirir consciência do direito e do dever. Os mestiços seriam igualmente incapazes de compreender a passagem da monarquia à república, forma política tida como superior, em que o representante concreto do poder é substituído por uma abstração: a lei³⁷².

Creio que o melhor contraponto que se pode oferecer a essa perspectiva seja o comentário que tece Caminha acerca do poeta Cruz e Sousa:

Se me perguntassem, porém, qual o artista mais bem dotado entre os que formam a nova geração brasileira [...] eu indicaria o autor dos *Broquéis*, o menosprezado e excêntrico aquarelista do *Missal*, muito embora sobre mim caísse a cólera olímpica do Parnaso inteiro. Erro, talvez, de observação e de crítica, mas o certo é que eu vejo em Cruz e Souza um poeta originalíssimo, de uma rara sensibilidade estética, sabendo compreender a Arte e respeitá-la,

³⁷² VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço: ..., p. 348.

encarando a vida com a independência de quem só tem um ideal: a perfeição artística.

[...]

Cruz e Souza é um dos pouquíssimos que no Brasil têm ideias seguras sobre arte; temperamento de eleição, natureza complexa expandindo-se em criações admiráveis pela estranha música do verso ou da frase, onde quase sempre o sensualismo canta a epopeia da carne e da forma, ele é um independente, um forte, um insubmisso, que honra as letras nacionais³⁷³.

Como se sabe, Cruz e Sousa (1861-1898) era então também um jovem escritor, porém trazia ao público a curiosidade de sua escrita por ser ele um negro, filho de pais negros alforriados. Ao trazer o autor para esta posição, Caminha claramente anuncia a flexibilidade e fluidez de sua visão sobre a questão racial. O escritor negro não lhe parece menos capaz. E, se lhe há alguma patologia inata, foi ela suprimida pelo contato intenso e dedicado com o fazer literário. Deste modo, temos recolocado, ainda, aquele que será o grande projeto da vida do autor: a defesa da literatura e da Arte como principais instrumentos da civilização.

Nesse sentido, é interessante notar que estava na contracorrente das tendências teóricas percebidas no curso dos debates sobre as questões raciais no território brasileiro. Lilia Schwarcz, em seu clássico estudo sobre as teorias raciais no Brasil, sugeria que

No caso brasileiro, a “sciencia” que chega ao país em finais do século não é tanto uma ciência de tipo experimental, ou a sociologia de Durkheim ou de Weber. O que aqui se consome são modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação³⁷⁴.

A autora preocupava-se, neste momento do texto, em desenhar a constituição do campo científico social que originou as preocupações, nos dois lados do Atlântico, com as questões raciais. Dado o contexto de produção da cientificidade no século XIX, a memória de estudiosos como Weber e Durkheim justifica-se prontamente, assim como de todo o conjunto de cientistas ligados à medicina, à frenologia, à etnologia e à psiquiatria que a autora analisa em seu texto. Se hoje o conceito de raça passou – felizmente – por um esvaziamento no meio acadêmico, entre fins do século XIX até meados do XX ele norteava todo um conjunto de debates e projetos, amplamente discutidos e divulgados.

³⁷³ CAMINHA, Adolfo. **Cartas Litterarias**. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1895. p. 10-11.

³⁷⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 30.

Num famoso texto datado do fim da Primeira Guerra Mundial, Marcel Mauss questionava os fundamentos do nacionalismo, identificando no senso comum da época um tripé segundo o qual se formaria a identidade nacional: raça, língua e civilização – aqui vemos um uso do termo “civilização” que então estava ainda surgindo, mas se tornaria dominante no anos consecutivos: a ideia de compartilhamento de práticas culturais e organizações sociais. Quanto ao primeiro, Mauss critica a noção de uma precursão da raça em relação a nação, afirmando que, ao contrário, o discurso nacional estabeleceu a raça como critério de demarcação do elemento patriótico, ao invés de ter tido a raça qualquer participação na conformação das nações modernas³⁷⁵.

Porém, concordamos com Schwarcz quando ela sugere, no mesmo estudo, que não é coincidência que as teorias raciais tenham se potencializado e aumentado seu nível de institucionalização logo após a abolição: era necessário recompor o discurso que subalternizava a população negra. Quando a escravidão deixou de ser uma opção institucional para manutenção das desigualdades, as teorias raciais atingiram seu ápice, inclusive com os primeiros movimentos na direção da constituição da eugenia³⁷⁶.

Não há dúvida de que Caminha tinha conhecimento sobre estes textos, no entanto, passagens como sua crítica aos castigos físicos na Armada denotam que o autor não maneja esse conhecimento sobre o corpo lançando mão de um discurso normativo em si mesmo. Suas falas negativas sobre Barbados e sobre Amaro demonstram que não há esforço no sentido de afirmar uma *igualdade*, mas antes de afrouxar a relação rígida que o discurso médico-científico havia construído entre a constituição fisiológica dos homens e seu estado mental. Em síntese, o discurso sobre raça mantém o traço interditor em seus textos, não havendo arrefecimento da ideia de uma inferioridade negra; é a noção de *determinismo biológico* que não encontra largo respaldo em sua escrita, ao menos não enquanto fator determinante dos destinos da civilização-nação.

Se levarmos em consideração o tripé proposto por Hyppolite Taine para o estudo do desenvolvimento das civilizações, Raça, Ambiente e História, vemos que, em Caminha os dois primeiros são essenciais, mas condicionados ou submetidos ao terceiro. Nas passagens analisadas acima, nos parece que o processo histórico se sobressai aos demais elementos na composição dos argumentos, sem deixar de reconhecer o poder das disposições biológicas no processo.

³⁷⁵ MAUSS, Marcel. **La Nation**. In: Oeuvres, vol. 3. Paris: Minuit, 1969.

³⁷⁶ STEPAN, Nancy. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391.

Caso sobremaneira revelador nesse sentido dentro do relato e viagem é o dos comentários levantados por Caminha acerca dos habitantes de Barbados e da Jamaica. Em relação a Bridgetown, as primeiras impressões já não foram lá tão animadoras: “A população, na maior parte negra, é composta de gente de baixa classe e geralmente intratável”³⁷⁷. Resta-nos entender: intratável porque de maioria negra?

Prossegue o autor em seu relato, descrevendo a dificuldade dos estrangeiros em se locomover pela cidade em virtude do enorme contingente de vendedores e oferecedores de outros serviços, a todo momento presentes, incansáveis. A cena descrita vale a pena ser lida:

Falam um *patois* detestável; ninguém os entende com facilidade. Imagine-se um pobre diabo acompanhado d’uma multidão que grita e fala idioma desconhecido a repetir-lhe alto aos ouvidos: *Came hear! came hear!* discutindo, altercando -se de cacete em punho.

O mísero julga-se por um momento transportado, como por encanto, as costas d’Africa, fecha ouvidos á grita dos importunos *ciceroni*, brada mil vezes *no, no*, e não tem remédio senão deitar a correr como um possesso, perseguido sempre pela turba multa de vadios, até que, depois de uma luta incrível, esguelhado, ofegante, pálido, embarafusta pela porta d’um hotel escorrendo suor, esfalfado, morto de cansaço!³⁷⁸

Se Caminha reconhecerá em Nova York a epítome da nação moderna, o auge da civilização, Bridgetown é seu exato oposto, o auge da barbárie dentro da América, onde o autor reconhece, por alguma referência obscura, uma cena da costa africana. Mas não é obscura a razão da barbárie: “E espantosa a ambição do povo por dinheiro. Ao tilintar do *money* surgem de repente vinte, trinta cabeças negras, cada qual mais negra, disputando a posse do precioso metal”³⁷⁹. Caminha não deixa de reconhecer o progresso material do país, lembrando que Barbados era uma das “mais prósperas das colônias inglesas”, mas também identifica as profundas desigualdades sociais da ilha, que facilitam o comportamento bárbaro da população. Não deixa, porém, de enfatizar o fator racial, ao enfatizar a aparição das “cabeças negras”, que são antes partes da paisagem do que sujeitos com os quais se dispensa qualquer comoção.

Tão diferente se mostra o cenário em Kingston, na Jamaica. O país tinha uma população negra semelhante em termos proporcionais a Barbados, e era também próspera, embora mais desigual, como não deixa de notar que, no entanto, não parece ver nisto um impedimento real aos ares de civilização que sua população exala:

³⁷⁷ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 30.

³⁷⁸ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques. p. 30-31.

³⁷⁹ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques. p. 32.

Kingston não é uma cidade como Bridgetown, onde a cada passo depara-se com uma prova de adiantamento material. E, por assim dizer, uma capital morta, quase sem comércio, mas, em compensação, muito mais pitoresca que a capital de Barbados. Os habitantes são morigerados, e uma paz religiosa parece reinar no seio de cada família. Há mais pobreza, é certo, mas incomparavelmente o povo é mais educado, mais pronunciado o instinto de civilização³⁸⁰.

Efetivamente, a raça não é citada no segundo caso, apenas as condições materiais de vida dos habitantes. Se há mais pobreza, o progresso material, que é um poderoso sinal civilizatório, está ausente, mas a educação se sobressai como traço civilizacional, assegurando assim que a Jamaica tenha uma gradação civilizatória mais acentuada que a de Barbados. A educação citada por Caminha, neste caso, parece ser menos a educação formal do que a educação no sentido do fino trato, do requinte do comportamento, de que falava Norbert Elias, em texto já citado. O uso do termo “paz religiosa” evoca a mesma ideia que se verá repetida na descrição do cotidiano em Nova York, onde relaciona-se aspectos do cotidiano a certas influências religiosas:

O domingo no país dos yankees é para se divertir, para se descansar, para se jogar o críquete, para se passear a cavalo, para se apostar regatas, de modo que o protestantismo americano nada tem de comum com o protestantismo britânico. Enquanto nos domingos (a dar crédito na crônica) o inglês reza a Bíblia no interior de seu *home*, em companhia de sua mulher e de seus filhos, o americano, ou melhor o yankee, exercita os músculos e bebe cerveja fora da cidade³⁸¹.

Não seria o primeiro momento em que vemos uma aproximação entre um traço cultural jamaicano e um britânico. Caminha parece mesmo interpretar que parte da cultura das colônias britânicas na América espelha sua colonizadora, visto que também na arquitetura observará uma aproximação entre Barbados e a Inglaterra:

A edificação de Bridgetown, puramente inglesa, é curiosa, pitoresca mesmo, si bem que uniforme. As casas, baixas quase todas, geometricamente dispostas, alpendradas na frente, simples e elegantes na sua arquitetura, são confortáveis e convidam ao *far-niente*³⁸².

Em todas essas passagens, não deixamos de notar certa confluência no manejo das noções de raça e progresso material: se por um lado certas questões podem ser analisadas de forma particularizada dentro de cada civilização, também é necessário lembrar que as civilizações eram, efetivamente, unidades culturais e sociais,

³⁸⁰ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques. p. 39.

³⁸¹ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques. p.133-134.

³⁸² CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques. p. 33.

compartilhando traços culturais, práticas sociais, culturas políticas, meios técnicos e aspectos raciais. E, a partir do início do século XIX, também um território nacional.

Exemplo mais interessante acerca de como o condicionamento das raças – em sua acepção expandida, não apenas como condicionamento biológico, mas combinada com a experiência histórica e a vivência social – coordena os destinos da nação talvez possamos ver em como Caminha explicita a necessidade ou não da ação policial em Bridgetown e em Nova York. Na primeira, para conter a “turba de negros” esfaimados por dinheiro, a polícia é necessidade constante:

Não exagero. Parece realmente um país semibárbaro aquele, e ai! de nós si não fossem os *policemen*, ativos e enérgicos guardas da vigilância pública, que a um simples franzir de sobr'olhos fazem desaparecer a medonha horda de capadócios, ou que melhor nome tenham esses turbulentos demônios³⁸³.

Comparemos o cenário caótico acima descrito a cena tranquila do domingo de lazer com que os marinheiros se depararam ao chegar a “Londres Americana”:

Entretanto, abençoado país! em todas essas pagoderias não se distingue sequer um boné policial. Não ha conflitos, nem desastres. Tudo corre na maior harmonia, sem intervenção da guarda cívica. Os *policemen* podem cochilar a vontade: a população americana é naturalmente pacata e respeitadora da ordem³⁸⁴.

Efetivamente, o cenário descrito combina-se com os personagens que o preenchem, compondo uma forma de representação onde sujeito e espaço formam uma única unidade sensível: o espaço é formado pelos sujeitos, e os sujeitos são formados pelo espaço. Dessa forma, raça e progresso material seriam indissociáveis porque a civilização material é elaborada a partir da ação e das disposições dos cidadãos que compõem a nação, e o espaço nacional, por sua vez, coordena as condições de educação e civilização de seus cidadãos. Exemplo maior é a sugestão de que uma das chaves do progresso da nação americana é a perseverança inata dos cidadãos norte-americanos, como se vê com mais força na passagem a seguir:

Incansáveis os americanos. Nenhum povo os excede em temeridade e perseverança. Sequiosos de glórias para o seu país, ávidos de empreendimentos que causem assombro ao mundo, eles tem uma grande qualidade – o amor a sua terra, o nativismo instintivo, o *chauvinismo* (deixem passar o termo) incondicional, absoluto, e é força confessar que, sem essa

³⁸³ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques. p. 33-34.

³⁸⁴ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques. p. 152-153.

qualidade, sem esse egoísmo patriótico, as nações vivem, mas não progridem³⁸⁵.

Aqui, *povo* aparece como fator associado a *raça*, de forma semelhante ao que foi visto no estudo de Claudine Haroche que mencionamos algumas páginas atrás. As predisposições fisiológicas compõem o conjunto de fatores que atribuem uma identidade ao povo. A Barbados, foi impossível construir um forte sentimento nacional promissor, que elevasse as atividades cotidianas a outros níveis, em parte por conta de um processo histórico degradante que força os habitantes da ilha a estar em constante busca pelo “precioso metal”, mas também porque não apresentam eles uma inclinação biológica ao pensamento, a ação eficaz, a sensatez, mas sim ao tumulto, ao caos. O fator racial não coordena o destino de Barbados, mas dificulta seu progresso, degenera a civilização, a barbárie é mais natural ao povo.

Passemos agora a análise da outra questão mais evidente na visualidade da civilização: o progresso material.

Locus privilegiado da civilização, a cidade é ao mesmo tempo palco principal e objeto das reflexões de *fin de siècle* acerca dos caminhos do progresso. Os agrupamentos urbanos são ao mesmo tempo o espaço por excelência da sociabilidade moderna e, junto com a evolução dos transportes, a maior característica material do desejo de modernidade vivido nas várias partes do globo atingidas pela revolução industrial³⁸⁶.

Havia grande excitação em torno das grandes cidades, que eram a marca registrada de toda uma nova experiência temporal e social; uma ânsia modernizante que carregava a sensação de aceleração do tempo³⁸⁷. Não era incomum entre os contemporâneos – nem viria a ser entre analistas posteriores – falar da cidade metaforicamente como um organismo vivo, uma unidade espacial em movimento, provida, em si, de emoções, mas também capaz de despertá-las nos que nela vivem ou que por ela passam. Nas sociedades modernas, a sensibilidade é fortemente atingida pelos novos modelos de convivência nos espaços urbanos. A relação entre corpo e cidade

³⁸⁵ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques. p. 142.

³⁸⁶ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Brasil a vapor**: raça, ciência e viagem no século XIX. 2005. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

³⁸⁷ NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o XX. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida (org.). **O tempo do liberalismo oligárquico**: da proclamação da república a revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018; BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992. A mais famosa interpretação filosófica e histórica dessa perspectiva foi apresentada em BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas III**: Charles Baudelaire, um Lírico no Auge do Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.

foi objeto de interessantes reflexões do sociólogo Richard Sennett, que percebe, referindo-se a Nova York:

O individualismo moderno sedimentou o silêncio dos cidadãos na cidade. A rua, o café, os magazines, o trem, o ônibus e o metrô são lugares para se passar a vista, mais do que cenários destinados a conversações. A dificuldade dos estrangeiros manterem um diálogo entre si acentua a transitoriedade dos impulsos individuais de simpatia pela paisagem ao redor – centelhas de vida não merecem mais do que um lampejo de atenção³⁸⁸.

Difícil não nos lembrarmos de como Caminha referiu-se ao primeiro dia após a chegada em Nova Orleans, quando saiu a caminhar sozinho:

Depois de magnífico banho morno em bacia de mármore [...], saí a fazer meu primeiro passeio, minha *promenade* matinal, começando pela Canal Street, a rua mais importante de Nova Orleans, que a divide em dois grandes bairros – o francês e o espanhol³⁸⁹.

Mais difícil ainda é não lembrar o momento em que nosso viajante está no topo da ponte do Brooklyn, observando o movimento hipnótico de uma das cidades mais cosmopolitas do mundo:

Um dos meus divertimentos prediletos era contemplar Nova-York do alto. Muitas vezes punha-me lá de cima da ponte de Brooklin, braços cruzados, n'um êxtase de fetiche, a olhar para um e outro lado, acompanhando com a vista a vela das embarcações que singravam no rio, pequeninos, microscópicas.

E punha-me, nessa embriaguez do grandioso, a pensar no progresso dos Estados-Unidos, d'esse país modelo, onde tudo move-se por meio de eletricidade e vapor, onde tudo é feito às carreiras, n'um abrir e fechar d'olhos, sem a menor perda de tempo [...]³⁹⁰.

“Embriaguez do grandioso” é uma expressão bastante precisa para descrever o sentimento de Caminha, que está muito longe de ser único a nutrir algo semelhante. De fato, a modernidade industrial norte-americana e europeia encantava largamente todos aqueles que entravam em contato com ela, dada a sua capacidade de estimular a imaginação e o surgimento de uma sensação cosmopolita, que provocava vertigem, uma nova percepção e sentimento de ser e estar no mundo³⁹¹.

³⁸⁸ SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: corpo e cidade na civilização ocidental. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 289.

³⁸⁹ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques. p. 66.

³⁹⁰ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 140-141.

³⁹¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano.. 2. ed. Porto Alegre: Universidade/ Ufrgs, 2002.

A presença de Caminha em Nova York foi marcada por uma sensação de êxtase, quase catártica, se nos basearmos em seu relato. Havia aí duas fontes dessa sensação: a primeira, já largamente explorada nos capítulos anteriores, era a experiência do deslocamento em si; a vivência de novas cores e sons estimulavam os sentidos com tal intensidade que, paradoxalmente, a percepção fica temporariamente descorporeificada, isto é, por alguns instantes mal se sente o próprio corpo, há uma sensação de flutuação, devaneio. Para além disto, porém, a própria cidade era também uma fonte desse sentimento, visto que as cidades modernas, sobretudo aquelas com grande circulação de pessoas, evocavam uma sensação de desenraizamento que vinha acompanhada de uma “perda da identidade social”. Desenraizado, explica Stella Bresciani, porque “arrancado de sua relação íntima com a natureza ou com costumes em aparência tão imutáveis quanto ela”³⁹².

Porém, uma das consequências da direção que os ideais civilizatórios tomaram na segunda metade do século XIX, onde se construiu uma idiossincrasia entre as ideias de nação e civilização, visto que a civilização passou a ser, sobretudo um atributo nacional, foi a construção de uma inter-relação entre nação, espaço, sujeito (cidadão) e civilização. Na literatura – e mesmo nos tratados jurídicos ou na história – o cenário natural e social faz parte da construção da identidade nacional, podendo surgir essa relação de variadas formas³⁹³. A vitalidade dos espaços faz parte da vitalidade civilizacional.

Nesse sentido, Caminha lança mão de um artifício narrativo notável e muito poderoso: em *No país dos Ianques*, a materialidade da civilização reflete seu estado de espírito, seu valor e seu potencial. Com efeito, esta estratégia faz parte de uma assinatura narrativa do autor. Em todos os seus livros, o espírito dos homens e mulheres se reflete nas paisagens naturais e humanas, que parece absorver seus sentimentos, estejam silenciados ou anunciados. Já de saída no relato, temos um excelente exemplo. Na noite do 19 de fevereiro, estando o *Almirante Barroso* já em alto mar, os marinheiros olhavam lúgubres as luzes se afastando, ao mesmo tempo temerosos e acalentados pela noite chuvosa:

³⁹² BRESCIANI, Stella. Metrôpoles: as faces do monstro urbano. In. BRESCIANI, Stella. **Da cidade e do urbano**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 88.

³⁹³ NAXARA, Márcia. Pertencimento e alteridade: romance e formação - leituras do Brasil. In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion. **Figurações do outro**. Uberlândia: Editora Ufu, 2009. p. 241-260.

Noite escura e chuvosa, cheia de nevoeiro e tristeza, fria, sem estrelas, cortada de clarões longínquos. Tão escura que se não distinguia um palmo diante do nariz, tão feia que os bicos de gás da cidade, soturna e quieta, bruxuleavam palidamente com a sua luz tremula e vacilante...

E contudo estávamos a 19 de Fevereiro, em plena estação calmosa, no rigor do verão. Chovera todo o dia. O céu conservava-se coberto de nuvens bojudas e cor de chumbo, velando uns restos de lua.

[...].

E todos a bordo, todos silenciosamente, egoístas na sua dor concentrada e incomunicável, mandaram ainda um – adeus – profundamente saudoso a vida alegre e ruidosa do Rio ³⁹⁴.

A noite confunde-se com o estado de espírito dos marinheiros-personagens, compartilham a mesma soturnidade, nutrem-se da mesma substância melancólica. A mesma estratégia narrativa, notaremos, é também usada para discernir o homem em paisagens humanas. Ainda há pouco vimos como retratou a população de maioria negra de Barbados. Assim se refere o autor ao cenário urbano de Bridgetown:

A edificação de Bridgetown, puramente inglesa, é curiosa, pitoresca mesmo, se bem que uniforme.

As casas, baixas quase todas, geometricamente dispostas, alpendradas na frente, simples e elegantes na sua arquitetura, são confortáveis e convidam ao *far-niente*. As ruas, porém, estreitas e mal calçadas, são, por assim dizer, intransitáveis, em consequência do poeiral que sobe, como fumaça, ao rosto dos transeuntes ³⁹⁵.

Assim como na questão racial, porém, há um descolamento entre a imagem produzida a partir da ideia de incivilidade caótica e “semibárbara” e a consistência da experiência real. Vejamos o que declara o autor sobre o desenvolvimento de Barbados: “Duas linhas de bondes percorrem a capital d’um extremo a outro. A ilha é circundada por uma via férrea. De resto, é admirável senão assombroso o progresso d’essa colônia, relativamente pequena e tão longe da metrópole ³⁹⁶”. O que, cremos, vem reforçar nossa hipótese acerca da relativização dos conceitos civilizatórios em Adolfo Caminha.

Nova Orleans, por outro lado, nada tinha de melancólica, bizarra ou pitoresca. A única dissonância era uma estátua aqui, outra ali. As comparações começam ainda na entrada da cidade, quando se verifica o local onde atracará o *Barroso*, pois

O porto estava atulhado de burcas de comércio – vastas embarcações de dois e três pavimentos, duas e três chaminés negras a deitar fumaça n’uma

³⁹⁴ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques. p. 10-11.

³⁹⁵ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques. p. 33.

³⁹⁶ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 34.

atividade constante, rodas na popa, muito mais amplas que as nossas barcas *Ferry* do Rio de Janeiro³⁹⁷.

De fato, a estrutura das cidades e a tecnologia naval são os dois temas mais presentes no discurso de Caminha acerca da civilização material. Tendo sempre vivido entre grandes cidades desde que foi levado a Fortaleza com tenra idade, Caminha não deixava, porém, de notar as diferenças entre elas. Com seu já mencionado olhar de antropólogo, percebeu as diferenças entre Bridgetown e Kingston, assim como o fará ainda entre Nova Orleans e Nova York, sem deixar de mencionar os comentários afinados sobre Havana, Anápolis, Baltimore e Filadélfia.

E sempre, a comparação. Após a chegada a Nova Orleans, durante as explorações da cidade, o autor vê-se diante da Canal Street, a principal rua da cidade. Disse sobre ela:

A Canal Street é o centro comercial de Nova Orleans, é a rua do Ouvidor d'aquela cidade, sem os grandes inconvenientes do nosso querido beco. Larga, bastante espaçosa e comprida, oferece trânsitos especiais para a população, para trens, bondes e carruagens. As ruas, na maior parte são mal calçadas, principalmente para o interior da cidade.

E, sem duvida, admirável semelhante incúria em se tratando de americanos do norte, entretanto, é uma verdade que não deve ser esquecida, para consolo de nossas municipalidades. Na Canal se acham os melhores e mais sólidos edifícios, as mais fortes casas comerciais, os mais importantes armazéns da cidade, cafés, restaurantes, clubes, etc³⁹⁸.

Curiosa a sugestão de que as municipalidades brasileiras devem se consolar por alguns descuidos em seus equipamentos pelo fato de que mesmo cidades norte-americanas também o fazem. Mas também chama atenção a comparação entre a Canal Street e a rua do Ouvidor, conhecido centro comercial e ponto de encontro boêmio no Rio de Janeiro. Nesse caso, usa-se novamente o artifício narrativo metonímico de tomar um elemento simbólico específico como fator representativo das duas nações. Assim como “o Amazonas e o Mississipi”, a Canal Street ou a Broadway e a rua do Ouvidor tornam-se elementos representativos dos contrastes entre o Brasil e os Estados Unidos, mas também afinidades ao mesmo tempo.

Mas nem apenas de movimento frenético, tumulto e ruas organizadas era feita Nova Orleans. Dias depois da chegada à Louisiana, os marinheiros foram convidados a conhecer uma das mais famosas construções dos arredores: o forte Jackson, um equipamento militar construído ao longo dos anos 1820 e 1830, 110km a sudeste da

³⁹⁷ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 61.

³⁹⁸ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 68.

cidade, para a defesa da Costa Sul dos Estados Unidos, tendo sido palco de importantes batalhas durante a Guerra Civil, mas que encontrava-se desativado naquele momento. As paredes mortas e lúgubres abrigavam ainda grossa artilharia, que dormia seu “sono de bronze”. Aos guardas-marinhas, estudantes de história naval, o forte inspirava um “respeito sagrado”. Mesmo sabendo estar vazia a fortaleza e tendo apenas uma “importância arqueológica”, por alguma razão falava-se baixo dentro de seus muros, como que por medo de acordar alguma força adormecida:

O seu aspecto é sombrio como o de um cemitério: as grossas paredes denegridas e o silêncio que a cerca dão-lhe um cunho misterioso de cripta subterrânea e produzem no visitante uma incômoda sensação de abandono e tristeza. Em cada canto parece surgir a sombra de um confederado clamando vingança. Retirámo-nos em marcha fúnebre, calados e supersticiosos³⁹⁹.

Temos aí uma forte demonstração da estratégia narrativa de Caminha, que não dissocia *espaço* e *sensibilidade*. Nova Orleans continua embalada pelas festas e recepções, animadas horas nos cafés, passeios pelas ruas e monumentos e visitas técnicas. De forma geral, a passagem pela maior cidade da Luisiana tal como narrada no livro pode ser sintetizada em três pontos principais: a Exposição das Três Américas; o contato com a cidade e as pessoas, na forma de festas e passeios; e as excursões técnico-científicas. Em todos esses momentos, não se notam mais problematizações acerca de níveis civilizatórios. Nova Orleans aparece como o primeiro ponto essencial e incondicionalmente civilizado da viagem, uma primeira estação do caminho civilizado na viagem, o que fica ainda mais evidente ao percebermos o contraste entre esta e a próxima parada: Havana.

Começamos percebendo o tom quase que jocoso com que Caminha refere-se à capital de Cuba:

E o leitor, por sua vez, contente-se em saber que Havana, com suas *calles* irregulares, estreitas e pacatas, é uma pequena capital sem capitais, sobriíssima de diversões populares, quase monótona, mas relativamente adiantada. Não se lhe pode negar certo progresso material e mesmo uma ponta de civilização europeia.

Encontram-se nela importantes estabelecimentos comerciais, grandes tabacarias que fornecem fumo e seus preparados a quase todos os mercados do globo; excelentes botequins, poucos hotéis.⁴⁰⁰

Parte desta passagem foi analisada por nós brevemente na introdução deste capítulo, quando procurávamos os sentidos do manejo do conceito de civilização em

³⁹⁹ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 98.

⁴⁰⁰ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 119.

suas aparições ao longo do relato de viagem. Já exaltamos o interessante fato de que, aqui, “civilização” aparece como atributo mais ou menos quantificável. O que significa “uma ponta de civilização europeia”? Nos parece que significa um conjunto de procedimentos, técnicas, paisagens e hábitos que sejam semelhantes àqueles praticados na Europa. Quanto mais semelhantes aos europeus, mais civilizados serão os povos. Não se trata, porém, de suprimir as especificidades nacionais, mas de se alicerçar certos padrões de civilidade do ponto de vista do comportamento dos cidadãos, não apenas do dos “modos” de que falava Norbert Elias, mas, sobretudo, de um comportamento voltado para a intenção do progresso; faltava em Cuba o “espírito patriótico” que sobrava aos norte-americanos. Tal falta de espírito patriótico parece refletir-se na própria estrutura de Havana: ruas tortas e estreitas, sem áreas de lazer proveitosas, “monótona”. Cuba é o único país cuja visita foi relatada em *No país dos ianques* que foi originalmente colonizado por um país ibérico, de forma que cremos haver aí a razão para as semelhanças notadas por Caminha entra ilha e seu país de origem.

Num primeiro momento, recorre-se a uma passagem de Agassiz para reconhecer um marco de diferença:

O celebre professor Agassiz, no roteiro de uma de suas excursões á América, disse que toda a arquitetura brasileira é pesada e sombria; eu acrescentarei que no mesmo gênero são as edificações de Havana, o que não é para surpreender n'uma cidade antiga, onde se observa ainda o cunho tradicional da velha metrópole espanhola⁴⁰¹.

Não foi possível descobrir a qual texto de Agassiz Caminha referia-se, mas é provável que se trate de seu relato de viagem as terras brasileiras⁴⁰², ou uma de suas cartas ou relatórios publicados. Não deixa de ser curioso o uso do adjetivo “sombria” para referir-se a uma ilha localizada no Caribe, um dos locais mais ensolarados do planeta. Obviamente o autor se refere a aura transmitida pela cidade, que parece surtir o efeito contrário do que os movimentados centros urbanos norte-americanos. Também Londres e Paris são antigas, mas dificilmente o autor usaria tal adjetivo para referir-se a elas. A antiguidade de Havana, como a de Bridgetown, é incômoda porque, diferente dos grandes centros europeus, suas tradições e sua cultura material não conseguem se compassar ao espírito dos tempos modernos. A “velha metrópole espanhola”, ela mesma, não parece conseguir acompanhar tal crescimento. Assim como dá a entender o comentário sobre a estátua de Isabel, a Católica, já mencionado em capítulos anteriores,

⁴⁰¹ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques. p. 120-121.

⁴⁰² AGASSIZ, Elizabeth Cary; AGASSIZ, Louis. **Journey in Brazil**. Boston: Ticknor and Fields, 1868.

a colonização ibérica ter deixado marcas profundas no seio das nações americanas que dela se originaram, marcas de incompatibilidade com o progresso. O apego ao passado dinástico, a sociedade de favor e o comodismo permitido pela falta de patriotismo, estes fatores parecem convergir para a composição de um país eternamente em luta consigo mesmo: desejoso do progresso e da civilização, não encontraria em si mesmo os instrumentos para alcançá-los. A arquitetura “sombria” de Havana não é mais do que um reflexo da dificuldade histórica e patológica de Cuba em propor projetos nacionais proveitosos.

Mas ainda veremos um comentário semelhante, onde talvez não se esperava. Já citado antes foi o desgosto de Caminha com Anápolis, em Maryland, penúltima cidade visitada pela tripulação do *Almirante Barroso*, última parada antes de West Point:

Anápolis é como uma nota dissonante na civilização americana. Imagine-se um quilombo africano, uma grande aldeia cortada de ruas desiguais, estreitas e desalinhadas, com um aspecto sombrio e detestável de velho burgo colonial, onde se move uma população na maior parte negra e atrasadíssima e ter-se-á essa antítese da cidade moderna. Bridgetown, a capital de Barbados, avanta-se lhe mil vezes com toda sua poeira, com toda a imprudência e miséria de sua baixa população. Vê-se que os americanos têm-lhe certo respeito e conservam-na esquecida e retrograda por uma espécie de devoção arqueológica, sacrificando por esse modo o seu bom gosto característico e o seu tradicional amor ao progresso. Insipida, monótona e triste como um cemitério de pagãos Anápolis é um protesto, um anátema contra a evolução natural das cousas, uma nodoa antipática em pleno mapa da Confederação americana⁴⁰³.

Está aí formulada a questão que antes colocamos. Não apenas Anápolis, mas Havana, Bridgetown e Kingston são, também, antíteses da “cidade moderna”. A verdadeira riqueza dessa constatação, porém, está em perceber que cada uma destas cidades é o oposto da civilização – aqui emblematicamente pela modernidade urbana – por razões diferentes. Havana representa uma extensão da decadência das nações ibéricas; Bridgetown está patologicamente “adoecida”, incapaz de progredir, apesar de seus recursos materiais; Kingston, mesmo bem educada – o que, aliás, é mais desejável –, em meio a pobreza não consegue acompanhar o progresso técnico e o desenvolvimento econômico moderno.

Anápolis tem também um problema patológico, por ter uma população de maioria negra, o que a faz assemelhar-se a um quilombo, além de, assim como a

⁴⁰³ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 162-163.

decadente Havana, não conseguiu se desvencilhar do culto “arqueológica” que parece representar o traço central de sua antiquada e mal organizada estrutura urbana.

Estas “cidades anti-modernas”, tal como Caminha as descreve, tem uma semelhança insuspeita com a narrativa do decadentismo europeu; movimento iniciado em França, mas que veria amplas repercussões em Portugal, baseando-se numa crítica ferrenha aos valores burgueses e amplamente suportado num sentimento de prospecção após o descenso das monarquias em todo o globo. A chamada geração de 1870 em Portugal, que encontrava em Teófilo Braga, Eça de Queiroz e Guerra Junqueiro alguns de seus principais representantes, esteve bem próxima da linguagem decadentista, todos eles lidos e bem conhecidos de Caminha. Veremos no próximo tópico que Caminha assumiria com veemência uma postura absolutamente pessimista com toda forma de governo, num conjunto de manifestações inspirada no poema *Pátria*, de Guerra Junqueiro, que não declara outra coisa que não a intenção de pôr uma pedra no vigor das monarquias portuguesas. Neste e em outros textos, as sociedades monárquicas e seus resquícios são associados não apenas à obsolescência, mas também à doença, à podridão. Naturalmente a linguagem é outra, mas cremos haver uma inspiração assemelhada nas análises de Caminha em relação a estas cidades.

Observando o que foi exposto até aqui, retomamos o argumento colocado no início do tópico: embora pareça óbvio acentuar tal fato, existe uma relação profunda entre a construção do espaço, que é físico e imaginado ao mesmo tempo, e os sujeitos que os ocupam. É nesse ponto que raça e cultura material parecem se cruzar: a nação é composta pelos sujeitos que as constroem e pelo que eles, efetivamente, constroem. O processo civilizacional, portanto, depende de uma relação saudável e equilibrada entre as predisposições comportamentais dos cidadãos, sejam elas históricas, geográficas ou biológicas, e as condições a que estão submetidos do ponto de vista das possibilidades reais de produção do espaço. Cotidiano e cidadania são, assim, os pontos convergentes.

Em tudo isso, há uma clara convergência com estratégias narrativas comuns aos literatos do século XIX, sobretudo na escrita em prosa: as sociedades industriais e suas contradições sociais, intelectuais e culturais foram em grande parte projetadas pela imaginação dos literatos, que sentiam-se impelidos a representar em texto suas inquietações acerca dos contrastes percebidos nas novas formas de sociabilidade. Fosse a cidade grandiosa e estimulante descrita por Caminha, fosse a

nauseabunda rasgada em detalhes por Dickens, ou aquela cujos sujeitos e seus interesses foram esmiuçados por Balzac e Zola, inclusive em seus contrastes internos e com as províncias. O século XIX viu nascer o que Bresciani chamou de “mito literário” do urbano, onde a cidade é sempre trazida como um organismo vivo, um personagem da narrativa⁴⁰⁴, que interage a cada momento com seus habitantes, conformando suas atitudes, dando forma e enquadrando seus afetos.

No entanto, como percebemos, a cidade é espaço privilegiado apenas na medida em que representa um sentimento nacional, pois a grandiosidade de Nova York é bela porque reflete, na verdade, a capacidade e vigor do espírito inventivo e livre dos norte-americanos. Não esqueçamos as vivas críticas de Caminha ao “cosmopolitismo”. Perceba-se, porém, que resolver essa questão seria cobrar do autor uma coerência inexistente em qualquer parte que fosse. Como colocava Raymond Williams, havia uma tendência ao ideal do progresso, do desenvolvimento urbano, que foi tornando-se mais forte com o avançar do século, sobretudo com a entrada no século XX, visto que o ímpeto citadino, não consegue conter os “impulsos contraditórios”, se as pequenas vilas interioranas inglesas analisadas por Williams mantêm seu traço rural mesmo com a modernização de seus centros. O rural e o urbano, o cosmopolita e o provinciano, aparentam digladiar-se, mas em realidade coexistem no início do período contemporâneo. Nessa perspectiva, não é o desejo de modernidade em si que caracteriza o século XIX, mas, sim, os “impulsos contraditórios”, a interação entre o desejo de modernidade e as estruturas físicas e culturais que nunca se consegue suprimir⁴⁰⁵.

4.3. O vir a ser da nação

E como fica, então, o projeto nacional? Nosso relato de viagem não apresenta ideias claras acerca da constituição da nação brasileira. No entanto, até o momento, elucidamos que o conceito de “civilização” no século XIX é indissociável do de “nação”, e juntos eles formaram o eixo central de toda a argumentação política até as primeiras décadas do século XX.

Além do próprio texto de *No país dos ianques*, dois outros textos de Caminha são muito sintomáticos de como ele buscou pensar o espaço nacional. O

⁴⁰⁴ BRESCIANI, Stella. Literatura e cidade. In. BRESCIANI, Stella. **Da cidade e do urbano**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 297-330; BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁴⁰⁵ WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

primeiro é uma apreciação do *Contre ce temps*, um ensaio do ativista e escritor francês Louis Lumet, publicado no início de 1896. Esta resenha consta da sétima edição da *Nova Revista*. Radical em sua crítica às figuras de autoridade na terceira república francesa, o texto de Lumet segue uma linha claramente anarquista, que elogia demasiadamente:

Que bem que me fez a leitura desta obra! Encontrei nela o que há muito não via em escritos nacionais e estrangeiros: o caráter altivo de um homem que pensa, a nobreza máscula do talento em revolta contra o seu tempo, a virilidade intelectual de um escritor ainda novo e já renunciando às gloriinhas do jornalismo e da literatura entre amigos. *Contre ce temps* é livro para se meditar e exprime bem o ideal da geração que há de suceder aos atuais ditadores políticos e literários, cujo amolecimento cerebral mais a mais se acentua em ridículas produções abaixo de mediócras⁴⁰⁶.

Novamente aparecem relacionados os “ditadores políticos e literários”, como que pertencentes a uma classe única. Essa noção de cultura social autoritária a ser combatida é muito característica dos últimos três anos da vida do autor: 1894, 1895 e 1896. É provável que isto se deva, em grande medida, a uma nova avaliação do conjunto social que lhe sugeriu a nova fase no Rio de Janeiro, tanto porque aí se intensificou sua atividade literária, quanto porque estava, agora, mais próximo do centro da política nacional. Caminha havia retornado do Ceará no fim de 1893, tentando se estabelecer no cenário literário brasileiro, visto que seus empreendimentos editoriais em Fortaleza fracassaram. Conforme vimos no capítulo 3, voltou a tempo de ver bombardeada a capital da república ao comando de Custódio de Melo e Saldanha da Gama. Prossegue Caminha:

Encarando sob vários aspectos o mundo que o rodeia, Louis Lumet, o edificante autor desta obra, mesquinha no número de páginas e grande nas verdades que encerra, desdobra aos nossos olhos o mapa negro das injustiças sociais, com a rubra indignação do homem de bem que assiste ao tripúdio do vício e da malandragem, do favoritismo e da nulidade, e a cada página sentimos com ele a miséria do operário o abandono do artista rebaixado porque tem talento e porque trabalha, sentimos com ele todos os males que afligem as classes pobres, enquanto as classes abastadas nem sequer pensam em melhorar a sorte dos infelizes, e com ele sentimos os pródromos da greve geral que determinará violentamente a transformação social⁴⁰⁷.

⁴⁰⁶ CAMINHA, Adolfo. Nova revista, n. 9, 1896

⁴⁰⁷ CAMINHA, Adolfo. Nova revista, n. 9, 1896

O tom socialista aqui é inegável, assim como o é em outros momentos da escrita do autor ao longo de 1896. Se não nos sentimos bem em afirmar abertamente uma filiação de Caminha ao socialismo, é simplesmente porque o autor nunca citou explicitamente nenhum intelectual ou movimento de cunho socialista ou anarquista com que tivesse simpatia ou que estivesse disposto a apoiar.

Mas mais interessante para nós é perceber que nesse texto há uma ruptura com a “linguagem partidária” que identificamos no primeiro capítulo e que caracteriza o sentimento que permeia o *No país dos Ianques*, ou talvez simplesmente as regras da linguagem tenham mudado. A ascensão do governo civil parece ter representado, também, um novo momento nas preocupações do autor, que parece perceber que o desafio central do país agora não era mais superar a monarquia, mas encontrar formas viáveis de se viver na república. Nesse sentido, *No país dos Ianques* é um texto limítrofe: a versão de 1894 situa-se cronologicamente no exato momento do deslocamento de preocupações que envolvem sua atividade intelectual. Efetivamente é possível enxergar uma mudança na forma de se expressar entre o autor de *No país dos Ianques* e o escritor desta resenha. Houve uma mudança naquilo que tocava sua sensibilidade política. O tom explicitamente anti-monarquista se transforma numa crítica severa ao autoritarismo ditatorial burguês, que assume sua feição mais nítida na página seguinte, num trecho que, apesar de longo, peço licença para transcrever:

Quais os vitoriosos de hoje as letras, como na política, no jornalismo, como na arte? Os endinheirados, os *bonvivants*, os epicuristas do ouro e do bródio, cujo patriotismo ninguém sabe onde reside e cujas ideias tem o colorido falso e a volubilidade intangível de bolhas de sabão. Há, em literatura, um grupo que se quer impor, uma meia dúzia de operários do belo que não aceita a arte como a querem pregar os dominadores de ventre oleoso? Fogo neles! Abaixo a ousadia dos novos! Porque em primeiro lugar os que sabem levar esta vida rindo, enquanto o povo chora, bebendo o néctar das altas posições, enquanto o artista trabalha silenciosamente a última frase de um livro ou o último verso de um poema. Há um funcionalismo que se debate na miséria, de roupa esburacada e olhos tresnoitados? Diminuem-se-lhe os vencimentos, arranque-se-lhe a aba do fraque velho e seboso: a riqueza do pobre é o trabalho mal remunerado ou gratuito. Há operários de ambos os sexos que entram para o trabalho das fábricas como rebanhos fenomenais a toque de sineta e antes do nascer do sol? O parlamento nada tem que ver com isso. Quem os manda trabalhar? A mulher e os filhos? Pois que trabalhem, que morram tísicos; a mulher e os filhos que se arranjam depois.

É esta a filosofia prática e moderna dos potentados do jornalismo e da política. Eles não pensam na sorte dos infelizes, nem querem saber como vive o cavouqueiro exposto ao sol desde que o sol nasce até que se esconde. Haja dinheiro, haja bom dividendo, aumentem os lucros e chore quem for tolo, que

a dignidade humana está na razão inversa do ouro acumulado e ganho sabe Deus como...⁴⁰⁸

Segue-se a isto uma exposição sobre a narrativa de Lumet, que funde ensaio político, literatura e memória. Como se aí não bastasse, ficamos sabendo também que, a esta altura, Caminha pensava na política como “uma escola de cinismo que arrasta os mais puros caracteres a especulações vis em detrimento da pátria e do indivíduo”. No texto, Caminha ainda acompanhará a opinião de Lumet de que “a religião é um embuste”, e que a arte “de grave que era passou a bêbada e grotesca e os poucos que ainda se conservam fiéis à única nobreza real, a nobreza de espírito, são repudiados e expulsos do lugar que lhes compete na vida”. Está bem desenhado seu desprezo pelas figuras de poder na sociedade.

Ao mencionar a situação penosa de escritores malogrados e funcionários públicos mal remunerados, a alusão a aspectos autobiográficos é deveras transparente. A indignação que exala do texto é consistente, em parte, graças a essa vivência. Adolfo Caminha foi frequentemente acusado, em seu tempo e nos dias de hoje, de ser um escritor temperamental, cuja “marca das desgraças pessoais” está presente em cada palavra que escreve. Ei-lo despejando-as. Se não estiver fora das pretensões científico-históricas desta pesquisa, é interessante destacar que longe de deslegitimar a argumentação do autor, a vivência destes fatos dão mais consistência à sua escrita.

Para concluir a reflexão sobre este texto, vislumbremos estas palavras, entre seus últimos parágrafos:

E berram contra o socialismo e contra a anarquia os poderosos, os endinheirados, que nunca experimentaram o mais leve golpe de adversidade; querem as distinções, as honrarias, os privilégios, o monopólio, a escravização do operário, o entesouramento da fortuna adquirida sem trabalho, entre uma baixa e uma alta de câmbio, ou iludindo a boa fé dos governos e do povo, do povo principalmente, que é a fonte de todas as riquezas. É natural, muitíssimo natural, porque o socialismo quer exatamente o contrário e o anarquismo só admite um governo, o do indivíduo pelo indivíduo. [...]. A anarquia não é o desrespeito, a desordem o morticínio e o roubo; é um estado social de cooperação mútua, em que não há governo e o indivíduo é obrigado pelo indivíduo a praticar o bem, a moralizar os seus atos de acordo com as boas normas, a viver do trabalho, uma sociedade em que não há pobres nem ricos e em que todos são irmãos, com os mesmos deveres e os mesmos direitos uns perante os outros [...]. Que venha, portanto, a nova forma de existência comum. Basta de opressão, de governo oficial, de arte a retalho e de hipocrisia.⁴⁰⁹

⁴⁰⁸ CAMINHA, Adolfo. Nova revista, n. 9, 1896.

⁴⁰⁹ CAMINHA, Adolfo. Nova revista, n. 9, 1896

Não é intrigante? Tanto mais porque a bibliografia sobre Adolfo Caminha nunca se deu conta, até onde o escritor destas páginas tem conhecimento, da sensibilidade do escritor para com princípios do anarquismo e do socialismo, aproximação sem dúvida tardia. A partir de um determinado momento. De um ponto de vista mais panorâmico, porém, é problemático fazer afirmações contundentes, visto que esta simpatia pelas ideias anarquistas não aparece em textos anteriores, e o autor dava seus últimos suspiros poucos meses após a publicação desta resenha. A única coisa que podemos perceber é que em algum momento ao longo dos anos de 1895 e 1896 Caminha teve contato e passou a simpatizar com ideias socialistas e anarquistas, e é perfeitamente plausível imaginar que elas tenham feito parte do grupo de elementos que provocou essa radicalização de seus textos.

A revolta contra grupos privilegiados se anunciava, nos contos *Judith e Lágrimas de um crente*, de 1887. Assim como um republicanismo anti-monarquista. A retórica da exaltação da república, embora não esteja presente nesta resenha, ainda resistia em outros textos autor, publicados pouco antes ou pouco depois. Mas a questão principal, agora, não era mais rebater a proposta monarquista, mas sim aprimorar o regime republicano instituído, ainda insatisfatório. A frase final do texto, evocando o desejo pela vinda da anarquia, apesar de absolutamente curioso, é um trecho isolado na obra do autor.

A outra resenha emblemática dessa radicalização de Caminha é uma apreciação do poema *Pátria*, de Guerra Junqueiro, publicado em fevereiro de 1896 na *Folha do Norte* no Pará. Comparando a capacidade dramatúrgica de Junqueiro à de Victor Hugo, de saída afirma Caminha que “Sente-se com ele a mesquinhez de um povo achatado pela indiferença do rei que o governa e pelo escárnio de outras nações; com ele fica-se odiando os restos de uma dinastia cuja extinção parece aproximar-se”. Caminha refere-se, naturalmente, à denúncia decadente dos Bragança feita por Junqueiro, cuja permanência faz o povo “chorar as desgraças da pátria”, conforme palavras de Caminha. Elogiando o cumprimento admirável de seu papel de artista, afirma sobre Junqueiro que seus poemas tem um “objetivo real, um destino político ou filosófico, seja a guerra ao vício e à libertinagem romântica, seja o ataque à superstição religiosa, ou, finalmente, a remodelação de um povo, como em *pátria*”.

Aí temos uma exaltação mais aberta à vocação civilizadora da literatura, e nela está incluso um “destino político ou filosófico”, cujos objetivos são, todos, de

ruptura, de oposição a alguma coisa, de demolição dos elementos insuportáveis da civilização. O antimonarquismo dos textos de Caminha pré-1895 parece ser agora ressignificado, ou ao menos acresce-se a ele uma nova perspectiva:

Ambos [*Pátria* e *Os simples*] trazem o cunho iniludível da sinceridade e da democracia; ambos acompanham a marcha da humanidade para um destino consolador de trabalho, de paz e de afeto universal. Querem mais belo esforço de um poeta moderno?
O espírito de Junqueiro é um espírito revolucionário, que está sempre ao serviço de uma nobre ideia. Ele crê em Deus, mas odeia o padre; ama os camponeses e as crianças, adora a liberdade e a justiça. [...].

A ideia de “revolução” não se apresentava no vocabulário caminhiano em seus primeiros textos, nem em nenhum de seus romances. Mesmo nos momentos mais radicais das *Cartas Literárias*, ela é apenas insinuada. Em vias de conclusão do texto, afirma Caminha:

Eu não acredito nas ovações de um povo senão quando o vejo levantar-se todo, espontaneamente e desordenadamente, para destronar um rei ou sagrar um poeta.

Ambas as resenhas, a do *Contre ce temps* e a do *Pátria*, tem características em comum. Elas são expressões de um sentimento de legitimação. Louis Lumet e Guerra Junqueiro tocam a sensibilidade política do autor de *Tentação*, que toma emprestadas as palavras deles para agregar ao seu próprio programa autoral. No comentário dirigido ao *Pátria* está explicitado o ideal de um “destino consolador de trabalho, de paz e de afeto universal”, que Caminha viu Junqueiro formular em sua análise da pátria portuguesa decadente, e Lumet indicou as possibilidades de alcançá-lo. A figura do rei em *Pátria* fugindo ante “a figura andrajosa desse doido, que é a pátria – a pátria vilipendiada” é uma representação dos poderes já decaídos e daqueles que ainda cairão. O personagem *Doido* em *Pátria* “parece representar as tradições da pátria em meio do atual desmoronamento; é o símbolo de um povo que agoniza, é a pátria chorando o passado”. O potencial civilizador da literatura e o papel do escritor ganham novas perspectivas: trata-se de pavimentar o caminho para a “liberdade e a justiça”, donde a derrubada da monarquia constituiu um passo importante, mas foi apenas uma etapa no processo histórico.

Têm em comum também estas resenhas o fato de que serem impressões empolgadas de primeira hora. Ambas foram publicadas tão logo os textos aos quais fazem referência foram divulgados. Nesse sentido, seu tom é “previsível”, considerando o que já sabemos sobre o temperamento eufórico. Não negamos a eles este traço de

evidente “excitação nervosa”, como diria o próprio Caminha. O que nos importa, porém, é que eles denotam sentimentos políticos diferentes daqueles expressos em *No país dos ianques*. Eles demonstram um antimonarquismo atualizado, característico não mais de um momento em que era necessário deslegitimar o regime monarquista de uma vez por todas, mas de uma etapa de afirmação do regime republicano, ou mesmo da construção de uma nova proposta de sociedade, em que o império aparece, já, como algo razoavelmente superado, e que ocupa, nos discursos, “apenas” um espaço de disputa de memória. Já não era urgente combater os projetos e a retórica monarquista.

O que estava em jogo a partir de então era a manutenção de uma república capaz de divulgar valores democráticos, suplantando o julgo autoritário da sociedade de favor e recolocar a importância da Arte da Ciência para o progresso da civilização.

Há também uma questão de método imbuída nessa camada: ao optar pela estética naturalista na escrita literária, Caminha adere à ideia de que a literatura deve ser lida e reconhecida como um “estudo”, uma tentativa do escritor de construir em texto literário sua percepção da realidade. Basta-nos verificar a forma como trata Emile Zola, uma de suas referências mais citadas. Este já havia anunciado em *Le roman expérimental*, manifesto naturalista de 1880 inspirado metodologicamente em Claude Bernard – médico fisiologista que publicou em 1865 sua *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale* –, que defendia uma análise mecanicista e altamente metódica do corpo humano, sua pretensão de cumprir um papel semelhante em relação aos seus próprios objetos de observação: “Vou tentar provar por minha vez que, se o método experimental conduz ao conhecimento da vida física, ele deve conduzir também ao conhecimento da vida passional e intelectual”⁴¹⁰. Aparentemente, pelos critérios de Caminha, esse objetivo foi alcançado, pois assim comenta o autor sobre a forma de trabalho de Zola:

Os romances de Zola, por exemplo, são verdadeiros documentos humanos, verdadeiros estudos sociais, encerrando muitas vezes problemas complicadíssimos de fisiologia e sociologia. Entretanto, Zola não perde tempo com largas e maçantes preleções científicas. Diz a coisa como ela é, como ela foi observada, como foi sentida e conforme a verdade científica. Escrever um romance não é somente acumular fatos inverossímeis e sem lógica. Foi-se o tempo do romance íntimo, escrito ao acaso, todo de imaginação⁴¹¹.

Mais ainda, para ser bem sucedida, a tarefa do escritor necessita de doses igualmente comedidas de realismo e criação:

⁴¹⁰ ZOLA, Émile. **O Romance Experimental**. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 26.

⁴¹¹ CAMINHA, Adolfo. **Cartas Literárias**. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1895. p. 145.

Debalde o naturalismo quis banir a imaginação da obra d'arte. Zola mesmo, apesar da sinceridade com que formulava suas teorias, não pôde nunca dispensar o auxilio dessa força dominadora, que é como o sol dourando a realidade asquerosa da vida. Mas, assim como uma obra copiada exatamente do mundo real, tornar-se-ia monótona, repugnando ao senso estético e a todos os princípios da Arte, do mesmo modo qualquer romance, poema ou drama, que não encerrasse uma observação da realidade, um facto qualquer de ordem moral ou fisiológica, perderia todo interesse, caindo também na monotonia. Verdade e imaginação completam-se; esta é para aquela o que a alma é para o corpo [...].⁴¹².

Aí temos uma virada no posicionamento do autor, que durante sua carreira até então criticava qualquer tentativa de aproximação mais incisiva entre imaginação/literatura e os jogos da política, sugerindo que a arte literária e a política não deveriam ser levianamente conjugadas. Era isto que seu discurso declarava, apesar de sabermos com clareza que desde seus primeiros escritos, o autor buscou inserção em debates de implicação política importantes. Isto é, seu *éthos* intelectual obedecia à regra de manter-se longe da política institucional, mas atento à realidade imediata.

Em outros momentos, novamente na *Nova Revista*, podemos ver demonstrações de como o autor ficou mais suscetível a essa aproximação entre Arte e Política: trata-se de uma apreciação do trabalho do caricaturista Ângelo Agostini, onde se cobra do artista que realce novamente sua pena ferina de caricaturista competente, e deixe de lado as “apoteoses”:

O público, em vez de rir, extasia-se na contemplação dos belos quadros alegóricos engendrados pela fantasia de Ângelo e aplaude-o do mesmo modo. Mas a sociedade atual e a nossa vida atual estão a reclamar o lápis de um caricaturista espirituoso e impiedoso.

A sutileza do comentário nos dá pista do refinamento pelo qual passava o discurso de Caminha, que em outros momentos não deixava de lado, porém, sua tradicional veemência. Outro exemplo se dá numa nova apreciação da obra de Guerra Junqueiro, onde lemos: "Nunca antes duas coisas opostas, como a arte e a política, se aliaram tão bem". Ainda que não advogando essa aliança, parece começar a demonstrar alguma simpatia por ela. Cremos estar certos em afirmar que o sentimento do autor, a partir da publicação do volume de *No país dos Ianques*, voltou-se a uma nova forma de urgência, como antes sugerido, não mais de derrubada da legitimidade dinástica, mas principalmente de reconstrução das esperanças republicanas, sob certa ótica, ou mesmo

⁴¹² CAMINHA, Adolfo. Cartas Literárias, p. 99.

de descrédito do papel do Estado, no limite. Uma última passagem do relato de viagem nos dá mais uma pista de por quais caminhos se devia seguir:

Si a Alemanha representa no século XIX a pátria das ciências morais, aos Estados Unidos compete o primeiro lugar na ordem dos países que tem concorrido grandemente para o aperfeiçoamento e bem estar humanos.

Enquanto as nações da Europa digladiam-se n'uma luta continua, perdendo na guerra o que dificilmente acumularam em poucos anos de paz, a grande nação americana deixa-se estar quieta e desarmada, sem exercito e sem marinha, confiada no seu próprio valor, no patriotismo de seus filhos, certa de que, n'um dado momento, cada cidadão, cada americano saberá cumprir com heroísmo o seu dever e honrar as suas tradições de povo independente e forte.

Go ahead! never mind; help yourself! - Eis a maxima de todo *yankee*. Eles não a esquecem nunca e marcham desassombradamente na vida, como quem tem absoluta confiança no próprio valor⁴¹³.

São estes os parágrafos finais do relato. Eles dão conta de uma realidade política conturbada tanto dentro da Europa, graças a movimentos e revoltas de cunho nacionalista e ao período de reestruturação pós-Bismarck, quanto em territórios neocoloniais. A isso, o autor contrapõe um modelo de progresso nacional altamente idealizado, onde os Estados Unidos aparecem como o ápice do ufanismo altruísta, inclusive recorrendo a uma afirmação desconcertantemente falsa – de que a nação americana não possuía forças armadas organizadas. Neste ponto, é impossível não nos lembrarmos da Revolta da Armada, que encontrava seu desfecho no Rio de Janeiro enquanto Caminha escrevia estas páginas. A inabilidade de Floriano Peixoto em extinguir a revolta de forma pacífica conduziu o país a uma guerra civil que não teria sido vencida sem a intervenção norte-americana. Mas nesse jogo de representações nacionais, é menos a intervenção americana do que a condução de Floriano Peixoto que importa nesse caso. Assim como a Europa, o Brasil gastou recursos numa guerra desnecessária.

Enquanto isso, os Estados Unidos convergiam seus recursos na prosperidade material, possibilitando o vistoso crescimento de que se dava notícia. Era esse, provavelmente, o fator decisivo, bem estampado nas palavras finais do texto: um patriotismo voltando “desenvolvimento e bem-estar humanos”.

⁴¹³ CAMINHA, Adolfo. No país dos Ianques, p. 178-179.

Considerações finais, ou... *Linhas, romances, emaranhados, nós (des)atados*

A escrita deste trabalho foi, sob várias perspectivas, um amarrar de pontas soltas. O exercício de reconstituir o pensamento e as sensibilidades políticas de um homem interessado nas questões políticas de seu tempo na mesma proporção em que não estava disposto a falar abertamente sobre elas se assemelhou, no mais das vezes, a buscar o interior de um romance de lã a partir de vários fios soltos diferentes. O pensamento de Adolfo Caminha se apresenta fragmentado. Não no nível particular da mente do autor, inalcançável, mas na forma como esteve disperso em seus escritos.

O conjunto da obra de Adolfo Caminha foi escrito ao longo de uma década – de 1887 a 1896 –, e desde o início, as temáticas políticas o acompanhavam. Estiveram intrincadas a ele desde antes mesmo do que a própria escrita literária. O modelo civilizacional norte-americano, a obsolescência da monarquia, a crítica aos governos republicanos militares. Estes temas estiveram onipresentes na escrita de Caminha. Literária, crítica, imprensa: em todos os espaços de que lançou mão, o autor nunca deixou de se mostrar intimamente interessado pelas questões políticas de seu tempo e contexto, mas apenas a questão das condições materiais e sociais chegou a ser sistematizada: suas opiniões acerca dos públicos leitores, dos editores e das realidades literárias das nações, nós as conhecemos com razoável completude e fundamentação. Esse aspecto de sua produção, não aprofundado neste trabalho, representaria, no entanto, um fio consistente, razoavelmente uniforme, embora também descontínuo e com vários nós. Suas colocações acerca das questões aqui levantadas, porém, constituíram desafio diferente. *No país dos ianques* se afigurou para nós como um romance com várias pontas diferentes a destacar-se dele. Tentamos puxar todos os fios que vimos a sair do romance. Cada passagem do relato de viagem que acreditamos, em nossa leitura, ter algo com que possamos dialogar no sentido de recolocar questões políticas codificadas por Caminha, foi explorada.

Cada uma delas. Acompanhamos Adolfo Caminha em sua viagem por cada uma dos locais pelos quais passou, vimos como eles lhe afetaram, como possivelmente lhe levaram a pensar sobre seu próprio país de origem. O romance formado por *No país dos ianques*, tingido pelas sensibilidades políticas do autor, era certamente matizado, e também múltiplo. Se o problema das condições materiais de escrita formaria um romance com nós e tão alinhavado quanto este, o nosso romance, das sensibilidades políticas, para além disto não apresentou um fio único a ser

desalinhavado. Se tocamos neste assunto agora, é para, por fim, reconhecer que o problema das condições materiais de escrita é aquele que mais fala sobre a realidade social de Adolfo Caminha, tendo sido, como foi, um editor-proprietário com muitas dificuldades em manter seus empreendimentos e um escritor de relativo sucesso, porém com inimigos influentes.

Paralelamente a esta experiência, nosso jovem escritor cresceu lendo os clássicos da literatura e da filosofia e do pensamento social franceses, que coordenaram suas sensibilidades políticas numa época de enaltecimento do sentimento nacional.

O conjunto das linguagens políticas de Adolfo Caminha, assim como de vários outros intelectuais brasileiros, foi amplamente inspirado e construído a partir da experiência histórica da França em suas diferentes fases pós-revolucionárias. Hyppolite Taine, François Chateaubriand, Edouard Laboulaye, autores de quem a obra de Caminha é tributária e estão citados em *No país dos ianques*, estiveram envolvidos de alguma forma no ambiente político francês de meados do século XIX, assim como toda uma geração de outros intelectuais franceses, que marcadamente articularam mediações entre a história, a política, a civilização e a sociedade de forma geral. Assim como Thierry, Michelet, Proudhon, Comte, Tocqueville, Guizot e muitos mais, os autores referenciados por Caminha acompanhavam os eventos que aconteciam em Paris, cidade que segundo avaliação posterior de Walter Benjamin, foi a “capital do século XIX”⁴¹⁴.

Não apenas por seu intenso dinamismo cultural, mas, sobretudo, por ser palco de um conjunto de eventos políticos e sociais que marcaram profundamente as linguagens e culturas políticas brasileiras e de todo o mundo ocidental, os eventos políticos e seus partícipes em França estabeleceram o molde da tapeçaria sobre a qual grande parte dos processos políticos no império brasileiro e na nascente república seriam tecidos. A presença dinástica no Brasil assegurou a continuidade de dilemas e contradições encontradas nas cortes europeias: disputas entre conservadores e liberais, o problema da escravidão frente as ideologias liberais e humanistas, a sociedade de favor e suas críticas radicais, o advento do republicanismo, de tal maneira que o compartilhamento de preocupações moveu os intelectuais brasileiros a teses e conclusões que dialogavam em muito com a intelectualidade francesa.

Naquela conjuntura, Hippolyte Taine, principal referência metodológica de Caminha – diga-se de passagem, de parte significativa dos países ocidentais –, nascido

⁴¹⁴ BENJAMIN, Walter. Paris: capital do século XIX. In: **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo. 2009. p. 39-52.

nas primeiras décadas do século XIX, não vira com os próprios olhos os efeitos dos terrores dos anos pós-1789, mas ouvia seus relatos e denúncias e convívio com pessoas que os testemunharam de fato; fez, assim, parte de uma geração que nutria dentro de si forte desconfiança do sentimento revolucionário, e viu nos eventos de 1848 e, principalmente, na Comuna de Paris de 1871, a confirmação dessa desconfiança. A revolução francesa, avaliada muito negativamente, era criticada principalmente sob dois aspectos: primeiro pelo arrazoamento de uma ideia universal de “Homem”, explícita na Declaração Universal de 1789, que desqualificava a existência de “homens”, uniformizando o conjunto da humanidade desavergonhadamente, desconsiderando os três fatores que considerava os principais elementos na constituição do caráter de um povo e que formaram a base de seus métodos; segundo, a noção revolucionária de reconstrução do presente não lhe parecia fazer qualquer sentido, destruir o anterior e reconstruir a partir de algo supostamente semelhante a uma “estaca zero” era um sonho infantil, visto que a história se impunha por si mesma, sendo impossível negar a presença do passado no presente.

Não tendo nutrido apegos ao *ancien regime*, concordava com sua superação, mas desde que aos moldes dos liberais ingleses, como Locke, ou mesmo em processos internos mais contundentes, porém mais seguros, como na Alemanha. Ocorre que, como um de seus mestres, Ernest Renan, também Taine passaria de uma desconfiança do povo ao repúdio à democracia e à preferência por um governo da *elite*, tendo visto no consulado de Napoleão, por exemplo, uma execrável combinação de uma autocracia militarista com o apoio de um povo descontrolado emocionalmente⁴¹⁵.

Já Edouard Georges Lefebvre Laboulaye (1811-1883), autor de *Paris em Amerique*, livro onde se construiu uma sátira contundente da sociedade francesa e muito apreciado por Caminha, foi sempre um admirador das formas de liberalismo praticados em Inglaterra e nos Estados Unidos, mas por anos manteve-se quase que indiferente à forma de governo, tendo pouco se envolvido no debate república x monarquia, assumindo uma postura francamente oposicionista apenas em 1851, reivindicando para a França instituições e organizações sociais semelhantes àsquelas da república liberal norte-americana. Em *La republique constitutionnelle*, de 1871, defendia a existência de

⁴¹⁵ SOLTAU, Roger Henry. The authority of Science. In: **French Political Thought in the 19th Century**. New York: Russell & Russell, 1959. p. 203-250; COBBAN, Alfred. Hippolyte Taine, historian of the french revolution. **History**, [S.L.], v. 53, n. 179, p. 331-341, out. 1968; JONES, Stuart. Taine and the nation-state. In. BERGER, Stefan; DONAVAN, Mark; PASSMORE, Kevin. **Writing national histories: Western Europe since 1800**. London: Routledge, 1999. p. 85-96.

um poder executivo forte, mas limitado por um sistema bicameral e um judiciário autônomo. Seus grandes esforços como professor, historiador, jurista e político, porém, estiveram voltados à nação americana, que nunca chegou a visitar. A corrida do ouro, a guerra civil e a rápida industrialização norte-americana despertaram a curiosidade dos franceses sobre os Estados Unidos, criando um ambiente receptivo aos inúmeros cursos e escritos divulgados por Laboulaye, que, defendia entre outras coisas: que os franceses depreendessem não um espelhamento da constituição americana, mas “seu espírito”; a existência de liberdades ideais ou abstratas e liberdades reais, estando os franceses gozando da primeira, e os norte-americanos adiantados na segunda; que o puritanismo norte-americano era um ingrediente precioso para a democracia, defendendo ao mesmo tempo uma atitude mais conciliatória entre o catolicismo e a república na França.

Além, também, de René-François Chateaubriand. Considerado por alguns como um típico “anti-moderno”, o escritor compôs em seus *Atala*, *Les Natchez* e *Voyage em Amérique*, livros inspirados por sua passagem pela América do Norte, um conjunto de representações dos Estados Unidos que inspiraram e informaram profundamente a imaginação de Caminha sobre as paisagens naturais e os habitantes de alguns de seus territórios. Se é verdade que Chateaubriand nunca esteve no Sul dos Estados Unidos, também é verdade que sua interpretação do território e da gente norte-americana foi bem recebida pela subjetividade do nosso escritor. Como explica Melissa Christofoletti, o nascimento de Chateaubriand próximo ao litoral foi depois interpretado por ele mesmo como um prenúncio das turbulências e maremotos que perpassaram sua biografia. Assim como o autor fundou uma “subjetividade própria” ao escrever suas memórias imbricando fatos históricos, vida íntima e vida pública, também Caminha usou desse mecanismo narrativo para compor sua própria versão das paisagens e gentes da América do Norte; assim, os dois viam na escrita das memórias uma forma de se inscrever na história⁴¹⁶.

Sem constar no relato de viagem, mas pela leitura de seus demais textos, sabemos que Zola e Balzac completam seu quadro principal de referências intelectuais, mas não caberá aqui o desafio de suas obras.

Se mencionamos estes cenários e debates neste momento é porque eles estão na raiz da escolha de Caminha pelos dois temas e campos de luta que perpassam

⁴¹⁶ CHRISTOFOLETTI, Melissa. **Representações de si e da sociedade nas memórias de Chateaubriand**. Campinas, 2022. 365 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

toda a sua obra: o campo da produção cultural e intelectual como fator civilizador por excelência, e a tomada de partido por uma cultura política democrática associada a valorização do nativismo.

Por tudo isto, depreendemos uma imagem sobre o Brasil que subjaz nos escritos caminhianos. Nosso jovem escritor pensava o Brasil, efetivamente, como parte de uma comunidade internacional de nações, embora específicas e particulares e suas formas de organização social e política. Em nenhum escrito do autor verificam-se preocupações da ordem de um nacionalismo mítico: Caminha não está interessado em mitos de origem, heróis nacionais ou na história pátria enquanto tal. Movido pelo mesmo ideal de civilização e progresso que estimulou a geração anterior à dele e à que veio logo em seguida, diferenciava-se do resto, porém, no objeto do estímulo: o olhar crítico trazido pelas leituras e vivências republicanas agudizou um olhar analítico sobre o mundo nascido de suas experiências de deslocamento. Cedo conviveu com cores, cheiros, sons, sabores e sensações de cidades muito diferentes. Sua vila natal, mais fresca, mas mais tempo mais próxima da seca, era menor do que a úmida e tropical Fortaleza, que por sua vez intimidava-se pelo tamanho do Rio de Janeiro, sendo que este era muito mais civilizado também do que Kingston, Bridgetown e Havana, mas não havia termo de comparação entre ele e New Orleans ou New York. Mais cedo na dissertação, comentamos que Caminha visitou ao longo de seus trinta anos de vida quase vinte cidades em ao menos sete países diferentes, agora acrescentamos: todas elas foram visitadas antes de completar ele seus vinte anos de idade.

Com vinte e cinco anos, fixou moradia definitivamente no Rio de Janeiro, tendo a versão que conhecemos de *No país dos ianques* surgido pouco depois. A escrita de Caminha é, assim, profundamente marcada por um conjunto de experiências de deslocamentos locais e transnacionais, ao mesmo tempo em que constantemente preocupada com a experiência nacional. Conduzido por seu rigor metodológico – e abtemo-nos de afirmar ou negar a correta prática dele –, sua prática de observação está centrada no Brasil que conhecia e em que vivia e trabalhava. Não lhe apeteciam as digressões exaustivas, mas recolocava a todo o momento a importância da história enquanto elemento constituidor do presente. Em 1894, um agora observado a partir de um nível consciência balizado pelo desejo de uma sociedade mais democrática, inspirada na cultura política dos americanos do norte e na prática intelectual francesa, e de outro lado, por um estar-no-mundo francamente sensível às mudanças sociais.

Foi, de fato, uma viagem. Adolfo Caminha nasceu, viveu, escreveu e morreu ao som do mar. O Brasil sentido por ele era fluido e inconstante. Não uma rocha, como queria o espírito patriótico de nacionalistas mais entusiasmados, nem uma floresta de mata virgem, como queriam alguns viajantes estrangeiros, também não um areal tórrido e espinhento como começava a ser imaginada sua terra natal, nem sequer um céu estrelado, como sonhavam os republicanos mais esperançosos. Mas água. O chão sob seus pés se movia, centenas de quilômetros de ano em ano. A terra avistada em novembro de 1889, seguida pela tempestade que enfrentou junto com sua companheira de viagem, a calmaria dos anos em Fortaleza, mas passados em estado de nervos, com as tábuas e engrenagens se rangendo, o maremoto da revolta da Armada, enfim seu próprio navio com a *Nova Revista*.

Torcendo para não termos ido longe demais na metáfora, parece que *No país dos Ianques* foi um lance de olhar à bússola. Uma forma de discernir um caminho possível num mar bravio. Uma resposta à encruzilhada entre o vento e as ondas, entre a obsolescência da monarquia e a república militarista. Uma resposta peculiar frente às demais respostas produzidas por outros republicanos naquele momento, sugerindo mais do que anunciando. Diante da complexidade da situação, a fluidez do mar.

Referências

Fontes

Periódicos

A Notícia, Rio de Janeiro. (1895)
A Nova Revista, Rio de Janeiro.(1896)
A Pátria, Fortaleza. (1889-1890).
A República, Fortaleza. (1892-1893).
Cidade do Rio, Rio de Janeiro. (1886-1896)
Constituição, Fortaleza. (1886-1889).
Diário de Pernambuco, Recife. (1886)
Folha do Norte, Belém.(1895-1896)
Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro. (1886-1896).
Jornal do Comércio, Rio de Janeiro. (1886-1896)
Novo Mundo, Nova York (1896-1913)
O Cearense, Fortaleza. (1886-1896).
O estado do Ceará, Fortaleza. (1886-1896).
O Libertador, Fortaleza. (1888-1892).
O Norte, Fortaleza. (1890-1894).
O Paiz, Rio de Janeiro. (1886-1894)
O Pão, Fortaleza. (1892-1898)
Pedro II, Fortaleza. (1886-1890).
Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro. (1884-1898)

Periódico editado por Caminha

Nova Revista, Rio de Janeiro, 1896.

Escritos de Adolfo Caminha

Judith e Lágrimas de um crente, novelas, 1887.
 Voos incertos: primeiras páginas, poesias, 1887.
 A Normalista: cenas do Ceará, romance, 1893.
 No país dos ianques, relato de viagem, 1894.

Bom Crioulo, romance, 1895.

Cartas Literárias, crítica literária, 1895.

Tentação, romance, 1897 (publicado postumamente).

Legislação

BRASIL. Regulamento nº 27 de 31 de janeiro de 1839.

BRASIL. Decreto 2.163 de 1º de maio de 1858, capítulo III, artigo 4º.

<https://legis.senado.leg.br/norma/395695/publicacao/15775963>. Acesso em 08/03/2022.

Textos da época

CALDAS, Honorato. **Apoteose de Saldanha da Gama**. Rio de Janeiro: Alex Vilela, 1896.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Attentados ao Pudor**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1934.

GAMA, Saldanha da. Anexos de Relatório. **Revista Marítima Brasileira**. n. 14. 1896, p. 99-206.

LABOULAYE, Edouard. **O Partido liberal, seu programa e futuro**. Tradução: Antonio de Almeida Oliveira. São Luiz do Maranhão, 1867.

MAGALHÃES, Valentim. **A literatura brasileira (1870-1895)**. Lisboa: Antônio Maria Pereira, 1896.

NABUCO, Joaquim. **A Intervenção estrangeira durante a Revolta**. Rio de Janeiro: tipografia Leuzinger, 1896.

OLIVEIRA LIMA, Manoel de. **Estados Unidos: impressões políticas e sociais**. Brasília: Senado Federal, 2009.

_____. **Pan-americanismo: Bolívar, Monroe, Roosevelt**. Brasília, DF: Senado Federal, 1980.

_____. Primeiras impressões dos Estados Unidos (parte I). **Revista Brasileira**, ed. Jul-set 1896.

PAPI JUNIOR, Antônio. **Adolfo Caminha e sua obra literária**. Fortaleza: Litografia Cearense, 1898.

PESSOA, Frota. **Crítica e Polêmica**. Rio de Janeiro: Artur Gurgulino, 1902.

PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. Brasília: Senado Federal, 2010.

ROMERO, Sílvio. **Realidades e Ilusões no Brasil:** parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios. Petrópolis: Editora Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979.

Referências bibliográficas

Dissertações, teses e livre-docências

ALENCAR, Manoel Carlos Fonseca de. **Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo: A cidade e o campo na literatura naturalista cearense**. 145f.- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós- Graduação em História, Fortaleza, 2002.

ALMEIDA, Fernando Chaves. **Poder americano e estados nacionais: uma abordagem a partir das esferas econômica e militar**. 245 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de Civilização e Progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906**. Rio de Janeiro, 2003. 327 p. Tese (Doutorado) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BEZERRA, Ana Paula Gomes. **Capitalismo e elite no Ceará: produção, distribuição e consumo de louças europeias em Aracati (1850 a 1890)**. 240 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

BORGES, Livia de Carvalho. **Sociabilidade e Política: Oliveira Lima, Joaquim Nabuco e o Pan-Americanismo (1899-1907)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, UNESP. Franca, 2007.

CARDOSO, Gleudson Passos. **As Repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873-1904)**. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

COSTA FILHO, Cicero João da. **Padaria Espiritual: cultura e política em fortaleza no final do século XIX (1892-1898)**. 248 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

COSTA FILHO, Cícero João. **No limiar das raças: Sílvia Romero (1870-1914)**. Tese (doutorado) – curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. 499 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2008.

FARIA, Maraísa Gabriela de. **As barbas espantadiças do público: uma história da edição, circulação, recepção e fortuna crítica de bom-crioulo, de Adolfo Caminha**. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. **Imprensa e Civilização no Rio de Janeiro oitocentista**. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

JUAREZ FILHO, Edmundo. **A questão do narrador realista-naturalista e a alegoria histórica**: Adolfo Caminha, Aluísio Azevedo (O Coruja) e Graciliano Ramos (Caetés, Angústias, Vidas Secas). 2010. 264 f. Tese (Doutorado) – Curso de Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LAGES, Rita Cristina Lima. **As vitrines da civilização**: referências estrangeiras na instrução pública em Minas Gerais no século XIX. 265 f. Tese (Doutorado) – Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Brasil a vapor**: raça, ciência e viagem no século XIX. 2005. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PEREIRA, Luísa Rauter. **“Substituir a revolução dos homens pela revolução do tempo”**: uma história do conceito de povo no Brasil: revolução e historicização da linguagem política (1750-1870). 295f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RIBEIRO, Filipe Nicoletti. **Império das incertezas**: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889). 258 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. **“Os apóstolos da liberdade contra os operários da calúnia”**: a imprensa política e o parlamento nas disputas políticas da província do espírito santo, 1860-1880. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

TERRA, Livia Maria. **O "autor mal-dito"**: raça e nação no pensamento de Raimundo Nina Rodrigues. Tese (Doutorado) – curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2014. 153f.

TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade**: a cidade lusobrasileira na literatura de viagem (1783-1845). 333 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

TREVISAN, Gabriela Simonetti. **A escrita feminista de Júlia Lopes de Almeida**. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

Artigos de periódicos e trabalhos apresentados em congressos

AIANI, Renato Cesar Santejo. O barão do Rio Branco e a defesa da “aliança não escrita” na imprensa. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 12, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: Anphlac, 2016. p. 1-14.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O fardo dos bacharéis. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 17, p. 68-72, dez. 1987.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A diplomacia regional americana do Brasil durante o Império: entre a Europa e os vizinhos hemisféricos. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [S. l.], n. 3, p. 141–167, 2003.

BEZERRA, Carlos Eduardo de Oliveira. Bom-crioulo: um romance da literatura gay *made in Brazil*. **Revista de Letras**, Fortaleza, v.1-2, n. 28, p. 94-100, 2006.

BITENCOURT, Bianca Ferraz. Bom-Crioulo: a construção de um tipo. **UOX – Revista Acadêmica de Letras**, v. 3, p. 24-44, 2016.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. O cidadão da República – Liberalismo *versus* positivismo Brasil: 1870 - 1900. **Revista USP**, [S. l.], n. 17, p. 122-135, 1993.

BUENO, Eva Paulino. Hispanic, Herpanic, My panic, Our panic. Que pânico? Uma jornada brasileira nos EUA. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 127, p. 19-37, 2011.

CABRAL, Flávio José Gomes. Independências: os Estados Unidos e a República de Pernambuco de 1817. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 23, n. 1, 2021.

CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. In. **O discurso e a cidade**, v. 3, p. 105-129, 1993.

CÂNDIDO, Tyrone A. P. Uma “revolução” dos retirantes: a greve dos operários da estrada de ferro de Baturité na seca de 1888. **Mundos do Trabalho**, [S.L.], v. 12, p. 1-15, 2 dez. 2020. Universidade Federal de Santa Catarina.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. **História (São Paulo)**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 35-58, 2003.

- CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 2000.
- CAVALCANTI, Valdemar. O enfeitado Adolfo Caminha. **Revista do Brasil**. 3a Fase, ano IV, n.35, maio 1941.
- COBBAN, Alfred. Hippolyte Taine, historian of the french revolution. **History**, [S.L.], v. 53, n. 179, p. 331-341, out. 1968.
- CORONATO, Daniel Rei. A política externa das últimas décadas do Império Brasileiro (1870-1889). **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [S. l.], n. 15, 2013, p. 113–131,
- COSTA, Antonio Penalves. F. Braudel: tempo histórico e civilização material: um ensaio bibliográfico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 3, p. 239-249, dez. 1995.
- COSTA, Emília Viotti da. Alguns aspectos da influência francesa na cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 142-143, 2000, p. 277-308.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Retrato sem parede: o Bom Crioulo, de Adolfo Caminha. **Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas**, n. 24, p. 147-159, 19 jun. 2017.
- DIMAS, Antônio. Americanos por brasileiros no fim do século XIX. **Revista USP**, n. 112, p. 39-54, 2017.
- FANINI, Michele Asmar. Júlia Lopes de Almeida: Entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.14, n.27, p.317-338, 2009.
- FERRAÇA, Mirielly; LACOWICZ, Stanis David. Memórias do Império em disputa: sentidos no espaço urbano a partir da análise da estátua equestre de d. Pedro I. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, [S.L.], n. 61, p. 1-16, 23 maio 2019.
- FOSTER, David William. Adolfo Caminha's "Bom-Crioulo": a founding text of brazilian gay literature. **Chasqui**, Quito, v. 17, n. 2, p. 13-22, nov. 1988.
- FRANCO, Stella Maris Scatena. Latinos 'versus' Anglo-Saxões: projeções identitárias nos relatos de viagem de hispano-americanos pelos estados unidos no século XIX. **Almanack**, [S.L.], n. 16, p. 39-79, ago. 2017.
- GONÇALVES, Sheila Lopes Leal. Debates sobre historia intelectual: un diálogo con elías palti. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, [S.L.], v. 8, n. 17, p. 285-295, 29 abr. 2015.

HEIZER, Alda. Considerações sobre a participação da América Latina nas grandes exposições da segunda metade do século XIX. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 9, p. 1-16, 2010.

HOYLE, Bryan S. Cities and Ports: Concepts and issues. **Vegueta: Anuario de la Facultad de Geografía e Historia**. Universidad de las Palmas de Gran Canaria, Facultad de Geografía e Historia, p. 263-278, 1998.

HUNTER, Mark C. The US Naval Academy and Its Summer Cruises: Professionalization in the Antebellum US Navy, 1845-1861. **The Journal of Military History**, v. 70, n. 4, p. 963-994, 2006.

KRYSINSKI, Wladimir. Discurso de viagem e senso de alteridade. **Organon**, [S.L.], v. 17, n. 34, p. 21-43, 20 jun. 2003. Porto Alegre.

LACOMBE, Américo Jacobina. O Almirante Saldanha. **Revista Navigator**. Rio de Janeiro, n. 12, dez. 1975, p. 30-44.

LAREZA, Germán A. de. The Jamaica Letter and its intellectual genealogy. **História (São Paulo)**, [S.L.], v. 36, n. 26, p. 1-13, 15 jan. 2018.

MARSON, Izabel Andrade. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Política, Imaginação e Memória na argumentação de Joaquim Nabuco: um diagnóstico crítico sobre as nações latino-americanas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1-18.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do Império à República. **Revista estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989, p. 163-171.

MONIÉ, Frédéric; VASCONCELOS, Flavia Nico. Evolução das relações entre cidades e portos: entre lógicas homogeneizantes e dinâmicas de diferenciação. **Confins**, [S.L.], v. 1, n. 15. 23 jun. 2012.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. João Cândido, o Mestre Sala dos mares: trabalho e cotidiano na vida marítima dos marinheiros da belle époque. **Almanack**, p. 358-403, 2019.

OLIVEIRA FILHO, Sergio Willian de Castro; MESSIAS, Luana Costa Pierre de. O elogio à cachaça: o discurso médico-naval sobre os benefícios do consumo de aguardente a bordo dos navios da Marinha Brasileira no século XIX. **Revista Ingesta**, v. 2, n. 1, p. 31-52, 2020.

- OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de; SANTOS, José Augusto Batista dos. Rumo à liberdade de ensino: o mito dos Estados Unidos no Brasil oitocentista (1862-1879). **Revista Brasileira de História da Educação**, [S.L.], v. 18, p. 1-21, 2018.
- PRADO, Fabrício. Conexões Atlânticas: redes comerciais entre o Rio da Prata e os Estados Unidos (1790-1822). **Anos 90**, [S. l.], v. 24, n. 45, p. 133–152,
- PRADO, Maria Ligia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História**, [S.L.], n. 145, p. 127, 30 dez. 2001.
- PRATES, Tatiana Alves. A ESCOLA NAVAL. **Revista de Villegagnon**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 70-76, dez. 2010.
- RAGO, Margareth; TREVISAN, Gabriela. “A mulher e a arte” e a crítica feminista de Júlia Lopes de Almeida. **História: Questões & Debates**, Curitiba, volume 67, n.1, p. 353-368, jan./jun. 2019.
- RAMINELLI, Ronald. Viagens e inventários. **Questões e Debates**, Curitiba, v. 17, n.32, p. 27-46, 2000.
- RANCIÈRE, Jacques. O efeito de realidade e a política da ficção. **Novos Estudos**: São Paulo, n. 86, março de 2010, p. 75-90.
- RIBEIRO, Rondinele Aparecido. Amaro: o anti-herói naturalista. **Igarapé**, Porto Velho, v. 4, n. 1, p. 1-12, dez. 2014.
- RICUPERO, Bernardo. A República e a Descoberta da América: nova forma de governo e mudança identitária no Brasil da década de 1890. **Dados**, [S.L.], v. 61, n. 1, p. 213-253, mar. 2018.
- RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v.3, n.6, 2013, p.525-556.
- RODRIGUES, Jaime. Um mundo novo no Atlântico: marinheiros e ritos de passagem na linha do equador, séculos XV-XX. **Revista Brasileira de História**, v. 33, p. 235-276, 2013.
- SANTOS, Francisco Wilton Moreira dos. A marca discursiva da seca como entrave à civilização em *A Normalista* de Adolfo Caminha (1893). **Temporalidades**, Belo Horizonte, n. 32, p. 588-602, abr. 2020.
- SILVA, Vinícius Carlos da. Manoel Bomfim, Racismo e Intelctualidade no Brasil do Final do Século XIX e Início do XX. **Convergência Crítica**. [S.L.], n. 8, p.1-25, 2016.
- SOUZA, Ricardo Luiz. de. Método, Raça e Identidade Nacional em Silvio Romero. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2007.

TELLES, Pedro da Silva. História da Construção Naval no Brasil – parte II. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 118, n. 1/3, p. 91-110, mar. 1998.

TODOROV, Tzvetan. A viagem e seu relato. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 1, n. 46, p. 231-244, jun. 2006.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. As mulheres na Academia. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, ano XIII, n.49, p.07-46, 2006

VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a República. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 10, n. 26, p. 275-291, abr. 1996.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A evolução tecnológica no setor naval na segunda metade do século XIX e as consequências para a Marinha do Brasil. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 120, n. 11, p. 131-197, dez. 2000.

WASSERMAN, Cláudia. História Intelectual: origem e abordagens. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 63–79, 2000.

Livros

ABREU, Márcia. **Os caminhos dos livros**. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Eles e elas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editor, 1922.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANJOS, João Alfredo dos. **José Bonifácio**: primeiro Chanceler do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

AZEVEDO, Sânzio. **Adolfo Caminha**: Vida e Obra. Fortaleza: Casa de José de Alencar/programa Editorial, 1997.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco**: O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de história. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas III**: Charles Baudelaire, um Lírico no Auge do Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BEZERRA, Carlos Eduardo de Oliveira. **Adolfo Caminha**: um polígrafo na literatura brasileira. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

- BLACK, Jeremy. **Naval Warfare: a global history since 1860**. Lanham; Boulder; New York; London: Rowman&Littlefield, 2017.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 7. ed. São Paulo: Editora Brasilense, 1992.
- CARULA, Karoline. **Darwinismo, raça e gênero**. Projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos (Rio de Janeiro, 1870-1889). Campinas: Ed. da Unicamp, 2016.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COELHO, Nelly Novaes. **Literatura: arte, conhecimento e vida**. São Paulo: Petrópolis, 2000.
- CORREIA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista: Edusf, 1998.
- DARNTON, Robert. **O diabo na água benta ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário**. Brasília: Senado Federal, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- HOBBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HUNTINGTON, Samuel. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**, Nova York, Simon & Schuster, 1996.
- KAPLAN, Morris B. **Sodom on the Thames: Sex, Love, and Scandal in Wilde Times**. Cornell University Press, 2012.
- KENDALL, John. **History of New Orleans**. New York: The Lewis Publishing Company, 1922.

- LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura.** 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LUSTOSA, Isabel. **Imprensa, História e Literatura.** Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.
- MAESTRI, Mário. **Cisnes negros: 1910: a Revolta dos marinheiros contra a chibata.** Porto Alegre: Editora Fem, 2014.
- MARSON, Izabel Andrade. **Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão.** Uberlândia: edUFU, 2008.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: Cultura democrática e científica do final do Império.** Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2007.
- MIGUEL-PEREIRA, Lucia. **Textos escolhidos de Adolfo Caminha** (org.). Rio de Janeiro: Agir, 1960.
- MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX.** São Paulo: Annablume, 2013.
- MORSE, Richard. **O espelho de Próspero: cultura e ideias na América.** 1ed. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- PALTI, Elías José. **El tempo de la política: el siglo XIX reconsiderado.** 1ed. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007.
- PENALVA, Gastão. **Subsídios para a Historia Marítima do Brasil. v. 2.** Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano..** 2. ed. Porto Alegre: Universidade/ Ufrgs, 2002.
- PLUM, Werner. **Exposições no século XIX: espetáculos da transformação sociocultural.** Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.
- POCOCK, John. **Linguagens do ideário político.** São Paulo: EDUSP, 2013. p. 68.
- PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império: Relatos de viagem e transculturação.** Bauru: EDUSC, 1999.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita.** Tradução: Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Edições 34, 1995.

RIBEIRO, João Felipe de Saboia. **Alguns aspectos de Adolfo Caminha**. Rio de Janeiro: Tupy, 1964.

RIBEIRO, João Felipe de Saboia. **Roteiro de Adolfo Caminha**: a vida, o homem, a obra. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. **O Brasil entre a América e a Europa**: O império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Silvio Romero**: hermeneuta do Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: corpo e cidade na civilização ocidental. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 289.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico**: a África no Brasil e o Brasil na África. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SKINNER, Quentin. **Visões da Política (vol. 1)**: sobre os métodos históricos. Miraflores: Difel, 2005.

TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão**: Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo: EdUSP, 2011.

TOPIK, Steven. **Comércio e canhoneiras**: Estados Unidos e Brasil na Era dos Impérios (1889-97). 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-System analysis**: an introduction. Durham: Duke University Press, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

YDELL, Robert. **All the World's a Fair**. Visions of Empire at American International Expositions 1876-1916. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1987.

ZOLA, Émile. **O Romance Experimental**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

Capítulos de livros

ABREU, Márcia. A Circulação transatlântica dos impressos: a globalização da cultura no século XIX. In. **Livro - revista do núcleo de estudos do livro e da edição**.

Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes - Universidade de São Paulo. 2011, pp. 115-130.

AGASSIZ, Elizabeth Cary; AGASSIZ, Louis. **Journey in Brazil**. Boston: Ticknor and Fields, 1868.

ARIAS NETO, José Miguel. A Revolta da Armada de 1893: um “fato construído”. In. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.). **A história na política, a política na história**. São Paulo: Alameda, 2006. p. 133-178.

_____. Imprensa Militar, Guerra e transferência de tecnologia para a Marinha no Brasil Oitocentista. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; CAMPOS, Adriana Pereira (org.). **Histórias sobre o Brasil do Oitocentos**. 1ed. São Paulo: Alameda, 2016.

BALAKHRISHNAN, Gopal. The national imagination. In. _____. **Mapping the nation**. (org.). Londres; Nova York: Verso, 1996. p. 175-197.

BENJAMIN, Walter. Paris: capital do século XIX. In. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo. 2009. p. 39-52.

BOER, Pim den. Civilização: comparando conceitos e identidades. In. FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo. **História dos conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio, Loyola, IUPERJ, 2007. p. 121-128.

BRESCIANI, Stella. Literatura e cidade. In. BRESCIANI, Stella. **Da cidade e do urbano**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 297-330.

_____. Metrôpoles: as faces do monstro urbano. In. BRESCIANI, Stella. **Da cidade e do urbano**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 88.

BROCA, Brito. A aventura norte-americana de Adolfo Caminha. In: **Horas de leitura**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, MEC, 1957. p.204-211.

DORATIOTO, Francisco. O Brasil no mundo. In: SCHWARCZ, Lilia (org.). **História do Brasil Nação - volume 3: a abertura para o mundo**. Rio de Janeiro; Madrid: Objetiva; Fundação Mapfre, 2012.

FALCON, Francisco. Os impérios na época do imperialismo. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidney (orgs.). **Impérios na História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 185-204.

FERES JÚNIOR, João. O Conceito de Civilização: Uma Análise Transversal. In: João Feres Júnior. (Org.). **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. 2ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 423-453.

- GREEN, James. Introdução. In: CAMINHA, Adolfo. **Bom Crioulo**. São Paulo: Todavia, 2019. p. 7-20.
- HAROCHE, Claudine. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In: SEIXAS, Jacy; BREPOHL, Marion; BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 81-94.
- JONES, Stuart. Taine and the nation-state. In: BERGER, Stefan; DONAVAN, Mark; PASSMORE, Kevin. **Writing national histories: Western Europe since 1800**. London: Routledge, 1999. p. 85-96.
- KNIJNIK, Jorge. Com as mãos nuas: teatro, boxe e masculinidades no século XIX. In: BETTINE, Marcos; GUTIERREZ, Gustavo Luiz (org.). **Esporte e Sociedade: um olhar a partir da globalização**. São Paulo: Iea-Usp, 2019. p. 185-202.
- LISBOA, Karen Macknow. Figurações do outro: brasileiros relatam suas viagens nos EUA na virada do século XIX. In: MARSON, Izabel Andrade *et al* (org.). **Figurações do outro**. Uberlândia: Edufu, 2009. p. 461-484.
- LYNCH, Christian Cyril. O momento oligárquico: a construção institucional da República (1889-1891). In: VISCARDI, Cláudia; ALENCAR, João Almino (org.). **A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2016. p. 20-33.
- MARTINS, Mônica de Souza Nunes. América Latina nas Exposições Universais e o caso da Exposição Mundial e Centenária do Algodão em New Orleans. In: SUSUKI, Júlio César; NEPOMUCENO, Maria Margarida C; ARAÚJO, Gilvan Charles C. de.. (Org.). **A Dimensão Cultural nos processos de integração entre países da América Latina**. 1ed.São Paulo: FFCHL/USP; PROPLAM, 2021, v. 2, p. 307-332.
- MARTINS, Mônica de Souza Nunes. O porto de New Orleans como anfitrião: a exposição internacional industrial e centenária do algodão, em 1884. In: HONORATO, Cezar & HIDALGO, Daniel Castillo & OLIVEIRA JÚNIOR, Alcidesio de (orgs.). (Org.). **Cidades portuárias: novas questões e múltiplas temporalidades (E-book)**. 1ed.Niterói: UFF, 2022, v. 1, p. 149-183.
- MAUSS, Marcel. **La Nation**. In: Oeuvres, vol. 3. Paris: Minuit, 1969.
- MELLO, Luiza Larangeira da Silva. Estrangeiros em qualquer lugar do mundo: O ponto de vista cosmopolita no romance da virada do século XX. In: CHARBEL, Felipe; GUSMÃO, Henrique Buarque de; MELLO, Luiza Larangeira da Silva. **As formas do**

romance: estudos sobre a historicidade da literatura. 1ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2016.

MILLER, Nicola. Liberty, Lipsticks and Lobsters. In. KÖRNER, Axell; MILLER, Nicola; SMITH, Adam (orgs.). **America Imaginated**. Images of United States in Nineteenth-Century Europe and Latin America. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

MUNHOZ, Sidney. A construção do império Estadunidense. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da *et al.* **Impérios na História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 245-258.

MYERS, Jorge. Músicas Distantes. Algumas Notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem. In: SÁ, Elisa Noronha de. **História Intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

NAXARA, Márcia. Pertencimento e alteridade: romance e formação - leituras do brasil. In: NAXARA, Márcia; MARSON, Izabel; BREPOHL, Marion. **Figurações do outro**. Uberlândia: Editora Ufu, 2009. p. 241-260.

NAZARIO, Luiz. Quadro histórico do período naturalista. In: GUINSBURG, Jacob; FARIA, Roberto. **O Naturalismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

NOVAES, Adauto. A outra margem do ocidente. In. NOVAES, Adauto (org). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

POCOCK, John. Concepts and Discourses: A Difference in Culture? Comment on a Paper by Melvin Richter. In. LEHMANN, Hartmut. RICHTER, Melvin. **The meaning of historical terms and concepts**. New Studies On *Begriffsgeschichte*. Washington: German Historical Institute, 1996. p. 47-58.

RAMOS, Jair de Souza; MAIO, Marcos Chor. Entre a Riqueza Natural, a Pobreza Humana e os Imperativos da Civilização, Inventar-se a Investigação do Povo Brasileiro. In. MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (orgs.) **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil**. Rio de Janeiro : Editora FIOCRUZ, 2010.

RICUPERO, Bernardo. A ambígua relação entre o romantismo e a “civilização” no Brasil e na Argentina. In. . FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo. **História dos conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio, Loyola, IUPERJ, 2007.

RICUPERO, Rubens. Apresentação. In. SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. **O Brasil entre a América e a Europa: O império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

- SCHWARCZ, Lilia. Teorias raciais. *In.* SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos.** (org.). 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. *In.* MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (orgs.). **Raça, Ciência, Sociedade.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996. p. 42.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A permanência da ideia de império universal na época moderna. *In.* SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidney. **Impérios na História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 137-144.
- SILVA, Gian Carlos de Melo. O Atlântico na época do vapor: o impacto da Revolução Industrial. *In:* SILVA, Francisco Carlos Teixeira et al. **Atlântico: a história de um oceano.** 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- SKINNER, Quentin. A reply to my critics. *In.* TULLY, James. (org.). **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics.** Princeton: Princeton University Press, 1988.
- SOLTAU, Roger Henry. The authority of Science. *In:* **French Political Thought in the 19th Century.** New York: Russell & Russell, 1959. p. 203–250.
- STEPAN, Nancy. Eugenia no Brasil, 1917-1940. *In:* HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391.
- STUDART, Guilherme. Álvaro Caminha Tavares da Silva. *In.* **Dicionário bibliográfico cearense.** Fortaleza: Tipolitografia a Vapor, 1910.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. *In:* PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 401-442.
- VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia a república. *In.* MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000).** Editora SENAC: São Paulo, 2000. p. 329-360

GURGEL, Rodrigo. **Subliteratura e vingança**. 2011. Disponível em: <https://rascunho.com.br/noticias/subliteratura-e-vinganca/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

TELLES, Lygia Fagundes. **A escola de morrer cedo**. 2005. Disponível em: <https://www.academia.org.br/artigos/escola-de-morrer-cedo>. Acesso em: 25 mar. 2022.

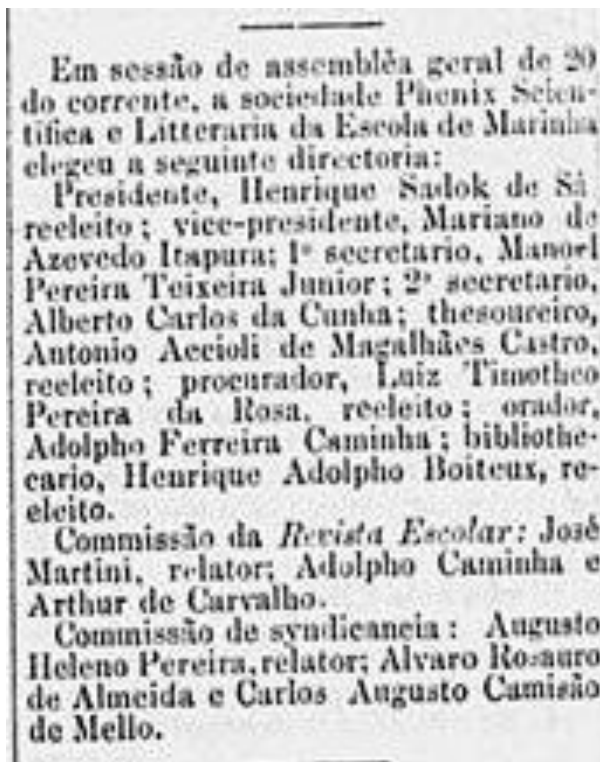
ANEXOS

Anexo 1: Notícia dos embarcados em direção ao sul no vapor "Pirama", saído de Fortaleza. Jornal "Gazeta do Norte", Fortaleza, n. 285, 28 set. 1882. Acervo online da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

—Saídos para o sul no vapor nacional « Pirapama ».
Antonio R. Mende, Antonio M. de Souza, Clementino de G. Nogueira, Gustavo E. dos S. Brigido, Raimundo do C. F. Chaves, José J. de Aguiar, Romualdo L. Galvão, sua senhora e 2 criados, Ricardo V. do Couto, Joanna Maria da Conceição, João V. de Souza, José T. de Souza, Guilherme de Azevedo e 3 filhos, Conselheiro J. L. Barroso, Tenente Coronel Alexandre F. dos S. Caminha, Adolpho F. dos S. Caminha e 4 praças de infantaria.

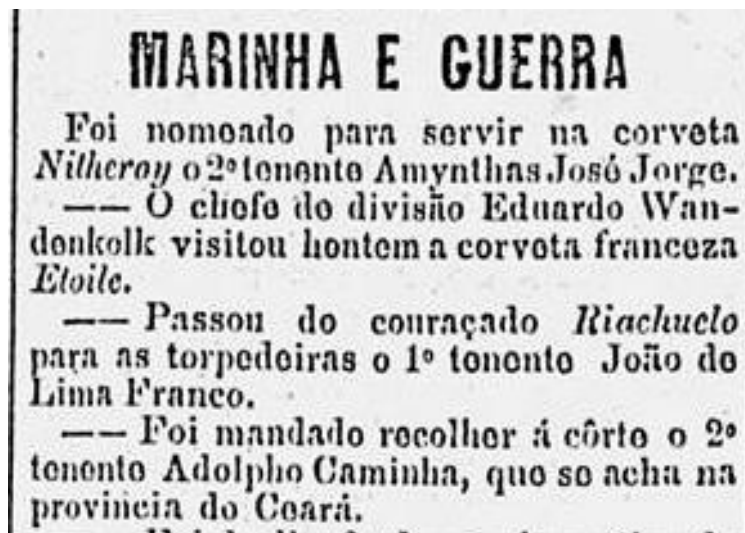
Transcrição: Saídos para o sul no vapor nacional "Pirama". Antônio R. Mende, Antônio M. de Souza, Clementino de G. Nogueira, Gustavo E dos S. Brigido, Raimundo do C. F. Chaves, José J. de Aguiar, Romualdo L. Galvão, sua senhora e 2 criados, Ricardo V. do Couto, Joanna Maria da Conceição, João V. de Souza, José T. de Souza, Guilherme de Azevedo e 3 filhos, Conselheiro J. L. Barroso, Tenente Coronel Alexandre F. dos S. Caminha, Adolpho F. dos S. Caminha e 4 praças de infantaria".

Anexo 2: Notícia sobre a formação da diretoria da Phenix Científica e Literária e da Revista Escolar. Jornal "O Paiz", Rio de Janeiro, n. 114, 26 abr. 1885. Acervo online da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



Transcrição: Em sessão de assembleia geral de 20 do corrente, a sociedade Fênix Científica e Literária da Escola de Marinha elegeu a seguinte diretoria: Presidente, Sadok de Sá, reeleito; vice-presidente, Mariano de Azevedo Itapura; 1º secretário, Manoel Pereira Teixeira Junior; 2º secretário, Alberto Carlos da Cunha; tesoureiro, Antônio Accioli de Magalhães Castro, reeleito; procurador, Luiz Timóteo Pereira da Rosa, reeleito; orador, Adolfo Ferreira Caminha; bibliotecário, Henrique Adolfo Boiteux, reeleito. Comissão da *Revista Escolar*: José Martini, relator; Adolfo Caminha e Arthur de Carvalho. Comissão de sindicância: Augusto Heleno Pereira, relator, Álvaro Rosaura de Almeida e Carlo Augusto Camisão de Mello.

Anexo 3. Notícia da ordem de convocação de Adolfo Caminha a capital. Jornal "O Paiz", n. 1813, Rio de Janeiro, 24 set. 1889⁴¹⁷.



Transcrição: MARINHA E GUERRA. Foi nomeado para servir na corveta *Nitheroy* o 2º tenente Amynthas José Jorge. O chefe de divisão Eduardo Wandenkolk visitou ontem a corveta francesa *Etoile*. Passou do encouraçado *Riachuelo* para as torpedeiras o 1º tenente João da Lima Franco. Foi mandado recolher a corte o 2º tenente Adolfo Caminha, que se acha na província do Ceará.

⁴¹⁷ MARINHA E GUERRA. Foi nomeado para servir na corveta *Nitheroy* o 2º tenente Amynthas José Jorge. O chefe de divisão Eduardo Wandenkolk visitou ontem a corveta francesa *Etoile*. Passou do encouraçado *Riachuelo* para as torpedeiras o 1º tenente João da Lima Franco. Foi mandado recolher a corte o 2º tenente Adolfo Caminha, que se acha na província do Ceará.

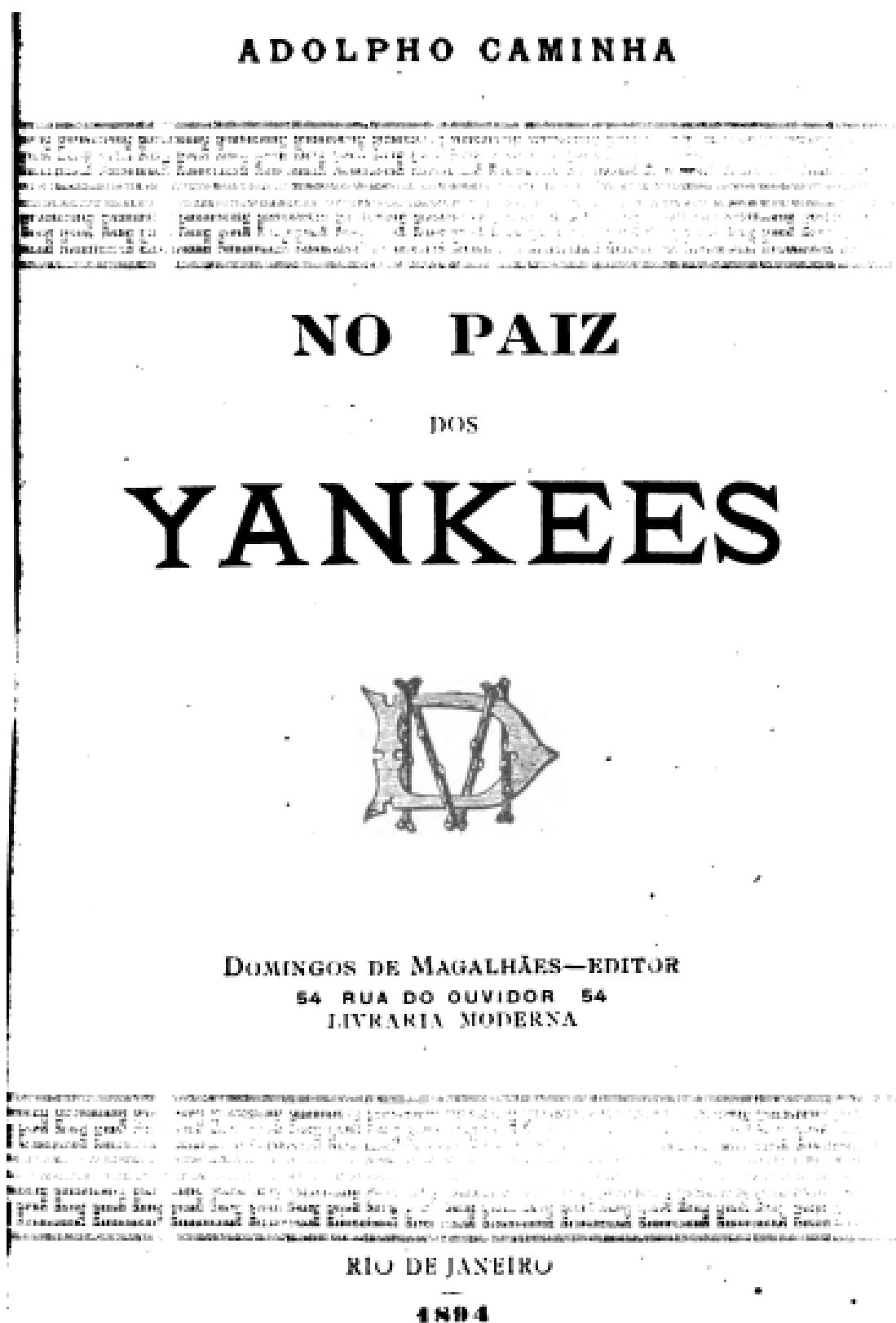
Anexo 4: Gravura do *Almirante Barroso* na edição de 1894 de *No país dos Ianques*, p. 11.



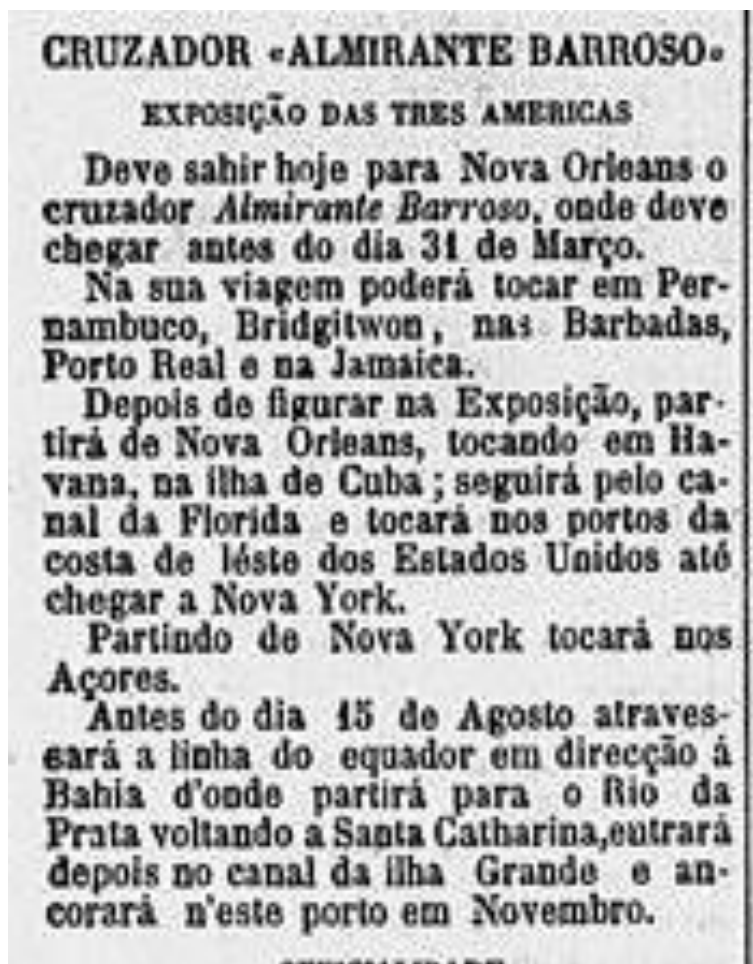
**Anexo 5. Homenagem póstuma a Saldanha da Gama na revista Dom Quixote,
elaborada pelo caricaturista Ângelo Agostini, 1894.**



Anexo 6: Capa da edição de 1894, publicada pela editora Moderna.



Anexo 7: Notícia da passagem do Barroso por Pernambuco, Diário de Pernambuco, n. 0046, 26 fev. 1886. p. 2.



Transcrição: Deve sair hoje para Nova Orleans o cruzador Almirante Barroso, onde deve chegar antes do dia 31 de Março.

Na sua viagem poderá tocar em Pernambuco, Bridgetown, nas Barbadas, Porto Real e na Jamaica. Depois de figurar na Exposição, partirá de Nova Orleans, tocando em Havana, na ilha de Cuba; seguira pelo canal da Florida e tocará nos portos da costa de leste dos Estados Unidos até chegar a Nova York. Partindo de Nova York tocará nos Açores.

Antes do dia 15 de Agosto atravessará a linha do equador em direção á Bahia d'onde partirá para o Rio da Prata voltando a Santa Catharina, entrará depois no canal da Ilha Grande e ancorará n'este porto em Novembro.

Anexo 8. Assentamento do oficial Adolfo Ferreira Caminha. 4º livro-mestre dos Segundos Tenentes, livro 47281, fls. 181, Arquivo Histórico da Marinha, Rio de Janeiro. Foto tirada pelo autor.

101

Adolpho Ferreira Caminha.

Alumno naval. Filho legítimo de Raymundo Ferreira dos Santos Caminha e de Dona Maria Firmiana Caminha, natural da provincia do Ceará, nascido a vinte nove de Maio de 1867.

Approvado plenamente grão seis em arithmetica, algebra, historia e geographia, simplesmente grão cinco em geometria, simplesmente grão quatro em desenho linear, com o grão tres em portuguez e francez e simplesmente grão em inglez; plenamente grão quatro em gymnastica e natacao. Por aviso do Ministerio da Marinha, datado de 15 de Dezembro de 1882, foi mandado matricular no primeiro anno da Escola de Marinha com a praça de *Aspirante*. Reconhecido Aspirante em ordem de dia numero 162 de 1 de Março de 1883, e nesta data matriculado no primeiro anno. Em 10 de Novembro de 1883 foi approvado plenamente grão quatro na aula de desenho do primeiro anno e simplesmente grão cinco na segunda cadeira do primeiro anno. Em 23 de Novembro de 1883 foi approvado simplesmente grão cinco na primeira cadeira do primeiro anno, e nesta data matriculado no segundo anno. Em 15 de Dezembro de 1883 destacou para bordo da corveta *Tithorchy*, a fim de fazer a viagem de instrucção determinada no artigo 65 do Regulamento. Regressou a 1 de Março de 1884. Em 30 de Março de 1884 foi privado de licença por faltar á formatura. Hospital a 3 de Junho de 1884. Alta a 11 de Junho de 1884. Em 12 de Novembro de 1884 foi approvado plenamente grão quatro em topographia e geometria descriptiva, e plenamente grão tres em desenho topographico. Em 20 de Novembro de 1884 foi approvado simplesmente grão cinco na segunda cadeira do segundo anno. Em 21 de Novembro de 1884 foi approvado plenamente grão oito na primeira cadeira do segundo anno, e nesta data matriculou-se no terceiro anno. Hospital a 19 de Dezembro de 1884, e alta a 10 de Janeiro de 1885, e nesta data entrou no gozo de duas mezes de licença, concedida por aviso de 2 de Janeiro de 1885. Apresentou-se a 14 de Março de 1885. Em 13 de Novembro de 1885 foi approvado simplesmente grão dois em machinas a vapor e desenho de machinas. Em 14 de Novembro de 1885 foi approvado simplesmente grão tres na primeira cadeira do terceiro anno. Em 16 de Novembro de 1885 foi approvado simplesmente grão tres na terceira cadeira do terceiro anno. Em 18 de Novembro de 1885 foi approvado simplesmente grão

Transcrição: Adolfo Ferreira Caminha

Aluno naval. Filho legítimo de Raimundo Ferreira dos Santos Caminha e de Dona Maria Firmina Caminha. Natural da província do Ceará, nascido a vinte e nove de Maio de 1867.

Aprovado plenamente grau seis em aritmética, álgebra, história e geografia; simplesmente grau cinco em geometria; simplesmente grau quatro em desenho linear, com grau três em português e francês, e simplesmente grau em inglês; plenamente grau quatro em ginastica e natação. Por aviso do Ministério da Marinha datado de 15 de dezembro de 1882 foi mandado matricular no primeiro ano da Escola de Marinha com a praça de aspirante. Reconhecido aspirante em ordem do dia 162 de 1 de março de 1883 e nesta data matriculado no primeiro ano. Em 10 de novembro de 1883 foi aprovado plenamente grau quatro na aula de desenho do primeiro ano e simplesmente grau cinco na segunda cadeira do primeiro ano. Em 23 de novembro de 1883 foi aprovado simplesmente grau cinco na primeira cadeira do primeiro ano, e nesta data matriculado no segundo ano. Em 15 de dezembro de 1883 destacou para bordo da corveta *Nitherohy*, afim de fazer a viagem de instrução determina do artigo 65 do regulamento. Regressou a 1 de março de 1884. Em 30 de março de 1884 foi privado de licença por faltar a formatura. Hospital a 3 de junho de 1884. Alta a 11 de junho de 1884. Em 12 de novembro de 1884 foi aprovado plenamente grau quatro em topografia e geometria descritiva, e plenamente grau três em desenho topográfico. Em 20 de novembro de 1884 foi aprovado simplesmente grau cinco na segunda cadeira do segundo ano. Em 21 de novembro de 184 foi aprovado plenamente grau oito na primeira cadeira do segundo ano e nesta data matriculou-se no terceiro ano. Hospital a 19 de dezembro de 1884 e alta a 10 de janeiro de 1885, e nesta data entrou no gozo de dois meses de licença, concedida por aviso de dois de janeiro de 1885. Apresentou-se a 14 de março de 1885, em 13 de novembro de 1885 foi aprovado simplesmente grau dois em máquinas a vapor e desenho de maquinas. Em 14 de novembro de 1885 foi aprovado simplesmente grau três na primeira cadeira do terceiro ano. Em 16 de novembro de 1885 foi aprovado simplesmente grau três na terceira cadeira do terceiro ano. Em 18 de novembro de 1885 foi aprovado simplesmente grau quatro na quarta cadeia do primeiro ano. Em 24 de novembro de 1885 foi aprovado plenamente grau três no ensino pratico de inglês e francês. Em 25 de novembro de 1885 foi aprovado com distinção grau quatro no ensino prático de natação e plenamente grau três em gramática e esgrima. Por aviso do

ministério da marinha datado de 27 de novembro de 1885 foi promovido a GUARDA MARINHA. Publicou-se em ordem do dia número 71 de 28 de novembro de 1885. Passou-se-lhe a competente nomeação e dela foi entregue. Em 30 de novembro de 1885 apresentou-se ao Quartel General da Marinha e foi nomeado para embarcar no encouraçado *Solimões*, onde se apresentou na mesma data. Passou para a corveta *Nitherohy* em 26 de dezembro, tudo de 1885. Passou para o cruzador Almirante Barroso em 18 de fevereiro de 1886. Saiu do Rio de Janeiro em viagem de instrução, a 18 de fevereiro de chegou a Pernambuco a 25; saiu a 27 tudo de fevereiro, e chegou a Barbados a 11 de março; saiu a 12 e chegou a Jamaica a 18; saiu a 19 e chegou a Nova Orleans a 25, tudo de março; saiu a 14 de maio e chegou a havana a 19; saiu a 28 e no mesmo dia chegou a Matanzas; saiu a 30, tudo de maio, e chegou a Nova York a 6 de junho; saiu a 30 de julho e chegou a New Port a 31 do mesmo mês, saiu a 9 de agosto e chegou a São Miguel a 27 do mesmo mês; saiu a 1 de setembro e chegou a Madeira a 6; saiu a 7 e chegou a Tenerife a 9; saiu a 14 e chegou a São Vicente a 21; saiu a 28 e chegou Santiago a 29, tudo de setembro; saiu a 1 de outubro e chegou a Pernambuco a 16 do mesmo mês; saiu a 2 de novembro e chegou a Santa Catarina a 14, de onde saiu a 30, tudo de novembro, e chegou no Rio de Janeiro a 7 de dezembro, tendo tocado nas ilhas de São Sebastião e dos Porcos. Foi elogiado coletivamente na ordem do dia do Quartel General da Marinha pública em 14 de dezembro. Em 16 de dezembro foi aprovado nas matérias do 4º ano da Escola de Marinha. Passou para o encouraçado *Solimões* em 19 de dezembro, tudo de 1886, e para o encouraçado *Sete de Setembro*, em 18 de janeiro de 1887. Em 8 de fevereiro saiu para a Ilha Grande em serviço de quarentenário, onde chegou no mesmo dia e onde regressou em 7 de março, em 13 de abril passou para a corveta *Nitherohy*; em 3 de maio para o cruzador *Guanabara* e para a canhoneira *Afonso Celso* a 29 de agosto.